Em virtude de em dois quadros terem saído determinados números trocados, publica-se a seguinte

ERRATA

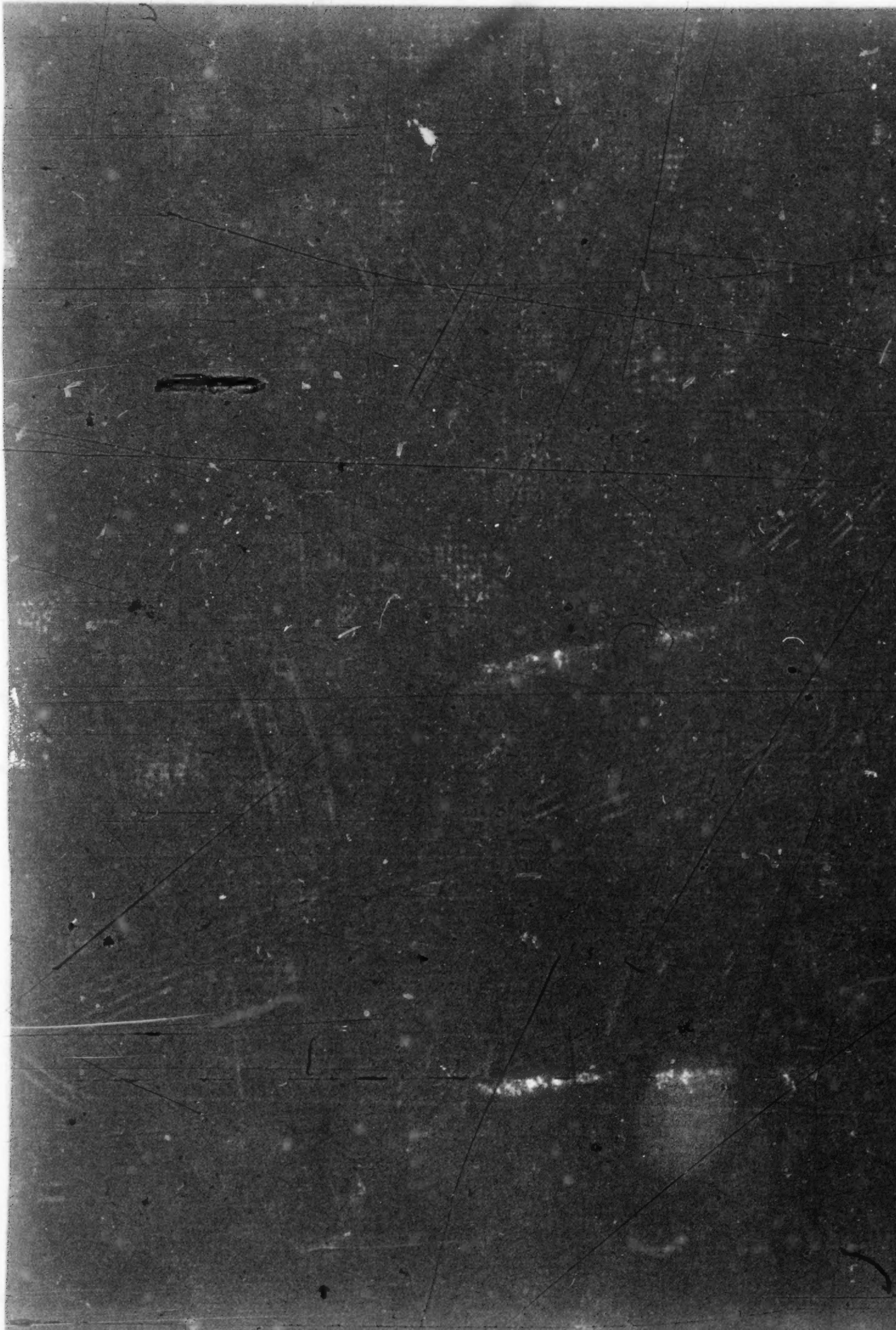
Página	Coluna	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
96	2	32	168 000	293 000
140	2	24	1 400 000	400 000

O quadro das pp. 146 e 147 «Melhoramentos rurais — Programa de investimentos» deve ser substituído pelo seguinte:

Melhoramentos rurais

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Promoção sócio-económica das populações rurais	*190 000*
Organizações em zonas-piloto de concelhos de regedorias	1 500
Promoção, ordenamento e estabilização de populações	168 000
Comissão de divulgação agro-pecuária	6 000
Apoio às pequenas iniciativas	14 500
Abastecimento de água e trabalhos diversos	*30 000*
Electrificação de povoações	*151 300*
Produção:	
Pequenos aproveitamentos hidroeléctricos (rios Cubango, Lucala, Manibulo e Membia)	7 400
Electrificação de diversas povoações	33 000
Transporte e distribuição:	
Pequenas linhas de transporte e redes de distribuição (*a*)	110 900
Total	**371 300**



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

- 4 JU
C L
Acquis
Sect

III PLANO DE FOMENTO

PARA 1968-1973

ANGOLA

IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA
1968

CAPÍTULO I

Caracterização sumária da economia
Evolução recente, situação actual e perspectivas

1. Caracterização global da economia

1. A economia de Angola pode ser caracterizada, do ponto de vista físico, por dois traços fundamentais: grandeza de recursos oferecidos pela natureza e extraordinária variedade de condições e possibilidades.

Com efeito, se, de um lado, à extensão do território se associam enormes potencialidades energéticas de origem hídrica, um subsolo que, apesar de incompletamente inventariado, já revela realidades e potencialidades muito relevantes de exploração económica, abundantes recursos piscatórios nas águas próximas e proporção favorável de solos com aptidão agrícola, a extraordinária variedade de climas, de solos, de zonas susceptíveis de aproveitamento económico, abre, por seu lado, um panorama rico de possibilidades para um desenvolvimento económico de largas e variadas perspectivas.

2. Uma população limitada em relação à superfície, com tendência para concentração nas áreas planálticas e nas zonas de influência dos grandes portos marítimos e para um crescimento a ritmo rápido, não suscita situações de pressão demográfica, antes poderá criar condições de escassez de mão-de-obra de todos os níveis de qualificação, nem sempre supríveis pelos fluxos migratórios interterritoriais.

3. No quadro produtivo, onde a participação da indústria se vai firmando, domina ainda o sector agro-pecuário. As indústrias extractivas, já de relevante contribuição para o produto interno, apresentam perspectivas de grande expansão no futuro próximo.

4. Nas relações económicas com o exterior, assinalam-se como aspectos salientes: o elevado grau de concentração de exportação, o ritmo rápido de expansão das exportações e das importações e a dificuldade de manutenção de um equilíbrio operacional da balança de pagamentos, dada a insuficiência dos fluxos de entradas de invisíveis.

5. As infra-estruturas económicas, que têm sido objecto de esforços crescentes, acompanham, com as insuficiências próprias de economias dinâmicas e da extensão do território a servir, a evolução, não só dos pólos e eixos de desenvolvimento económico, como, de um modo geral, dos agregados populacionais distribuídos pela província. Três caminhos de ferro de penetração tendo como pontos de partida portos modernos, uma rede de estradas em rápida progressão, três sistemas básicos de produção hidroeléctrica, uma dezena de centros urbanos de relevância suficiente para servir focos de desenvolvimento regional, facultam à economia angolana a quadrícula do seu crescimento, que se tem processado a ritmo acentuado e se poderá ainda acelerar decisivamente no futuro próximo.

6. No aspecto social, a estrutura, na qual se identificam os grandes estratos sócio-económicos normalmente presentes em sociedades duais, tende, em resultado dos progressos alcançados no âmbito da acção educacional, da promoção social, da melhoria do nível económico das populações e da progressiva monetarização da economia de subsistência, para uma cada vez maior integração nas tradições da presença portuguesa. A este respeito são de realçar os resultados espectaculares alcançados no esforço de dar resposta à procura crescente da promoção cultural por parte da população.

7. O sector público, ao qual o condicionalismo sócio-económico de Angola exige responsabilidades particularmente pesadas no campo dos serviços sociais e das infra-estruturas, tem assegurado, com reconhecidas dificuldades e insuficiências, o papel que se pode classificar de decisivo como enquadramento e apoio da iniciativa privada. Os principais estrangulamentos do sector situam-se no plano do pessoal qualificado, sempre escasso, e da capacidade de participação da economia empresarial na realização das infra-estruturas económicas e sociais.

No aspecto financeiro, a economia da província tem reagido favoràvelmente no encaminhamento, de proporções crescentes — mas ainda longe de limites extremos —, do seu produto, para satisfação de necessidades colectivas.

2. Evolução demográfica

8. Segundo o censo de 1960, a população residente na província era de 4 830 449, a que corresponde uma densidade de 3,9 habitantes por quilómetro quadrado. Esta população reparte-se por três grupos étnicos de características distintas. A evolução da população, global e por grupos étnicos, pode avaliar-se pelo quadro que segue.

População residente, por tipos somáticos e sexos

População	1940		1950		1960	
	H. M.	H.	H. M.	H.	H. M.	H.
Total	3 738 010	1 773 662	4 145 266	2 033 508	4 830 449	2 459 017
Branca	44 083	26 694	78 826	45 835	172 529	96 374
Mista	28 035	13 600	29 648	15 468	53 392	26 058
Negra	3 665 829	1 733 328	4 036 687	1 972 188	4 604 362	2 336 450
Outras	63	40	105	17	166	135

As diferenças verificadas entre os valores da população total e a soma dos valores dos três grupos étnicos indicados resultam do facto de existir um agrupamento populacional composto pelos indivíduos incluídos na designação «Outros tipos» e não integráveis dentro do critério usado para a classificação naqueles três grupos.

Aos valores do quadro anterior correspondem as seguintes taxas de crescimento médio anual:

Taxas de crescimento médio

População	Percentagens			
	1941–1950		1951–1960	
	H. M.	H.	H. M.	H.
Total	**1,1**	**1,5**	**1,7**	**2,1**
Branca	7,9	7,2	11,9	11
Mista	0,6	1,4	8	6,8
Negra	1	1,4	1,4	1,8

9. Pode admitir-se que a taxa de crescimento natural da população negra poderá em breve exceder os 2 a 2,5 por cento ao ano actuais, mercê da influência que a curto prazo pode provocar sobre a mortalidade e a natalidade a progressiva melhoria das condições sanitárias e de assistência.

Quanto à população branca, tudo dependerá da sua variável dominante — o saldo migratório — ainda que o saldo de vidas venha já constituindo factor relevante. Em 1960 o número de brancos naturais de Angola era de 50 920.

10. As taxas de masculinidade evoluíram de modo a que a distribuição da população, por sexos, se apresente, a partir de 1960, mais equilibrada.

Taxas de masculinidade, segundo os censos de 1940, 1950 e 1960

População	Percentagens		
	1940	1950	1960
Total	**47,4**	**49,1**	**50,9**
Branca	60,6	58,1	55,9
Mista	48,5	52,2	48,8
Negra	47,3	48,9	50,7

11. Considerando a distribuição etária da população, a análise dos elementos apurados nos censos de 1940, 1950 e 1960 revela estabilidade na estratificação da população total, embora para os diferentes grupos somáticos se notem alguns desvios de comportamento.

O estrato juvenil da população total pouco se alterou e o valor de 42 por cento verificado em 1960 constitui a indicação de uma grande reserva de potencial humano para o futuro de Angola. A população em idade activa representava 54 por cento do total, em 1960, mantendo o nível verificado em 1940.

Na população branca é nítida a influência do factor imigração, que se exerce sobretudo nos indivíduos entre os 25 e os 40 anos.

A população em idade activa corresponde a mais do dobro da juvenil. Esta mostra, todavia, nítida tendência para recuperação à custa do estrato imediatamente superior, uma vez que a população senil manteve a sua posição relativa.

O grupo negro é o elemento determinante do comportamento estável da estrutura etária global e a ele se reportam as considerações anteriormente feitas para a população total.

12. A densidade populacional apresentava os valores de 3, 3,3 e 3,9 para a província, para 1940, 1950 e 1960.

Não se verificam modificações de vulto na posição relativa dos distritos. Em 1960, oito distritos apenas — Uíge, Luanda, Cuanza Sul, Malanje, Benguela, Huambo, Bié e Huíla — possuíam 77 por cento da população total, sendo para 1950 de 76 por cento o valor desta percentagem. O distrito do Huambo continuava a ser de longe o de maior densidade, 19,5, embora a sua posição se tenha atenuado um pouco em 1960. Com efeito, Benguela (12,9) e Luanda (10,5) apresentavam acréscimos consideráveis.

No período de 1951–1960 o maior aumento — 159 108 indivíduos — registou-se em Benguela (+48,4 por cento). Por ordem de grandeza relativa seguem-se os distritos de Cuanza Sul (+36,4 por cento), Uíge (+29,1 por cento), Luanda (+23,1 por cento), Cuando Cubango (+21,9 por cento) e Cuanza Norte (+21,5 por cento). Embora diminutas, acusam quebras Lunda (— 7,1 por cento), Moçâmedes (— 4,3 por cento) e Malanje (— 2,4 por cento).

Pelos números apontados verifica-se que se acentua a tendência para uma grande concentração populacional na faixa a oeste do meridiano 18, especialmente nos planal-

tos e no Noroeste. Tal situação mais se evidencia descendo a análise ao nível dos concelhos e circunscrições.

Desta forma, os concelhos mais povoados localizam-se nos distritos de Luanda, Huambo e Benguela, verificando-se situação idêntica para as densidades populacionais. No quadro seguinte inserem-se, por ordem, os concelhos que apresentam valores extremos na escala do número absoluto de habitantes e das densidades:

Distribuição da população por concelhos e circunscrições

Concelhos e circunscrições	Número de habitantes	Concelhos e circunscrições	Densidade (hab/km²)
Luanda	224 540	Luanda	2 806,8
Bailundo	203 729	Huambo	39,3
Ganda	203 365	Lobito	28
Andulo	176 758	Bela Vista	22
Caala	161 615	Caala	21,3
Caconda	136 344	Bié	19,3
Seles	122 859	Bailundo	16,7
Balombo	120 772	Malanje	16,1
Malanje	120 595	Dembos	16
Duque de Bragança	108 079	Amboim	15,9
Viana	9 077	Cuando	0,4
Nóqui	8 552	Curoca	0,3
Porto Alexandre	8 381	Baixo Cubango . .	0,3
Quiçama	6 229	Porto Alexandre	0,3

Verifica-se, portanto, que, excepção feita para Luanda e Lobito, os maiores valores, absolutos e relativos, pertencem a concelhos do interior e quase todos da zona planáltica. As densidades populacionais, que já apresentavam diferenças relativas consideráveis ao nível dos distritos, vêem acrescer agora a amplitude dessa variação ao nível das unidades administrativas menores.

A distribuição espacial da população de origem europeia caracteriza-se por acentuada concentração, como mostra o quadro seguinte.

Distribuição por distritos da população branca

Distritos	Percentagem da população branca do distrito			
	Em relação à população do distrito		Em relação à população branca total da província	
	1950	1960	1950	1960
Total	**1,9**	**3,6**	**100**	**100**
Cabinda	1,5	3,4	0,9	1,1
Zaire	0,7	0,8	0,8	0,5
Uíge	0,3	1,5	1,1	3,5
Luanda	8	16,8	28,5	33,8
Cuanza Norte	1	2,8	2,9	4,3
Cuanza Sul	1,2	2,7	4,5	6,4
Malanje	0,6	1,3	3,6	3,4
Lunda	0,4	0,7	1,3	1
Benguela	3,7	5,5	15,5	15,5
Huambo	1,8	3,1	12,6	10,8
Bié	1,1	1,1	5,1	2,9
Moxico	0,7	1,3	2,2	2
Cuando Cubango	0,1	0,3	0,2	0,2
Moçâmedes	11,7	16,1	6,6	4
Huíla	2,2	3,1	14,2	10,6

O distrito de Luanda ocupa, como se vê, posição de relevo. Em 1960 cerca de um terço dos europeus da província residia neste distrito, na proporção de 16,8 por cada 100 habitantes. Foi este o valor mais alto registado em toda a província, apenas seguido a pequena distância por Moçâmedes, com 16,1. A grande distância vêm os outros distritos.

Da observação destes valores se verifica que a ocupação europeia se localiza de preferência nas zonas do Sul, de colonização tradicional, e nas regiões de Luanda e Benguela-Lobito, de maior desenvolvimento industrial e urbano.

13. A aglomeração da população total de Angola nas zonas planálticas e em algumas regiões do litoral tende a acentuar-se, não só pela acção dos principais centros urbanos, mas também como resultado de movimentos autónomos.

População urbana da província

1960

Distritos	População total	População urbana	Percentagem da população urbana do distrito	
			Em relação à população total do distrito	Em relação à população urbana da província
Total	**4 830 449**	**512 543**	**10,6**	**100**
Cabinda	58 547	4 635	7,9	0,9
Zaire	103 906	3 525	3,4	0,7
Uíge	399 412	6 251	1,6	1,2
Luanda	346 763	224 540	64,8	43,8
Cuanza Norte	263 051	18 571	7,1	3,6
Cuanza Sul	404 650	27 881	6,9	5,5
Malanje	451 849	19 271	4,3	3,8
Lunda	247 273	3 092	1,3	0,6
Benguela	487 873	92 590	19	18,1
Huambo	597 332	38 745	6,5	7,6
Bié	452 697	28 348	6,3	5,5
Moxico	268 449	3 777	1,4	0,7
Cuando Cubango	113 034	o	o	o
Moçâmedes	43 004	13 906	32,3	2,7
Huíla	594 609	27 411	4,6	5,3

No que se refere à distribuição da população urbana, o distrito de Luanda surge bastante destacado dos restantes: pertencem-lhe 43,8 por cento da população urbana da província e 64,8 por cento da população nele residente são urbanos. Com valores já notòriamente inferiores, mas ainda muito afastados dos dos outros distritos, segue-se

Benguela, que possui 18,1 por cento da população urbana total. Em Moçâmedes, 32,3 por cento da população são urbanos, mas esta apenas representa 2,7 por cento do total da província.

Não existem elementos que permitam determinar a evolução da população urbana. Pode, todavia, calcular-se que em 1940 esta representava cerca de 5,4 por cento da população total, o que dá um acréscimo de 151,6 por cento para o período de 1941–1960 e, portanto, um aumento médio anual da ordem dos 7,6 por cento.

Principais aglomerados populacionais

Cidades	1940	1950	1960	Acréscimo médio anual no período de 1941–1960 — Percentagem
Luanda	61 028	141 647	224 540	13,4
Lobito	13 592	23 897	50 164	13,5
Nova Lisboa	16 288	28 296	38 745	6,9
Benguela	14 243	14 690	23 256	3,2
Malanje	5 299	9 473	19 271	13,2
Sá da Bandeira . .	8 521	11 654	15 016	3,8
Moçâmedes	4 926	8 576	7 963	3,1
Carmona	–	–	6 251	–
Salazar	–	–	5 571	–
Silva Porto	4 671	8 840	5 606	1

Lobito, Luanda e Malanje foram as cidades que mais cresceram em média, mas, em termos absolutos, nenhuma se equipara ao crescimento de Luanda.

No Sul, o crescimento foi mais lento. Segundo os elementos do censo de 1960, as dezasseis cidades de Angola reuniam 428 652 habitantes, ou seja 10,6 por cento da população total da província. Dos residentes em cidades, 52,4 por cento viviam em Luanda.

14. No que respeita a projecções demográficas, importa considerar que a população da província é composta por grupos étnicos de características próprias, apresentando um dinamismo distinto no seu crescimento, o que leva a ter de se encarar a evolução de cada grupo em separado. As projecções apresentadas devem apenas ser encaradas como meras hipóteses de trabalho, de significado sempre limitado. Conforme as hipóteses básicas adoptadas para cada um dos grupos considerados, a população de Angola atingirá em 1973 os níveis de 6 375 000 e 6 729 000 habitantes, correspondendo o nível mais alto a hipóteses

plausíveis de evolução de taxas de mortalidade e natalidade da população não alienígena.

Não se afigura provável a alteração significativa da estrutura etária da população até ao termo do sexénio.

3. Evolução do produto, rendimento e despesa interna

Produto interno bruto

15. O produto interno bruto ao custo dos factores [1] evoluiu entre 1953 e 1963, para preços constantes de 1963, da forma que a seguir se apresenta, incluindo números-índices para cada ano, respectivamente em relação ao ano anterior e em relação ao ano inicial:

Anos	P. I. B. ao custo dos factores (preços constantes de 1963) — Milhares de contos	Números-índices	
		Em relação ao ano anterior	Em relação a 1953
1953	16 657	—	—
1954	16 429,8	98,6	98,6
1955	17 746,6	108	106,5
1956	17 165,8	96,7	103,1
1957	18 797,3	109,5	112,9
1958	19 832,5	105,5	119,1
1959	19 994,2	100,8	120
1960	20 897,9	104,5	125,5
1961	23 071,3	110,4	138,5
1962	22 095,8	95,8	132,7
1963	23 061,4	104,4	138,4

Em dez anos o produto interno bruto cresceu 38,4 por cento, à média anual não acumulativa de 3,84 por cento; de 1958 a 1963 o acrescimento foi de 16,3 por cento, a uma média anual não acumulativa de 3,28 por cento.

O ajustamento linear da série de valores disponíveis, o qual tende a desprezar as flutuações anuais, feito pelo método dos mínimos quadrados, conduziu à determinação da taxa de crescimento anual de 3,62 por cento,

[1] Os dados que serviram de base para a presente análise foram as estimativas da Missão de Estudos do Rendimento Nacional do Ultramar, que englobam tanto os circuitos monetários como os não monetários, o que exige que os dados apresentados sejam objecto de tratamento para fazer face às dificuldades encontradas na utilização das estimativas do produto gerado pela economia de subsistência.

taxa que pode ser tomada como a taxa média mais significativa para a evolução do produto interno bruto de Angola no período em análise.

A distribuição percentual deste agregado pelos dois circuitos — monetário e não monetário — foi, nos anos mais relevantes do período considerado, a seguinte:

Anos	Percentagens	
	Circuito monetário	Circuito não monetário
1953	48,7	51,3
1957	52,3	47,7
1958	53,6	46,4
1962	56,2	43,8
1963	57,9	42,1

16. A despesa imputada ao produto nacional bruto evoluiu entre 1953 e 1963, para preços constantes de 1963, da forma que se pode observar no quadro seguinte:

Anos	Despesa imputada ao P. N. B. (preços de 1963) — Milhares de contos	Números-índices	
		Em relação ao ano anterior	Em relação a 1953
1953	17 330,4	–	100
1954	16 810,6	97	97
1955	18 196,6	108,2	105
1956	17 872,5	98,2	103,2
1957	19 481,8	109	112,4
1958	20 468,4	105,1	118,2
1959	20 553,8	100,4	118,6
1960	21 363,4	103,9	123,3
1961	23 576,6	110,4	136
1962	22 906,3	97,2	132,2
1963	24 242,8	105,8	139,9

17. A evolução do produto nacional bruto apresenta uma natural similitude com a do produto interno, com as mesmas pequenas quebras em 1954, 1956 e 1962, das quais apenas a primeira não foi provocada essencialmente pela variação dos preços, pois, para preços correntes, sòmente se assinala um ligeiro recuo em 1954. O valor máximo foi atingido em 1963.

Em dez anos, o produto nacional bruto cresceu 39,9 por cento, à média anual não acumulativa de aproximadamente 4 por cento, a que correspondeu nível mais alto no período terminal.

Taxas de acréscimo anual médio do produto nacional bruto

Períodos	Taxas anuais — Percentagem
1953–1963	3,8
1958–1960	3,4
1960–1963	4,3

Considerando apenas os fluxos monetários do produto nacional bruto, as taxas seriam maiores e até mais significativas, na medida em que punham em evidência uma sólida tendência monetarizante na economia.

Taxas de acréscimo anual médio do produto nacional bruto

Circuito monetário

Períodos	Taxas anuais
1953–1963	6,2
1958–1963	5,2
1960–1963	7

18. O dualismo económico da província, já assinalado, pode observar-se também nos valores da despesa imputada ao produto nacional bruto, através do quadro seguinte:

Despesa imputada ao produto nacional bruto

Preços constantes

Espécie	Milhares de contos			
	1953	1958	1960	1963
Só com fluxos monetários	8 780	11 267	11 862	14 535
Com inclusão de fluxos não monetários	17 330	20 468	21 363	24 243

Os valores insertos neste quadro revelam uma evolução mais favorável no circuito monetário, do que resultam taxas de acréscimo mais elevadas do que as anteriormente referidas.

19. A evolução deste agregado pode considerar-se caracterizada pelos seguintes aspectos: posição preponderante da despesa de consumo privado, com mais de 77 por cento, em média, do total e cadência de crescimento — 3,7 por cento ao ano — muito satisfatória, se não esquecermos o ainda elevado grau de subsistência da economia da província; expansão muito rápida do consumo público, à taxa média anual de 17 por cento; relativa estagnação da formação bruta de capital fixo, que aumentou apenas 2 por cento por ano; e deterioração do saldo da balança de pagamentos, traduzida por uma redução de cerca de um terço no período em causa.

Despesa imputada ao produto nacional bruto

Distribuição percentual

Componentes	1953	1960	1963
Despesa de consumo privado	76,7	78,3	76,2
Despesa de consumo do Estado	6,5	9,6	13,2
Quantitativo bruto de formação de capital fixo interior	8,8	11,8	7,9
Aumento de existências . . .	×	×	×
Exportação de bens e serviços	24,2	20,1	21,3
Menos: Importação de bens e serviços	— 15,4	— 18,1	— 17,4
Rendimento líquido de factores recebidos do estrangeiro . .	— 0,8	— 1,7	— 1,2
Despesa imputada ao produto nacional bruto	100	100	100

4. Relações económicas com o exterior

20. O crescimento da economia de Angola está fortemente condicionado pelas disponibilidades de meios externos de pagamento, exigidos para assegurar a aquisição em proporções crescentes de bens de produção e promover a atracção dos técnicos e mão-de-obra qualificada, cuja procura excede a capacidade de formação *in loco*.

21. Qualquer destas acções não pode, com efeito, deixar de exercer considerável pressão sobre a balança de

pagamentos territorial, a acrescer à tendência normal em economias em vias de desenvolvimento para a não absorção a níveis satisfatórios do aforro local. Tais circunstâncias põem em clara evidência a posição estratégica ocupada pelo comportamento da balança de pagamentos no processo de desenvolvimento da economia e, consequentemente, a necessidade de sobre ele manter observação atenta.

22. A análise da balança de pagamentos da província nos anos de 1964 e 1965 oferece uma panorâmica talvez insuficientemente ampla, na medida em que o período considerado assume natureza transitória, em virtude de corresponder à fase de arranque do sistema de pagamentos interterritorial, e, portanto, de reestruturação de orgânicas e métodos, incluindo os aspectos estatísticos. Afigura-se, porém, suficiente para ser possível evidenciar as linhas gerais de caracterização estrutural e tendencial convenientes para os efeitos presentes.

23. O exame das balanças de pagamentos externos constante do quadro seguinte mostra que o equilíbrio satisfatório, que tem sido mantido e que se traduz por saldos positivos de 1642 e 738 milhares de contos, respectivamente nos anos de 1964 e 1965, tem sido tornado possível pelos saldos apurados nas seguintes rubricas: mercadorias, transportes e diversos (englobando como componente mais importante as operações do Estado).

No que diz respeito às operações de capital, é o sector público aquele onde se podem assinalar saldos positivos.

Isto significa que as perspectivas de equilíbrio da balança de pagamentos assentam na capacidade previsível de resposta da evolução das exportações, do rendimento dos caminhos de ferro internacionais e do financiamento pela Administração Central das despesas extraordinárias de fomento ou de outra natureza, às exigências impostas pela expansão de consumos, pela transferência de lucros, juros e rendas, pelas remessas de emigrantes e pelo pagamento de serviços.

Balança de pagamentos externos

Em milhares de contos

Rubricas	1964			1965		
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
Transacções correntes	7 448	8 496	+ 1 048	7 276	7 907	+ 631
Mercadorias	*4 486*	*6 136*	*+ 1 650*	*4 860*	*5 065*	*+ 205*
Invisíveis correntes	*2 962*	*2 360*	*— 602*	*2 416*	*2 842*	*+ 426*
Turismo	256	7	— 249	273	33	— 240
Transportes	40	221	+ 181	141	258	+ 117
Fretes de mercadorias	3	132	+ 129	15	206	+ 191
Outros	37	89	+ 52	126	52	— 74
Seguros	26	1	— 25	23	–	— 23
Rendimento de capitais	589	16	— 573	501	34	— 467
Diversos	1 166	2 073	+ 907	876	2 469	+ 1 593
Transferências privadas	885	42	— 843	602	48	— 554
Operações de capital	–	–	+ 563	–	–	+ 113
Curto prazo	–	–	*— 63*	–	–	*— 50*
Sector privado (saldo)	–	–	— 58	–	–	— 50
Sector público	85	80	— 5	49	49	–

Longo prazo	*98*	*724*	+ *626*	*310*	*473*	+ *163*
Sector privado	25	99	+ 74	207	186	— 21
Sector público	73	625	+ 552	103	287	+ 184
Operações em desencontro e erros e omissões	–	–	+ 31	–	–	— 6
Total	–	–	+ 1 642	–	–	+ 738

24. Decompondo este quadro global nos seus dois elementos componentes básicos — balança de pagamentos interterritorial e balança de pagamentos internacional —, verifica-se que os saldos apurados são resultantes da combinação sistemática de saldos negativos na primeira destas balanças com saldos fortemente favoráveis na segunda.

Anos	Saldos	
	Balança de pagamentos interterritorial	Balança de pagamentos internacional
1964	— 1 427	+ 2 475
1965	— 691	+ 1 322

Por uma análise mais pormenorizada das diversas operações com os territórios nacionais, verifica-se que a única rubrica que apresenta saldo positivo, digno de ser considerado, é a do Estado, contribuindo mais fortemente para o saldo negativo global as rubricas «Transferências privadas», «Rendimento de capitais», «Turismo» e «Mercadorias». Esta última denuncia o desequilíbrio de trocas comerciais com o espaço económico nacional, embora o valor apurado apareça um pouco superior à realidade, na medida em que não estão contabilizados todos os cambiais, em virtude da manutenção de regimes contratuais especiais.

Balança de pagamentos com territórios nacionais

Operações	Saldo em milhares de contos	
	1964	1965
Mercadorias	— 781	— 909
Turismo	— 219	— 235
Transportes	— 31	— 132
Seguros e resseguros	— 14	— 16
Rendimento de capitais	— 498	— 428
Estado	+ 1 131	+ 1 782
Outros serviços e pagamento de rendimentos	— 163	— 218
Transferências privadas	— 821	— 541
Operações de capitais privados . .	+ 35	— 44
Operações de capitais públicos . .	+ 547	+ 184
Totais	— 814	— 557

As rubricas «Transferências privadas» e «Turismo» reflectem os efeitos de estrutura demográfica caracterizada por um largo sector da população fortemente ligado ainda aos territórios de naturalidade, além da propensão à exportação de poupanças verificada, em regra, nas economias em vias de desenvolvimento.

A rubrica «Rendimento de capitais» mostra o grau de dependência em que o investimento na província se encontra do mercado de capitais metropolitano.

Para normalizar a situação dos pagamentos interterritoriais de Angola, foram recentemente tomadas pelo Governo Central medidas que se traduzem na concessão à província de dois empréstimos de 500 000 contos cada um, um pela Companhia de Diamantes de Angola e outro através do Fundo Monetário da Zona do Escudo.

25. Passando à análise da balança das operações com o estrangeiro, verifica-se que o saldo positivo apurado para o período em exame se deve não só ao valor do saldo derivado das trocas de mercadorias, como ainda ao saldo da rubrica «Transportes». Para a formação do saldo desta rubrica contribuíram essencialmente os fretes com mercadorias que são proporcionados pelo caminho de ferro de Benguela. E o que consta no quadro seguinte:

Balança de pagamentos com territórios estrangeiros

Operações	Saldo em milhares de contos	
	1964	1965
Mercadorias	+ 2 431	+ 1 114
Turismo	— 30	— 5
Transportes	+ 212	+ 249
Seguros e resseguros	— 11	— 7
Rendimento de capitais	— 75	— 39
Estado	–	–
Outros serviços e pagamento de rendimentos	— 30	+ 23
Transferências privadas	— 22	— 13
Operações de capitais privados	— 19	— 27
Operações de capitais públicos	–	–
Totais	+ 2 456	+ 1 295

26. Numa definição dos aspectos da balança de pagamentos da província mais relevantes para o processo do seu desenvolvimento económico, salienta-se, pois, com nitidez, o papel determinante desempenhado pela atracção

de capitais externos, pela fixação de poupanças locais e, em especial, pela expansão das exportações, na manutenção de um equilíbrio dinâmico compatível com a expansão visada.

Com efeito, não sendo de prever possibilidades relevantes em matéria de pagamentos correntes de serviços, a cobertura das crescentes importações impostas pelas necessidades de equipamento e de bem-estar das populações e dos encargos com a remuneração e amortização de capitais externos, cuja liquidação imediata constitui condição essencial e forte incentivo para atrair novos investimentos, será nos sentidos indicados que com maior segurança se poderá agir com vista a alcançar os objectivos estabelecidos.

De entre eles sobressai, porém, como mais susceptível de resposta rápida e adequada, o sector das exportações, ao qual se tem de pedir um ritmo de aceleração superior ao das importações, de modo a facultar cobertura adequada às restantes rubricas da balança de pagamentos.

Será, pois, neste aspecto que incidirá uma análise mais aprofundada, através da qual se procurará caracterizar a tendência dominante e apontar as linhas de acção susceptíveis de conduzirem à realização dos fins visados e que constituem, afinal, uma das condições de realização do III Plano de Fomento.

Apreciação da balança comercial

27. A balança comercial de Angola tem apresentado uma evolução irregular, muito embora predomine, no conjunto dos anos, a ocorrência de saldos positivos, de maior ou menor volume.

Balança comercial de Angola

Anos	Exportações	Importações	Saldos
1956	3 289 026	3 162 216	+ 126 810
1957	3 362 763	3 535 578	— 172 815
1958	3 688 516	3 738 237	— 49 721
1959	3 587 418	3 767 864	— 180 446
1960	3 565 492	3 669 610	— 104 118
1961	3 874 116	3 267 692	+ 606 424
1962	4 264 294	3 897 966	+ 366 328
1963	4 683 873	4 211 583	+ 472 290
1964	5 867 571	4 714 294	+ 1 153 277
1965	5 747 402	5 601 177	+ 146 225

Verifica-se, assim, que, em relação ao período indicado, se registou, com ligeiras oscilações, um crescimento firme, quer das exportações, quer das importações e, ainda, um certo paralelismo nesta evolução, na medida em que as exportações se expandiram à taxa média anual de 8,3 por cento e as importações, revelando um ritmo mais acentuado, à taxa média anual de 8,6 por cento.

Relativamente à série apresentada, interessará ainda destacar a expansão verdadeiramente notável operada a partir de 1961, quer nas exportações, quer nas importações, e que só em 1965 apresentou uma sensível quebra quanto às exportações, motivada, fundamentalmente, pela diminuição registada com o sisal (—205 699 contos), os minérios de ferro (—87 281 contos) e o petróleo (—118 909 contos).

28. A exportação tem-se caracterizado, quanto à sua composição, por um elevado predomínio de bens primários ou matérias-primas. Assim, em 1965, o café em grão (47 por cento), os diamantes em bruto (16 por cento), o milho (5 por cento), o sisal (5 por cento) e os minérios de ferro (3 por cento) representaram 76 por cento desse montante, o que evidencia, além de uma estrutura fortemente primária das actividades orientadas para a exportação, a existência de uma forte vulnerabilidade às frequentes oscilações de preços que caracterizam as cotações dos produtos básicos no mercado mundial, em consequência da elevada concentração observada.

A verificação desta estrutura põe em evidência a necessidade que existe de se adoptarem as medidas convenientes destinadas a conseguir-se uma maior diversificação dos produtos exportados, a fim de se obviar às consequências, sempre de ampla repercussão na economia interna, que resultam das frequentes oscilações das cotações mundiais dos produtos primários, e ainda, o que é mais grave, a tendência para a baixa de cotações que os mesmos revelam.

À elevada concentração por produtos acresce uma alta concentração na distribuição geográfica do comércio externo.

Evolução dos produtos exportados

Produtos	Contos					
	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Café em grão	1 263 964	1 398 449	1 864 092	1 894 754	2 859 116	2 687 101
Diamantes	496 168	662 133	555 962	721 390	747 611	904 332
Sisal e seus desperdícios	376 286	316 569	410 281	579 819	480 685	275 920
Minérios de ferro	151 553	143 301	131 327	136 655	234 216	146 935
Farinha de peixe	108 341	134 799	110 510	86 753	176 982	174 644
Milho	164 952	224 830	151 698	124 454	172 188	282 933
Petróleo em bruto	–	–	56 901	126 244	122 352	39 050
Madeira em bruto e serrada	96 749	73 973	55 443	93 006	95 539	99 000
Óleo de palma em bruto e refinado	71 328	80 397	71 795	84 912	81 445	70 719
Fuel-oil	26 550	42 163	47 770	84 135	81 083	78 035
Crueira	77 637	89 817	110 247	42 563	77 475	63 778
Açúcar em rama	123 952	98 294	99 938	60 000	72 350	113 706
Peixe seco	73 251	116 234	80 384	66 135	69 153	84 811
Coconote	22 024	32 838	35 638	62 999	62 515	62 333
Algodão em rama	146 376	69 033	99 018	79 604	53 919	83 426
Pastas para o fabrico de papel	–	–	1 895	34 529	46 718	53 188
Tabaco em bruto manipulado	16 195	16 822	16 306	27 849	32 075	47 915
Conservas de peixe	18 788	24 596	23 048	27 330	26 240	26 300
Cera em bruto ou preparada	22 006	19 941	21 410	14 399	24 356	24 555
Óleos e gorduras de peixe	22 527	8 897	5 858	7 845	24 223	15 394
Carnes frescas	5 113	25 517	18 986	19 476	21 625	30 538
Couros e peles em bruto	15 981	11 958	10 332	13 670	20 509	10 158
Cimentos	2 930	3 791	4 656	10 501	17 983	25 514
Óleo de coconote	8 516	21 601	15 747	10 478	15 279	11 335
Sal e cloreto de sódio puro	9 349	10 626	9 589	10 402	15 149	10 822
Amendoim	19 339	12 953	7 018	9 475	13 638	17 061

Gasolina	9	8	19 790	27 371	12 620	1 824
Feijão	33 683	28 569	29 488	33 198	12 489	42 882
Farinha e fuba de milho	3 109	6 181	10 760	8 528	12 171	17 858
Bagaço de oleaginosas	12 219	13 094	8 988	13 293	11 822	13 287
Gergelim	4 621	4 091	3 865	5 136	8 436	7 246
Peixe fresco	4 126	4 915	15 052	12 391	8 100	11 618
Arroz	9 436	9 167	6 271	3 879	6 622	5 972
Melaço	3 776	810	1 400	3 608	6 121	4 737
Manganés	22 863	13 674	5 455	1 918	5 837	837
Massango	676	2 387	2 353	2 223	3 248	4 198
Travessas de madeira para vias férreas	893	185	12	6	3 229	1 054
Cacau	3 989	4 047	5 085	3 565	2 823	2 066
Farinha e fuba de mandioca	3 139	3 493	1 842	1 184	1 572	3 145
Sementes de algodão	5 492	5 920	1 342	2 025	1 182	1 106

29. Assim, se considerarmos a repartição pelos principais mercados consumidores relativa ao último quinquénio, desde logo se constata forte dependência em relação a um número muito reduzido de clientes, facto bem traduzido pela circunstância de, por exemplo, em 1965, apenas quatro mercados absorverem 75,8 por cento das exportações totais. Dos territórios estrangeiros pertencentes a este grupo ressalta a posição assumida pelos Estados Unidos, com uma percentagem média no quinquénio em referência acima dos 20 por cento, que se pode atribuir, na quase totalidade, às vendas de café para aquele mercado.

Na óptica dos espaços económicos, interessará referir separadamente as exportações, analisando-as especialmente sob o aspecto de evolução, as vendas para o espaço económico nacional, para a C. E. E. e para a E. F. T. A. (com exclusão da metrópole).

Repartição geográfica das exportações

Principais territórios clientes e zonas; quinquénio de 1961-1965

Por mercados individualizados	Percentagens				
	1961	1962	1963	1964	1965
Territórios nacionais:					
Metrópole	19,2	20	22,3	29,9	35,2
Ultramar	3,4	3	2,3	2,4	2,9
Territórios estrangeiros:					
Estados Unidos da América	21,1	25	19,2	25,8	23,1
Holanda	10,5	10,7	14,1	13,9	11,8
Alemanha	7,1	7,8	6,6	7,6	5,4
Por espaços económicos:					
Espaço económico nacional	22,6	23	24,6	32,3	38,1
Comunidade Económica Europeia	23,4	24,3	26,3	28	25,9
Associação Europeia de Comércio Livre (*a*)	21,4	16,6	17,8	5,2	2,4

(*a*) Exclui a metrópole.

O espaço económico português detém uma progressiva participação no comércio externo da província, muito embora, considerando isoladamente a metrópole e o ultramar, se tenha assistido a uma evolução em sentidos opostos: assim, enquanto as vendas com destino ao mercado metropolitano conheceram no quinquénio forte expansão, as exportações para os territórios ultramarinos apresentaram uma evolução regressiva, se bem que pouco acentuada. Este surto das vendas à metrópole deve-se ao processo de integração económica, através da qual se tem operado uma progressiva eliminação dos obstáculos à livre circulação de mercadorias.

Relativamente às associações económicas europeias, observa-se, no que respeita à C. E. E., uma certa estagnação do nosso comércio. Quanto à E. F. T. A., a quebra detectada resulta do desvio que se tem operado na exportação de diamantes em bruto do Reino Unido para a metrópole, mercê da instalação da indústria de lapidação neste território.

30. Do mesmo modo que na exportação, também nas compras ao exterior se assinala uma certa concentração quanto a determinadas categorias de bens, relevando-se, as que seguidamente se indicam, escalonadas por ordem decrescente dessa sua posição relativa, representativas de 73,2 por cento do valor global importado no quinquénio de 1961–1965:

	Percentagens
Matérias têxteis e respectivas obras	16,6
Máquinas e aparelhos; material eléctrico . . .	14
Material de transporte	13,8
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabacos . . .	11,1
Metais comuns e respectivas obras	10,2
Produtos das indústrias químicas e das indústrias conexas	7,5

Trabalhando com valores globais referentes ao quinquénio de 1961–1965, a estrutura em relação aos grupos de mercadorias mais relevantes no quadro das importações foi a seguinte:

	Posição relativa — Percentagem	Valor do quinquénio — Contos
Matérias têxteis e respectivas obras	–	3 613 800
Tecidos de algodão, crus, brancos ou tintos	40	–

	Posição relativa — Percentagem	Valor do quinquénio — Contos
Máquinas e aparelhos e material eléctrico	–	3 051 451
Motores de explosão ou de combustão interna de êmbolos e respectivas partes e peças separadas	6	–
Armários frigoríficos	4	–
Maquinaria para aterro, desaterro, escavação ou perfuração do solo e respectivas partes e peças separadas	11	–
Maquinaria e instrumentos para a agricultura	5	–
Material de transporte	–	3 007 709
Tractores	15	–
Automóveis para o transporte de mercadorias ou de pessoal e respectivas peças separadas e acessórios	67	–
Produtos das indústrias alimentares	–	2 409 757
Vinhos comuns, brancos e tintos	71	–
Metais comuns e respectivas obras	–	2 183 102
Ferro em bruto e semitrabalhado	28	–
Produtos das indústrias químicas e das indústrias conexas	–	1 669 824
Medicamentos	40	–
Tintas	8	–
Adubos	6	–
Desinfectantes, insecticidas, fungicidas, etc.	5	–

Entre os produtos mencionados, interessa referir, dadas as potencialidades existentes na província para um aumento substancial da produção local a prazo mais curto, a importância assumida pelos tecidos de algodão no conjunto das exportações.

Quanto às restantes mercadorias, verifica-se, de um modo geral, que as possibilidades de produção na província são ainda bastante limitadas para os próximos anos, dado o grau de industrialização que exigem.

31. No que respeita à repartição geográfica das importações, verifica-se ainda uma certa concentração, assumindo

posição de especial relevo o volume das compras efectuadas em território nacional.

Assim, para o quinquénio de 1961–1965 registou-se a distribuição que seguidamente se aponta, por territórios fornecedores:

Repartição geográfica das importações

Principais territórios e zonas; quinquénio de 1961-1965

Por mercados individualizados	Percentagens				
	1961	1962	1963	1964	1965
Territórios nacionais:					
Metrópole	43,8	41,4	48,9	49	47,5
Ultramar	3,1	5,2	5,1	3,3	3,5
Territórios estrangeiros:					
Reino Unido	12,6	12,1	10,3	10	11,2
Alemanha	8,5	7,8	8,4	8	8,2
Estados Unidos da América.	10,3	9	10,1	8,7	7,9
Por espaços económicos:					
Espaço económico nacional	46,9	46,6	48,1	52,2	51
Comunidade Económica Europeia . .	17,2	20,3	20,4	17,5	18,3
Associação Europeia de Comércio Livre (*a*)	17,5	17,9	14,9	15,2	16,1

(*a*) Exclui a metrópole.

32. Em relação ao decénio de 1956–1965, apresentaram as exportações e as importações uma taxa média de crescimento anual da ordem, respectivamente, dos 8,3 e 8,6 por cento. Prevê-se que as taxas de crescimento a observar para os próximos anos sejam substancialmente mais elevadas. Efectivamente, se atentarmos na série de valores, para o decénio em causa, apresentada pelas duas variáveis da balança comercial, identificaremos desde logo a existência de dois períodos distintos: um, situado entre 1956 e 1961, caracterizado por uma estagnação relativa, durante a qual as exportações denunciaram um acréscimo anual médio da ordem dos 3,6 por cento e as importações um aumento médio, bastante menos acentuado, de 0,7 por cento; outro, posterior a 1961, simbolizado por uma saudável reacção de natureza económica ao surto terrorista, em cujo decurso

as exportações atingiram o notável acréscimo médio anual de 12,1 por cento e as importações um aumento médio, verdadeiramente excepcional, de 17,9 por cento.

Julga-se, pois, que terá de ser com base nesta evolução recente que se deverá enquadrar o comportamento para os próximos anos das duas componentes em apreço (importação e exportação).

Assim, quanto à importação, é provável que a taxa de crescimento médio anual se situe nas proximidades dos 15 por cento, previsão que, a concretizar-se, forneceria os valores de 6,7 milhões de contos em 1968 e 9,1 milhões de contos em 1973.

Quanto à exportação, será previsível, desde que se concretizem alguns dos empreendimentos adiante preconizados, que venha a conhecer taxa ainda mais elevada do que a calculada para os anos mais recentes posteriores a 1961. Efectivamente, estimando, só com base no projecto de exploração mineira de Cassinga, uma exportação de minério de ferro para 1968 da ordem dos 2 milhões de toneladas e um crescimento médio anual destas exportações do nível dos 25 por cento, o que não parece exagerado e permitiria um volume de vendas deste produto em 1973 da ordem dos 4,5 milhões de toneladas, poder-se-ia atingir para o período de execução do Plano uma taxa de crescimento das exportações — desde que as exportações dos restantes produtos crescessem ao mesmo ritmo do período posterior a 1961 — do nível dos 14,1 por cento, a que corresponderia, em 1973, um valor exportado próximo dos 10,4 milhões de contos.

Com base nestas estimativas, necessàriamente muito grosseiras, poder-se-ão esperar sem intervenção os níveis tendenciais seguintes:

Níveis da balança comercial

Rubricas	Milhões de contos			
	Taxa de crescimento médio esperada — Percentagem	1961	1968	1973
Exportação	14,1	3,9	7,7	10,4
Importação	15	3,3	6,7	9,1
Saldo . . .	–	0,6	1	1,3

33. Como medida principal de fomento da exportação, situa-se a expansão da produção, que será necessário processar a ritmo mais intenso, em especial para os sectores com reflexo na exportação. Assim, apontam-se duas ordens de acção, consoante a sua execução se deva realizar a médio ou a longo prazo.

a) Objectivos a médio prazo

1. Intensificação ou início do aproveitamento das jazidas minerais já identificadas e com características de exploração economicamente rentável.

34. Parecem residir nesta rubrica as possibilidades de se conseguir, no decurso dos próximos anos, um aumento mais espectacular do valor das exportações. Oferecem tais perspectivas a exploração dos minérios de ferro e a extracção do petróleo.

Os fosfatos naturais de Cabinda já assinalados merecem especial referência entre uma gama ampla de possibilidades, pois, além de poderem vir a ter razoável incidência na exportação, poderiam ainda constituir fonte de matéria-prima para a produção local de fertilizantes.

2. Expansão das produções do sector agro-pecuário em relação às quais se sabe existir já um conjunto de factores produtivos favoráveis e boas perspectivas de colocação no exterior.

35. Nesta categoria podem enquadrar-se diversos produtos, merecendo especial relevo o açúcar, o algodão, as frutas, carnes de bovinos e produtos de palmar.

Quanto ao açúcar, embora a comercialização mundial deste produto se tenha caracterizado até agora por uma superprodução — com o inevitável reflexo numa tendência para uma progressiva baixa de cotações —, o facto é que, enquadrando o problema no âmbito nacional, as perspectivas existentes para a colocação da expansão da produção de Angola são favoráveis.

Efectivamente, não obstante o acréscimo que se tem registado na produção da província de Moçambique, o *deficit* do consumo da metrópole, que tem vindo a ser suprido com produtos de origem estrangeira, atingiu em relação ao ano de 1965 o quantitativo de 47 481 t, no valor de 125 193 contos, sem mencionar as potencialidades reveladas pelas baixas capitações de consumo em quase todos os territórios nacionais.

Está considerada a instalação de mais uma fábrica de açúcar em Angola.

36. Quanto ao algodão, será necessário levar a cabo esforço notável para que a exportação desta fibra conheça expansão razoável.

37. No que respeita às frutas, aquelas que para os próximos anos apresentam maiores perspectivas de virem a constituir fonte de receita em cambiais apreciáveis são a banana e o abacaxi, muito embora para a exportação em fresco a primeira assuma papel muito mais relevante. Efectivamente, quanto à segunda, as possibilidades de exportação em volume mais significativo residem na colocação dos produtos já industrializados (rodelas, sumos, compotas, etc.).

O crescimento do consumo que se tem operado no mercado metropolitano tenderá a aumentar nos próximos anos, mercê de acção positiva, não só no âmbito da distribuição, como também no da política de baixo preço ao consumidor, que se espera levar a cabo. É legítimo esperar que a exportação de frutas frescas atinja em 1968 o nível das 20 000 t, quantitativo que, em cambiais, se representará, aos preços actuais, por receitas da ordem dos 40 000 contos.

38. As carnes de bovino constituem um dos produtos que mais seguramente poderão contribuir para a expansão das receitas de exportação da província nos anos mais próximos, dada a escassez mundial da carne. Na verdade, dos produtos agro-pecuários, a carne foi o único que, no comércio internacional, experimentou, durante o período de 1952–1954 a 1962–1964, um acréscimo positivo para o seu valor unitário da ordem dos 14 por cento. A fim de se inferir do interesse nacional que revestirá o fornecimento da metrópole por esta província, bastará referir que aquele território importou, em 1965, 9786 t, no valor de 180 367 contos, tendo Angola (único território nacional fornecedor) participado apenas com 4,7 por cento da quantidade global.

39. Finalmente, interessará referir a melhoria em receitas que se poderá vir a basear no palmar.

Embora o valor exportado dos produtos derivados do palmar assuma já volume bastante significativo no quadro das exportações — o montante global de 144 387 contos —, as possibilidades de colocação existentes garantem a programação do adequado sistema de acréscimo de produção, do qual possa resultar notável aumento na participação destes produtos. Quanto ao caso particular do óleo de palma, deverão ser incentivados os esforços desenvolvidos no sentido da produção de óleos

com menor acidez, facto que, a atingir-se, poderá, só por si, proporcionar relevante aumento da receita do produto exportado.

3. Implantação de um esquema visando a progressiva substituição da exportação de produtos primários pela dos produtos laborados ou semilaborados deles derivados.

40. Neste grupo enquadram-se com carácter prioritário: madeiras, crueira, sisal, milho, couros e peles.

A exportação de madeiras de espécies indígenas, que interessa fundamentalmente ao distrito de Cabinda e à região do Luso, constitui um dos casos mais relevantes quanto à natureza dos produtos exportados, em que se assinala com mais intensidade o insuficiente aproveitamento que tem sido dado a esta riqueza da província.

Efectivamente, se se atender aos números relativos à exportação efectuada em 1965, verifica-se que a quase totalidade do produto exportado é feita sob a forma de toros em bruto, constituindo a parte referente a madeira trabalhada uma fracção pouco significativa.

Quanto às madeiras exóticas, de que existem extensas áreas plantadas, o seu aproveitamento tem sido realizado através da sua transformação em celulose e produtos derivados, que, em 1965, atingiram já função de certo relevo nas exportações, como se infere pelo quadro seguinte:

Exportação da indústria de celulose

	1965	
	Toneladas	Contos
Pasta de celulose	22 693	53 188
Papel, cartolina e cartão	620	4 560
Sacos de papel	231	1 865

O esforço a desenvolver neste campo respeitará essencialmente a um mais integral aproveitamento das madeiras duras, através da sua industrialização local. Além da obtenção de maiores receitas da exportação de produtos mais nobres, conseguir-se-á também um aproveitamento mais completo da madeira cortada, na medida em que aquela que não reúna as condições e as características para exportação em espécie poderá ser aproveitada para a industrialização.

41. Um outro produto cuja industrialização deverá merecer atenção especial é a crueira, cujos derivados cobrem uma extensa gama de produtos alimentares. A reduzida capacidade de consumo do mercado interno destes produtos aconselha, todavia, que se tenha em atenção, no dimensionamento e apetrechamento das unidades a instalar, a dependência em que as unidades ficarão dos mercados externos, visto só através destes poderem conseguir o nível de consumo que justifique o volume de investimentos a realizar.

A exportação de crueira tem acusado crescimento razoàvelmente firme, cujas oscilações em valor são imputáveis, fundamentalmente, às flutuações das cotações.

42. A industrialização do sisal limitava-se pràticamente à desfibração em fábricas que funcionam junto das fazendas agrícolas.

O número de indústrias de desfibração instaladas até ao final de 1964 era de 132, mobilizando 10 586 operários e representando um investimento de 170 116 contos.

Indústrias instaladas de desfibração de sisal

Anos	Número	Pessoal	Capital investido
Até 1955	69	5 433	71 874
1956	9	962	25 283
1957	7	714	15 850
1958	10	861	6 995
1959	10	890	18 632
1960	5	296	6 800
1961	5	226	5 160
1962	2	68	3 700
1963	5	447	7 160
1964	10	689	8 662
Total	132	10 586	170 116

Após a preparação levada a efeito nas instalações de desfibração, a fibra é exportada na sua quase totalidade. A parte destinada ao consumo interno tem-se mostrado insignificante relativamente ao total da produção. Com efeito, as indústrias de cordoaria, de tapetes e de redes de pesca, que utilizam o sisal como matéria-prima, são em número restrito e de pequena capacidade. Todavia, são aproveitadas anualmente na província grandes quantidades de estopa de sisal para o fabrico de papéis, designadamente do tipo *Kraft*, com base nas pastas de madeira.

Em 1965, porém, foi inaugurada uma importante unidade industrial de fiação e cordoaria — Cofiang —, calculando-se que a mesma venha a influir no crescimento da procura interna, e estando prevista a instalação, num futuro próximo, de mais duas unidades fabris.

43. O milho, não obstante as condições em que a sua produção se processa, tem desempenhado papel de relevo no quadro das exportações, como se pode inferir pelos números a seguir indicados, relativos, na sua maior parte, a fornecimentos destinados ao abastecimento do mercado metropolitano, números estes bastante afastados da produção real, dado o elevado autoconsumo registado:

Exportação de milho

Anos	Toneladas	Contos
1956	130 721	191 912
1957	30 964	42 628
1958	167 821	218 435
1959	149 184	214 950
1960	117 112	164 952
1961	161 585	224 830
1962	116 681	151 698
1963	86 189	124 454
1964	104 475	172 188
1965	168 199	282 933

As séries revelam extrema instabilidade, que traduz o que na cultura se processa, na estreita dependência da maior ou menor regularidade das chuvas.

A industrialização deste cereal em larga escala, com vista à produção, nomeadamente, de farinhas, amidos, óleos de milho, etc., constituiria achega de maior interesse com vista à valorização do produto e poderia até vir a representar um meio de atracção para a instalação de explorações em moldes empresariais, com as consequentes vantagens de melhoria de qualidade do cereal produzido, aumento da produtividade, etc.

44. Finalmente, interessa considerar os couros e peles em bruto, produtos que, embora tenham, actualmente, um significado no quadro das exportações relativamente reduzido, apresentam perspectivas bastante favoráveis a partir do momento em que a exportação de carne comece a acusar os efeitos dos intensos esforços que estão a ser desenvolvidos no sector pecuário.

4. Intensificação das produções locais de nível insuficiente para a satisfação do consumo interno

45. Além do esforço a ser desenvolvido no sentido da substituição de importações, apresenta especial relevo a intensificação das produções locais, que, por virtude da sua insuficiência na satisfação do consumo interno, tem originado o recurso à importação. Interessará focar, em particular, os casos do trigo, lacticínios, tabaco, batata e óleo e sementes de amendoim, por serem os produtos que, em consideração das possibilidades existentes, menos justificam a realização de importações avultadas.

46. No último quinquénio registaram-se os seguintes números respeitantes à importação do trigo na provincia:

Importação de trigo e farinha de trigo

Anos	Trigo		Farinha de trigo	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
1961	25 747	56 073	4 264	16 403
1962	24 521	55 651	5 478	20 907
1963	30 269	66 690	5 939	23 597
1964	36 212	81 000	6 890	27 813
1965	28 991	59 023	13 892	37 967

A produção aproximada deste cereal em período recente é-nos dada pelos seguintes números, que representam as aquisições efectuadas pelo Instituto dos Cereais:

Produção interna de trigo

Montante aproximado

Regiões produtoras	Toneladas				
	1961	1962	1963	1964	1965 — Janeiro a Setembro
Planalto central	10 528	12 278	16 501	9 769	7 100
Planalto da Huíla	3 138	3 896	3 972	4 026	650
Total . .	13 666	16 174	20 473	13 795	7 750

Verifica-se, pois, a necessidade de intensificar a produção deste cereal, de modo a combater os factores estruturais que contribuem para o aumento da dependência do abastecimento interno em relação ao exterior.

47. No quadro seguinte reproduzem-se os números respeitantes à importação de leite (conservado, concentrado ou açucarado), queijo e manteiga, no quinquénio de 1961–1965.

Importação de leite e seus derivados

Anos	Contos			
	Leite	Queijo	Manteiga	Total
1961	48 251	12 873	14 196	75 320
1962	40 312	13 221	9 939	63 472
1963	53 410	16 683	10 942	81 035
1964	52 907	19 590	9 243	81 740
1965	62 043	24 700	8 748	95 491

Os números acima aconselham todas as tentativas no sentido de se reduzir, dentro do possível, a crescente saída de divisas imputáveis a estes produtos.

48. Nos últimos dois anos registou-se razoável expansão na produção do tabaco, como se verifica pelo seguinte quadro:

Produção de tabaco

Montante aproximado

Ano cultural	Toneladas
1962–1963	3 323
1963–1964	3 681
1964–1965	5 682
1965–1966	6 050

Apesar desta evolução, verifica-se que a participação da produção da província não tem acompanhado o ritmo de crescimento de produção do tabaco manufacturado, como se pode inferir da evolução seguidamente apresentada.

Importação de tabaco

Anos	Toneladas			
	Importação de ramas	Produção de tabaco manufacturado	Índices	
			Importação	Produção
1961	179	1 258	100	100
1962	192	1 308	107	104
1963	266	1 400	149	111
1964	323	1 576	180	125
1965	508	1 719	284	137

Nota-se o recurso crescente às ramas exóticas. A penetração das mesmas no mercado externo tem-se revelado difícil.

Seria, assim, de tentar um esforço no sentido de, gradualmente, se procurar uma utilização cada vez mais completa das ramas locais.

5. Perspectivas de desenvolvimento

49. As características estruturais e dinâmicas que a análise da economia permitiu pôr em relevo apontam de forma clara quais os sentidos em que, com maior probabilidade de sucesso, se deverão orientar os esforços a realizar para alcançar a desejada aceleração do seu processo de crescimento económico.

50. A expansão do seu produto interno, a ritmo suficiente para permitir uma redução progressiva da disparidade hoje verificada relativamente ao nível da capitação observada na metrópole, constitui objectivo atingível através de esforços concentrados e concertados essencialmente em três campos.

A intensificação, aliás já realidade, do aproveitamento dos recursos do subsolo para exportação e, sempre que econòmicamente possível e rentável, para transformação local;

A melhoria da produtividade da agricultura, sector sobre o qual a economia angolana continua fundamentalmente a assentar e cujas potencialidades se oferecem suficientemente variadas para permitir segura escolha das culturas a fomentar ou a introduzir e das acções a realizar com vista a promover técnica e humanamente os agricultores tradicionais

e a integrar as suas actividades na economia de mercado;

O fomento industrial, que, não obstante a autonomia do seu carácter motor, terá de se apoiar no desenvolvimento das indústrias extractivas e da agricultura, com vista quer a valorizar as suas produções, dentro das possibilidades oferecidas pela receptividade dos mercados externos, quer à satisfação dos consumos locais. Este processo de industrialização deverá, em qualquer caso, ter como condição essencial a rentabilidade e viabilidade técnica, económica e financeira das unidades fabris.

51. A concretização de um esquema baseado nestas linhas genéricas de acção tem como condicionantes a satisfação paralela das exigências em matéria de infra-estruturas económicas e sociais e um esforço determinado no sentido da projecção, a ritmo ainda mais acelerado, do futuro da obra extraordinária de promoção social, que vem sendo realizada nos mais diversos aspectos, das populações da província.

A este respeito reconhece-se haver difícil equilíbrio a estabelecer entre as vantagens económicas de concentrar investimentos e acções nos pólos, zonas e eixos de desenvolvimento económico já existentes e a indispensabilidade de considerar simultâneamente a melhoria das condições de vida e de trabalho dos restantes núcleos populacionais.

A cuidadosa gestão dos recursos disponíveis e a congregação da colaboração das populações interessadas permitirá, certamente, resolver esta difícil compatibilização dos interesses puramente económicos com os de ordem política, social e humana.

52. O desenvolvimento das infra-estruturas económicas poderá, para além dos seus efeitos directos, desempenhar papel de relevo na formação do espírito empresarial, na medida em que a realização da obra e o fornecimento de equipamentos possam ser satisfeitos localmente. Uma programação cuidada poderá, com algum apoio, criar condições de vida básicas para novas indústrias e para o aparecimento ou consolidação de novas empresas.

53. As perspectivas abertas a um povoamento autónomo, determinado pelo próprio processo de desenvolvimento económico, ainda que não excluindo a vantagem da assistência e promoção oficiais, podem qualificar-se de muito favoráveis em si mesmas e susceptíveis de terem efeitos induzidos de relevo, através, nomeadamente, do alargamento e diversificação do consumo interno.

54. A efectivação das perspectivas apontadas implicará o prosseguimento de uma política financeira dominada pela preocupação de estabelecer equilíbrio entre uma tributação que, sendo dinâmica e adequada para cobertura dos encargos correntes e com os empreendimentos programados, não desincentive o investimento e, em particular, a atracção de capitais externos.

55. A manutenção de um equilíbrio da balança de pagamentos externos constituirá segunda, e não menos importante, preocupação, cuja concretização está condicionada pelo êxito que venha a ser alcançado no domínio da expansão das produções para exportação ou para substituição de importações e de fixação de poupanças formadas localmente em empreendimentos na província.

CAPÍTULO II

Objectivos

1. Objectivos gerais

56. A efectivação no condicionalismo particular de Angola dos objectivos que foram definidos para o III Plano de Fomento traduz-se pelos seguintes objectivos:

1.º *Intensificação do aproveitamento dos recursos do subsolo.* — A posição já alcançada neste sector, nomeadamente no que concerne aos empreendimentos em Cabinda, nas zonas de Luanda e de Cassinga, e o conhecimento das grandes potencialidades de aproveitamento a curto e médio prazo levam a considerar este sector como sendo um dos sectores motores do desenvolvimento da economia de Angola, com reflexos particularmente favoráveis da respectiva balança de pagamentos.

2.º *Melhoria do nível de produção e produtividade do sector agro-pecuário.* — A aceleração do crescimento do produto deste sector constitui objectivo fundamental, quer no aspecto económico, quer no aspecto social. Com efeito, não só nele se registam possibilidades de grande expansão de produção para consumo interno, para exportação e para transformação industrial mediante investimentos nem sempre vultosos, como tão-pouco se pode deixar de ter em conta o factor da promoção social das populações agrícolas, que no conjunto atingem cerca de 90 por cento da população activa, promoção condicionada estreitamente pelo nível económico correspondente.

3.º *Aumento e valorização da produção piscatória.* — As actividades piscatórias desempenham já papel importante na vida económica de Angola.

A riqueza piscatória das suas costas e a localização favorável, em relação aos pesqueiros do Atlântico sul, permitem considerar como objectivo fundamental o aumento do volume das capturas, através da modernização das frotas de pesca e seu equipamento, e o melhor aproveitamento qualitativo do pescado através da industrialização e comercialização convenientes.

4.º *Desenvolvimento paralelo do processo de industrialização.* — Visando a valorização de produtos agrícolas, piscatórios ou mineiros para a exportação ou a sua transformação com vista a satisfazer o consumo interno, a industrialização está chamada a desempenhar papel de multiplicador do desenvolvimento económico de Angola, se conduzida num critério de estrita rentabilidade e viabilidade técnico-económica.

57. Estes objectivos, cuja efectivação corresponde essencialmente ao propósito de assegurar a aceleração do ritmo de crescimento do produto nacional da província, permitirão realizar simultâneamente as condições básicas para o aperfeiçoamento do esquema de repartição dos rendimentos, qualquer que seja o aumento absoluto dos produtos e a melhoria do nível de produtividade da mão-de-obra nos sectores motores.

58. Mais como condição do que como objectivo, haverá que apontar ainda:

5.º *Completamento e ampliação da rede das infra-estruturas.* — A rede actualmente disponível de infra-estruturas carece de acompanhar e mesmo preceder o desenvolvimento programado nos diversos sectores económicos e as necessidades crescentes em matéria de equipamento social. Qualquer desfasagem nesta ligação poderá traduzir-se em estrangulamentos e deseconomias externas, que importa evitar a todo o custo.

59. Para além destes objectivos essencialmente económicos, há que referir como objectivo prioritário e em grande medida condicionante de toda a acção de progresso económico a:

6.º *Promoção a ritmo cada vez mais acelerado das populações.* — A valorização humana é, com efeito, fim essencial a atingir e condição de sucesso de todos os empreendimentos que assentem na modificação de atitudes ou exijam me-

lhores qualificações profissionais e culturais ou mais elevado nível sanitário ou nutricional. Registar-se-á, em especial, a estreita conexão existente entre a promoção social e a integração em economias de mercado.

2. Projecções

Projecções do produto

60. A taxa média de crescimento anual do produto interno bruto apurada no período de 1953–1963 foi de 3,62 por cento. Atendendo, porém, a que o ritmo de crescimento se acentua em 1964 e 1965, é de aceitar como taxa provável de crescimento, em média, a de 4,5 por cento. Foi esta última a taxa considerada na extrapolação apresentada na 2.ª coluna do quadro seguinte:

Estimativa da evolução de crescimento do produto interno bruto

Anos	Milhares de contos		
	À taxa de 4 por cento de 1963 a 1965 e 4,5 por cento a partir de 1966	À taxa de 4 por cento de 1963 a 1965, 5 por cento de 1966 a 1968 e 6,5 por cento de 1969 a 1974	À taxa de 4 por cento de 1963 a 1965, 5 por cento de 1966 a 1968 e 7 por cento de 1969 a 1974
1963	23 061	23 061	23 061
1964	23 984	23 984	23 984
1965	24 943	24 943	24 943
1966	26 061	26 191	26 191
1967	27 239	27 500	27 500
1968	28 464	28 875	28 875
1969	29 745	30 752	30 897
1970	31 084	32 751	33 059
1971	32 483	34 882	35 374
1972	33 944	37 147	37 850
1973	35 472	39 561	40 499
1974	37 068	42 133	43 334

61. Admitiu-se, ainda, que no domínio do Plano Intercalar o ritmo de crescimento teria sido intensificado em relação aos anos anteriores, pelo que se estabeleceram projecções baseadas na taxa anual de crescimento de 5 por cento para o período de 1966–1968. Para o quinquénio seguinte adoptou-se a taxa de 7 por cento como objectivo desejável e atingível. Tal taxa de crescimento anual corresponde a um acréscimo anual do produto *per capita* a uma taxa anual de cerca de 4,8 por cento.

Pareceu conveniente apresentar uma estimativa para uma hipótese menos optimista, considerando a taxa de acréscimo anual de 6,5 por cento, ou seja um crescimento do produto *per capita* da ordem de 4,3 por cento.

Não parecendo ser possível atingir, no domínio do III Plano de Fomento, taxa de crescimento anual superior a 7 por cento, haverá que prever a necessidade de substanciais esforços em planos futuros, de forma a visar-se como meta, a longo prazo, o nivelamento das capitações do produto interno bruto relativamente ao nível metropolitano, que, para já, implicaria uma taxa de acréscimo superior a 7 por cento.

62. Para a projecção global e projecções sectoriais, até ao início do III Plano de Fomento, considerou-se que 1963 foi o ano de retoma no ritmo de desenvolvimento da actividade económica (acentuada provàvelmente nos anos posteriores) e atendeu-se ao comportamento do nível da produção registada nalguns sectores, tais como indústrias transformadoras, indústrias extractivas e a exportação de produtos agrícolas. Não se deixou também de tomar em conta o ritmo de crescimento que se vinha verificando nalguns sectores antes de 1961.

No quadro seguinte indicam-se os valores globais de produção estimados para os sectores de actividade acima referidos (conquanto os dados estatísticos disponíveis não permitam apurar o valor bruto da produção dos sectores considerados).

	Milhares de contos			
	1962	1963	1964	1965
a) Indústrias transformadoras:				
Indústria de alimentação	558	606	618	768
Bebidas	259	315	349	404
Tabaco	166	182	205	226
Têxteis e suas obras	270	243	285	359
Pasta, papel e seus derivados	10	73	109	111
Produtos químicos	261	292	343	400
Derivados do petróleo	283	372	425	290
Produtos minerais não metálicos	132	142	173	227
Artigos metálicos	19	26	30	71
Outras indústrias	34	39	48	59
Material eléctrico	10	10	13	18
Soma	2 002	2 300	2 598	2 933
Taxa de variação (percentagem)	–	*15*	*13*	*13*
b) Indústrias extractivas:				
Minérios de ferro	197	157	207	184
Cobre	18	1	–	–

	Milhares de contos			
	1962	1963	1964	1965
Petróleo bruto	254	318	309	328
Diamantes	628	649	819	928
Rocha asfáltica	2	1	2	1
Sal marinho	18	21	25	12
Soma	1 117	1 147	1 362	1 453
Taxa de variação (percentagem)	–	*2,7*	*18,7*	*6,7*
c) Produtos do reino vegetal:				
Exportação	2 273	2 214	3 253	3 226
Taxa de variação (percentagem)	–	*— 2,6*	*46,9*	*— 0,8*
Soma total ($a + b + c$)	5 392	5 661	7 213	7 612
Taxa de variação (percentagem)	–	*5*	*27*	*6*

A análise deste quadro mostra que o conjunto das indústrias transformadoras e extractivas deve ter seguido um ritmo regular ascendente a uma taxa superior à que transparece da análise das séries correspondentes de contabilidade económica respeitante a anos precedentes. No que respeita, porém, ao valor da exportação, nota-se uma descida no ano de 1965 relativamente a 1964, o que foi devido ao comportamento anormal da exportação do café neste ano.

63. No quadro seguinte apresentam-se, em confronto com os valores respeitantes aos anos de 1963, 1965 e 1968 (estes dois últimos obtidos por extrapolação segundo o critério já exposto), projecções do produto interno bruto por sectores para o ano terminal do período do III Plano de Fomento, com vista à efectivação das duas hipóteses de crescimento mais favoráveis. Inclui-se, além disso, uma projecção obtida por métodos semelhantes ao utilizado relativamente aos anos de 1965 e 1968.

Do exame deste quadro conclui-se que bastará a manutenção das tendências assinaladas no passado próximo na maioria dos sectores acompanhada de aceleração do ritmo de crescimento dos sectores «Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca», «Indústrias extractivas», «Indústrias transformadoras» e «Energia», em termos que, em face do comportamento previsível, com alto grau de certeza, se têm por muito realistas para se atingir aquela hipótese. A realização de perspectivas mais favoráveis consideradas no sector das indústrias extractivas poderá levar a um crescimento mais espectacular, já não muito longe da linha de tendência conducente a um nivelamento no prazo de 30 anos com as capitações da metrópole.

Sectores de actividade	Taxas de crescimento médio anual — Percentagem		
	Período de 1953–1963	Período de 1953–1960	Média de 1958 e 1959 a 1963
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	1,75	1,25	2
Indústrias extractivas	8	11,5	12
Indústrias transformadoras	4	4,5	2,5
Construção	0,75	5,5	— 9,5
Electricidade, gás e água	11,3	14,5	12,5
Transportes, entrepostos e comunicações	7,5	10,3	7,5
Comércio por grosso e a retalho	4,5	3	5,5
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliários	9,2	11,1	9
Propriedade de casas de habitação	4	4	3
Administração pública e defesa	9,9	9	11,5
Serviços	2,5	1,5	3
P. I. B. aos preços de mercado	—	—	—
Impostos indirectos líquidos de subsídios	—	—	—
P. I. B. ao custo dos factores	—	—	—

(*a*) Adoptou-se a taxa de crescimento verificada no período de 1962–1963.
(*b*) Admitiu-se que se manteria a proporção de 6 por cento apurada relativamente a 1963.

Valores do produto em 1963 — Milhares de contos	1965		1968		1973	
	Taxas de projecção	Valores do produto — Milhares de contos	Taxas de projecção	Valores do produto — Milhares de contos	Taxas de projecção	Valores do produto — Milhares de contos
5 049,6	2	5 253,6	2	5 575,2	5	6 752
559	12	701,2	12	985 1	33	4 050
1 026,9	4,5	1 121,4	5	1 298,2	13	2 375
117	(*a*) 8	136,5	8	171,9	8	250
91	8	106,2	8	133,8	14	255
792,9	8	924,8	8	1 164,9	8	1 712
5 186,7	5,5	5 773	7	7 072,2	8	9 465
312	9	370,7	9	580	8	735
498,8	3	529,1	3	578,1	3	670
2 116,8	8,5	2 491,9	8,5	3 182,9	11	5 420
8 776,9	2,5	9 221,2	3	10 076,2	25	11 400
24 527,6	—	26 629,6	—	30 718,5	—	43 084
1 466,2	—	(*b*) 1 598,8	—	(*b*) 1 843,1	—	(*b*) 2 585
23 061,4	—	25 031,8	—	28 875,4	—	40 499

Projecções da despesa imputada ao produto nacional bruto

64. A extrapolação das tendências verificadas pela análise da despesa imputada ao produto nacional bruto levaria estes componentes da despesa aos níveis seguintes, em 1973:

	Milhares de contos
Consumo privado	25 800
Consumo público	9 200
Formação bruta de capital fixo	2 300
Saldo da balança de pagamentos	660
	37 960

Estes valores são inferiores, no conjunto, aos que a realização de qualquer das duas hipóteses mais prováveis possibilita, ainda que tal realização postulasse modificação significativa da sua composição. Assim, não só será indispensável, para tanto, que a formação bruta de capital fixo atinja níveis mais elevados, como parece aconselhável procurar retardar o ritmo de crescimento das despesas do consumo público. Por outro lado, as características estruturais da posição da província, no que diz respeito a relações económicas com o exterior, recomendam a inserção, no esquema de crescimento a adoptar, da preocupação — consubstanciada em medidas positivas de fomento de exportação e de produção para exportação — de inverter a regressão da balança de pagamentos.

65. As projecções elaboradas dentro deste esquema, e devidamente compatibilizadas com os níveis a atingir pelo produto interno bruto em 1973, constam do quadro que segue.

Projecções da despesa

Preços de 1963

	Contas provinciais				Projecções para 1973		
	1953	1960	1962	1963	Extrapolação	Hipótese A	Hipótese B
Consumo privado	13 884	16 708	17 861	18 479	25 800	25 421	25 579
Consumo público	1 123	2 041	2 380	3 198	9 200	5 420	5 420
Formação bruta de capital fixo . .	1 529	2 527	2 088	1 893	2 300	7 720	8 500
Saldo da balança de pagamentos correntes	+ 1 526	+ 443	+ 1 044	+ 956	+ 660	+ 1 000	+ 1 000
Despesa imputada ao produto interno bruto	17 462	21 720	23 720	24 526	37 960	39 561	40 499

A expansão do consumo privado permitirá não só enquadrar uma mais acentuada monetarização dos sectores da economia de subsistência, como também dar às populações um interesse mais directo no processo do desenvolvimento económico.

É de reconhecer, porém, que a aceleração da taxa de formação de capital fixo para os níveis previstos — próximos dos praticados em economias mais evoluídas — não deixará de constituir preocupação prioritária, nomeadamente no que se refere a permitir uma participação mais relevante do sector público, enquanto a motivação no sentido da fixação na província das poupanças formadas internamente no sector privado não seja preponderante.

Projecções da formação bruta de capital fixo

66. A tentativa para o estabelecimento dos investimentos exigidos para a aceleração dos acréscimos propostos do produto interno bruto pode ser feita a partir do coeficiente capital-produto. Na pesquisa de um valor aceitável para tal coeficiente usaram-se, como primeira tentativa, os valores da formação bruta de capital interior a preços de 1963, estimados pela Missão de Estudo do Rendimento Nacional do Ultramar. A falta de elementos que permitam cálculos concretos levou a considerar como mais lógico e operacional tomar um coeficiente médio a partir do somatório das variações anuais do produto interno bruto. As estimativas feitas conduziram aos seguintes resultados:

a) Considerando o período de um ano de maturação dos investimentos: 3,51;
b) Para o período de dois anos de maturação: 3,08.

O método de médias móveis é susceptível de ser convertido para compensar as flutuações produzidas por perturbações conjunturais, as quais são responsáveis, neste caso, pela irregularidade dos valores achados.

Escolhida uma base de médias móveis trienais, obtiveram-se os coeficientes capital-produto variando entre 2,2 e 3,9 na hipótese de dois anos de maturação e entre 2,5 e 10,3 na de um só ano.

O valor médio é de 3,07 para um ano de maturação e de 2,96 para dois anos de maturação.

67. Esta análise das tendências do passado sugere que para Angola o coeficiente capital-produto estaria entre 3 e 3,5.

O coeficiente capital-produto global perde, no entanto, parte do seu significado se se atentar na dualidade da economia angolana. É óbvio que a economia tradicional, que pràticamente desconhece o factor capital, introduz uma baixa no coeficiente que se obteria se se considerasse apenas o circuito monetário. Mas tal facto representa uma poderosa arma para efeitos de planeamento, já que durante a fase de transição da economia de subsistência para a economia de mercado se tornam possíveis aumentos sensíveis do produto com aplicações relativamente modestas de investimento.

Por outro lado, a circunstância de os números achados serem inferiores aos que se observam para economias subdesenvolvidas justifica-se, em parte, pelo facto de se trabalhar com valores brutos, quer para o investimento, quer para o produto.

A partir dos valores extrapolados para o produto interno bruto às taxas consideradas, e admitindo o valor 3 para o coeficiente capital-produto, determinaram-se valores de investimentos a realizar na vigência do III Plano de Fomento, considerando-se o período de maturação de um ano.

68. No quadro seguinte indicam-se os níveis de investimentos estimados:

Anos	Hipótese A — Taxas médias de 4 por cento de 1963 a 1965, 5 por cento de 1966 a 1968 e 6,5 por cento de 1969 a 1973	Hipótese B — Taxas médias de 4 por cento de 1963 a 1965, 5 por cento de 1966 a 1968 e 7 por cento de 1969 a 1973
	K = 3	K = 3
1968	5 631	6 064
1969	5 996	6 488
1970	6 386	6 943
1971	6 802	7 428
1972	7 245	7 949
1973	7 715	8 505
Total	39 775	43 377

A hipótese que mais interessa considerar é a B, isto é, para a taxa de crescimento programada de 7 por cento.

69. Parece pertinente pôr-se a questão de saber qual deve ser, *grosso modo*, a acção do sector público para se

atingir a taxa de crescimento desejada de 7 por cento. Depara-se, porém, a dificuldade de que, embora o Plano procure ser global, há uma boa parte de investimentos que, no mesmo, não poderão ser especificamente indicados, pela falta de dados estatísticos convenientemente trabalhados.

70. Recorrendo-se, porém, aos elementos disponíveis nas contas económicas é possível fazer-se ideia, se bem que grosseira, das posições relativas dos investimentos privado e público.

Pela análise do quadro inserto a seguir, verifica-se tendência para a estabilização dos investimentos públicos ao nível dos 40 por cento, em resultado de tendências pouco dinâmicas no crescimento dos investimentos privados.

A partir de 1964 parece registar-se intensificado interesse nos investimentos privados, como pode concluir-se pelo quadro seguinte.

Investimentos	Milhares de contos											
	1958		1959		1960		1961		1962		1963	
	Valores	Percentagens	Valores	Percentagens	Valores	Percentagens	Valores	Percentagens	Valores	Percentagens	Valores	Percentagens
Investimento global . .	2 875,7	100	2 692	100	2 526,6	100	2 456,6	100	2 087,3	100	1 892,5	100
Investimento do Estado + Empresas públicas	1 098,3	38,2	894,4	33,2	926	36,7	1 148,4	46,7	986,9	47,3	785,5	41,5
Investimentos privados	1 777,4	61,8	1 797,6	66,8	1 600,6	63,3	1 308,2	53,3	1 100,4	52,7	1 107	58,5

	Milhares de contos				
	1961	1962	1963	1964	1965
Valor dos investimentos na indústria transformadora	274	226	123	160	(a) 838
Valor dos edifícios construídos (b)	273	160	163	149	213
Total . . .	547	386	286	309	1 051

(a) O aumento verificado resultou de investimentos da ordem de 681 000 contos feitos numa fábrica de papel e cartonagem.

(b) No que respeita aos edifícios construídos em 1964 e 1965, só se conseguiu obter números respeitantes aos principais centros urbanos.

71. A queda de 1963 para 1964 no valor da construção não significa diminuição da actividade do sector. É que só se tomou em conta o valor dos edifícios construídos, quando é certo que muitas dezenas de prédios de grandes proporções foram iniciados em 1964 e só concluídos em 1965. Assim, parece serem mais significativos os números respeitantes a pedidos de autorização para construção nos principais centros urbanos, conforme consta do quadro seguinte:

Anos	Número de prédios a construir	Valor em milhares de contos
1962	278	121
1963	328	184
1964	642	299

Pode admitir-se, atendendo à tendência verificada, que os investimentos do sector público e do privado no período do III Plano não se afastarão da proporção de 25 por cento para 75 por cento, respectivamente. Não se deixa de ter presente o facto de que o investimento público exercerá um efeito incentivador sobre o investimento privado.

A aceitar-se a relação acima referida, seriam os investimentos particulares da ordem de 33 milhões de contos. Nesta ordem de ideias, não estariam expressamente incluídos no Plano investimentos privados da ordem dos 16 milhões de contos.

Projecções relativas ao sector público

72. No que se refere ao sector público, os objectivos a visar consistem fundamentalmente em compatibilizar o crescimento das despesas correntes, imposto pelo desenvolvimento económico-social, com um acréscimo da participação pública na formação bruta de capital fixo, sem, no entanto, implicar carga fiscal excessiva.

Admitida a necessidade de conter o ritmo de expansão das despesas correntes em limites mais estreitos do que os verificados no período de 1953–1963 — o que exigirá reconhecidamente esforço considerável de austeridade e de reforma administrativa e um nível de financiamento externo da ordem de meio milhão de escudos por ano —, a cobertura com fundos públicos de 25 por cento dos investimentos totais previstos exigirá que as receitas públicas venham a atingir em 1973 o montante de 6850 ou 7120 milhares de contos, conforme as hipóteses.

Mantendo-se, por outro lado, a relação verificada no passado entre os impostos indirectos cobrados e o produto interno bruto — isto é, cerca de 6 por cento —, os restantes réditos públicos terão de crescer no período do III Plano de Fomento ao ritmo médio anual de 18 por cento. Alternativamente, poder-se-á considerar uma hipótese de crescimento mais rápido dos impostos indirectos, de modo a manter a posição relativa quanto às outras fontes de receitas públicas ou ainda um aumento de ajuda financeira externa.

A carga fiscal sofrerá, assim, no seu conjunto, agravamento, ao passar de 13 por cento em 1963 para 17 por cento, nível que não deixará de exigir significativo esforço no campo da fiscalidade.

Projecção das despesas e receitas correntes do sector público

	1953	1960	1962	1963	1973	
					A	B
Despesas correntes	1 229	2 229	2 542	3 375	5 420	5 420
Poupança	800	551	819	331	1 430	1 700
Receitas	2 029	2 780	3 361	3 706	6 850	7 120
Impostos indirectos	805	829	1 184	1 477	2 220	2 580
Outros	1 224	1 951	2 177	2 229	4 630	4 540
Formação bruta de capital fixo	493	975	1 012	786	1 930	2 200
Fontes externas	+ 307	+ 424	+ 193	+ 455	+ 500	+ 500

Projecções das balanças de comércio e de pagamentos

73. A concretização, em condições de equilíbrio externo, do esquema do desenvolvimento considerado implica um aumento muito acentuado das exportações. Com efeito, para que seja possível assegurar a cobertura desejada ao acréscimo das importações resultantes das necessidades de equipamento e da expansão dos consumos privados e ao saldo negativo verificado nas transacções correntes, as exportações teriam de crescer no período do III Plano de Fomento de modo a atingir em 1973 o nível dos 10,4 milhares de contos, o que equivaleria a um aumento médio anual de 14,1 por cento.

74. Esta expansão de exportação, que exigirá um esforço considerável tanto no campo da produção como no da conquista de mercados, será comportável com um aumento das importações a uma taxa média de 15 por cento e um saldo negativo das restantes rubricas da balança de pagamentos da ordem de 1,3 milhões de contos.

A expansão considerada das exportações assenta na combinação de uma extrapolação da tendência verificada no período seguinte ao ano de 1961 com o lançamento de novos empreendimentos voltados para os mercados externos, como, por exemplo, a exploração mineira de Cassinga, que exportará 5 milhões de toneladas anuais, a exploração dos recursos petrolíferos de Cabinda e da região de Luanda, o aumento previsto das exportações de carnes, de frutas, de produtos das indústrias de madeira e celulose e o arranque de novas produções industriais, alumínio electrolítico, etc.

CAPITULO III

Financiamento

1. Administração Central

75. A assistência financeira da Administração Central, traduzida por empréstimos, e, mais recentemente, também pela prestação de garantias a financiamentos externos, constitui simultâneamente fonte de financiamento e contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos interterritoriais.

Este apoio de dupla função representou nos planos de fomento transactos as seguintes contribuições efectivas:

	Milhares de contos
I Plano de Fomento	97,1
II Plano de Fomento	1 771,4
Plano Intercalar de Fomento:	
Montante programado para o triénio . .	1 000
Empréstimos realizados em 1965 e 1966	391,4
Assistência financeira programada para 1967	3 210
Empréstimos	510
Prestação de garantias a créditos externos	2 700

A análise das necessidades em matéria de financiamento complementar às fontes provinciais e a consideração da conduta provável da balança de pagamentos territoriais e global de Angola, particularmente nos aspectos respeitantes às responsabilidades que no próximo futuro sobre ela recairão pelo serviço da actual dívida externa, conduziram à conclusão de que seria de recomendar que a ajuda financeira da metrópole se mantivesse, no sexénio de 1968–1973, ao nível programado para o Plano Intercalar de Fomento.

Foram assim previstos empréstimos da Administração Central no montante de 2 milhões de contos para o sexénio, não sendo considerada, em princípio, a necessidade de prestação de garantias a financiamentos externos, salvo no que se refere às operações necessárias para financiar o aproveitamento do Cunene e completar a cobertura do empreendimento de Cassinga que não seja possível efectivar no âmbito do Plano Intercalar de Fomento.

2. Administração provincial

76. As fontes de financiamento que, sob esta rubrica, se oferecem como susceptíveis de mobilização para o financiamento do III Plano de Fomento são:

a) Receitas extraordinárias:

Lucros de amoedação;
Impostos das sobrevalorizações;
Receitas do Fundo de Fomento;

b) Saldos de exercício;
c) Fundo de Diversificação e Desenvolvimento, criado pelo Decreto n.º 47 602, de 24 de Março de 1967.

a) Receitas extraordinárias

77. Os lucros de amoedação e o imposto das sobrevalorizações constituem receitas muito contingentes, dependentes, como são, a primeira, das necessidades de cunhagem de moeda divisionária e, a segunda, das variações de cotação dos produtos exportados. Os níveis atingidos por estas receitas foram, no passado próximo, os seguintes.

	1953-1954	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Lucros de amoedação	–	11 236	75 761	2 600	8 900	–	12 247	–
Imposto das sobrevalorizações	69 908	33 368	93 325	16 795	2 983	236	58 826	60 210

As receitas do Fundo de Fomento, incidindo na importação, são mais constantes, conforme a série a seguir transcrita demonstra:

	Valores em contos
1965	142 163
1964	172 779
1963	95 384
1962	149 512
1961	84 826
1960	76 316
1959	94 405
1953–1954	158 813

A projecção das tendências observadas, e que podem ser tomadas, com as reservas habituais, como representativas da evolução provável futura, leva a considerar como viáveis os seguintes montantes disponíveis para o financiamento do III Plano de Fomento:

	Valores em milhares de contos
Fundo de amoedação	80
Imposto das sobrevalorizações	1 020
Receitas do Fundo de Fomento ou receitas criadas para os substituir	300

b) Saldos de exercícios findos

78. A evolução das receitas ordinárias da província foi, no período de 1959–1965, a seguinte.

Receita ordinária

(1959-1965)

Designação	Contos						
	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Impostos directos gerais	381 038	378 987	370 397	575 517	593 075	596 097	641 890
Impostos indirectos	594 494	541 446	518 241	644 875	760 514	887 293	957 117
Indústrias em regime tributário especial	86 006	111 232	152 038	203 852	228 526	257 406	274 867
Taxas — Rendimento de diversos serviços	42 902	85 859	45 647	85 661	64 180	82 251	92 813
Domínio privado, empresas e indústrias do Estado	108 629	128 964	175 394	182 680	121 555	194 653	210 573
Rendimentos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias	27 429	21 827	27 980	33 241	16 655	34 403	26 262
Reembolsos e reposições	49 011	67 008	45 122	52 768	60 142	72 037	76 862
Consignação de receitas	562 486	631 611	701 549	680 934	1 840 706	1 656 427	2 017 720
Serviços autónomos	435 919	496 997	544 724	494 362	1 315 970	1 322 075	1 481 245
Outras	126 567	134 614	156 825	186 572	524 736	334 352	536 475
Soma	1 851 995	1 966 934	2 036 368	2 459 528	3 685 353	3 780 567	4 298 104

Verifica-se, pois, que as receitas ordinárias acusam, ao longo deste sexénio, um crescimento contínuo e muito pronunciado, cujo ritmo se acelerou a partir de 1961.

O aumento foi de 1 029 000 contos, correspondendo a um acréscimo médio anual de 21 por cento. Para tal contribuíram todas as componentes, sendo de assinalar, em especial, os aumentos verificados na cobrança de «Impostos directos gerais», «Impostos indirectos» e «Consignação de receitas».

79. Por seu lado, as despesas ordinárias evoluíram no mesmo período na forma seguinte.

Despesa ordinária

(1959-1965)

Designação	Contos						
	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Dívida da província	39 265	55 924	77 241	83 388	111 609	128 614	208 900
Governo da província e Representação Nacional	6 397	7 012	10 782	10 377	10 273	13 076	13 119
Aposentações, jubilações, pensões e reformas	35 952	40 191	43 636	45 044	46 307	46 595	46 188
Administração geral e fiscalização	281 247	307 408	339 038	440 327	498 702	563 723	711 591
Serviços de Fazenda	69 288	68 650	77 701	82 945	93 683	99 471	81 898
Serviços de justiça	21 653	23 997	26 668	33 787	42 515	48 790	52 355
Serviços de fomento	638 564	697 307	683 543	702 797	1 428 612	1 437 553	1 607 544
Defesa nacional — Forças armadas	168 193	203 119	203 730	219 973	404 597	443 273	615 896
Serviços de marinha	16 786	12 746	13 364	14 635	14 992	17 471	19 285
Encargos gerais	415 230	442 722	409 248	457 999	800 670	595 572	661 891
Exercícios findos	13 024	9 709	6 213	8 138	13 511	5 660	9 661
Soma	1 705 599	1 868 785	1 891 164	2 099 410	3 465 471	3 399 798	4 028 328

Há a assinalar um crescimento ligeiramente menos sensível do que nas receitas: 1 694 000 contos em valores absolutos e um acréscimo médio anual da ordem dos 20 por cento.

80. A poupança do Estado foi, pois, nesse período, a seguinte:

Poupança do Estado

Anos	Milhares de contos		
	Receitas ordinárias (1)	Despesas ordinárias (2)	Poupança (1)—(2)
1959	1 852	1 706	146
1960	1 967	1 869	98
1961	2 036	1 891	145
1962	2 460	2 099	361
1963	3 685	3 465	220
1964	3 781	3 400	381
1965	4 298	4 028	270

O quadro assim estabelecido a partir da análise das contas gerais da província conduz, nas suas linhas tendenciais, ainda que, como é natural, a um nível absoluto mais baixo, com o que resulta da conta de operações correntes do sector público, de âmbito mais amplo.

Nas projecções destas tendências para o sexénio de 1968–1973 há que levar em conta a circunstância de a fase de rápido crescimento das receitas públicas no período antecedente ter correspondido à criação de novas formas de fiscalidade, o que obriga a considerar taxas mais baixas de crescimento futuro. No que se refere às despesas públicas, a necessidade de cobertura de encargos crescentes com a dívida pública, com a manutenção das infra-estruturas sociais e económicas criadas pelos planos de fomento, com a defesa nacional e segurança e com a adequada dotação de meios de actuação aos serviços públicos não poderá deixar de ter de ser compatibilizada, através de uma gestão cada vez mais cuidadosa e de medidas de reforma administrativa, com a capacidade resultante do acréscimo de receitas ordinárias.

O exame da situação, à luz destas observações, levou a considerar como valores prováveis para as receitas e despesas ordinárias da província em 1973, respectivamente, 11,5 e 11 milhões de contos, devendo as linhas prováveis de crescimento possibilitar uma poupança média anual da ordem dos 500 000 contos.

Deste valor estimado para a poupança do Estado, que assenta na análise crítica sobre o comportamento dos diversos capítulos de receitas e despesas ordinárias, reserva-se para o financiamento do III Plano de Fomento o montante de 2 500 000 contos.

c) Fundo de Diversificação e Desenvolvimento

81. No que se refere ao Fundo de Diversificação e Desenvolvimento, criado pelo Decreto n.º 47 602, de 24 de Março de 1967, está prevista explicitamente a sua aplicação para o financiamento de planos de fomento nos empreendimentos que conduzam ou promovam a diversificação da agricultura. Este Fundo foi estabelecido indo ao encontro de obrigações nacionais decorrentes do Acordo Internacional do Café, não se dispondo ainda de elementos que permitam quantificar a sua eventual contribuição para a cobertura de projectos já incluídos no III Plano de Fomento ou para a sua futura ampliação.

Tal contribuição está condicionada, até ao montante de 40 000 contos, à aprovação de projectos pelo Acordo Internacional do Café, ficando, a partir desse montante, vinculada apenas pela finalidade geral para que o Fundo foi criado e que o torna susceptível de latas aplicações no financiamento do sector agro-pecuário da província.

Por isso se incluiu este Fundo «por memória» na lista das fontes de financiamento, abrangido na designação «Administração provincial».

Novas receitas para financiamento do Plano

82. Para além da contribuição do sector público fixada em 3 900 000 contos, tornar-se-á necessário obter novos recursos, num montante de cerca de 1 391 700 contos, através da criação de novas fontes de rendimento, entre as quais avultam as resultantes da exploração petrolífera da província.

3. Instituições de crédito

a) Promissórias de fomento

83. A emissão destes títulos poderá permitir que o sector público mobilize recursos adicionais apreciáveis. Tendo sido admitido que virá a tornar-se extensiva às províncias ultramarinas a disposição legal segundo a qual as instituições de crédito poderão vir a mobilizar um

terço de 20 por cento das suas responsabilidades à vista para aquisição de promissórias, estimou-se que poderiam ser obtidos recursos da ordem dos 600 000 contos, repartidos entre os bancos em actividade na província.

Esta fonte é, porém, por motivo de prudência, indicada apenas por memória, em virtude de não ter sido tomada a providência legislativa indicada.

b) Empréstimos

84. A contribuição potencial dos bancos através de empréstimos, subscrição de títulos privados e de dívida pública poderá atingir, segundo estimativas baseadas na análise de evolução dos balanços dos principais bancos da província, um valor à roda de 800 000 contos. Deste montante admite-se que o sector público possa mobilizar 500 000 contos.

c) Empresas seguradoras

85. Estima-se que as empresas seguradoras poderão concorrer para o financiamento do III Plano pela tomada de títulos da dívida pública até ao montante de 180 000 contos. Porém, se forem revistas as condições em que são oferecidas as obrigações de fomento, a contribuição financeira prestada pelas empresas seguradoras poderá vir a ser ainda ampliada.

4. Particulares e empresas

a) Autofinanciamento

86. Relativamente aos empreendimentos particulares, incluídos no Plano a título indicativo, prevêem-se autofinanciamentos no valor de 5 [illegible]340 contos, distribuídos pela pesca (496 000 contos), energia (581 290 contos), indústrias extractivas (1 365 000 contos), indústrias transformadoras (2 142 450 contos), caminhos de ferro (551 600 contos) e turismo (53 000 contos).

b) Emissão de obrigações de fomento

87. Se realmente o sector público vier a recorrer em larga medida à emissão de promissórias, a tomada de obrigações por parte do sector bancário poderá vir a ser limitada.

Deste modo, a subscrição de obrigações poderá não ir muito além de 900 000 contos. A revisão das condições oferecidas ao público subscritor de tais títulos melhoraria estas perspectivas.

5. Fontes externas

a) Comparticipação financeira externa

88. Prevê-se que capitais estrangeiros, no valor de 8 084 000 contos, venham a ser associados a capitais nacionais com vista a intensificar a exploração de recursos mineiros.

b) Empréstimo externo

89. Sob a forma de crédito de equipamento e ainda financiamento puro, a contribuição financeira externa, sob esta modalidade, deverá ascender a 2 600 000 contos, destinados ao esquema do aproveitamento do Cunene e à 2.ª fase do projecto de Cassinga.

Fontes de financiamento	Valores	Percentagem
Total	**25 383,5**	**100**
Fontes nacionais	**14 546,3**	**57,3**
Estado	*7 911,7*	*31,2*
Administração Central	2 000	7,9
Administração provincial (*a*)	5 791,7	22,8
Administração local	120	0,5
Organismos autónomos	–	–
Fundos	–	–
Institutos de crédito e empresas seguradoras	*545,3*	*2,1*
Particulares e empresas	*6 089,3*	*24*
Autofinanciamento	5 189,3	20,4
Tomada de acções e obrigações e títulos de dívida pública (incluindo obrigações de fomento)	900	3,6
Fontes externas	**10 837,2**	**42,7**

(*a*) Saldos dos exercícios findos, receitas consignadas a operações de fomento e lucros de amoedação, incluindo mais 3900 milhares de contos, correspondentes a novos recursos a obter internamente pela criação de receitas consignadas ao financiamento do III Plano de Fomento.

CAPITULO IV

Descrição dos programas de investimentos

I) Agricultura, silvicultura e pecuária

1. Evolução recente e problemas actuais

90. A produção de Angola tem sido predominantemente agrícola. De um total do valor de exportação da ordem dos 6 milhões de contos em 1964, mais de 4 milhões couberam ao sector agro-pecuário. Toda a restante exportação da província, incluindo produtos industrializados e minérios, não atinge metade dos valores agro-pecuários.

A evolução, por quinquénios, da exportação dos principais produtos agrícolas do período de 1940–1965 manteve-se ao longo do período considerado com um acentuado grau de concentração.

Exportação dos principais produtos agrícolas

Produtos	Quantidades exportadas, em toneladas — Média anual					Valor em contos — Média anual (1960-1964)
	1940-1944	1945-1949	1950-1954	1955-1959	1960-1965	
Café	18 154	40 449	45 077	68 407	127 473	1 856 075
Sisal	8 200	13 967	25 844	45 964	60 976	431 314
Milho	150 787	78 195	118 531	106 445	117 208	167 624
Algodão (rama)	4 257	5 093	5 723	6 185	5 241	88 990
Açúcar	40 978	38 184	34 375	33 384	33 693	90 907
Crueira	23 644	17 477	20 420	30 986	49 128	79 548
Óleo de palma	4 997	10 987	11 229	8 800	13 891	69 806
Coconote	6 540	11 706	11 124	10 713	12 340	43 203
Feijão	15 567	38 189	20 441	12 466	9 296	27 485
Amendoim	374	1 462	3 475	2 876	2 660	12 484
Arroz	472	4 498	3 397	2 126	2 630	7 075
Cacau	180	294	332	302	323	3 902
Tabaco (rama)	959	733	767	374	1 085	14 060

91. A diversificação cultural em Angola deve basear-se em produtos que aliem à facilidade cultural elevados rendimentos unitários. Aliás, os elementos agronómicos actualmente disponíveis limitam, no presente, a escolha a poucas espécies. Não há, na verdade, elementos de base suficientes para proceder ao fomento de novas culturas e que possibilitem aconselhar o produtor com segurança. Os riscos são grandes e já por vezes os insucessos têm provocado descrença naqueles que investem o seu dinheiro e o seu esforço em novas culturas.

Café, sisal, milho, vários tipos de madeiras, oleaginosas, algodão, feijão, tabaco, cera, absorvem pràticamente o total das exportações da província. O café, com valor de cerca de 2,7 milhões de contos de exportação em 1965, representa, só por si, cerca de 80 por cento do conjunto das exportações agrícolas e 40 por cento da exportação total. Importa, consequentemente, procurar diversificar as culturas agrícolas, promovendo o estabelecimento de novas produções, ao mesmo tempo que se proceda ao fomento das culturas tradicionais em vista a alcançar melhores níveis de produtividade. Estes aspectos carecem de ser desenvolvidos, tendo em atenção a capacidade de absorção dos mercados nacional e estrangeiro.

92. As zonas propícias ao desenvolvimento da cultura do tabaco de bom nível são numerosas e os rendimentos unitários elevados. A sua expansão, porém, deve ser ponderada, atendendo aos problemas da sua colocação.

A produção de fruta é outro aspecto da diversificação cultural que se reveste de extraordinário interesse. Com a elevação do nível de vida e o desenvolvimento do turismo na metrópole, o consumo da fruta fresca está actualmente condicionado pela limitação da oferta. Ora dispõe-se em Angola de condições excepcionais para a produção de fruta. Mas o aspecto produtivo é apenas uma parte e não a mais importante da colocação de frutas nos mercados consumidores. A comercialização destes produtos e os seus aspectos tecnológicos desempenham um papel essencial que actua como factor limitante da produção.

Para a colocação de fruta a preço acessível na Europa é necessária toda uma infra-estrutura do transporte em barcos frigoríficos e de entrepostos nos cais de embarque e desembarque, aliada a eficiente distribuição.

93. Quanto à pecuária, a produção enferma das dificuldades resultantes do facto de elevada proporção do armentio ser propriedade dos criadores tradicionais ainda não totalmente integrados na economia do mercado. A acção desenvolvida pelos Serviços de Veterinária no sentido da

divulgação, entre as populações rurais, das técnicas que conduzam a um melhor maneio dos animais domésticos e, consequentemente, à obtenção de maiores rendimentos vem produzindo resultados que não podem, no entanto, deixar de ser lentos.

No campo empresarial, onde o número de criadores registados aumenta progressivamente, devido, especialmente, ao interesse provocado pela política de preços e facilidades concedidas pelo Fundo de Fomento Pecuário, elevam-se os efectivos a cerca de 200 000 bovinos.

Este interesse, que durante largos anos se dirigia dominantemente para a recria, alargou-se e desenvolveu-se no sentido do estabelecimento de numerosas criações.

A insistência com que se tem aconselhado a racionalização das explorações começa agora a surtir efeitos, particularmente no que respeita a captação e distribuição de água, parqueamento, instalações carracicidas e profilaxia. Por outro lado, o ordenamento que se pretende conduzirá inicialmente a uma disciplina das transumâncias e, numa segunda fase, à fixação das populações onde isso for possível.

94. A exploração de bovinos de carne, em regime extensivo, com recurso exclusivo a pastos naturais, domina em toda a província e é condicionada por épocas de abundância e escassez, resultantes da quantidade e distribuição das chuvas. Apesar disso, e como consequência da melhoria de preços, a produção tem evoluído favorâvelmente, como o comprovam os indicadores do consumo e exportação de carne.

Gado bovino abatido nos principais matadouros da província em 1961-1965

Anos	Número de cabeças	Peso das carcaças Toneladas
1961	60 193	9 274
1962	62 550	9 318
1963	76 481	11 302
1964	81 710	11 914
1965	70 380	10 239

Dos abates constantes do quadro anterior, que não incluem os abates para auto-abastecimento das populações rurais, destinaram-se à exportação as quantidades seguintes.

Carne exportada

Destino	1961		1962		1963		1964		1965	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
Metrópole	920	8 719	395	3 933	1 119	9 638	1 194	9 903	256	2 123
Ultramar	5	46	6	63	10	88	30	246	22	211
R. Congo (Kinshasa). . .	1 050	11 145	770	8 353	196	1 832	411	5 506	1 197	19 940
Navios nacionais	400	4 430	446	4 936	645	6 383	518	4 688	738	7 153
Navios estrangeiros . . .	1	9	9	106	8	87	4	37	2	19
Total . . .	2 376	24 349	1 626	17 391	1 978	18 078	2 157	20 380	2 215	29 446

A comercialização de bovinos de corte realiza-se, na sua maioria, através dos pequenos comerciantes das regiões produtoras, que, por sua vez, os vendem a outras firmas para concentração em manadas e venda a talhantes e ao Grémio dos Marchantes de Luanda.

O comércio de gado de corte era apenas condicionado, no que se referia a preços, por tabelas oficiais.

Com vista a regularizar as transacções com os criadores, foram criados os mercados rurais. É, porém, ainda cedo para se aquilatar dos seus resultados, sabido que as fórmulas tradicionais de comercialização de gado bovino serão abandonadas lentamente e na medida em que as populações rurais reconheçam a vantagem de aderirem ao sistema implantado.

O estabelecimento de uma cadeia de frio, abrangendo a linha Sá da Bandeira-Moçâmedes, cidades que dispõem de matadouros frigoríficos, câmaras de refrigeração e congelação de carnes, cuja actividade está sobretudo orientada para a exportação, mas podendo representar papel de relevo no abastecimento de Luanda de carne congelada desta origem, pode constituir, embora se trate por agora de unidades industriais de pequena capacidade de laboração, o arranque para uma melhor comercialização da carne e para a promoção de exportação deste produto em razoáveis condições.

95. A produção de leite e seus derivados é baixa em virtude de os métodos de exploração adoptados não terem ainda atingido o nível adequado à manutenção de animais de alta produtividade, sendo as exigências do consumo, em grande parte, satisfeitas à custa da importação. Para mais, a maioria da população não consome produtos lácteos, verificando-se em pequenos núcleos o auto-abastecimento dos detentores de bovinos de corte, frequentemente com prejuízo do desenvolvimento de animais jovens em período de amamentação.

Inicialmente existiam apenas pequenos núcleos leiteiros nos arredores dos principais centros populacionais, sem expressão relativamente ao consumo potencial.

A fixação de povoadores de origem açoriana, que no arquipélago se dedicavam à exploração de animais leiteiros, criou condições para o desenvolvimento da primeira bacia leiteira na área do Catofe. Na região da Ganda, colonos de origem alemã dedicavam-se à agro-pecuária, possuindo vacas de vocação leiteira. Mais tarde, a importação do gado leiteiro realizada pelo Estado, para distribuir aos povoadores que se radicaram na Cela, originou a bacia leiteira da Cela, onde existe uma fábrica de lacti-

cínios que faz o aproveitamento e transformação do leite produzido.

A instalação de uma fábrica de lacticínios em Nova Lisboa incentivou a produção de leite na área do Huambo, contribuindo para rápido progresso.

A produção, que tem vindo a aumentar, atingiu em 1965:

	Toneladas
Leite	9 356
Queijo	156
Manteiga	257

A intervenção do Estado na comercialização do leite tem-se limitado a fixar preços de venda e a estimular e a amparar as iniciativas de natureza cooperativa.

As fábricas de lacticínios da Cela e Nova Lisboa, recolhendo e pagando o leite aos produtores, transformando-o em lacticínios e vendendo a produção, são elementos úteis na cadeia de comercialização. Em Nova Lisboa, o leite é quase exclusivamente vendido após pasteurização e engarrafamento. Em Luanda, um conjunto de medidas tendentes a beneficiar a qualidade do leite, junto do produtor e sobre a comercialização do produto, permitiu melhorar a sua qualidade.

96. De uma forma geral, pode dizer-se que os suínos se distribuem por toda a província, salvo nas áreas mais escassamente povoadas dos distritos de Moçâmedes e Cuando Cubango. A densidade de animais desta espécie é maior nos distritos da Huíla, Huambo, Benguela, Cuanza Sul e Luanda. Poucas são as explorações racionais, tendo as tentativas para melhorar a produção por parte do Estado, ao ceder reprodutores de raças exóticas, obtido sucesso limitado, em face às condições em que são criados e alimentados.

Embora tenha sido sugerida a criação de um estrutura de comercialização e tivessem sido tomadas medidas que evitem a situação em que se debatem a indústria de salsicharia e os talhantes para adquirirem porcinos nas condições de qualidade e regularidade convenientes, as dificuldades a vencer e os meios disponíveis não têm permitido materializar esta ideia.

97. A criação de arietinos e caprinos não tem presentemente grande significado na pecuária de Angola. São, com efeito, poucos os núcleos de ovinos de vocação carne existentes.

No distrito de Moçâmedes e nos arredores do Lobito e de Luanda estabeleceram-se núcleos incipientes de arietinos caraculo.

A exiguidade dos efectivos é um dos maiores óbices ao desenvolvimento da produção, reconhecendo-se, porém, que vastas zonas reúnem condições para a exploração destas espécies.

98. A avicultura da província surgiu pràticamente há quatro anos. Anteriormente, a avicultura era apenas actividade subsidiária explorada em quintais, com aves sem qualquer valor zootécnico e instalação deficiente.

A comercialização era feita directamente pelo próprio avicultor, que procurava compensar o pequeno volume da produção pelos altos preços. Assim, as produções de aviários eram insignificantes, sendo os grandes centros consumidores abastecidos de ovos e galináceos do meio rural, de má qualidade e transportados em condições precárias, e não eliminando a necessidade de se recorrer às importações até ao início da fase de desenvolvimento iniciada em 1962.

Actualmente, nos arredores de Luanda a avicultura atingiu notável desenvolvimento em bases racionais.

2. Objectivos

99. A evolução do sector agro-pecuário deverá caracterizar-se, não apenas por um aumento global da produção, mas também pela melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos, tendo em vista a concorrência nos mercados externos e, igualmente, as perspectivas da sua maior industrialização. As possibilidades de colocação deverão ser procuradas, tanto no mercado interno, que oferece tendência para a expansão, como nos mercados nacionais e estrangeiros, cuja capacidade de absorção terá de ser cuidadosamente avaliada em termos quantitativos e qualitativos.

Tendo em vista a evolução do sector agro-pecuário no sentido indicado, há que considerar como objectivos prioritários os seguintes:

a) Intensificação da assistência técnica e da extensão agrária;
b) Ampliação e melhoria das infra-estruturas existentes, nomeadamente no que se refere à armazenagem e rede do frio;
c) Embaratecimento dos meios de produção (adubos, insecticidas e fungicidas; máquinas, alfaias agrícolas e respectivos acessórios);
d) Melhoria das condições de comercialização;
e) Industrialização complementar dos produtos agro-pecuários;

f) Facilidades na obtenção de crédito agrícola;
g) Incentivos à formação de cooperativas e de agricultura de grupo;
h) Incremento do ensino agrícola e promoção social da população.

3. Descrição dos investimentos

1. Fomento agrícola

1.1. Manutenção de estruturas

100. As funções cometidas aos diversos serviços provinciais, por força dos empreendimentos incluídos nos planos de fomento, nem sempre se ajustam às possibilidades de realização desses serviços.

No caso concreto dos Serviços de Agricultura e Florestas, tal situação é grave e a sua normalização só se verificará quando for possível atrair os técnicos exigidos para o desempenho das suas missões.

Portanto, há que inscrever no III Plano de Fomento uma dotação destinada a assegurar transitòriamente a manutenção das estruturas existentes e das que terão de ser criadas, a fim de não comprometer a concretização dos empreendimentos previstos.

1.2. Instalação dos centros de fomento agrário

101. Há a necessidade de ocupar tècnicamente a província, e, portanto, continuar com a instalação de número crescente de centros de fomento agrário polivalentes junto das populações, para que seja possível, dentro de poucos anos, levar o apoio e assistência técnica a todos os agricultores da província.

Considera-se necessária a instalação de, em média, quinze centros por ano, o que permitirá contar com mais 90 no fim de 1973.

1.3. Campanhas de fertilização

102. Os solos tropicais possuem como regra uma fertilidade reduzida que condiciona os rendimentos. Pela correcção dos factores limitativos, em especial de natureza nutritiva, podem conseguir-se maiores rendimentos unitários, pelo que, sempre que possível, são de aconselhar as adubações, as quais devem utilizar fertilizantes adequados aos diferentes solos e culturas da província.

Julga-se, consequentemente, oportuno empreender, no meio tradicional, uma vasta campanha de utilização de adubos que permita ao produtor obter maiores rendimentos das suas culturas, instalando-se para tanto os campos

de ensaio e de demonstração indispensáveis, em especial à generalização de adubos na fertilização do arroz, mandioca e amendoim, nas regiões de Malanje, Lunda, Moxico e Uíge, e da batata e abacaxi, no Cuanza Sul.

1.4. Campanhas fitossanitárias

103. Começaram as populações rurais a reconhecer as vantagens do uso de pesticidas para a defesa das suas culturas, em especial entre os agricultores que se dedicam à cultura do algodão, café, tabaco e trigo. Julga-se do maior interesse levar a efeito campanhas de tratamento fitossanitário, a título de demonstração, em vários pontos da província, com vista a mentalizar as populações para o uso destas técnicas.

1.5. Pequenos aproveitamentos hidráulicos

104. A totalidade do sector agrícola do tipo tradicional, e o mesmo quase se pode dizer do empresarial, pratica uma agricultura de sequeiro, com todas as suas contingências e riscos. Considera-se, pois, conveniente a necessidade de investimentos, mas em pequenos aproveitamentos, para benefício de grupos de agricultores, como, por exemplo, vala de rega, pequeno açude ou represa, etc.

1.6. Estabelecimento de culturas de maior rendimento

105. A maioria das populações rurais do sector tradicional dedica-se às culturas chamadas «pobres» (amendoim, trigo, milho, feijão, arroz, etc.).

Torna-se necessário, portanto, diversificar as suas actividades agrícolas, encaminhando-as para culturas mais ricas que possam melhorar a sua situação económica. A solução mais conveniente terá de ser determinada em cada caso, ponderando devidamente as condições locais, os requisitos técnicos e o grau de receptividade das populações.

1.7. Melhor aproveitamento de palmares

106. Embora outros aspectos de aproveitamento da riqueza natural possam ser encarados, o que de momento se tem por estudado e com o qual se pode arrancar imediatamente, em certas regiões da província, é o incremento da melhoria dos métodos de exploração dos palmares subespontâneos.

Sendo apreciáveis as manchas de palmares subespontâneos existentes na província, apenas 20 por cento da sua produção anual são aproveitados. A exploração tipo

tradicional destes palmares apresenta óleos com uma acidez quase sempre à volta dos 40 a 60 por cento, o que desvaloriza extraordinàriamente o produto.

Está em curso um esquema de trabalho visando a implantação de uma rede de pequenas prensas manuais, tipo *Collin*, tendo em vista levar as populações a extraírem o óleo nestas máquinas, segundo técnicas que lhes são ensinadas, para obtenção de produtos de baixa acidez, o que já permitiu que no distrito do Zaire, onde não havia pràticamente óleo de baixa acidez, em 1965 e 1966 aparecessem, nos mercados rurais, óleos com uma acidez média de 6 a 7 por cento.

Pretende-se, pois, continuar nos próximos anos com a ampliação gradual desta rede de prensas e britadeiras do Norte para o Sul, de forma a cobrir toda a área de palmar natural.

Torna-se difícil estabelecer esquema limitativo, mas julga-se poder instalar, anualmente, nas regiões que sucessivamente forem ocupadas, uma média de 40 prensas e 3 britadeiras em regime itinerante.

1.8. Mecanização agrícola

107. A distribuição de charruas e juntas de bois a alguns agricultores de maior prestígio poderá contribuir para a introdução, em larga escala, das charruas de tracção animal. Assim, parece do maior interesse a manutenção desta campanha, que poderá ter acentuada interferência na ampliação e melhoria das áreas cultivadas, por agregado familiar, em certas regiões da província.

1.9. Assistência com parques de máquinas

108. Enquanto não houver empresas privadas que se dediquem a esta actividade, deverá o Estado, a título supletivo, manter e ampliar os seus parques de máquinas, a fim de as alugar aos agricultores para execução dos seus trabalhos. Estes parques de máquinas devem ser essencialmente constituídos pelo equipamento que, pelo seu preço elevado e grandes encargos de manutenção, não possa ser adquirido pelas empresas de tipo médio ou pequeno.

2. Fomento florestal

109. Nos últimos tempos, o fomento florestal na província tem-se limitado à manutenção e conservação dos polígonos e viveiros florestais e à estruturação e ampliação da rede de fiscalização florestal, tendo em vista defender o património silvícola da província.

2.1. Estudo e execução de projectos de arborização

110. Durante o período do III Plano de Fomento prevê-se seja dado impulso ao muito que há a fazer neste domínio, especialmente nas extensas zonas planálticas do Centro e Leste da província, onde se tornam prementes trabalhos de repovoamento florestal, à base de essências exóticas de rápido crescimento, cujo comportamento naquelas regiões é francamente prometedor. O último ano do Plano Intercalar de Fomento foi aproveitado no estudo técnico-económico de projectos de arborização para as zonas referidas ou para outras que forem julgadas prioritárias, tendo em vista o início da sua execução em 1968. Deste modo se ampliará o que, com base naquele estudo, se iniciou, com vista à exploração económica da árvore, integrada nos programas de diversificação cultural.

2.2. Trabalhos de defesa contra a erosão ou de correcção torrencial

111. A realização de todos os trabalhos tendentes a defender, contra a erosão, terras de interesse agrícola, silvícola e pecuário deverá figurar entre os objectivos a visar. Sob esta rubrica não deverão ser considerados os trabalhos de outra natureza justificados por motivos não relacionados com o sector.

3. Fomento apícola

112. A apicultura é um ramo da actividade rural que vem merecendo nos últimos anos, a melhor atenção, embora não tenha havido todo o apoio que se tornava necessário, devido à insuficiência de pessoal qualificado.

A exportação de produtos apícolas tem-se limitado à cera, não tendo sido até agora dadas à produção do mel as qualidades organolépticas que são exigidas nos mercados internacionais.

Assim, a apicultura, que se impõe seja apoiada em moldes tècnicamente válidos, terá de ser fomentada pela cobertura da província, com a montagem de infra-estruturas de apoio, concretizadas em:

a) Um posto central de fomento apícola;
b) Cinco postos regionais de fomento apícola;
c) Dezoito centros de fomento apícola, localizados nas sedes de concelho ou circunscrições;
d) Instalação de alpendres para montagem de material apícola em catorze centros de fomento agrário, dando portanto a estes, igualmente, uma função de apoio à apicultura;

e) Instalações de beneficiamento de mel;
f) Apoio ao sector empresarial;
g) Regulamentação das indústrias cereeiras e de beneficiamento de mel.

4. Formação de cooperativas agrícolas

113. Apesar de existirem na província cerca de duas dezenas de cooperativas agrárias, fundadas nos termos previstos no Código Comercial, o movimento cooperativo está ainda nos primeiros passos.

Sendo a cooperação um instrumento útil de promoção social e de desenvolvimento económico, prevê-se o financiamento reembolsável para apoio à formação e expansão de cooperativas agrícolas.

5. Apetrechamento laboratorial

114. O laboratório de análise químicas da Divisão Provincial dos Serviços de Agricultura e Florestas presta simultâneamente apoio aos sectores empresarial e tradicional e a diversos serviços e organismos, apresentando movimento crescente, tanto do laboratório de análises químicas como no que diz respeito ao apoio analítico aos produtos de exportação, nomeadamente sementes oleaginosas e óleos vegetais, e a consultas sobre fertilização, em terras enviadas pelos agricultores. Por essa razão o seu apetrechamento deve ser melhorado e actualizada a documentação científica disponível quanto aos diversos sectores abrangidos pelo laboratório.

6. Fomento da bovinicultura de carne

115. As formações sanitárias constituem as unidades primárias de apoio aos serviços de extensão.

Assim, concluídas as formações sanitárias do distrito de Moçâmedes e das áreas das delegações de sanidade pecuária do Cuamato e Gambos, distrito da Huíla, o programa de desenvolvimento deverá prosseguir neste distrito para depois se expandir para norte e leste.

Calcula-se que com os meios disponíveis se poderão construir, anualmente, quinze formações sanitárias.

7. Fomento da bovinicultura do leite

116. Sabido que os animais produtores de leite são, de uma maneira geral, mais vulneráveis a antropozoono-

ses, torna-se necessário manter e intensificar a actividade das brigadas de profilaxia e combate àquelas doenças.

O incremento da bovinicultura da produção de lacticínios só poderá ser acelerado pela utilização de animais de boa produtividade, cuja escassez na província obriga a recorrer à importação. O volume de reprodutores adquiridos nos territórios da África Austral, cuja entrada na província se realiza por Pereira de Eça, aconselha a estabelecer, nesta região, um parque de quarentena.

Os resultados até agora obtidos aconselham que se intensifiquem os esforços no sentido de a inseminação artificial beneficiar, sobretudo, os efectivos leiteiros. Há também que criar uma estrutura que permita a profilaxia e o combate às doenças da reprodução.

Os efectivos leiteiros já existentes justificam o estabelecimento de um serviço de contraste lacto-manteigueiro, com a finalidade de certificar as produções e servir de indicador para o melhoramento das manadas.

8. Fomento da suinicultura

117. Nesta actividade torna-se indispensável a criação e manutenção de centros de multiplicação, que funcionam como instrumentos primários da acção fomentadora, tanto das explorações empresariais como das tradicionais.

A execução de normas de fiscalização higio-sanitária dos departamentos regionais dos serviços de veterinária deverá ser apoiada por uma brigada de tecnologia de carnes, a criar no âmbito dos empreendimentos do III Plano de Fomento. Para além desta tarefa específica, a brigada de tecnologia de carnes actuará junto de todos os outros tipos de unidades e indústrias que laboram produtos cárneos.

9. Fomento da ovinicultura

118. A dispersão dos efectivos desta espécie, o pequeno número de animais de cada detentor e o seu actual valor económico tornam muito difícil estabelecer um plano para o fomento da ovinicultura. Existem várias regiões com aptidão para a criação de ovinos mas, por um lado, a falta de experiência concludente sobre raças lanígeras e, por outro lado, a apatia dos criadores evoluídos vêm entravando o desenvolvimento da espécie, cuja exploração poderia contribuir para a valorização da actividade pecuária.

Adoptar-se-á uma forma directa de fomento de ovinicultura pela distribuição de reprodutores sujeitos a assistência conduzida pelos técnicos dos serviços de veterinária.

Por esta forma se julga propício o estabelecimento de núcleos de ovinos com finalidade económica e, ainda, para obter a experiência de que os serviços carecem para uma acção mais ampla e decisiva.

10. Fomento da avicultura

119. Para o fomento avícola é indispensável:

a) Promover a organização e ordenamento económico das actividades avícolas de forma a contribuir para o seu desenvolvimento e assegurar a entrega regular ao consumidor dos produtos devidamente preparados a preços estáveis;

b) Realizar, por todos os meios adequados e em colaboração com outros organismos oficiais ou particulares, a propaganda da avicultura e a gradual educação do público com vista a aumentar o consumo de ovos e de carne;

c) Contribuir para a organização de estatísticas de produção e consumo, da província e do estrangeiro, para estudar os mercados externos, com a finalidade de desenvolver o comércio de exportação;

d) Criar e desenvolver a consciência cooperativa entre os elementos das actividades avícolas;

e) Promover a organização de cursos práticos com vista ao aperfeiçoamento de técnicos de exploração avícola e avicultores.

11. Campanhas de divulgação

120. No processamento do desenvolvimento económico das actividades pecuárias considera-se imprescindível a divulgação dos conhecimentos junto dos sectores da produção, comercialização, industrialização e consumo.

Segundo o critério já adoptado consideram-se as seguintes modalidades, cujos encargos têm sido suportados pelas dotações do Plano de Fomento:

a) Reuniões de criadores;
b) Cursos intensivos;
c) Publicação de folhetos;
d) Projecção de filmes;
e) Programas de rádio;
f) Campanhas de propaganda de consumo.

12. Fomento da cultura do algodão

12.1. Tratamento de sementes

121. Em consequência do aparecimento de várias doenças no algodoeiro, cujo combate consiste fundamentalmente na prévia desinfecção da semente, terão de montar-se dois centros de desinfecção de sementes, um em Malanje e outro no litoral (Icolo e Bengo).

12.2. Tratamento de plantas

122. Impõe-se começar, desde já, com uma assistência eficiente às culturas algodoeiras, porquanto as pragas são cada vez mais numerosas e as consequências cada vez mais desastrosas.

Tanto na baixa de Cassanje como no litoral (mas particularmente neste último), há, hoje em dia, dificuldade em se conseguirem áreas que, pela sua extensão e topografia, permitam a desinfecção mecanizada.

12.3. Prospecção de novas zonas algodoeiras

123. Estes trabalhos já foram iniciados em 1965 e revestem-se de particular interesse, pois visam não só o aumento da produção de algodão na província, mas, sobretudo, permitir às populações rurais reconhecidamente pobres uma melhoria de vida pela introdução de uma cultura rica. Esses trabalhos não se limitam apenas a definir zonas propícias à cultura do algodão, pois cabe no seu âmbito a selecção das variedades adequadas a cada zona e o estudo de esquemas de tratamento fitossanitário.

12.4. Trabalhos de defesa contra a erosão

124. É premente o estabelecimento de defesa contra a erosão no concelho de Icolo e Bengo, para evitar a perda da quase totalidade das terras onde se pratica a cultura algodoeira, e, mesmo assim, áreas há que terão de ser já abandonadas, em consequência do alto preço que se teria de pagar pela sua recuperação.

12.5. Abertura de novas áreas à cultura do algodão

125. Estes trabalhos serão efectuados dentro e fora das zonas já em produção, incluindo a derruba, desmata, drenagem e defesa contra a erosão.

12.6. Abertura e conservação de picadas

126. Tanto no litoral como na baixa de Cassanje, há picadas em mau estado de conservação. Urge, pois, fazer todos os anos, após as chuvas, a sua reparação ou abrir novas picadas.

13. Fomento da cultura de cereais

13.1. Manutenção das estruturas existentes

127. Incluem-se nesta verba os gastos com a compra de camiões, veículos tipo *jeep*, misturadores de adubos, tararas, pulverizadores e atomizadores.

13.2. Instalação e apetrechamento dos centros de fomento agrário

128. Preconiza-se, no âmbito do Instituto dos Cereais de Angola, a construção de instalações para quatro novas brigadas, nove centros de fomento agrário e alojamento, em edifício próprio, de seis outros centros de fomento agrário, bem como a aquisição de material de debulha para apetrechamento das capatazias.

13.3. Campanha de adubação

129. A necessidade de melhorar as produções unitárias através de elevação do nível de fertilidade dos solos é problema prioritário.

E de considerar nesta orientação o eventual estabelecimento de um diferencial beneficiador da lavoura na sua aquisição de adubos, tendo em vista a estabilização ao nível do custo dos adubos.

13.4. Campanhas fitossanitárias

130. Preconiza-se a montagem de centros de ensaio e demonstração do efeito de pesticidas, a manutenção de *stocks* para suprir as dificuldades dos fornecimentos no momento oportuno e o auxílio com bónus ou diferencial, sempre que o produto a empregar o justifique.

13.5. Aproveitamentos hídricos

131. Entende-se necessária a comparticipação no estabelecimento de pequenas obras de regadio, tendo em vista, especialmente, a estabilização da agricultura. Caberá aos agricultores a cedência do seu trabalho e ao Instituto dos Cereais de Angola a cedência de máquinas, assistência técnica e a compra do material que se torne necessário adquirir.

14. Esquemas de regadio

132. Para a concretização dos objectivos anteriormente enunciados, e com vista a um melhor aproveitamento do território, torna-se necessário proceder à irrigação de algumas áreas com boas aptidões agrícolas e promover o seu aproveitamento através da fixação de populações alienígenas. Trata-se de campo onde há tanto que fazer que os empreendimentos indicados serão apenas os considerados de primeira prioridade.

14.1. Esquema de regadio do vale do Queve

133. O aproveitamento do rio Queve, para benefício do distrito de Cuanza Sul, já foi objecto de estudos, que deverão ser melhorados e completados durante a vigência deste III Plano de Fomento.

Nesses estudos foram reveladas as grandes possibilidades hidroeléctricas deste rio e algumas hidroagrícolas, principalmente na área junto à foz, a jusante das quedas da Binga.

Prevê-se a realização do estudo pedológico das terras a beneficiar pela rega e dos estudos económico-sociais que incluam os sistemas de povoamento mais aconselhados, o dimensionamento das empresas, o programa de promoção social a executar, etc.

14.2. Rega do vale do Cavaco

134. Está em curso um novo estudo de irrigação do vale do Cavaco, visando a rega de cerca de 3000 ha de terrenos, que, pela sua situação e condições ecológicas, poderão aumentar a produção de bananas, do maior interesse para a economia da província.

14.3. Aproveitamento do Cunene

135. Foi elaborado por técnicos portugueses e aprovado o esquema de aproveitamento hidráulico do Cunene até à secção de Calueque. Este esquema, conjuntamente com o que foi elaborado pela República da África do Sul, do Calueque à foz, constituirá a base dos acordos a estabelecer, entre os dois países, com vista ao aproveitamento óptimo conjunto dos recursos hídricos desta bacia.

É na base desses acordos, em vias de conclusão, que se estabelecerão em definitivo as obras a construir neste rio, numa 1.ª fase.

O esquema até ao Calueque prevê a construção de várias barragens, criando albufeiras regularizadoras, que terão a finalidade de absorver as cheias e aumentar os caudais de estiagem, de modo a obter-se energia permanente nos aproveitamentos hidroeléctricos e conseguir-se o aprovei-

tamento hidroagrícola de vastas áreas no médio Cunene, algumas sujeitas a inundações, que não permitem o seu cultivo.

As albufeiras previstas armazenarão cerca de 7000 milhões de metros cúbicos e nos aproveitamentos hidroeléctricos prevê-se a instalação de cerca de 300 MW, que poderão produzir 1000 GWh permanentes.

No médio Cunene, a jusante da albufeira do Matunto, no Cunene, do Catembulo, no Colui, e da Cova do Leão, no Caculuvar, está previsto o aproveitamento de cerca de 150 000 ha pela rega e 350 000 ha a beneficiar por uma rede rural de abastecimento de água. Estas últimas áreas, que se situam na proximidade das zonas de rega, destinam-se à pecuária e serão as futuras zonas de recria e engorda, quando a pecuária do Sul de Angola evoluir, do sistema extensivo actual para o intensivo, com base nalguns dos produtos a obter nas áreas de rega.

As obras de hidráulica deste vasto plano estão estimadas em 6 milhões de contos, mas o rendimento bruto a obter anualmentte cifra-se em, pelo menos, 1,5 milhões de contos e admite-se que o povoamento do Sul de Angola poderá ser acrescido em cerca de meio milhão de pessoas.

As obras que estão previstas e venham a constituir a 1.ª fase deste plano são:

A barragem do Gove, que se situa nas proximidades de Nova Lisboa, a qual armazenará cerca de 2500 milhões de metros cúbicos e custará cerca de 425 000 contos;

A construção de uma rede rural de abastecimento de água que venha a beneficiar cerca de 100 000 ha na zona do Quiteve ao Humbe;

A construção de uma rede de rega em cerca de 20 000 ha situados na mesma zona.

Estas últimas obras promoverão a constituição de um pólo de desenvolvimento na região do Roçadas, que beneficiará da rede rodoviária que se encontra em construção no Sul de Angola e que será factor importante para a fixação de populações e desenvolvimento da pecuária.

A barragem do Gove incrementará a produção de energia permanente na central da Matala, destinada a ocorrer às necessidades do consumo do Sul de Angola e, possivelmente, a sua central será a fonte de energia a interligar com o sistema da Hidroeléctrica do Alto Catumbela, que serve o centro da província. Além disso, aumentará o caudal da estiagem do Cunene, de modo a poder servir os fins hidroagrícolas e possibilitará que se torne económico o aproveitamento hidroeléctrico das quedas do Ruacaná, para servir centros de consumo no Sudoeste Africano,

15. Esquemas de povoamento

15.1. Fixação de novos núcleos de povoamento agrário

15.1.1. Esquema do planalto de Camabatela

136. O planalto de Camabatela é uma zona potencialmente rica e de grandes possibilidades agrícolas e pecuárias, hoje de pouco interesse económico, devido à sua fraca densidade populacional e escassa fixação de populações econòmicamente evoluídas.

Prevê-se a intensificação da acção da Junta Provincial de Povoamento na zona, designadamente numa área de cerca de 150 000 ha.

Neste esquema promover-se-á o talhonamento, a abertura de vias de comunicação, o abastecimento de água, etc., e as fazendas serão atribuídas, mediante concurso, a povoadores com capacidade financeira. A Caixa de Crédito Agro-Pecuário, que seria para o efeito subsidiada, procederia a empréstimos aos novos fazendeiros.

Deste modo, poder-se-iam instalar no sexénio cerca de 30 explorações pecuárias, que deveriam contar com a existência mínima de 30 000 cabeças de gado bovino, em virtude de o empreendimento vir a interessar muitos agricultores de café de áreas adjacentes.

15.1.2. Esquema do Cuanza-Bengo

137. Este esquema é considerado como de alta prioridade pela sua muito favorável localização e pelos interesses que apresenta no que se refere às possibilidades de absorção da população destribalizada de Luanda, prevendo-se como necessárias obras de adaptação ao regadio e abastecimento de explorações pecuárias e a construção da barragem de Quiminha, além dos investimentos de carácter social e operações de reordenamento rural.

15.2. Ocupação e povoamento do Sul de Angola

138. O problema de valorização económico-social do Sul de Angola tem merecido a especial atenção do Governo, particularmente no que se refere ao fomento pecuário, pelo que foram já definidas normas gerais a que deverão obedecer o planeamento e ordenamento da pastorícia, as quais incluem, nomeadamente, o estabelecimento de áreas prioritárias de intervenção e a definição de corredores de transumância e de áreas susceptíveis de ocupação por criações organizadas, tendo sempre presente a necessidade de se conseguir um melhor enquadramento das criações tradicionais.

Da legislação já promulgada para o assunto merecem especial relevo as Portarias n.os 13 906, de 4 de Setembro de 1965, e 14 013, de 20 de Novembro de 1965, estabelecendo a primeira normas gerais para o planeamento e ordenamento da pastorícia e tratando a segunda da criação de zonas pecuárias e aprovando princípios gerais para a sua definição e apetrechamento.

Esta política, que está em execução nos distritos da Huíla e Moçâmedes, deverá estender-se, tão breve quanto possível, a todo o Sul de Angola, e ainda ao distrito de Benguela.

Porém, haverá que concretizar e pormenorizar a política já definida, de modo a evitar que as novas condições criadas provoquem um rompimento do equilíbrio estabelecido pela prática milenária das populações autóctones na condução da pecuária tradicional.

15.3. Desenvolvimento e apoio de esquemas de povoamento já instalados

15.3.1. Esquema da Cela

139. Prevê-se a instalação de novas famílias durante a vigência do Plano, tendo em vista estabelecer uma ligação entre o povoamento do planalto central e o da zona da Cela.

Aproveitar-se-ão as infra-estruturas, os estudos e os órgãos de execução já existentes.

16. Actividades da Brigada Especial de Engenharia da Junta Provincial de Povoamento

140. Esta Brigada, que tem sempre funcionado com dotações dos planos de fomento, constitui órgão eficiente da Junta Provincial de Povoamento, actuando em apoio a todas as brigadas regionais ao Plano de Coordenação de Pastos e Águas, ao ordenamento agrário das populações instaladas e outras actividades da Junta. É indispensável que aquela Brigada continue a funcionar com apoio em dotações dos planos de fomento, prevendo-se a manutenção da estrutura e o apoio aos trabalhos de povoamento e reordenamento rural (abertura de acessos, pequenas pontes, açudes, etc.).

17. Crédito agrário

141. O crédito agrário praticado em Angola, por intermédio da Caixa de Crédito Agro-Pecuário, não abarca todas as diferentes situações jurídicas, técnicas e sociais que se verificam no sector.

As operações feitas pela Caixa diferem do crédito praticado pelos bancos pelos prazos muito mais latos e têm

maior fundamentação na rentabilidade dos empreendimentos a financiar do que nas garantias reais oferecidas.

Em complemento deste tipo de crédito, extremamente útil para o desenvolvimento agrícola e pecuário da província, reconhece-se que é urgente instituir-se um novo processo de apoio financeiro que amplie a cobertura do crédito agrário até determinadas situações que, mercê das suas características, se encontram totalmente desapoiadas.

17.1. Crédito especial

142. Torna-se necessário, para se poderem definir as linhas gerais do sistema do crédito que se pensa instituir, levar mais longe a divisão tradicional da sociedade rural da província em sector tradicional e sector empresarial, revelando os vários seleccionamentos da sociedade em que se pretende actuar, de molde a poder proceder-se ao conveniente ajustamento.

Aceitando que a economia de subsistência em que vivem grupos importantes da população angolana deve ser considerada transitória e sabendo-se que as características que os definem os inibem de acorrer ao crédito convencional, torna-se necessário apoiá-los por modalidades adequadas de crédito, com vista a introduzir alterações nas suas estruturas, de molde que possam ascender a níveis onde, então, possam utilizar o crédito agrário normal.

Supõe-se que, para tanto, haverá que adoptar um sistema de crédito do tipo designado por «crédito de capitação» ou por «habilitação ou reabilitação», cujo objectivo consiste no desenvolvimento de potencialidades dos seus utentes assente no *contrôle* exercido por técnicos agrários.

As outras duas características mais salientes deste sistema de crédito residem no facto de apenas serem financiáveis os agricultores cuja marginalidade se pode reduzir num prazo não muito longo e de apenas serem de permitir financiamentos a meios de produção.

Numa solução deste tipo, a Caixa só poderia ser autorizada a utilizar nestas operações os montantes que para o efeito viessem a ser inscritos, reservando todos os seus recursos, próprios e emprestados, para as aplicações normais.

Em relação à dimensão dos grupos que se pretende promover, de difícil cálculo, só o concatenamento cuidadoso dos elementos colhidos em inquéritos agrícolas pode dar a ideia correcta do volume de agricultores. A pequena densidade da cobertura técnica dos serviços tradicionais e a escassez de especialização para este tipo de assistência sugerem, de outro lado, o estabelecimento de metas inicialmente modestas.

17.2. Crédito normal

143. Em fins de 1967, a Caixa de Crédito Agrícola de Provisões de Angola deve possuir fundos próprios que rondarão a importância de 130 000 contos. Se se tiver em conta que a sua função é o financiamento de todo o subsector empresarial estruturado de Angola e o estabelecimento de indústrias complementares do sector em que actua, terá de se considerar a necessidade de ampliação dos recursos de que pode dispor.

O nível dos encargos com capitais mutuados impede que a relação capitais próprios-capitais alheios seja superior a 1/1.

Para alterar esta situação haverá que fomentar a ocorrência de depósitos a prazo e aumentar a dotação com fundos públicos.

A C. C. A. P. A. tem sido objecto de pedidos de financiamento para o estabelecimento de indústrias complementares da agricultura, nem sempre concretizados em projectos. Com esta base pode estimar-se que a Caixa poderá, fàcilmente, com a sua actual organização e dentro do ritmo de crescimento económico agora processado na província, praticar empréstimos, de médio e longo prazos, no montante anual de 40 000 a 50 000 contos

Se se tiver, porém, em conta a necessidade de reconverter as economias de alguns produtos de exportação — café e sisal —, a premência de investimentos no desenvolvimento do potencial pecuário e frutícola da província e a urgência de fomentar as indústrias complementares do sector agrário, reconhece-se que o montante acima citado ràpidamente pode ser ultrapassado.

Agricultura, silvicultura e pecuária

(Programa de investimentos)

Empreendimentos	Contos
Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	**706 720**
Fomento agrícola	*422 260*
Manutenção de estruturas	210 760
Novos investimentos	211 500
Fomento florestal	*36 000*
Estudo e execução de projectos de arborização	30 000
Defesa contra a erosão e correcção torrencial	6 000
Fomento apícola	*28 410*
Manutenção de estruturas	18 550
Novos investimentos	9 860

Empreendimentos	Contos
Formação de cooperativas	*18 000*
Fomento da bovinivicultura de carne	*90 100*
Construção de formações sanitárias	32 400
Apetrechamento	18 400
Manutenção	39 300
Fomento da bovinivicultura de leite	*15 400*
Despesas com a Brigada de Lactologia	2 400
Contraste lacto-manteigueiro	3 000
Estabelecimento do parque de quarentena	400
Inseminação artificial e patologia da reprodução	3 000
Combate à brucelose e à tuberculose	6 600
Fomento da suinicultura	*28 300*
Fiscalização hígio-sanitária	2 400
Construção e manutenção de centros de multiplicação	25 900
Fomento da ovinicultura	*3 200*
Aquisição de animais	1 800
Defesa sanitária	1 400
Fomento da avicultura	*6 200*
Assistência aos avicultores	4 200
Preparação de pessoal e campanhas de produção e consumo	2 000
Campanhas de divulgação	*1 800*
Fomento da cultura do algodão	*22 100*
Equipamentos	2 100
Outros empreendimentos	20 000
Fomento da cultura de cereais	*34 950*
Manutenção de estruturas	4 800
Instalação e apetrechamento dos centros de fomento agrário	4 200
Campanhas de adubação	24 150
Campanhas fitossanitárias	600
Aproveitamentos hídricos	1 200
Esquemas de regadio e povoamento	**1 133 780**
Esquemas de regadio	*168 000*
Esquema de regadio do vale do Queve	12 000
Esquema de regadio do vale do Cavaco	50 000
Esquema de aproveitamento do Cunene	106 000
Estudos	30 000
Barragens	p. m.
Rede de rega do Quiteve	p. m.
Abeberamento do Quiteve	16 000
Colonato da Matala	60 000

Empreendimentos	Contos
Esquemas de regadio do Cuanza-Bengo . .	*125 000*
Construção da barragem de Quiminha	120 000
Estudo da rede de rega	5 000
Construção da rede	p. m.
Esquemas de povoamento	*690 780*
Fixação de novos povoadores agrários (*a*). .	570 780
Apoio a esquemas de povoamento já instalados	120 000
Estudos para a elaboração geral do aproveitamento do Cubango	5 000
Actividades da Brigada de Engenharia da Junta Provincial de Povoamento	145 000
Crédito agrícola	**200 000**
Crédito especial	*50 000*
Crédito normal	*150 000*
Total	**2 040 500**

(*a*) Inclui os esquemas do Bengo e do Cunene.

II) Pesca

1. Evolução recente e problemas actuais

144. A pesca de Angola caracteriza-se por especial incidência na captura de pelágicos — sardinhas e carapaus — destinados, na sua maior parte, à fabricação de farinhas e óleos de peixe e, subsidiàriamente, à salga e secagem.

145. Da tonelagem de arqueação da frota de pesca com propulsão mecânica, 70 por cento cabem, com efeito, às traineiras do tipo convencional, operando com cerco para bordo, que no último triénio concorreram para a captura de cerca de 90 por cento do pescado.

Nos últimos anos verificou-se regressão nas capturas das artes fixas e sacadas, que se destinavam à produção de peixe seco.

A pesca do atum e afins, que na zona de Benguela se destina à fabricação de conservas, atinge nível satisfatório no conjunto da pesca desembarcada. Tem havido, por isso, nos últimos anos, aumentos da frota de pequenas baleeiras (atuneiras). Em Moçâmedes, o nível das capturas tem-se mantido.

Nos últimos seis anos, apenas foram construídas 12 embarcações em 1959, 6 em 1960, 2 em 1962 e 1 em 1963.

Tendo em conta os abates ao efectivo verificados no referido período, pode afirmar-se que o número de embarcações, que era de 234 em 1959, se manteve. Manteve-se também inalterado o tipo das novas embarcações.

146. A diminuição, relativamente aos anos anteriores, verificada no total da pesca desembarcada no período de 1959–1961 foi devida à crise que atingiu o seu ponto máximo em 1961 e de que resultou a paralisação de muitas traineiras. É de salientar o volume registado em 1964, atribuído à maior acessibilidade dos cardumes.

Pesca desembarcada

Anos	Total		Luanda		Lobito		Moçâmedes		Sazaire		Cabinda	
	Milhares de toneladas	Milhares de contos	Milhares de toneladas	Milhares de contos	Milhares de toneladas	Milhares de contos	Milhares de toneladas	Milhares de contos	Milhares de toneladas	Milhares de contos	Milhares de toneladas	Milhares de contos
1959	267	137	8	21	107	51	152	63	0,4	2	..	..
1960	252	129	8	23	84	38	159	64	0,8	4	..	..
1961	241	142	15	24	86	55	139	57	1	6	..	..
1962	269	163	24	26	120	73	124	57	1	7	..	..
1963	240	153	27	25	93	67	119	54	1	7	..	..
1964	356	221	33	25	156	117	166	72	1	7	..	..
1965	257	178	21	26	92	78	142	62	0,5	4	1	8

O valor em escudos, por tonelada do produto desembarcado, sofreu a seguinte variação:

510 em 1959, 510 em 1960, 580 em 1961, 600 em 1962, 630 em 1963, 620 em 1964 e 690 em 1965.

O baixo nível dos preços apurados confirma ter a maior percentagem de capturas incidido sobre os pelágicos destinados à fabricação de farinhas e óleos.

O valor do peixe desembarcado caracteriza-se por um contínuo crescimento desde 1959, com ligeiras inversões em 1963 e em 1965, devido a decréscimo no volume das quantidades desembarcadas.

No que respeita ao peixe seco, refere-se ainda o valor médio da unidade do produto, superior em 1965 ao dos anos anteriores. Tal facto foi devido a um aumento do preço autorizado. Em relação às farinhas de peixe verificaram-se também melhores cotações nesse ano.

147. No que respeita à exportação de produtos de pescado, a variação das quantidades e valores exportados por sectores, tomando como ano base o de 1959, foi a seguinte.

Exportação de produtos de pesca

Anos	Total		Peixe seco		Conservas		Óleo de peixe		Farinha de peixe	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
1959	71 628	324 540	13 965	75 900	1 352	21 415	5 083	21 605	51 228	205 620
1960	66 074	222 907	13 165	73 251	1 218	18 788	6 606	22 527	45 085	108 341
1961	73 981	284 526	18 866	116 234	1 775	24 596	3 001	8 897	50 339	134 799
1962	50 289	219 800	13 412	80 384	1 630	23 048	2 655	5 858	32 592	110 510
1963	44 322	188 063	11 354	66 135	1 869	27 330	3 122	7 845	27 977	86 753
1964	75 543	296 598	11 875	69 153	1 855	26 240	7 379	24 223	54 434	176 982
1965	67 968	301 149	13 295	84 811	2 022	26 300	4 697	15 394	47 954	174 644

Exportação de produtos de pesca

Variação em relação ao ano base (1959 — 100)

Anos	Total		Peixe seco		Conservas		Óleos		Farinhas	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1960	— 8	— 31	— 6	— 3	— 10	— 12	+ 30	+ 4	— 12	— 47
1961	+ 3	— 12	+ 35	+ 53	+ 31	+ 15	— 41	— 59	— 2	— 34
1962	— 30	— 32	— 4	+ 6	+ 21	+ 8	— 48	— 73	— 36	— 46
1963	— 38	— 42	— 19	— 13	+ 38	+ 28	— 39	— 64	— 45	— 58
1964	+ 5	— 9	— 15	— 9	+ 37	+ 23	+ 45	+ 12	+ 6	— 14
1965	— 5	— 7	— 5	+ 12	+ 50	+ 23	— 8	— 29	— 6	— 15

Os valores da exportação, ainda que acompanhando a evolução do produto desembarcado, revelam, no entanto, algumas particularidades, devido, entre outros factores, ao aumento de consumo interno no que respeita a peixe seco. Na realidade, o consumo interno tem melhorado e, dos pontos de vista quer quantitativo, quer qualitativo, não só se consumiram maiores quantidades de peixe, como também melhores qualidades.

148. Não existe pròpriamente problema de carência de pescado. As flutuações verificadas nos níveis das capturas dos pelágicos devem-se, com efeito, principalmente às dificuldades de detectar os cardumes com os meios disponíveis.

A pesca de arrasto ao largo e ao longo da costa é, por outro lado, pràticamente inexplorada pela frota nacional, tendo-se, no entanto, notícia do exercício por frotas estrangeiras. Tal facto recomenda a necessidade de se estudarem estas pescas, para o que a recente aquisição de um navio de investigação será instrumento de maior valia.

Dado que tais estudos não poderão deixar de ser demorados, há que encontrar uma solução de compromisso entre os departamentos científicos e a indústria, consistindo a solução aconselhável na adopção, nesta primeira fase, de barcos polivalentes.

Tais barcos, aptos cumulativamente a fazerem pesca de cerco, dão ao armador possibilidade diversificada, se o arrasto costeiro não se mostrar compensador.

Quanto ao atum, há grandes possibilidades de aumentar as capturas ao largo e ao longo da costa, oferecendo Angola pontos de apoio importantes para o seu desenvolvimento.

149. No apoio às indústrias de pesca, processa-se a renovação da frota de pesca, tendo sido elaborado, como trabalho preliminar, inventário das embarcações de pesca de cerco e arrasto com mais de 12 m de comprimento matriculadas na província.

Foi entregue ao Instituto das Indústrias de Pesca o armazém de Moçâmedes e a construção dos de Benguela e de Porto Alexandre. Pode assinalar-se o começo de funcionamento dos armazéns de Benguela para as conservas de peixe e do de Moçâmedes para todos os produtos. Tem o Instituto procurado, por outro lado, favorecer a selecção de equipamento, sendo este um dos aspectos que é justamente tomado em conta quando se trata do financiamento a fazer pelo Fundo de Apoio.

Em 1965 foi elaborado um plano para o Fundo de Apoio às Indústrias de Pesca, em que se propunha fazer um financiamento a toda a indústria no sentido de equipar as traineiras com aladores mecânicos, eco-sondas e radiotelefones e as fábricas com queimadores de *fuel* para as caldeiras e centrifugadoras para a produção de óleo.

No tocante à reestruturação e concentração da indústria, o Instituto favorece a constituição de cooperativas de produção nos principais centros pesqueiros da província ou de empresas que associem outras de pequena dimensão. Assim foi proposto o financiamento pelo Fundo de Apoio da instalação de uma fábrica de farinha e óleos de peixe em Porto Alexandre, em substituição de cinco fábricas de eira.

Procura-se, por outro lado, fomentar a instalação de equipamento para farinhas e óleos, com a característica de não utilizarem caldeira, trabalhando pequenas quantidades de matéria-prima, nas unidades industriais de dimensão razoável que pela sua situação isolada não estejam em condições de vender os detritos de peixe.

150. No que se refere às possibilidades de expansão das capturas das principais espécies, registar-se-á:

Pelágicos (peixes de superfície). — O esforço destas pescas incide em zonas pouco afastadas da costa, exclusivamente de noite, com esporádico auxílio de electrónicos e utilização de companhas numerosas. Reduzindo os elementos da companha em, pelo menos, 50 por cento e conseguindo a utilização dos aparelhos de que dispõem (o que lhes permitirá a pesca diurna), poder-se-á incrementar esta pesca sem investimentos adicionais.

Há, no entanto, que ter em conta que os pescadores são fortemente tradicionalistas. Para modificação de tal atitude torna-se necessário, a curto prazo, enquadrá-los com pescadores mais evoluídos e, a médio prazo, criarem-se escolas técnicas de pesca.

Atuns e afins. — É evidente, perante as amplas áreas transoceânicas, que a captura do atum com *longline* (palangre) por embarcações japonesas vem revelar, desde 1957, no Atlântico tropical, a modéstia da produtividade da extracção desta espécie em Angola.

Assim, e como factores de ordem biológica e ecológica recomendam, poderá a frota de isco vivo ser expandida para exercício, pràticamente, entre o Sul da província e o equador, em exploração analógica à da frota atuneira já existente em territórios vizinhos.

Poder-se-ia contar, por outro lado, dada a distribuição oceânica dos atuns, com atuneiros congeladores de maior

porte, para cerco e isco vivo, e cuja acção poderia ser conduzida ao longo do ano no Atlântico oriental tropical.

Demersais (peixes de fundo). — Procura-se incrementar o arrasto costeiro com utilização de embarcações polivalentes, que simultâneamente se destinam também ao cerco na safra própria. A rentabilidade destas embarcações informará a política a seguir na matéria.

No que se refere ao arrasto do alto, ainda que até ao presente só exista um barco registado na província, tem-se notícia que empresas projectam apetrechar-se para a concorrência no Sueste atlântico, onde a rentabilidade das capturas se tem situado a nível muito satisfatório.

151. No que respeita a fábricas de farinhas e óleos de peixe, tem-se processado, nos últimos tempos, movimento tendente à concentração das pequenas empresas em novas empresas de dimensão adequada para a produção mecânica de farinhas.

Verifica-se forte tendência para incrementar a indústria do frio, com instalação de câmaras de congelação e armazenamento, e contando ainda com os peixes de menor porte — carapaus e cachuchos — e algum peixe de fundo capturado pelas armações; tal tecnologia deverá ser fortemente expandida, para o que o próximo registo na província de novos arrastões muito irá contribuir.

2. Objectivos

152. Enquadrado nos objectivos gerais definidos superiormente para o III Plano de Fomento no que à pesca se refere, pretendem-se atingir os seguintes objectivos:

a) Regularização e abastecimento interno do pescado. — Não só se entende necessário conseguir a regularização do abastecimento interno, mas também a exportação de peixe seco;

b) Estabilização da exportação de óleos. — Tem-se verificado uma certa instabilidade nas vendas destes produtos em consequência de má conservação e inadequada embalagem;

c) Estruturação da pesca artesanal. — Preconiza-se dar uma estrutura adequada a este sector, tendo em vista um maior rendimento familiar e um melhor abastecimento das populações;

d) Fomento da pesca de arrasto. — Com o início na vigência do Plano, modifica-se totalmente a panorâmica das pescas de Angola ao estenderem a sua actividade à província empresas da metrópole. Prevê-se um au-

mento de mão-de-obra de cerca de 600 pescadores e pessoal de terra (nas câmaras de congelação e refrigeração de apoio) e um rendimento global aproximado de 20 000 contos anuais. O produto capturado destina-se, na sua maior parte, à exportação, deixando, no entanto, a província de importar a chamada «pescada do Cabo»;

e) *Melhoria na técnica de construção de embarcações de madeira.* — Com a construção de novos estaleiros e com a eliminação de estaleiros marginais, mal apetrechados, espera-se uma melhoria na construção de embarcações;

f) *Melhoria das condições de recepção e refrigeração do pescado.* — Pretende-se conseguir um incremento na produção de conservas de atum, garantindo um abastecimento regular às fábricas ao longo do ano;

g) *Reorganização do serviço de abastecimento de peixe à província.* — Pretende-se uma melhoria sensível na dieta das populações pela aquisição de maior quantidade de peixe, proporcionando o abastecimento de peixe fresco a zonas mais afastadas do litoral.

3. Investimentos

3.1. Fomento piscícola nas águas interiores

153. São ainda muito limitados os conhecimentos no campo da aquicultura, factor que inibe, em parte, o estabelecimento de um plano fundamentado de fomento aquícola.

É, no entanto, geral a convicção do papel importante que pode e deverá ter a aquicultura na província, como arma contra as carências alimentares de certas populações, especialmente das que vivem mais afastadas do mar.

Será no sector tradicional que haverá que concentrar as acções a realizar com vista a conduzir as populações a «fazer peixe», não só como possível fonte de rendimento, mas muito especialmente para melhoria de alimentação, por vezes deficitária em proteínas.

Será tarefa árdua e morosa fazer compreender a estas populações que se pode cultivar peixe como se cultivam produtos agrícolas.

O melhor sistema deste ensino fundamenta-se na demonstração directa, para o que haverá que construir, nas zonas de reconhecida falta de proteínas no meio rural, pequenos tanques de cultura de peixe, cuja produção reverterá para a população do aglomerado. Não bastará fazer tanques e povoá-los, tornando-se necessário ensinar a explorá-los, porque, caso contrário, na primeira colheita

retirarão todo o peixe existente e haverá necessidade de os repovoar assídua e periòdicamente.

154. Pode prever-se a instalação anual de 25 tanques de 1000 m³, o que pode dar anualmente, por tanque, uma produção, para cada aldeia, de 1000 kg de peixe. Este investimento incidirá, em especial, nos distritos da Lunda, Moxico, Bié, Malanje, Cuanza Norte e Cuanza Sul.

Em certas regiões da província, nomeadamente nas de café, nota-se no sector empresarial certo interesse pela piscicultura, tendo em vista especialmente o problema da alimentação da mão-de-obra.

Relativamente a este sector, manter-se-á a orientação até aqui seguida, que é a de se sustentar e ampliar em certas regiões a rede de centros de «alevinagem» existente, tendo em vista o fornecimento de «alevins» das espécies mais aconselháveis para cada região.

Estes centros de «alevinagem» permitirão ainda aos serviços o repovoamento piscícola dos rios e lagos onde for considerado conveniente executar tais trabalhos.

Esta rede será mantida e ampliada de acordo com as necessidades nos distritos da Lunda, Uíge, Moxico, Malanje e Cuanza Sul.

3.2. Regularização e abastecimento interno do pescado e instalações em terra

3.2.1. Construção de armazéns e depósitos de óleo

155. Este empreendimento permitirá dispor de armazéns próprios a fim de receber os produtos acabados dos industriais, sobre os quais o I. I. P. A. poderá emitir títulos transmissíveis, por endosso, denominados conhecimentos de depósitos e *warrants*, descontáveis nos bancos ou outras instituições de crédito da província.

Nestes termos, dos referidos armazéns e depósitos, cujo programa de construção já se vem cumprindo desde o II Plano de Fomento, imediatamente resultará maior estabilidade do sector, por dar oportunidade ao produtor de aguardar cotações para vender os seus produtos. Cumulativamente oferece ao I. I. P. A. maiores possibilidades de *contrôle* da qualidade do produto.

No caso dos óleos ainda se beneficia de uma melhor cotação na exportação a granel e resulta também economia de taras.

Serão construídos armazéns em Luanda e Porto Amboim, depósitos para óleos de peixe no porto de Luanda e Baía dos Tigres e aumentados os depósitos de Porto Alexandre, Lobito e, eventualmente, Moçâmedes.

3.3. Recepção e refrigeração do pescado

3.3.1. Produção de gelo e câmaras para pescado refrigerado em portos de pesca e outros centros do litoral

156. É necessidade premente a construção de câmaras de congelação e armazenamento em Luanda que, com o equipamento actual disponível, sirvam para abastecimento de peixe à cidade e sua zona de influência.

Estando prevista a construção do porto de pesca de Luanda, prevê-se ainda a construção simultânea de câmaras de congelação e armazenamento com posto de inspecção sanitário anexo e edifício de venda de pescado por grosso.

Em Porto Alexandre de igual modo se deverão instalar, durante a vigência do Plano, câmaras de congelação e armazenamento.

3.3.2. Câmaras de congelação e armazenamento com fábrica de gelo e secção de conservas, farinhas e óleos

157. A iniciativa privada assegura a construção de câmaras de congelação e armazenamento com fábricas de gelo em Moçâmedes e Benguela, que servirão de suporte, na primeira localidade, à pesca de arrasto, a qual terá grande expansão nos próximos anos, transformando grandemente o quadro das pescas de Angola. Em Benguela as referidas câmaras destinam-se, fundamentalmente, a apoiar a indústria de conservas.

Este empreendimento facilitará o abastecimento da província de peixe de fundo, anulando a importação da chamada «pescada do Cabo», e aumentará a exportação da província com benéfico reflexo na sua balança de pagamentos. Por outro lado, favorecerá a frequência dos portos de transportes frigoríficos para a exportação de peixe congelado, que poderão ser aproveitados para outras cargas, e no retorno favorece a importação de produtos congelados.

A recente constituição de uma empresa armadora nacional votada ao transporte frigorífico, que deverá demandar também portos de Moçambique, possibilitará o transporte de peixe seco, meia cura, para aquela província.

Os investimentos previstos incluem, além de outros:

a) Congelação rápida e conservas de peixe, unidades de farinação de subprodutos, empreendimento a levar a efeito no Saco do Giraul (Moçâmedes);

b) Câmaras frigoríficas, com a capacidade de 5000 m³, com fabrico de gelo e secção de farinhas e óleos de peixe, empreendimento a levar a efeito em Moçâmedes;

c) Fábrica de conservas de atum com o necessário apoio de frio, empreendimento a levar a efeito por sociedade, em constituição, de vários industriais do sector de Moçâmedes;

d) Conservas e congelação de atum, a levar a efeito em Benguela pela Conserveira de Benguela;

e) Congelação na Baía Farta.

3.4. Pesca local artesanal e do alto

3.4.1. Pesca artesanal

158. Existem ao longo da costa, principalmente no Norte, largas camadas de população exclusivamente votadas à pesca, utilizando meios precários e sem estrutura comercial de apoio. Havendo que modificar tal quadro, pretende-se facultar a estes pescadores os meios necessários para uma pesca mais rendosa, apoiada em estrutura comercial conveniente.

159. Prevê-se que a contribuição de tais pescarias resolverá o abastecimento ao Norte de peixe fresco e refrigerado, destinando-se o remanescente às oficinas cooperativas de salga e seca que o Instituto fomentará e apoiará.

De norte para sul, a organização da pesca artesanal será feita nos seguintes pontos: lagoa de Massabi, Lândana, Cabinda, Santo António do Zaire, Ambrizete, Musserra, Ambriz, Luanda, Egito e Lobito.

Serão fornecidas aos pescadores embarcações, para companhas de oito a dez homens, de modelo especialmente desenhado para o efeito.

Na lagoa de Massabi, Sazaire, Ambrizete, Musserra e Egito favorecer-se-á a constituição de oficinas de salga e seca cooperativas para transformação do excedente de peixe.

Para apoio aos núcleos de Lândana, Cabinda, Sazaire, Ambrizete, Musserra, Ambriz e Lobito prevê-se a instalação de pequenas unidades de fabricação de gelo em Lândana, Cabinda e Ambriz, câmaras de congelação e conservação.

3.4.2. Renovação da frota e artes de pesca

160. Contando a frota de Angola com cerca de 245 traineiras de pesca de cerco com comprimento superior a 12 m, das quais 45 por cento têm idade superior a dez anos e 20 por cento superior a quinze anos, preconiza-se a sua substituição gradual, com financiamento do Fundo de Apoio.

3.4.3. Embarcações para arrasto costeiro

161. Este investimento particular poderá, por si só, modificar a estrutura da indústria da pesca de Angola, favorecendo um movimento no sentido de se desenvolver uma pesca mais rendosa do que aquela que actualmente se pratica. Com efeito, as estruturas actuais baseiam-se na pesca de pelágicos, que se destinam quase exclusivamente à fabricação de subprodutos, tais como as farinhas e óleos de peixe. Com o desenvolvimento do arrasto do alto e costeiro entrará a província decisivamente no caminho certo, fazendo uma exploração mais racional do mar.

Tais pescarias terão o suporte de frio adequado, que, cumulativamente, possibilitará a congelação de quantidades apreciáveis de pelágicos — carapaus —, que são bem aceites pelos estratos da população menos favorecida.

3.4.4. Atuneiros

162. Situando-se a captura do atum ao largo e ao longo da costa da área de Benguela a nível satisfatório, preconiza-se o incremento destas pescas com barcos apetrechados para o efeito. De igual modo, na zona de Moçâmedes, têm estas pescas reais possibilidades de expansão. O apetrechamento do sector com câmaras de congelação, que se processará no decurso do Plano, muito contribuirá para um maior e melhor aproveitamento destas pescas.

Está, desde já, prevista a construção de seis atuneiros, empreendimento a levar a efeito pela Empresa de Pesca de Aveiro, e mais dez, das duas empresas de congelação e conservas, a constituir pelos industriais do distrito de Benguela.

3.4.5. Atuneiros congeladores

163. Este empreendimento particular dá à província posição nas pescas atlânticas do atum.

Estando programado o equipamento dos portos de pesca de Luanda e Porto Alexandre com câmaras de congelação e conservação, ficará Angola a dispor de bases perfeitas para a pesca do atum do alto. Deste modo, está desde já prevista a construção de três unidades, empreendimento a levar a efeito pela Empresa de Pesca de Aveiro e pela Empresa de Congelação dos Industriais de Benguela (a constituir).

3.4.6. Arrastões congeladores

164. Está prevista a construção inicial de duas unidades, empreendimento a levar a efeito pela Empresa

de Pesca de Aveiro, e, além de outros, possìvelmente alguns arrastões da Sociedade dos Armadores de Pesca de Angola, S. A. R. L.

3.5. Estaleiros para a construção e reparação de embarcações

165. A frota de pelágicos da província carece de ser gradualmente substituída, adoptando-se modelo diferente do tradicional, que não serve, por inadequado.

Tais barcos não podem ser construídos por meros carpinteiros, que não oferecem as garantias que são de exigir em empreendimento de tal monta. Esta dificuldade, aliás, já foi sentida no V Congresso Nacional de Pesca, que recomendou ao Governo o favorecimento da constituição de empresas para tal fim.

Tem-se notícia de que uma empresa de Luanda e outra do Lobito se propõem construir estaleiros com as características preconizadas, o que muito favorecerá a possibilidade de renovar a frota.

Pesca

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Pescas	**393 000**
Fomento piscícola nas águas interiores	*6 000*
Pesca local, artesanal e do alto	*362 000*
Pesca artesanal	11 000
Renovação da frota e artes de pesca local	75 000
Embarcações para arrasto costeiro	50 000
Atuneiros	46 000
Atuneiros congeladores	100 000
Arrastões congeladores	80 000
Estaleiros para a construção e reparação de embarcações	*25 000*
Instalações frigoríficas	**136 000**
Produção de gelo e câmaras para pescado refrigerado em portos de pesca e outros centros do litoral	*16 000*
Câmara de congelação e armazenamento com fábrica de gelo e instalações fabris complementares (secção de conserva, farinhas e óleos)	*120 000*
Total	**529 000**

III) Indústrias extractivas e transformadoras

1. Indústria extractiva

1.1. Evolução recente e problemas actuais

1.1.1. Estudos hidrogeológicos e aproveitamento de águas

166. Grande parte do território de Angola é semiárido ou árido. São pouco numerosos os cursos de água de carácter permanente e pode dizer-se que quase todos os rios têm regime torrencial.

As condições hidrológicas são, pois, de natureza a atribuir às águas subterrâneas papel de grande relevo no abastecimento das populações e para as restantes utilizações, com relevância para o desenvolvimento económico.

Nas regiões do Sul e do Sudoeste da província a água é, em particular, factor determinante de qualquer política de desenvolvimento económico-social e condicionamento da economia das populações existentes.

167. Os estudos hidrogeológicos têm de ser levados a efeito segundo programas regionais, de acordo com as solicitações inerentes aos planos de desenvolvimento da pecuária, da agricultura, da construção de infra-estruturas, do estabelecimento de núcleos de povoamento, etc.

Têm sido assim resolvidos, até agora, problemas de abastecimento de água de carácter urgente, o que tem exigido a execução simultânea da prospecção, da pesquisa e da captação de águas subterrâneas. A efectivação de estudos hidrogeológicos regionais que permitissem a definição de princípios e critérios gerais de ocorrência das águas e a determinação das suas características não seria, aliás, possível sem a execução das operações de prospecção e pesquisa. Aquela definição, que constitui uma valiosa aquisição do ponto de vista do conhecimento científico do território, vem, portanto, sendo feita à medida que decorrem estes trabalhos.

Em virtude da vastidão dos recursos aquíferos subterrâneos existentes, o inventário dos mesmos é um objectivo de primordial importância para o desenvolvimento do território. Este inventário só poderá processar-se mediante estudos hidrogeológicos sistemáticos e intensivos.

168. O programa a estabelecer deve, por isso, condicionar-se a um objectivo de carácter geral (o inventário dos recursos aquíferos) e a objectivos de carácter regional ou local (dependentes dos empreendimentos que se pretender servir), numa solução de compromisso, em que não se vise efectuar o estudo hidrogeológico sistemático do conjunto do território, mas sim realizar os estudos que

permitam o aproveitamento racional dos recursos aquíferos necessários à concretização dos esquemas de desenvolvimento económico.

169. A província adquiriu, ao longo de cerca de vinte anos, uma grande experiência em questões de hidrogeologia, prospecção, pesquisa e captação de águas subterrâneas, dispondo hoje de técnicos especializados e de equipamento moderno. Todavia, perante a grandeza do empreendimento em causa — decorrente, naturalmente, da vastidão do território —, há que prosseguir no sentido da ampliação da estrutura técnica já existente, aperfeiçoando constantemente os métodos de trabalho.

Data de 1963 a criação de um dispositivo capaz de permitir a execução rápida dos estudos e das obras necessários ao abastecimento de água das regiões pastoris do Sul de Angola. Este dispositivo intitula-se «Plano de Coordenação para Abastecimento de Água das Regiões Pastoris do Sul de Angola». Teve reflexos em outras medidas estabelecidas para procurar fomentar e disciplinar a pastorícia nos distritos do Sul, tais como, por exemplo, o estabelecimento de um regime de taxas aplicáveis aos possuidores de gado, beneficiários dos trabalhos de abastecimento de água levados a efeito, e a definição de «normas gerais para o planeamento e ordenamento da pastorícia», com vista a planear os trabalhos a realizar e a ordenar a utilização dos já existentes.

Este plano de coordenação foi dotado dos meios necessários para concretizar a criação de infra-estruturas, que constituirão pólos de atracção das populações tradicionais e dos seus gados.

São as seguintes as perspectivas que o desenvolvimento do aproveitamento dos recursos aquíferos oferece:

a) Aumento de produção no sector pecuário e agro-pecuário;
b) Aumento do número de pedidos de demarcação de terrenos destinados ao estabelecimento de empreendimentos pecuários e agro-pecuários;
c) Fixação progressiva das populações nómadas e seminómadas em volta dos pontos de água;
d) Ordenamento progressivo da pastorícia; em consequência, reordenamento rural progressivo;
e) Melhoria das condições de assistência sanitária às populações e gado.

Do surto de desenvolvimento que já se nota na pecuária do Sul de Angola, provocado pelo estabelecimento de 550 pontos de abastecimento de água, bem como da nítida tendência das populações à sua fixação nas proximidades

daqueles pontos de água, e dos numerosos pedidos de trabalhos idênticos em outras regiões da província, verificados nos últimos anos, conclui-se que a evolução das situações no que respeita ao aproveitamento dos recursos aquíferos será dominada por um grande e progressivo aumento de solicitações neste sector, quer nas regiões já beneficiadas, quer noutras.

1.1.2. *Fomento mineiro*

170. A produção das indústrias extractivas evoluiu no período de 1960 a 1965 como se apresenta no quadro seguinte:

Valor bruto da produção mineira

Anos	Valores — Contos	Índice
1960	846 076	100
1961	983 344	116,2
1962	1 134 155	134
1963	1 148 011	135,7
1964	1 361 393	160,9
1965	1 453 346	171,8

O valor bruto da produção registou, no período em análise, um acréscimo da ordem dos 72 por cento. Para este acréscimo contribuíram os três grandes produtos do sector — diamantes, minérios de ferro e petróleo em bruto —, embora em escala diferente.

A exportação dos produtos mineiros evoluiu como consta do mapa seguinte.

Exportação de produtos de origem mineral

Indústrias	1962		1963		1964		1965	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
Total geral	**1 557 123**	**760 745**	**2 192 286**	**989 100**	**2 592 886**	**1 110 878**	**1 966 113**	**1 094 709**
Cobre em bruto não especificado	883	11 370	284	2 893	111	802	257	3 555
Diamantes (*a*)	985 776	555 692	1 215 836	721 390	1 094 541	747 611	1 157 411	904 332
Manganés	9 526	5 455	2 915	1 918	9 636	5 897	862	837
Minérios de ferro	445 987	131 327	655 536	136 655	1 127 548	234 216	693 401	146 935
Petróleo em bruto	114 951	56 901	317 715	126 244	361 050	122 352	114 182	39 050

(*a*) Peso expresso em quilates.

Nota. — Além dos combustíveis derivados do petróleo bruto, os produtos consumidos no mercado interno são as substâncias betuminosas (para pavimentação), os mármores e granitos (para construção e ornamentação, o gesso (para a indústria química, cimentos e construção), outros produtos de pedreiras (para construção e obras públicas), o sal comum e ainda, em muito pequena escala, caulino, feldspato e quartzo (para indústria cerâmica e vidreira).

As actuais actividades mineiras em Angola distribuem-se por seis regiões.

Região mineira da Lunda

171. Situa-se no Nordeste da província, onde se explora a maior parte dos jazigos de diamantes da Companhia de Diamantes de Angola. A sua produção correspondia, em 1965, a cerca de 65 por cento da produção mineira de Angola.

Em face das reservas já conhecidas, é de prever que a produção das minas de dimantes possa prosseguir no mesmo nível durante, pelo menos, quinze anos. No entanto, mantendo-se os trabalhos de prospecção e pesquisa ao ritmo actual, deverá a produção manter-se por um maior período.

Região mineira do Cazengo

172. Na zona de influência do caminho de ferro de Luanda situam-se jazigos de minério de ferro, actualmente explorados pela Companhia do Manganés de Angola. Em 1965 a sua produção correspondia a cerca de 5,3 por cento do valor da produção mineira angolana.

Em face das reservas já conhecidas e dos meios de produção existentes, supõe-se que a produção actual se poderá manter por mais alguns anos.

A Companhia concessionária tem actualmente em curso importantes estudos que, a concretizarem-se, poderão permitir a exportação e concentração de importantes reservas de minério de ferro de teor mais baixo, tipo taconites.

Os minérios desta região são transportados pelo caminho de ferro de Luanda; aguarda-se a conclusão da rectificação do traçado e a modernização dos equipamentos, de modo a aumentar a capacidade de escoamento. Através do porto de Luanda têm sido embarcados os minérios de ferro desta zona, mas as condições actuais não permitem ir além das 500 000 t/ano. Prevê-se a ampliação das instalações actuais e a montagem de instalações de carregamento mecânico de minérios, logo que as necessidades o exijam e os estudos em curso o aconselhem.

Região mineira do Dande

173. Na zona Lifune-Dande, acompanhando o contorno da bacia sedimentar do Cuanza, encontram-se os jazigos

de substâncias betuminosas e a cintura pegmatítica do Dande, na qual se localizam os principais jazigos de mica conhecidos em Angola. Em 1965, paralisadas as explorações de mica, a produção desta zona representou apenas 0,1 por cento da produção mineira total da província.

A rocha asfáltica para pavimentação, com um teor de asfalto de 18 a 20 por cento, que há muitos anos se produz na região, encontra séria concorrência no asfalto de refinaria, pelo que não é provável o aumento da sua produção. Existem de há muito projectos para obtenção de combustíveis líquidos por destilação de xistos betuminosos que abundam na área, não sendo de pôr de parte a possibilidade de uma realização industrial, o que muito auxiliaria o desenvolvimento mineiro dos jazigos. Também neste campo a concorrência do petróleo natural é, evidentemente, importante factor a considerar.

Região mineira de Luanda

174. A totalidade do petróleo produzido na província, até hoje, proveio de jazigos situados na chamada área do Cuanza.

Nenhuma das estruturas até hoje exploradas apresentou dimensão e reservas que permitissem assegurar uma importante produção, de forma a manter o abastecimento nos anos futuros da refinaria de Luanda.

Os trabalhos de pesquisa prosseguem e as condições geológicas são favoráveis ao aparecimento de jazigos de maior importância.

Região mineira do Cuíma e de Cassinga

175. Os jazigos de minérios de ferro do Cuíma encontram-se esgotados. Na região existem ocorrências de volframite, cassiterite, minerais radioactivos, terras raras e ouro, cujas possibilidades de exploração ainda são pouco conhecidas.

176. Na região de Cassinga-Jamba encontram-se em exploração importantes reservas de minério de ferro aluvionar que se estimam em mais de 100 milhões de toneladas. A actual exploração incide sobre a reserva da Jamba, estando previsto que, em futuro próximo, outros jazigos entrem em produção, de forma a conseguir-se explorar, a partir de 1969, inclusive, cerca de 5 milhões de concentrados anualmente, valendo mais de 1 milhão de contos.

O minério é explorado a céu aberto com eficientes meios mecânicos e submetido a lavagem e concentração, de forma a obterem-se teores de venda da ordem dos 63 por cento de *Fe*.

Os concentrados são transportados pelo caminho de ferro de Moçâmedes até ao porto mineiro do Saco, que se encontra equipado com excelentes meios mecânicos de carga, de forma a permitir o carregamento de grandes navios mineraleiros em curto espaço de tempo, facto que, conjuntamente com as excepcionais condições do porto de Moçâmedes, muito contribui para a economia dos fretes marítimos.

As receitas provenientes da exploração representam mais de 1 300 000 contos anuais e um ingresso de cambiais que, não sendo inferior nos primeiros dez anos a um saldo líquido anual de 500 000 contos, virá a fixar-se posteriormente no nível de 1 milhão de contos.

Na região existem ainda enormes reservas de itabirites, que um dia poderão vir a ser exploradas.

Região mineira de Cabinda

177. O distrito de Cabinda chamou recentemente sobre si as atenções mundiais.

Depois de um trabalho de cerca de dez anos, a Cabinda Gulf viu coroados de êxito os seus esforços. As quantidades de petróleo encontradas e as possibilidades de produção são consideradas muito importantes. Prevê-se o início da produção no ano de 1968 e julga-se que em 1971 se poderão exportar mais de 7 milhões de toneladas. O que já se conhece permite, porém, considerar possíveis números mais elevados.

Como fruto do seu trabalho de pesquisa, a Companhia encontrou também jazigos de potássio, que, segundo estimativa a confirmar, podem conter grandes reservas susceptíveis de exploração económica a vir a ser objecto de lavra mineira em grande estilo.

A acrescentar à riqueza mineira do distrito há ainda as ocorrências de fosfatos, que foram objecto de estudo por parte dos serviços de minas provinciais e que se sabe já conterem apreciáveis quantidades de minério, nos quais estão interessados vários pretendentes à obtenção de direitos mineiros.

Existem ainda em Cabinda importantes jazidas de asfalto natural e indícios de interesse de ouro e manganés.

1.2. Objectivos

1.2.1. Estudos hidrogeológicos e aproveitamento de águas

178. A definição dos objectivos gerais, no sector dos estudos hidrogeológicos e do aproveitamento de águas, pode sintetizar-se do modo seguinte:

Obtenção gradual do conhecimento hidrogeológico do território e o concomitante inventário dos seus recursos aquíferos;

Resolução de problemas regionais e locais de abastecimento de água de núcleos de povoamento, centros urbanos, instalações militares e indústrias, com particular incidência nas regiões áridas e semiáridas.

1.2.2. Fomento mineiro

179. Pretende-se durante o III Plano um aumento substancial da actividade extractiva, de forma a atingir o valor de 6 000 000 de contos no final do sexénio. Tal acréscimo fundamenta-se na previsão dos êxitos que se esperam do trabalho dos pesquisadores e concessionários mineiros e também dos levantamentos geológicos e da prospecção sistemática, na medida em que venham a descobrir novos índices de mineralização.

Será de prever, portanto, uma maior disponibilidade de matéria-prima para o desenvolvimento da indústria e ainda um benefício a curto prazo para as balanças comercial e de pagamentos.

1.3. Investimentos

1.3.1. Estudos hidrogeológicos e aproveitamento de águas

180. No que se refere à hidrogeologia e ao aproveitamento dos recursos aquíferos, torna-se indispensável fazer depender os programas dos empreendimentos que se pretende servir das necessidades que se vão verificar nos próximos anos em relação a infra-estruturas, núcleos de povoamento, desenvolvimento da agro-pecuária, etc.

Apenas num caso é possível estabelecer desde já programa em todos os seus aspectos técnico-económicos — o do abastecimento de água da região pastoril do Sul de Angola, visto estar-se perante um empreendimento já objectivado e concretizado mediante medidas legislativas e regulamentares que exprimem uma orientação perfeitamente definida.

Mas o facto de ser difícil estabelecer outros programas, em condições idênticas, não significa que não devam ser considerados os estudos dos recursos aquíferos. Pelo contrário, é indispensável prever a criação de uma estrutura técnico-económica que garanta a possibilidade de resolução dos múltiplos problemas de aproveitamento de águas de que depende o desenvolvimento económico e social de Angola.

a) Abastecimento de água da região pastoril do Sul de Angola

181. A área cujo abastecimento de água constitui o objectivo deste empreendimento corresponde a um conjunto de áreas parciais que apresentam grande identidade de características geoeconómicas.

Dada, porém, a grande extensão daquela área — 167 900 km² —, foram feitos estudos aturados com vista à selecção de «zonas prioritárias», isto é, zonas onde a falta de água se reveste de maior acuidade.

Para o abastecimento de toda a área de 167 900 km² seria necessário considerar 4000 pontos de água, número extremamente elevado. Mas para as zonas prioritárias, que compreende uma área total de 60 560 km², supondo um aproveitamento de 80 por cento desta área, o abastecimento completo necessitaria de cerca de 1600 pontos de água, considerando um ponto de água por cada 30 km², em média, número obtido a partir da capacidade média dos pastos (8 ha por cabeça) e do consumo de água médio por cabeça normal.

Na realidade, a evolução da pecuária, numa área tão extensa e com características tão peculiares, não é previsível a longo prazo. Por outro lado, o Estado pretende dar um impulso ao desenvolvimento económico e social do Sul de Angola, mas tal impulso deverá produzir efeitos que criarão condições para a emancipação económica de muitos criadores, que passarão a dispensar, lògicamente, o auxílio do Estado.

A estrutura existente garante meios de acção para a execução de cerca de 90 obras por ano. Durante o período de 1968–1973, será possível construir, portanto, cerca de 540 obras, que, juntas às 700 que deverão existir até fins do Plano Intercalar, proporcionarão a existência de 1240 pontos de água, número este que se aproxima já do que se estima necessário para zonas prioritárias.

A par deste objectivo, o programa inclui o estudo técnico-económico de comportamento das obras, estudo este que só poderá ser efectuado com alguns anos de observações contínuas e sistemáticas.

b) Estudos hidrogeológicos e aproveitamento de águas subterrâneas

182. Este programa serve objectivos que não é possível definir imediatamente de forma completa, dado que o mesmo se destina a manter uma estrutura capaz de ocorrer aos múltiplos problemas de aproveitamento de águas subterrâneas impostos por programas dos domínios mais variados, com particular relevo nos da agro-pecuária, e a efectuar, gradual e sistemàticamente, o reconhecimento da hidrogeologia da província.

Dentro do primeiro objectivo incluem-se os seguintes trabalhos, além de outros que não é possível concretizar:

Estudo hidrogeológico e pesquisa de águas subterrâneas destinados à construção de 50 captações para abastecimento de um núcleo de povoamento na região da Cela (fazendas médias), pedidas pela Junta Provincial de Povoamento;

Estudo hidrogeológico e das possibilidades de obtenção de águas subterrâneas nas embocaduras dos rios Coporolo, Equimina, Carunjamba, Inamangando, S. Nicolau, Giraul e Curoca, destinados ao abastecimento de Dombe Grande, Equimina, Lucira, S. Nicolau e outros núcleos de povoamento; estudos idênticos noutros locais de acordo com solicitações futuras;

Compilação e divulgação de elementos de informação sobre a hidrogeologia do território;

Preparação e especialização de pessoal técnico no campo da hidrogeologia e nos métodos de prospecção, pesquisa e captação de águas subterrâneas; desenvolvimento das técnicas utilizáveis;

Aquisição de aparelhagem de prospecção geofísica especialmente adequada às águas subterrâneas, sondas e aparelhagem para observações hidrogeológicas;

Auxílio às províncias mais pequenas e que não podem, por isso, dispor de estruturas que lhes permitam abordar problemas que, em certos casos, como o de Cabo Verde, assumem particular acuidade e dificuldade. Dispondo das dotações propostas, julga-se possível a utilização da experiência já adquirida em Angola noutras parcelas do território nacional.

1.3.2. Fomento mineiro

183. De um modo geral, espera-se que todos os empreendimentos a seguir discriminados conduzam à melhoria sensível das balanças de pagamentos e comercial, bem como ao aumento substancial do produto interno bruto.

a) Valorização de jazigos já conhecidos (iniciativa do Estado)

Valorização dos jazigos de cobre

184. São conhecidos muitos indícios de mineralização de cobre. No entanto, com excepção de algumas ocorrências no distrito de Uíge, que foram estudadas por uma empresa concessionária — a Empresa de Cobre de Angola —, todas as demais ocorrências e indícios são deficientemente conhecidos. A indústria transformadora nacional necessita de cobre metal, que não é produzido actualmente no território nacional em quantidade suficiente. Torna-se, por isso, necessário, valorizar as ocorrências que possam vir a ter interesse económico.

O empreendimento deverá ser orientado no sentido de uma prospecção regional e estudo regional dos indícios, suas extensões possíveis e reconhecimento por pesquisas mineiras, onde justificadas.

O investimento proposto permitirá manter permanentemente no campo duas equipas de pesquisas e uma sonda para reconhecimentos.

Valorização de jazigos de carvão (distritos do Moxico e Cuando-Cubango)

185. São conhecidas já algumas ocorrências de linhites nas regiões cobertas pela formação do Kalahari, no distrito do Móxico. Em trabalhos já realizados durante a vigência do Plano Intercalar de Fomento, outras ocorrências foram descobertas e estudadas as relações genéticas e possibilidades quanto a quantidades exploráveis. Afigura-se indispensável prosseguir estes trabalhos, imprimindo-lhes um ritmo mais intenso, particularmente no respeitante à execução de sondagens, de reconhecimento e avaliação das reservas.

O investimento proposto foi estabelecido prevendo-se a possibilidade de vir a utilizar equipamento já existente, embora este não seja o mais indicado para este género de trabalhos.

Valorização de jazigos de substâncias betuminosas (distritos de Luanda e Zaire)

186. As grandes reservas de rocha asfáltica e betuminosa existentes nas formações sedimentares marinhas, principalmente na bacia do Cuanza, impõem que se faça um inventário dos volumes disponíveis e das condições geológicas e topográficas que condicionarão o seu aprovei-

tamento potencial como produtor de combustíveis líquidos. Como os detentores dos direitos mineiros — Companhia dos Betuminosos de Angola e Companhia dos Asfaltos de Angola — não dispõem de meios suficientes para efectuarem esses estudos, propõe-se que os mesmos sejam realizados pelo Estado. O investimento previsto é reduzido, mas afigura-se que o mesmo permitirá, em quatro campanhas, efectuar esse inventário.

Estudo do aproveitamento industrial das substâncias betuminosas (distritos de Luanda e Zaire)

187. Consiste no estudo laboratorial e em oficinas-piloto especializadas dos vários tipos de rochas asfálticas existentes na província, com vista à obtenção de combustíveis líquidos e elaboração dos projectos das respectivas instalações e estudo económico do empreendimento. Este estudo terá de ser realizado em laboratórios estrangeiros, possìvelmente nos Estados Unidos da América ou Canadá, onde as técnicas se encontram mais desenvolvidas.

Estudo do aproveitamento industrial dos minérios de ferro titanado

188. Este estudo consiste na amostragem dos minérios de ferro titanado que se encontram, em grande abundância, na região dos Gambos até ao Cunene, no distrito da Huíla, e na região de Cazengo, no distrito de Cuanza Norte, e sua remessa para laboratórios especializados estrangeiros — Estados Unidos da América, Alemanha, França ou Suécia —, onde possam ser estudados no sentido do seu aproveitamento para produção de *pelets* de minério de ferro e simultâneamente de concentrados de ilmenite (minério de titânio). Além deste estudo prévio e respectivos ensaios em escala semi-industrial, faz parte do investimento o estudo económico do empreendimento necessário e projecto das instalações industriais.

Valorização dos jazigos de ouro e pedras preciosas (na reserva do Estado)

189. Existem na província numerosas ocorrências de ouro aluvionar e filoniano. No entanto, nunca foi executado um trabalho sistemático que permita chegar à conclusão da existência ou não existência de importantes jazigos deste metal.

Dado o grande interesse nacional que haverá em iniciar-se em escala industrial qualquer exploração de jazigos de ouro, há urgência em dar-se início à pesquisa sis-

temática dos indícios de ouro conhecidos. O investimento proposto permitirá manter permanentemente duas brigadas trabalhando neste objectivo, o que já representa um importante progresso.

Do mesmo modo, sabe-se que na área da reserva do Estado existem índices de mineralização diamantífera, alguns dos quais de relativo interesse. Convirá realizar uma pesquisa sumária, por métodos modernos, da área costeira, não só para pesquisa de diamantes como de outros minerais.

Estudo e investigação das possíveis fontes de minério de alumínio

190. Não se conhecem ainda jazigos ou até simples ocorrências de minérios aluminíferos na província. No entanto, a existência de muitas massas de rochas que, por alteração meteórica, podem produzir concentrações minerais exploráveis de alumínio impõe a pesquisa das regiões onde afloram tais tipos de rochas, com vista à descoberta de possíveis concentrações, susceptíveis de constituírem jazigos desses minérios, a utilizar pela indústria do alumínio a instalar em Angola.

Avaliação dos recursos minerais associados às formações carbonatíticas (distritos de Huíla, Benguela e Huambo)

191. O interesse crescente pelos minerais de terras raras, e ainda pelos minerais radioactivos que lhes estão associados, além das possibilidades de aproveitamento local como correctores do solo na agricultura, aconselha a efectuar a pesquisa das inúmeras estruturas dessas rochas já conhecidas em Angola, objectivo que exige um considerável trabalho laboratorial de custo elevado. O investimento proposto permitirá manter a actuação de uma ou duas brigadas de estudo.

Valorização dos jazigos de outros minérios — tungsténio e estanho (distritos de Benguela e Huambo)

192. Conhecem-se nestes distritos ocorrências de estanho, tungsténio e cianite. O objectivo previsto constitui apoio à iniciativa privada em condições a acordar. Prevê-se a actuação simultânea de duas brigadas de pesquisas, incluindo a execução de sondagens. É possível que, ainda durante o III Plano de Fomento, essas brigadas possam actuar complementarmente na valorização de descobertas que venham a ser feitas pelas brigadas de cartografia geológica e prospecção geral.

b) Desenvolvimento do aproveitamento dos jazigos já conhecidos (iniciativa particular)

Região mineira do Cassinga (projecto Cassinga)

193. A produção prevista destes jazigos de ferro (tipos *pebble*, aluvial, maciço e finos), pertencentes à concessão da Sociedade Mineira de Lombige, iniciada em 1967, é de 5 000 000 t a 5 500 000 t anualmente. Os investimentos necessários foram na sua maior parte já efectuados no âmbito do Plano Intercalar de Fomento, estando ainda prevista a construção de um novo traçado do caminho de ferro de Moçâmedes destinado a reduzir a rampa máxima e rectificação do traçado e ainda a renovação do material de via, para o qual se prevê um elevado desgaste pelo excesso de carga a que vai ficar sujeito.

Região mineira do Mavoio (projecto Mavoio)

194. As reservas prováveis destes jazigos de cobre, cuja exploração está concedida à Empresa de Cobre de Angola, montam a 10 000 000 t com cerca de 3 por cento de cobre metal, localizadas a cerca de 300 a 400 m de profundidade.

A empresa tem em curso negociações com outras entidades para início dos trabalhos de valorização destas reservas. Segundo previsão, nos três primeiros anos que se seguirem ao início de tais trabalhos, realizar-se-ão as pesquisas complementares necessárias e, se for comprovada a economia da exploração, efectuar-se-á também a traçagem da mina e montar-se-ão as necessárias instalações de extracção e concentração do minério com vista à obtenção de 15 000 t de cobre por ano, sob a forma de concentrados, dos quais uma parte se destinará à indústria metalúrgica nacional.

Regiões mineiras de Luanda e do Zaire (projectos Petrangol-Angol)

Luanda

195. As estruturas existentes nesta região, situam-se entre Cacuaco e Porto Amboim, na bacia sedimentar do Cuanza, na sua parte terrestre *(onshore)* e na plataforma continental *(offshore)*. A produção de ramas para abastecimento da refinaria de Luanda proveio, principalmente, das estruturas de Tobias, Galinda, Benfica e Luanda. Para se poder manter e expandir a produção actual, novos jazigos terão de ser descobertos e colocados em produção. Parte das estruturas terrestres já foram pesquisadas, mas algumas serão ainda retomadas. A maior esperança parece localizar-se na plataforma continental.

196. Nas sondagens, iniciadas em 1966, foram encontrados índices de hidrocarbonetos que a empresa concessionária supõe de interesse, pelo que será iniciada uma campanha de sondagens para os comprovar. Se, entretanto, forem descobertos jazigos exploráveis, deverão ser ampliados os investimentos nesta área, não só para execução dos trabalhos de desenvolvimento e produção, como ainda para montagem das infra-estruturas — oleodutos, centrais de bombagem, *sea line* e instalações de carga em navios-tanques.

Serão também efectuados trabalhos de prospecção na plataforma continental.

Ambriz e Cuanza Oriental

197. Serão realizados trabalhos de prospecção e pesquisa nas áreas concedidas à Angol.

Região mineira de Cabinda

198. As estruturas petrolíferas localizadas na plataforma continental no distrito de Cabinda foram objecto de pesquisas efectuadas pela Cabinda Gulf Oil Company, com grande êxito.

Estão previstos grandes investimentos que permitirão dentro de poucos anos alcançar-se um importante volume de produção.

Região mineira do Dande (Betumina-Astal)

199. A Companhia de Betuminosos de Angola e a Companhia dos Asfaltos de Angola, que, no seu conjunto, possuem direitos mineiros sobre quase toda a área entre os rios Lifune e Dande, onde são conhecidas ocorrências de rocha asfáltica, associaram-se num empreendimento que pretendem executar, destinado a extrair da rocha asfáltica o asfalto que contém, colocando-o em condições vendáveis, isento de produtos inertes. Este asfalto poderá ser utilizado para uso interno, em pavimentações, ou para exportação, ou como matéria-prima de uma indústria de refinação para produção de combustíveis líquidos leves.

Região mineira do Cazengo (projecto Cassalas)

200. Existem nesta região jazigos de ferro de baixo teor da Companhia do Manganés de Angola, susceptíveis de exploração a céu aberto, estando em curso estudos com vista à produção anual de 1 000 000 t a 1 500 000 t de *pelets* de minério de ferro com 65 a 67 por cento de ferro. Só depois de estudada a rentabilidade económica do em-

preendimento se poderá decidir se o mesmo será executado.

Se o empreendimento se revelar exequível, será necessário melhorar o traçado do caminho de ferro de Luanda e instalar o equipamento de carregamento mecânico de minérios no porto de Luanda, adequado à exportação das quantidades previstas. Espera-se que toda a produção se destine à exportação. O financiamento será feito normalmente por empréstimo externo.

Região mineira de Cabinda (projecto Cabinda)

201. Está em estudo a possibilidade de se virem a explorar importantes jazigos de potássio, afectos à concessão da Cabinda Gulf.

A produção anual de 1 000 000 t de concentrados de cloreto de potássio corresponderia a cerca de 600 000 contos por ano.

Seria necessário montar infra-estruturas de transporte ferroviário e um porto de mar para carregar estes concentrados. A totalidade da produção destinar-se-ia à exportação. O financiamento será externo.

Região mineira de Cabinda (projecto fosfatos)

202. Os principais jazigos de fosfatos sedimentares já estudados encontram-se, um, junto da fronteira com a República do Congo (Kinshasa) e, outro, junto da fronteira com a República do Congo (Brazzaville). A sua exploração mineira será relativamente fácil e barata, mas o transporte será mais dispendioso, exigindo a montagem de uma infra-estrutura de transporte ferroviário e a construção de um porto de mar adequado ao transporte e carregamento de, pelo menos, 1 000 000 t por ano.

Toda a produção deverá ser destinada à exportação. O financiamento será externo.

Região mineira de Ambrizete-Quinzau (projecto fosfatos)

203. A exploração mineira destes jazigos de fosfatos sedimentares será relativamente fácil e pouco dispendiosa, mas os encargos com o transporte e carregamento em navios terão de ser elevados. Exigem a montagem de uma infra-estrutura de transporte dos concentrados desde a mina até ao navio, provàvelmente mais dispendiosa que no caso de Cabinda, embora não haja estudos feitos.

Por isso, apenas a título comparativo, se estima o investimento num valor superior em 50 por cento do valor do investimento equivalente do empreendimento de Cabinda, também para 1 000 000 t por ano. Apenas 50 por cento da produção serão destinados à exportação. A fonte de financiamento seria externa.

2. Indústria transformadora

2.1. Evolução recente, situação actual e perspectivas

204. A produção industrial de Angola caracterizou-se, a partir de 1960, por um rápido crescimento, traduzido pela duplicação do valor bruto da produção no sexénio de 1960–1965, mesmo sem abranger actividades importantes, como serralharia, serração de madeiras, extracção de óleo de palma, panificação e cerâmica.

Anos	Valor bruto da produção industrial — Valores em contos	Índice (1960 = 100)
1960	1 419 595	100
1961	1 563 919	110,2
1962	2 268 811	159,8
1963	2 450 341	172,6
1964	2 667 309	187,9
1965	3 023 517	213

O capital investido em 1960 era de 2 430 000 contos, tendo subido em 1965 para 3 894 000 contos, ou seja mais 60 por cento. Esse acréscimo diz respeito, principalmente, às indústrias alimentares, dos derivados do petróleo e carvão, de bebidas e de madeiras.

O valor acrescentado das indústrias transformadoras foi estimado, a partir de indicadores, entre 1,3 e 1,7 milhões de contos.

205. Uma análise dos valores de exportação das indústrias transformadoras a partir de 1962 mostra que os maiores contributos provieram, justamente, das indústrias da alimentação e das indústrias químicas. Nas indústrias têxteis também aparecem valores elevados, atribuíveis à exportação de sisal; assim, o maior contributo provém do sector agrícola.

A ligeira quebra registada em 1965 no total das exportações deve-se ao sisal, pois nos outros sectores houve um nítido acréscimo, que não foi maior em resultado do aumento do consumo interno (açúcar, óleos alimentares e algodão em rama).

206. No que respeita ao emprego, verifica-se no sexénio um acréscimo da população activa da ordem das 12 900 pessoas, o que equivale a uma expansão anual de, aproximadamente, 1,7 por cento.

Observando a evolução seguida, desde 1956, do número de estabelecimentos industriais, do pessoal utilizado e do capital investido, verifica-se que em dez anos o número de estabelecimentos industriais quase duplicou, enquanto o capital investido aumentou mais do dobro. O pessoal empregado aumentou de 62,5 por cento.

Evolução na montagem de estabelecimentos industriais

Anos	Número de estabelecimentos	Pessoal	Capital investido — Contos
1956	1 960	41 834	1 691 715
1957	2 088	44 168	1 768 396
1958	2 278	48 333	2 034 937
1959	2 529	51 971	2 194 410
1960	2 725	55 068	2 429 216
1961	2 861	56 748	2 702 755
1962	3 075	58 845	2 801 128
1963	3 381	61 572	2 887 309
1964	3 699	64 695	3 050 280
1965	3 886	67 991	3 893 537

Em 1965, o aumento anual do número de estabelecimentos foi o menor desde 1956. O acréscimo do capital investido foi, todavia, superior ao triplo do maior acréscimo anual até então registado (1961). É a transição da fase da repartição dos investimentos em numerosas pequenas indústrias para o período dos investimentos industriais de maior vulto. Dos estabelecimentos industriais instalados, 45 por cento correspondem a indústrias da alimentação, com um capital investido de 1 045 000 contos.

Principais exportações dos produtos industrializados da provincia

Classes (1)	1962		1963		1964		1965	
	Toneladas (2)	Contos (3)	Toneladas (4)	Contos (5)	Toneladas (6)	Contos (7)	Toneladas (8)	Contos (9)
Total geral	**389 946**	**1 127 102**	**508 294**	**1 334 630**	**595 741**	**1 367 902**	**614 499**	**1 255 441**
Indústrias de alimentação, com excepção das indústrias das bebidas	120 391	287 309	102 330	223 969	106 178	257 978	111 030	312 958
Indústrias das bebidas	1 265	8 374	862	6 411	1 023	4 381	904	5 096
Indústria do tabaco	192	7 556	144	7 962	152	8 209	145	8 195
Indústrias têxteis	75 439	509 965	67 816	661 144	61 869	541 002	56 628	365 936
Indústrias da madeira, com excepção da de mobiliário	7 278	8 381	14 142	14 504	13 603	12 798	15 364	17 740
Indústrias do papel e dos artigos de papel	1 101	1 919	19 775	34 973	18 522	49 408	23 400	58 586
Indústrias dos curtumes e dos artigos de couro e pele, com excepção do calçado e de outros artigos de vestuário	16	238	231	2 361	110	1 485	314	3 159
Indústrias químicas	66 529	226 130	73 225	254 159	103 021	352 950	88 368	333 750
Indústrias dos derivados de petróleo bruto e do carvão	106 742	72 531	200 327	118 590	235 036	120 992	236 126	122 328

Classes	1962		1963		1664		1965	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão	10 993	4 699	29 442	10 557	56 225	18 668	82 181	26 914
Indústrias transformadoras diversas	..	..	..	..	2	31	39	779

O sector das indústrias químicas, apenas com 169 estabelecimentos, é responsável por um investimento de 1 129 000 contos.

2.2. Objectivos

207. No âmbito do III Plano deverá procurar-se:

a) Promover e apoiar a instalação de novas indústrias e ampliação das existentes nas convenientes condições de rentabilidade, com vista a, dentro do esquema geral do desenvolvimento económico da província, assegurarem um acréscimo do produto sectorial de mais de 1 500 000 contos no último ano do sexénio;

b) Criar, de acordo com o objectivo anterior, as bases para o desenvolvimento de futuras zonas industriais da província, de forma a obter-se adequado aproveitamento dos recursos existentes.

208. Enumeram-se, como possíveis zonas industriais, as seguintes:

Zona norte

No Ambrizete, com a instalação da indústria de descasque e aproveitamento integral da castanha de caju;

Em Carmona, com a criação e desenvolvimento de indústrias complementares, designadamente para enlatamento de abacaxi, de sumos de frutos e descasque e beneficiamento de café.

Zona de Luanda

Este é já o mais importante pólo de crescimento industrial da província, dispondo de infra-estruturas de transporte e energia susceptíveis de aproveitamento mais eficiente.

Zona do Dondo

O facto de a central de Cambambe se situar a poucos quilómetros da povoação do Dondo pode tornar esta região num importante centro de desenvolvimento.

Zona de Malanje

A construção de estradas até à fronteira leste, para o Norte e para o Sul da província, poderá tornar Malanje num dos mais importantes centros indus-

triais de Angola; as possibilidades de aproveitamento das quedas do Cuanza (a 60 km) e do Duque de Bragança (110 m de altura, a 80 km), a fertilidade dos solos da região, as suas potencialidades pecuárias (gado bovino) e agrícolas (algodão, amendoim, mandioca, arroz, etc.), constituem factores favoráveis ao desenvolvimento da região.

Zona da Cela

É a zona propícia à criação de indústrias complementares da agricultura (conservas de frutos) e da pecuária (lacticínios e salsicharia).

Zona Lobito-Benguela

A indústria, já bastante desenvolvida nesta região, poderá ainda ser consideràvelmente incentivada, aproveitando as infra-estruturas existentes.

Zona de Nova Lisboa

Esta zona contém já estabelecimentos industriais de relevância para servir de base à futura expansão industrial.

2.2.1. Medidas de política

209. Para assegurar as condições exigidas para possibilitar a concretização dos empreendimentos considerados neste sector, torna-se necessário realizar determinado conjunto de acções e de medidas tendentes a:

a) Melhorar e expandir as actividades de formação acelerada de mão-de-obra especializada;
b) Rever e actualizar os regimes de incentivos aduaneiros e fiscais à instalação de novas indústrias;
c) Melhorar as condições de financiamento da indústria, através da criação de entidades especializadas e de mercado provincial de capitais;
d) Estabelecer sistemas de assistência técnica e financeira às pequenas e médias indústrias.

2.3. Investimentos

210. Os empreendimentos incluídos neste Plano a título indicativo no sector das indústrias transformadoras para o sexénio de 1968–1973 foram seleccionados de entre os que apresentam maiores possibilidades, tendo em conta

os seguintes critérios: importância para o desenvolvimento económico da província, contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos, rentabilidade e viabilidade técnico-económica e, em particular, possibilidades de concretização.

Foram ainda englobados alguns empreendimentos de boas perspectivas e de interesse em virtude da sua localização.

Esta lista, de natureza puramente indicativa, não significa que outros empreendimentos industriais não possam merecer interesse para efeitos do III Plano de Fomento, mas apenas que não foi considerado válido, com base em elementos disponíveis, explicitá-los.

O volume global de investimentos considerado necessário para alcançar o aumento do produto do sector é da ordem dos 4 500 000 contos.

Os projectos apresentados são, à excepção de muito poucos, de iniciativa privada.

2.3.1. Indústria de alimentação, com excepção das indústrias das bebidas

211. Prevêem-se os seguintes investimentos:

a) *Matadouro-frigorífico (Nova Lisboa).* — Será destinado a abate, congelação e frigorificação de carne de bovinos, com capacidade máxima de laboração de 15 000 cabeças por ano. O capital ainda a investir por autofinanciamento é de 25 000 contos, para uma produção líquida anual de 12 500 contos e um volume de emprego de 150 unidades;

b) *Matadouro-frigorífico (entre Malanje e Camabatela).* — Destinado a abate, congelação e frigorificação de carne de bovinos. Tal iniciativa virá a possibilitar o aproveitamento do gado disponível em Camabatela. A iniciativa poderá ser pública ou privada;

c) *Salsicharia (Cela).* — Dadas as possibilidades que reúne o pólo de desenvolvimento da Cela, propõe-se que seja aí instalada uma unidade fabril;

d) *Apoio à fábrica de lacticínios de Nova Lisboa.* — Impõe-se o apoio a esta unidade, que se dedica ao fabrico de queijo, manteiga, leites aromatizados, caldos nutritivos à base de leite e farinha, etc.;

e) *Fábrica de lacticínios (região da Ganda).* — Este empreendimento tem em vista tirar partido do facto de o leite na região da Ganda ter um

preço relativamente baixo. A iniciativa poderá pertencer ao sector público ou ao sector privado;

f) *Fábricas de produtos frutícolas e hortícolas.* — Seriam instaladas duas na Cela: uma em Carmona e outra no concelho do Bocoio. Estas unidades teriam em vista o enlatamento do abacaxi, do tomate, etc. À excepção da fábrica de Carmona, cuja iniciativa deverá pertencer ao Estado, todas as outras serão de iniciativa privada;

g) *Fábricas de sumos de frutos (concelho do Huambo).* — O capital a investir nesta instalação é de cerca de 7000 contos; poderá empregar cerca de 50 pessoas. Prevê-se uma produção líquida anual de cerca de 3500 contos, o que é perfeitamente de admitir pelo facto de a matéria-prima ser de produção local. A exportação deverá atingir 80 por cento da produção bruta;

h) *Fábrica de massa de tomate (Moçâmedes).* — A iniciativa pertence à cooperativa local. Serão investidos 2900 contos, devendo originar uma produção anual líquida do mesmo valor. O pessoal a empregar será de 30 pessoas. Calcula-se que 90 por cento da produção bruta serão objecto de exportação;

i) *Aumento da capacidade da moagem de trigo de Luanda.* — Trata-se da ampliação da respectiva capacidade de produção;

j) *Fábrica de açúcar (zona do Mucoso-Lucala).* — Este empreendimento, como já foi dito, visa cobrir o *deficit* previsto na exportação de açúcar para a metrópole, que em 1970 deverá atingir 60 000 t.

Os estudos já realizados sobre a localização da nova açucareira indicaram as seguintes regiões, por ordem de maior interesse: Mucoso-Lucala; Mucoso-Muanga; antiga demarcação da Companhia Açucareira do Cuanza; faixa aluvionar da margem direita do Bengo. Assim, em princípio, a açucareira deverá localizar-se na região do Mucoso-Lucala, na margem direita do Cuanza, entre este rio e o Lucala, com óptimas possibilidades de localização nos aspectos pedológicos e climáticos.

Em relação à nova açucareira, é difícil calcular o valor adicionado bruto em cada ano. Por estimativa, pode estabelecer-se 80 000 con-

tos anuais. Na parte agrícola, prevê-se um valor acrescentado de igual montante;

k) *Fábrica de margarinas e de hidrogenação de óleos (Luanda).* — Este empreendimento justifica-se na medida em que se pretende limitar a importação de margarinas, que foi em 1965 de 884 t, no valor de 16 247 contos. O consumo na província, no mesmo ano, atingiu 1144 t e prevê-se que em 1968 venha a ser de 1800 t;

l) *Fábrica de massas alimentícias (Luanda).* — Dado que se prevê, para 1971 ou 1972, um aumento de consumo de massas alimentícias de mais de 3000 t por ano, impõe-se a instalação de mais uma unidade fabril. O empreendimento deverá ser totalmente autofinanciado;

m) *Aumento da capacidade da fábrica de leveduras frescas (Luanda).* — Impõe-se a ampliação da fábrica em questão, dado que a produção actual é insuficiente para satisfazer o consumo;

n) *Fábrica de higienização do sal (Lobito).* — O Grémio dos Industriais do Sal pretende instalar no Lobito uma fábrica de higienização do sal;

o) *Descasque e aproveitamento integral da castanha de caju (Ambrizete).* — Esta iniciativa visa desenvolver uma região onde existe uma produção de 300 a 500 t de caju.

2.3.2. Indústrias das bebidas

212. Prevêem-se os seguintes investimentos:

Fábrica de cerveja (Luanda ou outra cidade). — É de prever a instalação de uma nova fábrica de cerveja ou o aumento de capacidade das existentes, o que se julga venha a ter lugar em 1970.

2.3.3. Indústrias têxteis

213. Pretende-se, na vigência do III Plano, não aumentar a importação de tecidos de algodão, pelo facto da correspondente importância atingir um valor elevado e contribuir assim para o agravamento da balança de pagamentos. Os empreendimentos incluem:

a) *Fábrica de fiação e tecidos de algodão (Dondo).* — De harmonia com os projectos elaborados, prevê-se que a importação poderá ser reduzida de 70 000 contos e que será possível uma exportação da ordem de 1500 contos. Este empreendimento será autofinanciado em 54 000 contos.

b) *Fábrica de fiação e tecidos de algodão (Malanje).* — Esta fábrica será para 10 000 fusos e 200 teares automáticos. Poderá conseguir-se uma limitação na importação de cerca de 35 000 contos e será ainda possível uma exportação de cerca de 19 000 contos. Este empreendimento deverá ser autofinanciado no montante de 24 000 contos;

c) *Fábrica de fiação de algodão (Novo Redondo).* — A fábrica de Novo Redondo será apenas dimensionada para 5000 fusos (o custo de produção para os 5000 fusos é quase igual ao custo para 6000 fusos);

d) *Fábrica de tecidos de lã e de fibras sintéticas, artificiais ou mistas.* — Aumento de capacidade da fábrica instalada em 1967, em Luanda.

2.3.4. Indústrias de calçado e vestuário

214. Pelo que respeita ao calçado, os empreendimentos propostos visam limitar a importação do mesmo, a qual, em 1965, provocou um dispêndio de divisas da ordem de 115 000 contos:

a) *Aumento da capacidade da fábrica de calçado de Luanda;*

b) *Fábricas de calçado em Benguela, Nova Lisboa e Sá da Bandeira;*

c) *Fábrica de malhas e vestuário de algodão (Luanda);*

d) *Fábrica de malhas e vestuário de algodão (Sá da Bandeira).*

2.3.5. Indústrias da madeira

215. *Aglomerados de madeira, folheados e contraplacados (Cabinda).* — A fim de se aproveitar a riqueza florestal de Cabinda, propõe-se também a instalação destas indústrias em 1970.

2.3.6. Indústrias químicas

216. *Indústrias químicas, de óleos essenciais (planalto central) e hormonas (Lobito e Benguela).*

2.3.7. Indústrias dos derivados do petróleo

217. *Refinação de petróleo (aumento de capacidade e nova refinaria no Lobito).* — Propõe-se não só fazer face

ao crescimento do consumo interno dos produtos petrolíferos, como também promover a exportação de produtos refinados.

2.3.8. Indústria dos produtos minerais não metálicos

218. *a) Nova linha de fabrico de vidraria (ou nova fábrica).* — A actual produção mostra-se insuficiente para atender ao consumo. Admite-se que se verificará a ampliação da fábrica de Luanda ou haverá lugar à instalação de uma nova fábrica;

b) Nova linha de fabrico de cimento (Luanda). — Devido ao facto de a fábrica de Luanda estar prestes a esgotar a sua capacidade de fabrico, propõe-se a mesma ampliar essa capacidade.

2.3.9. Indústrias metalúrgicas de base

219. *a) Siderurgia (Luanda).* — A instalação da indústria siderúrgica tem a recomendá-la o facto de existirem na província óptimos minérios de ferro e energia a baixo preço. Foi, assim, considerada a localização da indústria na zona do caminho de ferro de Luanda, onde existem minérios de alta qualidade, facilidade de transporte e disponibilidades de energia (Cambambe). Prevê-se uma produção bruta de 100 000 t de gusa e 100 000 t de aço laminado;

b) Fabrico de ferro-ligas e carbureto de cálcio (Luanda). — Trata-se de uma indústria de elevado interesse para a província e com boas condições de rentabilidade. Cerca de 95 por cento da produção bruta deverão destinar-se à exportação;

c) Electrometalurgia de aluminio (Dondo). — A instalação desta indústria encontra-se nas fases finais de lançamento. A esquematização geral aproximada do empreendimento é a seguinte:

Capital a investir: 900 000 contos, a financiar por capital próprio e crédito externo;
Produção bruta, 1.ª fase: 25 000 t/ano;
Produção líquida: 250 000 contos;
Pessoal a empregar: 400 pessoas;
Consumo anual de energia eléctrica: 72 000 contos.

A indústria deverá ficar localizada no Dondo. Pràticamente, toda a produção será destinada a venda em outros territórios nacionais e a exportação.

2.3.10. Construção de máquinas, com excepção das eléctricas

220. *Apoio às indústrias de máquinas e ferramentas já instaladas (1.ª «tranche», em 1968, e 2.ª «tranche»).* — Sugere-se a concretização do apoio aos industriais já estabelecidos, de preferência, e localizados nas zonas de Luanda ou Lobito-Benguela, com vista a contribuir para a formação de operários e desenvolvimento da prática de trabalhar o ferro, técnica base de uma industrialização.

2.3.11 Construção de materiais de transporte

221. *Complexo industrial para a montagem de veículos automóveis (Luanda).* — Este complexo industrial, requerido já por uma firma, abrange linhas de montagem e fabrico, com a capacidade máxima anual de:

3600 velomotores e 2500 motociclos; 800 carrinhas e 600 camiões; 3000 «turismos»; 5000 carroçarias para veículos automóveis, etc.

2.3.12. Fomento industrial regional

222. Sob esta designação incluem-se os empreendimentos destinados a satisfazer os seguintes objectivos do Plano:

a) Apoio ao desenvolvimento regional;
b) Apoio às indústrias complementares da agricultura.

Deve notar-se que nestas verbas globais não se enquadram as que foram consideradas para um fim específico, embora dentro da finalidade geral a que a verba se destina.

Quanto ao desenvolvimento regional, há a considerar neste campo variadíssimas indústrias, como sejam: cerâmicas, padarias (na zona afectada), fabrico de cal, conservação de frescos, etc., além de qualquer indústria que possa haver interesse em instalar, como, por exemplo, a industrialização de maqueta no Baixo Cubango, zona que interessa desenvolver.

As entidades executoras dos empreendimentos (sobretudo no sector industrial), o total dos recursos necessários, as fontes de financiamento, etc., são problemas a considerar.

De notar que um esquema de desenvolvimento distrital terá de atender às diversas actividades que se poderão desenvolver nos distritos, para além da instalação de pequenas indústrias.

Indústrias extractivas e transformadoras

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Indústria extractiva	*11 599 500*
Estudos hidrogeológicos e aproveitamento de águas	210 000
Abastecimento de água da região pastoril do Sul de Angola	150 000
Estudos hidrogeológicos e aproveitamento de águas subterrâneas	60 000
Fomento mineiro	11 389 500
Iniciativa do Estado	140 500
Cobre	23 000
Carvão	15 500
Substâncias betuminosas	11 000
Estudo do aproveitamento industrial das substâncias betuminosas	5 000
Estudo do aproveitamento industrial dos minérios de ferro titanado	5 000
Ouro e pedras preciosas	21 000
Estudo e investigação das possíveis fontes de minério de alumínio	15 000
Avaliação dos recursos mineiros associados às formações carbonatícias	20 000
Outros minérios (tungsténio e estanho)	25 000
Investimentos privados	11 249 000
Cassinga — Ferro (2.ª fase)	1 800 000
Mavoio — Cobre	250 000
Petrangol — Petróleos	1 500 000
Angol e outras — Petróleos	450 000
Cabinda-Gulf — Petróleos	3 000 000
Betumina/Asfal — Betuminosos	15 000
Cassalar — Ferro	600 000
Cabinda — Potássio	1 400 000
Cabinda — Fosfatos	1 000 000
Zaire — Fosfatos	1 500 000
Outros investimentos	734 000
Indústria transformadora	*3 360 600*
Indústria de alimentação, com excepção de bebidas	956 500
Indústria das bebidas	60 000
Indústrias têxteis	235 000
Indústrias de calçado e vestuário	28 000
Indústrias da madeira, com excepção de mobiliário	47 000

Empreendimentos	Contos
Indústrias químicas	24 600
Indústrias dos derivados do petróleo	300 000
Indústria dos produtos minerais não metálicos	150 000
Indústria metalúrgica de base	1 390 000
Construção de máquinas, com excepção das eléctricas	40 000
Construção de materiais de transporte	45 000
Apoio ao desenvolvimento regional	40 000
Apoio às indústrias complementares da agricultura	44 500
Total	**14 960 100**

IV) Indústria de construção e obras públicas

1. Evolução recente e problemas actuais

223. A actividade desta indústria, de importância essencial para o processo de desenvolvimento económico e, em particular, para a execução do Plano de Fomento da província, dada a proporção relevante em que figura no conjunto dos investimentos programados, tem-se repartido entre os dois âmbitos de obras públicas e de construção civil.

224. O produto do sector cresceu no período de 1953–1960 à taxa média anual de 5,5 por cento, tendo, após acentuada quebra no ano de 1961, adoptado, nos anos seguintes, tendência renovada e acentuada para um rápido crescimento à taxa de 8 por cento.

225. A sua contribuição para os I e II Planos de Fomento e Plano Intercalar de Fomento, embora não seja possível defini-la com precisão, atingiu valores muito consideráveis, em virtude do predomínio dos investimentos de natureza infra-estrutural naqueles planos.

Além disso, é de registar a construção de edifícios, que tem constituído rubrica muito importante nos investimentos da província desde 1957, e à qual, nos anos de 1961 a 1965, correspondeu um montante total da ordem do milhão de contos.

226. No III Plano de Fomento poder-se-á avaliar em mais de 3 400 000 contos o valor dos investimentos a efectuar com a participação desta indústria.

Admitindo que a construção de edifícios se processe no sexénio a um ritmo não inferior ao verificado no passado próximo, é pois de considerar que a indústria terá de assegurar um volume de trabalho nunca inferior a 5 900 000 contos.

227. Para além da actividade, propriamente dita, da indústria, importa ter presente que na gama produtiva da indústria transformadora de Angola figuram já praticamente todos os materiais de construção necessários, o que limita o impacte de tão vultosa actividade sobre a balança de pagamentos à importação de máquinas e equipamentos de obras públicas.

228. Conta hoje a província com um quadro de empresas de construção e obras públicas suficientemente numeroso e convenientemente estruturado para ocorrer às suas necessidades, salvo, evidentemente, casos restritos de construções especiais. A dimensão das obras postas a concurso e o crédito da província são, por seu lado, de molde a atrair o interesse de empreiteiros de fora da província, o que confere garantia adicional de realização dos investimentos programados no sector.

229. Os problemas sentidos pela indústria cifram-se essencialmente na dificuldade de obter mão-de-obra devidamente preparada, e na falta, por vezes, de continuidade da sua actividade.

2. Objectivos

230. Os objectivos a visar consistirão essencialmente na resolução dos problemas acima apontados e, além disso, na melhoria dos níveis de custo, através de condições mais favoráveis de financiamento e da adopção de processos mais eficientes de trabalho.

3. Investimentos e medidas

231. Não havendo investimentos a registar especificamente — visto que os investimentos a efectuar pelo sector constam já dos diversos sectores beneficiários —, indicar-se-ão apenas, neste capítulo, as medidas que importa tomar.

232. Assim, além dos esforços a levar a cabo no sector de formação profissional — quer ao nível do ensino técnico tradicional, quer ao de formação acelerada —, com vista a aumentar os efectivos e a melhorar o nível pro-

fissional da mão-de-obra do sector, deverá ser programada a execução das diversas obras públicas e construções, de modo a permitir o mais alto grau possível de continuidade na actividade da indústria, evitando tempos mortos e soluções de continuidade, e procurar-se construir para uma maior especialização empresarial.

Simultâneamente deverão ser criadas condições mais convenientes de financiamento, e desenvolvidos, com base no Laboratório de Engenharia de Angola, os estudos necessários à normalização de materiais e processos de trabalho e, de um modo geral, à melhoria da produtividade da indústria.

V) Melhoramentos rurais

1. Evolução recente e problemas actuais

233. O meio rural, caracterizado pela existência de habitações autoconstruídas com materiais locais, patenteia um problema de evolução, isto é, a modificação da casa segundo as novas necessidades económicas e sociais resultantes da transição da economia de subsistência para a de economia de mercado, no sentido da construção de casas definitivas integradas em aglomerados de dimensões variáveis, de acordo com o tipo de economia e recursos locais.

Para isso torna-se indispensável definir, a partir da análise dos vários factores relevantes com referência a uma dada unidade sócio-económica, o tipo de «povoamento» aconselhável — concentrado, misto ou disperso — e dos consequentes programas de reordenamento rural e de beneficiamento habitacional.

As acções a desenvolver deverão resultar da actividade das equipas móveis de desenvolvimento comunitário, do tipo de mão-de-obra disponível e da criação de pequenas caixas de crédito, na sequência das experiências já efectuadas pela Junta Provincial de Povoamento de Angola e pelo Fundo de Acção Social no Trabalho de Angola.

2. Objectivos

234. Os objectivos a alcançar, no que respeita a melhoramentos, são os da melhoria das condições de vida das populações rurais e a consequente contribuição para a diminuição do êxodo rural, para o que há um conjunto de aspectos, directa ou indirectamente ligados ao problema da habitação, a considerar: distribuição de água e de electricidade, esgotos, acessos, transportes colectivos, mercados e abastecimentos, equipamento social e serviços públicos.

3. Investimentos

235. Para a prossecução dos objectivos já descritos, torna-se necessária a execução dos empreendimentos que a seguir se enumeram.

1. Promoção sócio-económica das populações rurais

1.1. Organização em zonas piloto de «concelhos de regedorias»

236. Este empreendimento só poderá realizar-se em sequência dos estudos a efectuar (incluídos no subsector «Estudos de base») sobre a evolução de estruturas de regedorias tradicionais, com vista ao desenvolvimento do municipalismo.

Procura-se, com este empreendimento, integrar a evolução das estruturas tradicionais na estrutura política e administrativa da Nação, havendo o cuidado de — respeitando os princípios estabelecidos nos textos legais — não se provocar uma súbita alteração de estruturas, devendo-se, pelo contrário, partir cautelosamente das realidades e encaminhar num sentido preestabelecido a sua evolução gradual, evolução esta que conduzirá a uma completa integração.

1.2. Promoção, ordenamento e estabilização das populações já instaladas (reordenamento rural)

Formação de quadros, constituição, apetrechamento e manutenção de órgãos de actuação especializados

237. É urgente constituir e pôr em funcionamento as equipas móveis de desenvolvimento comunitário necessárias para que se possa executar nas áreas de reordenamento a seguinte fórmula de trabalho:

a) A nível de regedoria

Na medida das exigências do desenvolvimento dos trabalhos em curso, actuarão na área de cada regedoria — ou num conjunto de regedorias limítrofes — agentes de nível elementar, destinados essencialmente a transmitir aos vizinhos os conhecimentos de base indispensáveis ao cumprimento das diversas fases dos planos de promoção económico-social e a orientar e estimular a execução dos trabalhos previstos nos programas e projectos elaborados para cada regedoria ou conjunto de regedorias.

b) Ao nível de postos administrativos

Nas zonas onde os trabalhos de reordenamento se processarem com maior intensidade, organizar-se-á em cada posto administrativo uma «equipa de trabalho» que apoiará os trabalhos em curso.

c) Ao nível de concelhos e circunscrições (zonas)

Nas zonas onde não estiverem constituídas «equipas de trabalho» nos postos administrativos, organizar-se-á, para actuação na área dos concelhos ou circunscrições — sob orientação das comissões de zonas de reordenamento rural e em íntima colaboração com as autoridades administrativas —, equipas móveis de desenvolvimento comunitário, que, através de contactos frequentes, apoiarão a actividade dos agentes referidos anteriormente e, de um modo geral, coordenarão todas as actividades em curso.

d) Ao nível de distrito ou região

Organizar-se-á uma equipa móvel de desenvolvimento comunitário (regional) destinada, sob orientação directa da Comissão Regional de Reordenamento Rural, a analisar, estudar e coordenar todos os elementos relativos aos trabalhos em curso, mantendo aquela Comissão permanentemente informada da forma como decorre o cumprimento do plano.

1.3. Comissão de Divulgação Agro-Pecuária

238. Prevê-se, no âmbito deste subsector, a atribuição de uma dotação destinada, fundamentalmente, no âmbito da actividade da Comissão Executiva de Divulgação Agro-Pecuária (J. P. P. A.), a:

Apoio a publicações de divulgação agrária, educação cívica e cooperativa, melhoria de hábitos alimentares e higiénicos, da habitação, etc.;

Constituição de grupos itinerantes de cinema educativo, exposições e bibliotecas nos meios rurais.

1.4. Apoio às pequenas iniciativas

239. Este empreendimento destina-se a prestar auxílio às pequenas iniciativas através da «campanha de auxílio a pequenas iniciativas», entre as quais se contam indústrias artesanais, agrícolas ou não, pelo fornecimento de meios de trabalho em espécie.

2. Abastecimento de água e trabalhos diversos

240. Durante o sexénio, procurar-se-á proceder a estudos de captação de água, não só subterrâneas, junto dos leitos dos rios, mas também noutros locais, para o seu fornecimento às populações rurais.

3. Electrificação de diversas povoações

241. Cabe às autarquias locais papel relevante na electrificação das povoações em relação às quais não é econòmicamente viável fornecer energia a partir dos sistemas de produção e distribuição já existentes. Para bem o desempenharem, contam elas com o apoio do Fundo de Melhoramentos Locais — recentemente reorganizado e valorizado —, prevendo-se a instalação e ampliação de diversas centrais térmicas (Santo António do Zaire, Cabinda, Negage, Ambrizete, Nóqui e S. Salvador); a construção de pequenos aproveitamentos hidroeléctricos (visando o fornecimento de energia a Artur de Paiva, Duque de Bragança, Camabatela, Andulo, etc.); e a electrificação de cerca de centena e meia de povoações, por meio de adequadas centrais *Diesel*. Este programa será naturalmente acrescido com instalação e remodelação de pequenas linhas de transporte e de distribuição ligando Andulo à Missão Católica, Cubango a Artur de Paiva, Dala ao Luso, e servindo Negage, Malanje, Silva Porto, Luanda, Nova Lisboa, Henrique de Carvalho, etc.

Melhoramentos rurais

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Promoção sócio-económica das populações rurais	*190 000*
Organizações em zonas-piloto de conselhos de regedoria	1 500
Promoção, ordenamento e estabilização de populações	168 000
Comissão de divulgação agro-pecuária	6 000
Apoio às pequenas iniciativas	14 500
Abastecimento de água e trabalhos diversos	80 000
Electrificação de povoações	*371 300*
Produção:	
Pequenos aproveitamentos hidroeléctricos (rios Cubango, Lucala, Manibulo e Membia)	7 400

Empreendimentos	Contos
Electrificação de diversas povoações	33 000
Transporte e distribuição:	
Pequenas linhas de transporte e redes de distribuição (*a*)	110 900

(*a*) É possível que nesta rubrica estejam incluídas redes de distribuição em cidades importantes e que, portanto, deveriam figurar na rubrica de energia. Mas o projecto do Plano não permite a devida separação. Recomenda-se oportuna verificação.

VI) Energia

1. Evolução recente e problemas actuais

242. As estatísticas disponíveis permitiram a elaboração do quadro seguinte, em que se indica a evolução presumível do consumo energético de Angola em milhares de toneladas de equivalente carvão.

Consumo de energia

Designação	Milhares de toneladas de equivalente-carvão										
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Carvão	47,5	23,9	58,7	17,7	20	46,9	25,1	34,5	48	39,8	21
Petróleo e derivados	95,1	217,5	261,5	268,9	280,5	330,9	345,9	395	443,8	501,7	575,4
Madeira	–	45	48,6	55,2	48,3	46,1	52,8	62,8	52,8	35,3	40
Lenha	–	197,8	346,1	192,8	203,4	327,8	352,3	526,3	341,4	352,6	274
Carvão vegetal	–	11,9	9,8	11,2	11,1	11,3	5,2	9,7	13,2	17	19,5
Energia hidráulica	8,6	12	20,6	29,6	37,2	45	57,3	60,6	75,8	90,1	108
Total	–	508,1	745,3	575,4	600,5	808	838,6	1 088,9	975	1 036,5	1 037,9
Quilograma-habitante-ano	–	–	–	–	–	166,9	–	–	–	–	201,7

Nota. — Estimativa.

Comparticipação das diversas fontes de energia e consumo total

Designação	Percentagens					
	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Carvões	7,2	3,6	4	6,2	5,5	3,9
Petróleo e derivados	40,9	41,2	36,3	45,5	48,4	55,4
Lenha	40,5	42	48,3	35	34,1	6,3
Energia hidráulica	5,6	6,8	5,6	7,7	8,6	10,4

Note-se, desde já, que este quadro — permitindo, embora, algumas conclusões sobre o panorama energético da província — não pode deixar de ser olhado com reservas, dado que os elementos nele constantes, excepção feita aos referentes a petróleo e seus derivados e a energia hidráulica, vêm afectados de apreciáveis erros por defeito, uma vez que não incluem, por falta de elementos seguros, as madeiras, lenhas e carvões consumidos pela população autóctone.

Mesmo assim, dele se pode deduzir:

a) Do consumo total, a maior parte cabe aos petróleos e seus derivados e à lenha; porém, enquanto que o consumo desta última tem evoluído lenta e irregularmente, o consumo daqueles apresenta um aumento firme, que, nos últimos cinco anos, se traduz por uma taxa média anual de crescimento de 12 por cento;

b) O consumo de carvão importado é muito irregular. A média dos últimos 10 anos anda à volta das 40 000 t, das quais entre um quarto e um meio consumidos no caminho de ferro de Benguela;

c) O carvão de madeira, de produção local, tem sido pouco utilizado; no entanto, de 1962 para cá verifica-se um aumento de consumo à taxa média anual de 26 por cento;

d) O consumo de energia por habitante e por ano subiu de 166,9 kg de equivalente carvão, em 1960, para 201,7, em 1965.

243. Em 1965, a energia hidroeléctrica, não obstante a sua utilização ter duplicado nos últimos cinco anos, contribuía para o consumo total com pouco mais de 10 por cento, enquanto a lenha preenchia 26,3 por cento, cabendo aos petróleos e seus derivados 55,4 por cento.

Entre estes, o consumo do *fuel-oil* aumentou mais ràpidamente que o da gasolina e do gasóleo; e o de *jet-*

-*fuel* teve um crescimento espectacular — passando de 4358 l, em 1962, para 46 378 l, em 1965 —, em virtude da afluência dos aviões a jacto. (Nos mesmos anos, o consumo de gasolina foi de 55 037 e 73 174 l e o do gasóleo de 123 559 e 164 933 l).

Em conjunto, o gasóleo e o *fuel-oil* foram consumidos nas seguintes percentagens sobre o total de produtos petrolíferos gastos na província:

	Percentagem
1962	64
1963	62,5
1964	61,5
1965	62,1

Dado que em 1965 a produção de energia eléctrica de origem térmica (cerca de 45 GWh) corresponderia ao consumo de 13 500 t de gasóleo, e tendo em vista que o consumo total na província foi, naquele ano, de 141 000 t, há que concluir que nas centrais eléctricas se queimou, no máximo, 10 por cento de gasóleo utilizado em Angola.

244. Em confronto com a de outros territórios africanos, a situação da província, no que refere à energia eléctrica, é satisfatória.

Com efeito, quanto à potência instalada, Angola vem logo a seguir à África do Sul, República Árabe Unida, Rodésia, República Democrática do Congo e Argélia; e quanto ao consumo específico, situa-se mais ou menos a meio da tabela formada por todos os países do continente negro.

Actualmente, porém, à capacidade de produção já atingida não corresponde, ainda e pelo menos nalguns casos, um suficiente aproveitamento, enquanto, por outro lado, regiões há, fora do raio de acção dos actuais centros produtores, às quais falta a energia eléctrica indispensável às necessidades que já enfrentam ou virão a enfrentar a curto prazo.

Factos tais impõem uma perfeita coordenação da produção, do transporte e da distribuição de energia eléctrica, problema que, nos seus múltiplos aspectos, a Administração — através dos seus órgãos competentes — vem já encarando e cuja consideração está na base do programa de realizações mais adiante apresentado.

245. Actualmente, a produção, o transporte e a grande distribuição estão a cargo quer de empresas privadas, em regime de concessão, quer do próprio Estado, por intermédio da Junta Provincial de Electrificação de Angola; a pequena distribuição compete aos serviços municipais ou municipalizados e, em alguns casos, a empresas privadas concessionárias.

A zona de desenvolvimento Luanda-Dondo-Malanje é área de actividade da concessionária Sonefe, que explora as centrais das Mabubas e de Cambambe, ligadas a Luanda por linhas a 60 e 220 kV, respectivamente.

A Hidroeléctrica do Alto Catumbela (H. E. A. C.) exerce a sua actividade na área Lobito-Benguela-Alto Catumbela-Nova Lisboa, explorando as centrais do Biópio e do Lomaum, no distrito de Benguela, e abastecendo a sua zona de influência por meio de uma linha a 150 kV.

A central da Matala está a cargo da Junta Provincial de Electrificação de Angola e serve o Colonato do Cunene e as regiões de Humpata, Sá da Bandeira, Caraculo e Moçâmedes.

Finalmente, na zona nordeste do distrito da Lunda, a Companhia dos Diamantes explora a central de Luachimo, fornecendo energia à sua área mineira por meio de uma rede a 60, 30 e 15 kV.

No mapa que se segue indica-se não só a localização das centrais referidas, mas também as suas características de maior interesse.

Características das principais centrais hidráulicas em 31 de Dezembro de 1965

Centrais	Cursos de águas	Tipo de aproveitamento	Área da bacia vertente — Km²	Altura de queda média	Capacidade útil da albufeira — 10⁶ m	Número de grupos	Potência instalada — MW	Potência instalada — MVA	Energia garantida em ano seco — GWh	Energia produzida em 1965 — GWh	Entidade concessionária
Mabubas .	Dande . .	Pequena regularização	7 500	40	62	4	17,76	22,2	(*a*) 58	3,8	Sonefe.
Cambambe	Cuanza . .	Fio de água	120 000	86	—	2	115	144	(*b*) 422	140	Sonefe.
Luachimo .	Luachimo	Fio de água	17 200	17,4	2,8	4	9,6	12	44	36	Companhia dos Diamantes.
Biópio . .	Catumbela	Fio de água	8 730	29	—	4	15,2	18	(*c*) 23	29,4	H. E. A. C.
Lomaum .	Catumbela	Fio de água	8 550	174	—	2	20	25	(*c*) 80	33,7	H. E. A. C.
Matala . .	Cunene . .	Pequena regularização	24 300	20	70	2	28,4	34	(*d*) 14,5	14,06	J. P. E. A.

(*a*) A energia garantida em ano médio é de 82 GWh.

(*b*) Com a barragem à cota actual, a potência útil é apenas da ordem dos 45 MW e a energia colectável, para a utilização anual de 5300 horas dessa potência, será apenas de 238 GWh; com a instalação de mais dois grupos de 65 MW e a barragem à cota actual, a energia colectável será de 825 GWh para uma utilização de 6600 horas da potência útil de 125 MW; com a elevação da barragem para a cota definitiva, passará a 1400 GWh; regularizando o caudal a montante e instalando mais duas centrais anexas à existente, passará a cerca de 2100 GWh.

(*c*) Com a potência útil de 10 MW, a energia colectável do Lomaum, para uma utilização anual de 4300 horas dessa potência, será de 43 GWh; com regularização térmica de 3 MW, o sistema Biópio-Lomaum poderá produzir 88 GWh; com regularização térmica de 3 MW e instalação de um terceiro grupo turboalternador, o sistema poderá garantir 131 GWh; com regularização de caudais, o sistema Biópio-Lomaum poderá produzir, em conjunto, 200 GWh.

(*d*) Com um caudal da ordem dos 17,5 m³/s, garantem-se 22 GWh e, em ano médio, 34,5 GWh; energia temporária, 41,2 GWh; com regularização de caudais, a Matala poderá produzir até 96 GWh.

246. Além dos meios de produção acima mencionados, cabe referir, pela sua relativa importância, a existência de numerosas centrais *Diesel*, servindo para a electrificação de pequenos aglomerados populacionais.

Estas centrais serão objecto de considerações que oportunamente se apresentarão.

247. Na zona de influência da Sonefe, o principal centro de consumo é Luanda, que está ligada às Mabubas por uma linha dupla de 60 kV e a Cambambe por uma linha simples de 220 kV.

Nesta zona a distribuição é constituída pela rede suburbana, a 15 kV, para Cucuaco, Belas e Viana; pelas linhas Cambambe-Dondo, também a 15 kV, e pela rede de grande e pequena distribuição da cidade de Luanda.

Na área da H. E. A. C. o transporte de energia está assegurado pelas linhas Biópio-Catumbela, a 60 kV, e Biópio-Lomaum-Alto Catumbela e Alto Catumbela-Nova Lisboa, a 150 kV.

A rede de distribuição compõe-se das linhas iniciais, a 20 kV, ligando a subestação de Catumbela a Lobito e Benguela, às quais se juntaram mais recentemente duas outras, a 30 kV; e da linha Benguela-Baía Farta, também a 30 kV, isto além das redes de distribuição existentes nas cidades antes mencionadas.

Na zona Moçâmedes-Sá da Bandeira-Cunene o transporte utiliza as linhas Matala-Sá da Bandeira (150 kV) e Sá da Bandeira-Moçâmedes (60 kV).

É ainda de referir a rede de grande distribuição, a 15 kV, que se estende por todo o planalto de Humpata-Chibia-Tchivinguiro e povoações daquela área, estando já concluída a ligação ao posto do Caraculo.

A regularização dos caudais do Cunene, a montante de Matala, apresenta-se como empreendimento urgentemente necessário por ser já insuficiente a energia que, nas condições actuais, é possível produzir.

248. Numa visão de conjunto quanto ao nível actual de electrificação, pode dizer-se que, no momento, estão electrificadas todas as cidades da província, 93 por cento das vilas e 39 por cento das restantes sedes de divisões administrativas.

Os distritos menos electrificados são os do Bié, Benguela, Huambo e Cuando Cubango e os que têm mais povoações servidas são os do Uíge, Zaire, Cuanza Norte, Cabinda e Luanda.

O meio rural, dada a grande dispersão dos seus centros populacionais, apresenta grandes dificuldades no abastecimento em energia e pode dizer-se que, pràticamente, não está electrificado.

Um caso, no entanto, é de referir: o de um abastecimento na região da Humpata, através de uma rede a 15 kV e com cerca de 60 km de extensão que serve Chibia, Palanca, Humpata e sua estação agrícola, Caholo, Escola Agro-Pecuária do Tchivinguiro, Huíla e Jamba.

249. Em territórios em franco desenvolvimento, como o de Angola, qualquer previsão de evolução dos consumos é extraordinàriamente arriscada e sujeita a volumosos erros.

Apesar disso, com base em valores fornecidos pela Sonefe, quanto à região de Luanda, tomando em consideração o próximo estabelecimento da indústria do alumínio e admitindo uma taxa constante de crescimento, de 13 por cento para a zona de Lobito-Benguela e de 15 por cento para as restantes, foi possível estabelecer a seguinte projecção da evolução do consumo de energia eléctrica:

Previsão do consumo de energia eléctrica

GWh

Anos	Luanda	Lobito-Benguela	Outras zonas	Total
1964	113,9	30,1	87,5	231,5
1965	133,3	31,8	138,4	303,5
1966	158,5	36,2	159,1	353,8
1967	188,4	41	182,9	412,3
1968	216,4	46,4	210,3	473,1
1969	248,5	52,5	241,8	542,8
1970	285,4	59,4	278	622,8
1971	721,4	67,5	319,7	1 108,6
1972	812,4	76,6	367,6	1 256,6
1973	868,4	86,3	422,7	1 377,4
1974	921,3	97,5	486,1	1 504,9

Observação. — Os valores de 1964 e 1965 são reais, tendo as taxas de crescimento referidas no texto tomado 1965 por ano de partida.

Este quadro deverá ser naturalmente encarado com as devidas reservas, importando que a evolução real seja seguida por forma a evitar desajustamento entre a produção e as necessidades impostas pelo desenvolvimento económico que se visa atingir.

250. Um outro aspecto que será prudente não perder de vista, e em relação ao qual são também muito falíveis todas as previsões, é o que se refere à electrificação de pequenos aglomerados populacionais, que se projecta fazer

em parte à custa de modestos aproveitamentos hidroeléctricos (casos do Tchicapa, Luso, etc.), mas que, por outro lado, hão-de continuar a ter de recorrer ainda a centrais *Diesel*.

Estes elementos obrigam apenas a um investimento inicial pequeno, têm bom rendimento e são de fácil manutenção.

No entanto, a sua utilização é quase sempre prejudicada pela deficiente conservação que lhe dispensam as entidades exploradoras — facto que justificará a criação de um serviço especial de assistência, cuja acção deverá estender-se a toda a província.

Tal serviço, forçoso é que seja acompanhado por actuação conveniente nos campos da preparação e recrutamento do pessoal técnico necessário.

2. Objectivos

251. Frente à situação que acaba de ser descrita muito sumàriamente podem definir-se no âmbito do III Plano de Fomento os seguintes objectivos:

a) *Continuação e intensificação do inventário dos recursos energéticos de Angola.* — Importa obter um conhecimento tão amplo quanto possível dos recursos hídricos, em petróleo e em carvões, com vista a um adequado planeamento da electrificação da província;

b) *Conveniente aproveitamento dos sistemas de produção, transporte e distribuição já existentes e instalação de novos, quando necessário.* — Tal é imposto pela evolução dos consumos, por um lado, e pela indispensabilidade de levar a energia a zonas dela ainda carecidas.

3. Investimentos

1. Estudos

a) A cargo da Administração Central

252. No sentido de possibilitar um adequado aproveitamento dos recursos existentes, forçoso é que a Administração promova a realização de estudos (hidrométricos e outros), com vista à recolha de elementos e sua conveniente utilização.

Esta a razão da inscrição, em local próprio, das verbas correspondentes.

b) A cargo das autarquias locais

253. De acordo com o seu contrato, à Sonefe cabe continuar com os estudos relativos à elaboração dos planos gerais do médio Cuanza e de toda a sua bacia.

Também a H. E. A. C. deverá prosseguir com os estudos relativos ao plano geral de aproveitamento hidroeléctrico do rio Catumbela, nos quais desejável será que inclua também os aspectos hidroagrícolas.

2. Produção

a) A cargo da Administração Central

Aproveitamento do Tchicapa

254. No sentido de se garantir o abastecimento de energia eléctrica a Henrique de Carvalho, últimamente objecto de iniciativas de maior importância, tem-se por necessário proceder ao aproveitamento do Tchicapa, instalando dois grupos de 500 kW, que, em média e nos primeiros seis anos, haverão de fornecer 1,2 GWh.

Aproveitamento do Cunje

255. Trata-se de um iniciativa já em curso que visa promover o fornecimento de energia eléctrica a General Machado, Nova Sintra, Silva Porto e Vouga.

Visa-se a conclusão do edifício da central, a instalação de mais um grupo de 650 kW na central de General Machado e a regularização do rio Cunje.

Aproveitamento do Cunene

256. Quanto respeita a este aproveitamento deve ser considerado à luz dos acordos já estabelecidos e a estabelecer com a República da África do Sul.

No momento, dada a actual situação da central da Matala e a necessidade de assegurar o fornecimento de energia a Sá da Bandeira e a Moçâmedes, dois empreendimentos se devem ter como absolutamente viáveis: a ampliação da central da Matala, com mais um grupo de 13,6 MV, e a construção de uma barragem de regularização do Cunene a montante de Matala. Admite-se que a barragem seja a do Gove.

Central térmica de Moçâmedes

257. Enquanto não se concretizar o aproveitamento do Cunene, acima referido, o abastecimento regular de ener-

gia a Moçâmedes e ao seu porto mineiro haverá de ser garantido por apoio térmico à central da Matala.

Tal leva a prever a instalação de uma central termoeléctrica, com características a definir por um conveniente apoio à central da Matala.

É, no entanto, de referir que, ao abrigo do Projecto Mineiro de Cassinga, está prevista a instalação de uma central termoeléctrica, que, numa 1.ª fase, será equipada com dois grupos de 1800 kVA.

A oportuna coordenação das duas iniciativas conduzirá, certamente, a uma conveniente limitação de encargos.

b) A cargo das empresas privadas

Ampliação de Cambambe

258. No III Plano de Fomento forçoso é encarar a ampliação de Cambambe, por forma a corresponder não só ao previsto aumento de consumo da região de Luanda, mas também às necessidades resultantes da instalação que se prevê da indústria do alumínio, necessidades que se avaliam em 436 GWh e que se admite venham a verificar-se a partir de 1970.

Nestas condições, os investimentos a ter em conta atingirão 482 000 contos, conforme o quadro seguinte.

Objectivos	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	Totais parciais
Instalação dos 3.º e 4.º grupos:										
Construção civil . . .	7 000	27 000	27 000	7 000	–	–	–	–	–	68 000
Equipamento electromecânico	13 000	50 000	50 000	13 000	–	–	–	–	–	126 000
Alteamento da barragem até à cota 132	–	–	–	–	–	29 000	115 000	115 000	29 000	288 000
Totais . . .	20 000	77 000	77 000	20 000	–	29 000	115 000	115 000	29 000	482 000

Aproveitamento do Biópio

259. Menciona-se o Biópio «por memória» no sentido de garantir a conservação das obras de construção civil e do equipamento instalado.

Aproveitamentos do Lomaum e do Chicuma

260. Estes empreendimentos não poderão ser olhados isoladamente, já que a sua aceitação é inteiramente dependente de política energética a definir.

Admite-se que, para satisfação dos consumos normais das regiões de Lobito-Benguela e de Nova Lisboa, em 1969 haja de entrar em serviço no Lomaum um terceiro grupo de 15 MW.

Para futuro mais distante, porém, haverá que considerar:

a) A possibilidade de, uma vez construída, a barragem do Gove servir o centro da província (área da Hidroeléctrica do Alto Catumbela) com energia proveniente da sua central;

b) A conveniência de interligar o sistema produtor da Sonefe com o da H. E. A. C. (Hidroeléctrica do Alto Catumbela);

c) Apoio térmico ao aproveitamento hidroeléctrico do Lomaum;

e que, se qualquer destas soluções for escolhida, deixará de haver razão para construir a barragem do Chicuma, no rio Catumbela — barragem que se destinaria, pela regularização dos caudais, a garantir, durante a estiagem, o fornecimento regular de energia às áreas de Benguela, Lobito, Alto Catumbela e Nova Lisboa.

Nestas condições, por agora parece que o empreendimento em causa — fornecimento de energia ao centro da província — só «por memória» pode ser inscrito.

3. Transporte e distribuição

a) A cargo da Administração Central

Linha da Matala à fronteira do Sudoeste Africano

261. A construção desta linha, dependendo de acordo com a República da África do Sul, é por agora muito duvidosa. Menciona-se «por memória».

Segundo terno da linha Sá da Bandeira-Moçâmedes e terceiro transformador em Moçâmedes

262. Este empreendimento justifica-se por se prever em 1973 uma ponta de carga em Moçâmedes da ordem dos 5 MW — ou mesmo superior, porquanto a potência motora a instalar no Saco será de 5500 kW — e a capacidade de transporte do terno actualmente em serviço na linha Sá da Bandeira-Moçâmedes tem apenas capacidade de transporte de 5 MW.

Linha Tchicapa-Henrique de Carvalho

263. É o complemento indispensável do aproveitamento do Tchicapa, que em tal facto encontra justificação bastante.

b) A cargo das empresas privadas

264:

Linha Cambambe-Salazar, subestação de Salazar e linhas Salazar-Lucala e Salazar-Golungo Alto.

2.ª linha Cambambe-Luanda e 3.º transformador de Luanda.

Redes de grande distribuição dos distritos de Benguela e do Huambo.

Outras redes.

Todos estes empreendimentos constituem, afinal, o complemento dos meios de produção instalados, previstos na província, estando, em consequência, justificados em razão mesmo da sua existência.

4. Diversos

Apetrechamento de um serviço de assistência técnica

265. O apetrechamento de um serviço de assistência técnica é aceitável pelo melhor aproveitamento que trará a pequenas instalações espalhadas pela província.

Cobertura de empreendimentos já realizados

266. A verba prevista corresponde à adopção de medidas já superiormente definidas. «Por memórias» é prudente prever também verba adequada para o saneamento financeiro da Hidroeléctrica do Alto Catumbela, que se encontra, neste momento, em estudo.

Empreendimentos	Contos
Estudos	*44 000*
A cargo da Administração Central	24 000
A cargo de empresas privadas	20 000
A realizar pela Sonefe	10 000
A realizar pela Hidroeléctrica do Alto Catumbela	10 000
Produção	*689 200*
A cargo da Administração Central	598 000
Aproveitamento do Tchicapa	8 000
Aproveitamento do Cunje	17 000
Aproveitamento do Cunene	550 000
Central térmica de Moçâmedes	19 500
Central térmica de Porto Alexandre	3 500
A cargo das autarquias locais	34 200
Centrais térmicas (Santo António do Zaire, Cabinda, Negage, Ambrizete, Nóqui e S. Salvador)	10 800
Aproveitamento hidroeléctrico do Luso	16 000
Pequenos aproveitamentos hidroeléctricos (rios Cubango, Lucala, Manúbulo e Membia)	7 400
A cargo de empresas privadas	57 000
Ampliação de Cambambe	P. M.
Aproveitamento do Biópio	30 000
Aproveitamento do Lomaum — 3.º grupo	27 000
Abastecimento ao novo núcleo de abastecimento da região centro-oeste	P. M.
Transporte e distribuição	*469 000*
A cargo da Administração Central	20 800
Linha para o Sudoeste Africano	P. M.
Segundo terno da linha Sá da Bandeira-Moçâmedes e 3.º transformador de Moçâmedes	14 800
Linha Tchicapa-Henrique de Carvalho	1 500
Linha General Machado-Silva Porto	5 300
A cargo das autarquias locais	110 900
A cargo de empresas privadas	277 300
Linha Matala-Sudoeste Africano	P. M.
Linha Cambambe-Salazar e subestação de Salazar, linha Salazar-Malanje e subestação de Malanje, linha Salazar-Lucala e linha Salazar-Golungo Alto	120 000
Linha Cambambe-Luanda e 3.º transformador de Luanda	70 000

Empreendimentos	Contos
Redes de grande distribuição dos distritos de Benguela e Huambo	49 500
Outras redes	37 800
Diversos	*96 000*
A cargo da Administração Central	96 000
Apetrechamento de um serviço de assistência técnica	6 000
Cobertura financeira de empreendimentos já realizados — Sonefe	90 000
Cobertura financeira de empreendimentos já realizados — Hidroeléctrica do Alto Catumbela	P. M.
Total	**1 238 200**

VII) Circuitos de distribuição

1. Evolução recente e problemas actuais

267. Um dos elos de interpenetração das economias de subsistência e de mercado é constituído pelo comércio, que promove não só a drenagem dos produtos da economia de subsistência, não autoconsumidos, para os centros de consumo ou para a exportação, como também a satisfação das necessidades que não podem ser realizadas através da produção familiar.

Daqui deriva a importância das actividades comerciais, em particular no contexto de uma progressiva integração das duas economias, mediante a gradual monetarização da economia de subsistência. Os indicadores de ordem estatística sobre a matéria são, como aliás é corrente, insuficientes. Difícil se torna, pois, caracterizar devidamente a estrutura e dinâmica do sector.

O confronto dos elementos referentes aos períodos de 1948–1958 e 1948–1966 (Junho) mostra que em pouco mais de sete anos o número de estabelecimentos quase que duplicou.

Estabelecimentos comerciais licenciados na província

Período	Número de alvarás concedidos	Capital investido — Contos	Pessoal empregado	
			Especializado	Não especializado
1948–1958	10 481	1 512 886	10 839	27 275
1948–1966 (Junho)	19 023	2 737 853	20 226	41 593

Note-se que os valores indicados referem-se apenas aos estabelecimentos que foram licenciados e não compreendem os que funcionam ilegal ou clandestinamente e que nas cidades principais são relativamente numerosos.

O número de estabelecimentos comerciais existentes na província parece ser excessivo — um para cada 240 pessoas —, o que, considerando o poder de compra das populações, significa viabilidade económica difícil. A concentração de estabelecimentos atinge especial relevância nos distritos de Luanda, Benguela e Huambo.

268. Dentro da limitação dos dados disponíveis, pode-se avaliar a importância económica do sector comercial com base nos apuramentos conseguidos através do inquérito realizado em 1963 pela Missão de Estudos do Rendimento Nacional do Ultramar, de colaboração com os serviços de estatística, relativamente à actividade desenvolvida durante o ano de 1961 pelas empresas comerciais.

Os resultados, a aceitar com as devidas reservas, abrangeram apenas um total de 3871 empresas e forneceram os seguintes elementos.

Actividades das empresas comerciais em 1961

Designação	Número de empresas			Volume de transacções — Contos		
	Total	Sociedades	Individuais	Total	Sociedades	Individuais
Comércio por grosso	288	242	46	4 289 796	4 228 673	61 123
Comércio a retalho	3 583	678	2 905	2 231 912	1 378 526	853 386
Total geral	3 871	920	2 951	6 521 708	5 607 199	914 509

269. Estes elementos, apesar de circunscritos a uma parte do sector, certamente o mais significativo, denunciam claramente características da estrutura existente:

O comércio por grosso é exercido predominantemente por sociedades comerciais e atinge, por empresa, em média, a soma de 17 473 contos de mercadorias transaccionadas, enquanto as empresas em nome individual não excederam, em média, os 1328 contos de mercadorias transaccionadas durante o mesmo período;

O comércio a retalho é exercido, em percentagem que atinge quase 80 por cento no conjunto das empresas inquiridas, por empresas em nome individual;

O movimento médio de transacções realizado durante o ano de 1961 por cada sociedade exercendo o comércio a retalho foi de 2033 contos, ao passo que o das empresas em nome individual, em grande maioria, como se viu, apenas atinge 293 contos, o que representa um movimento médio mensal de cerca de 24 contos.

270. A distribuição geográfica, na província, dos estabelecimentos comerciais, por distritos, era a seguinte, segundo a espécie de comércio:

Repartição geográfica dos estabelecimentos comerciais por espécie de comércio

Distritos	Estabelecimentos	
	Por grosso	A retalho
Benguela	270	2 692
Bié	47	1 065
Cabinda	34	472
Cuando Cubango	1	12
Cuanza Norte	45	845
Cuanza Sul	57	1 226
Huambo	133	2 733
Huíla	91	1 710
Luanda	654	2 778
Lunda	7	169
Malanje	74	954
Moçâmedes	62	396
Moxico	45	649
Uíge	95	1 265
Zaire	19	3
Totais	1 634	16 969

A predominância dos estabelecimentos por grosso, relativamente aos de retalho, nos distritos de Luanda e Benguela, revela a tendência para a localização, junto dos portos, dos grandes grossistas que actuam como grandes distribuidores em relação ao *hinterland*.

271. O sistema tradicional da comercialização, com a dupla função de compra dos produtos da terra e da pecuária e distribuição de géneros ao consumidor, desempenhou papel valioso na ocupação e valorização económica de Angola, mas é de reconhecer a necessidade da sua evolução com vista à adaptação a níveis mais avançados de desenvolvimento. Têm sido desenvolvidos intensos esforços no sentido da progressiva monetarização do sector da economia de subsistência, nomeadamente através da criação dos mercados rurais.

A anterior estrutura mostrou-se insuficiente, sob o ponto de vista económico, para provocar o aumento das produções derivadas do sector de subsistência e para promover a sua progressiva transformação num sistema de economia do mercado.

272. A fim de atingir os objectivos a que se propõem os mercados rurais, foi a legislação promulgada informada pelos princípios seguintes:

Eliminação da troca directa;
Atracção dos produtos rurais aos mercados, através da sua localização junto dos locais de produção;
Regularização dos preços dos produtos da terra e disciplina das transacções;
Fixação de preços de sustentação para os produtos destinados à exportação ou de significado no consumo interno;
Garantia de aquisição pelos organismos oficiais dos produtos destinados ao mercado no caso de falta de procura.

Previu-se ainda o dispositivo legal que atribui aos governadores de distrito a competência para exigir que a venda de certos produtos tenha lugar exclusivamente em mercados.

273. Embora se esteja ainda numa fase de arranque, os mercados alcançaram já certo significado. Este facto pode ser comprovado pelos números a seguir apresentados, que, além de indicarem a evolução dos mercados rurais, podem dar ideia do que há que esperar da sua evolução futura.

Mercados rurais realizados

Distritos	1963 — 2.º semestre	1964	1965
Total	**1 189**	**3 412**	**5 108**
Benguela	–	114	75
Bié	–	30	94
Cabinda	–	–	13
Cuando Cubango	–	4	7
Cuanza Norte	207	831	655
Cuanza Sul	9	185	239
Huambo	–	118	226
Huíla	–	9	89
Luanda	27	41	10
Lunda	12	102	177
Malanje	69	223	712
Moçâmedes	–	–	64
Moxico	28	17	27
Uíge	837	1 734	2 481
Zaire	–	4	239

O aumento foi, no último ano, de cerca de 50 por cento, o que mostra a aceitação que os mercados começam a merecer ao produtor.

274. Os valores das transacções apurados nos diversos distritos foram os seguintes:

Valores transaccionados nos mercados rurais

Distritos	Contos		
	1963 — 2.º semestre	1964	1965
Total	**89 087**	**255 457**	**269 986**
Benguela	–	323	495
Bié	–	82	1 610
Cabinda	–	–	247
Cuando Cubango	–	12	16
Cuanza Norte	8 907	83 903	64 310
Cuanza Sul	363	5 741	4 919
Huambo	–	333	492
Huíla	–	33	1 289
Luanda	255	216	68
Lunda	255	1 630	2 057
Malanje	5 502	32 600	62 977
Moçâmedes	–	–	5 368
Moxico	482	369	451
Uíge	73 323	130 042	123 524
Zaire	–	173	2 163

Verificou-se que dos produtos transaccionados foram o café, o algodão, o amendoim, a crueira, o tabaco e a purga os mais representativos. No que diz respeito ao algodão, é animador notar a importância do valor transaccionado (55 000 contos), tendo em consideração o aumento da produção dessa fibra.

275. A análise feita permite que se realce, como principais deficiências do sector comercial:

A pulverização dos estabelecimentos comerciais;
A insuficiência de organização e falta de preparação do comerciante.

2. Objectivos

Comercialização e política de mercados

276. Sendo os problemas da comercialização de extrema importância para o desenvolvimento sócio-económico da província, torna-se pertinente salientar quais são os objectivos essenciais que devem ser visados no III Plano:

Com reflexo na comercialização interna

Reestruturação, disciplina e *contrôle* da actividade comercial tendente a contrariar o crescente aumento do nível geral de preços, muito em especial os das mercadorias com incidência no custo de vida ou destinadas à utilização como bens de produção;

Aceleração do processo de monetarização do sector da economia de subsistência, nomeadamente através da generalização do esquema dos mercados rurais e sua abertura aos industriais e exportadores.

Com reflexo no comércio externo

Promoção dos esforços conducentes à expansão das exportações, que permita fazer face, conjuntamente com as rubricas tradicionalmente positivas da balança de pagamentos, às crescentes exigências de disponibilidades de pagamento ao exterior impostas pelo desenvolvimento económico.

3. Investimentos

277. Com vista a alcançar os objectivos acima definidos, o III Plano de Fomento foi dotado de verba para custear os seguintes empreendimentos:

Comercialização e armazenagem

1. Apoio à cultura do algodão

278. Incluem-se aqui:

Equipamento do laboratório de tecnologia da fibra, a montar na sede do Instituto do Algodão de Angola;

Montagem de duas salas de classificação, uma em Malanje e outra no litoral (Cuanza Sul);

Construção de dois armazéns para recolha de fibra, semente, insecticidas, etc., em Catete e no Dondo;

Construção de armazéns de pequenas dimensões nas regiões algodoeiras de Icolo e Bengo, Ambriz e Ambrizete, para recolha de semente destinada à sementeira e de algodão-caroço adquirido pelo Instituto do Algodão de Angola nos mercados.

2. Apoio à cultura do café

279. As obras a seguir discriminadas são necessárias para ser possível dispensar o aluguer de armazéns a particulares:

Construção de armazéns de exportação na área do porto de Luanda, com capacidade para 30 000 t;

Construção de armazéns destinados à warrantagem de café, conservação de excedentes e eventual depósito das contribuições em espécie do Fundo de Estabilização do Café, cuja criação já foi superiormente proposta, com a capacidade para 20 000 t;

Construção do armazém-fábrica de benefício no Lobito, com a capacidade para 5000 t.

3. Apoio à comercialização de frutas e produtos hortícolas

280. A fim de proporcionar um mais regular abastecimento dos produtos fàcilmente perecíveis, destinados ao consumo interno (frutas, batatas e produtos hortícolas), encara-se a construção de câmaras frigoríficas para a conservação de frescos (Luanda) e de armazéns para a conservação de batatas (Nova Lisboa).

4. Fundo de apoio aos mercados rurais

281. O Regulamento dos Mercados Rurais prevê a constituição de um fundo destinado a proteger o produtor das oscilações de preços, já que, especialmente em relação às baixas, se revela muito sensível.

Este fundo também permitirá adquirir ao produtor os seus produtos, nos períodos em que os consumidores não se manifestem interessados na sua aquisição, funcionando, assim, como volante estabilizador dos preços e como impulsionador da produção.

Regularização e abastecimento do pescado

282. Devido às grandes distâncias, à fraca densidade da população, ao baixo poder de compra e, ainda, à dificuldade de modificação dos hábitos das populações, o peixe seco continuará a ser o mais forte suplemento de proteínas de origem animal de que as populações angolanas carecem.

De tal situação resulta a especulação de que industriais e consumidores são vítimas.

Torna-se necessário, para regularização dos preços e quantidades, a criação de um serviço similar ao Serviço de Abastecimento de Peixe à Província, para funcionar junto do Instituto da Pesca.

Cumulativamente, ter-se-ia oportunidade de iniciar em determinadas zonas a distribuição de peixe fresco, refrigerado ou congelado, que, dada a fraca densidade da população, não é de molde a interessar a actividade privada.

Circuitos de distribuição

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Comercialização e armazenagem de produtos agrícolas	*99 300*
Apoio à cultura do algodão	4 300
Apoio à cultura do café	40 000
Apoio à comercialização de frutas e produtos hortícolas	5 000
Fundo de apoio aos mercados rurais	50 000
Regularização do abastecimento interno do pescado	*40 000*
Instalações em terra	15 000
Serviços de abastecimento de peixe à província	25 000
Total	**139 300**

VIII) Transportes e comunicações

1. Evolução recente e problemas actuais

a) Transportes rodoviários

283. A rede rodoviária de Angola tem uma extensão total de 71 633 km, dos quais 3300 km asfaltados e 1000 km terraplenados com características técnicas superiores.

Em 1965 circulavam na província cerca de 90 000 veículos motorizados.

Para melhorar a situação têm sido envidados esforços cada vez maiores. Assim, 21,7 por cento dos dispêndios do II Plano de Fomento corresponderam à execução do Plano Rodoviário de Angola, ao passo que a cifra correspondente ao Plano Intercalar foi de 25,7 por cento.

A evolução rodoviária da província no sentido de um progresso efectivo iniciou-se no decénio 1950–1960 com o I Plano de Fomento.

Em 1950 a rede de estradas com expressão técnica superior incluía apenas as estradas de Lobito-Benguela e de Luanda-Catete, com um total de 92,2 km.

Entre 1950 e 1960 construíram-se 1671 km com terraplenagens e obras de arte e 306,5 km com pavimentação.

Em 1961 foram construídos 56,6 km com pavimentação, tendo-se acelerado a partir de 1962 a construção num ritmo cada vez mais rápido.

b) Caminhos de ferro

284. A rede ferroviária de Angola, com 2955 km, compreende quatro linhas de penetração, das quais apenas uma atinge a fronteira.

O movimento dos caminhos de ferro nos anos de 1965 e 1966 foi:

Caminhos de ferro	Toneladas		Passageiros	
	1965	1966	1965	1966
Luanda	586 320	493 064	357 570	451 784
Benguela . . .	1 831 725	1 683 948	850 904	864 291
Moçâmedes . .	296 082	291 069	128 795	135 718
Amboim	19 810	14 107	12 711	12 796
Total . .	2 703 937	2 482 188	1 349 980	1 464 589

285. A rede do caminho de ferro de Luanda compreende a linha geral, de Luanda a Malanje, o ramal do Dondo e ainda o ramal do Golungo Alto. A bitola da via é de 1,067 m, com a excepção do ramal do Golungo Alto, que tem a bitola de 0,6 m.

A sua construção foi considerada inicialmente com o objectivo de transportar para o porto de Luanda os produtos agrícolas originários da sua zona de influência e abastecer esta zona com os produtos que aí escasseavam. Posteriormente, a exploração de minérios de manganês e ferro veio contribuir de forma apreciável para o aumento de tráfego do caminho de ferro.

Se, como se espera, a exploração de minérios se desenvolver, passarão estes produtos a ocupar lugar primordial no tráfego descendente, influindo assim, de forma decisiva, nas características da exploração.

As obras realizadas neste caminho de ferro durante a vigência do I e II Planos de Fomento não corresponderam a repercussões imediatas no seu tráfego, vindo, porém, a permitir que pudesse suportar sem dificuldades o aumento do tráfego de minérios, que se verificou a partir de 1959, principalmente em 1964.

286. O caminho de ferro do Amboim pertence a uma empresa particular, tem a bitola de 0,60 m e liga Porto Amboim à Gabela, na extensão de 123 km.

A sua construção obedeceu ao propósito de drenar para o litoral os produtos agrícolas da região do Amboim, objectivo que não foi atingido, dado que os produtos da região que serve se escoam, em grande parte, por via rodoviária, para Luanda e para o Lobito.

287. O caminho de ferro de Benguela liga o porto do Lobito ao caminho de ferro do Baixo Congo, no Catanga (B. C. K.), e, através deste, à rede ferroviária da África Central e do Sul, sendo pois uma linha de grande interesse económico, político e estratégico.

Este caminho de ferro tem a extensão total de 1343 km, na bitola de 1,067 m (além do ramal do Cuíma, que tem 66 km, na bitola de 1,067 m, e que foi construído com o objectivo de drenar o minério de ferro do Cuíma), e a sua construção visou, especificamente, assegurar a drenagem das riquezas minerais do Catanga.

Este caminho de ferro serve, igualmente, uma vasta zona de Angola, tendo contribuído e continuando a contribuir para o seu desenvolvimento económico e social. Ao longo do seu traçado foram surgindo aglomerados populacionais, alguns deles constituindo hoje progressivas cidades e vilas.

É grande a importância de carga de trânsito, quase toda constituída por minérios provenientes do Catanga.

Os passageiros pertencem na sua quase totalidade ao tráfego nacional, já que o tráfego de trânsito, que até 1960 se situava entre 4000 e 5000, ficou, de então para cá, reduzido a cerca de 3000 passageiros.

O tráfego de mercadorias, quer o nacional, quer o de trânsito, orienta-se predominantemente no sentido descendente, e apenas o tráfego de serviço se encontra sensivelmente equilibrado (505 680 t em sentido ascendente e 483 139 t em sentido descendente, em 1965).

Os minérios constituem parte muito importante do tráfego, tendo totalizado 766 034 t (incluindo o ferro do Cuíma) em 1965, das quais apenas 82 t em sentido ascendente.

Para as obras de aquisição de 1.º estabelecimento foram gastas, a partir de 1952, as importâncias que a seguir se indicam, em contos:

1952–1954	251 532
1955–1957	156 950
1958–1961	201 121
1962–1965	156 572

Os dispêndios correspondem às rectificações do traçado da via, construção do ramal do Cuíma, construções e instalações diversas e aquisições de material de tracção e circulante, máquinas, ferramentas, semoventes, etc.; representam um dispêndio médio anual de 54 727 contos.

288. O caminho de ferro de Moçâmedes compreende a linha geral, entre Moçâmedes e Serpa Pinto, na bitola de 1,067 m, com a extensão de 756 km; o ramal da Chibia, entre Sá da Bandeira e Chiange, na bitola de 0,60 m, com o comprimento de 124 km; 65 km de linhas desviadas; e o ramal de Cassinga, na bitola de 1,067 m e na extensão de 110 km.

Este caminho de ferro foi inicialmente construído com a bitola de 0,60 m, servindo principalmente como via de penetração e de transporte de produtos agrícolas, tendo ficado o seu término, por muitos anos, fixado na cidade de Sá da Bandeira.

Em 1955 a bitola foi alargada para 1,067 m e, nesse mesmo ano, foi inaugurado o primeiro troço do prolongamento além de Sá da Bandeira, sendo o último troço, até Serpa Pinto, inaugurado em Dezembro de 1961.

Estão em curso grandes trabalhos de beneficiação e rectificação do traçado e procede-se à aquisição de equipamentos de tracção, circulante e diverso, que transformarão completamente a situação actual, com vista ao

transporte de minérios de ferro de Cassinga, que se espera venha a atingir 5 milhões de toneladas por ano.

O número de passageiros diminuiu sensìvelmente entre 1960 e 1962, vindo, no entanto, a aumentar ràpidamente a partir de 1963. Em 1965 o tráfego de passageiros era quase o quádruplo do que era dez anos antes.

O movimento de mercadorias também acusa um razoável ritmo de crescimento, sendo de salientar o lugar que naquele tráfego ocupam os minérios de ferro (cerca de 44 por cento em 1965).

c) Portos e transportes marítimos

289. A costa de Angola apresenta número relativamente elevado de portos, mas apenas conta com três razoàvelmente equipados. Trata-se de Lobito, Luanda e Moçâmedes, equipados para tráfego marítimo geral e para carregamento de minérios.

Evolução do movimento total portuário da província

Milhares de toneladas

Anos	Exportação (1)	Importação (2)	Cabotagem (3)	Total nacional (4 = 1 + 2 + 3)	Trânsito (5)	Total geral (6 = 4 + 5)
1955	440	480	245	1 165	645	1 810
1956	570	420	280	1 270	740	2 010
1957	625	535	305	1 465	610	2 075
1958	855	450	330	1 635	555	2 190
1959	955	490	285	1 730	605	2 335
1960	1 210	545	265	2 020	755	2 775
1961	1 285	530	250	2 065	710	2 775
1962	1 230	425	430	2 085	700	2 785
1963	1 645	430	475	2 550	700	3 250
1964	2 355	505	490	3 350	685	4 035
1965	1 710	550	500	2 760	715	3 475

Do ponto de vista de utilização das infra-estruturas existentes, o porto de Luanda, com 1260 m de cais acostável, movimenta 38,7 por cento da carga total transitada pelos portos da província; o porto do Lobito, com 1272 m de cais, movimenta 47,4 por cento; o porto de Moçâmedes, com 875 m de cais, movimenta sòmente 7,4 por cento.

O porto do Lobito encontra-se, pois, razoàvelmente bem aproveitado. Quanto ao porto de Luanda, impõe-se a ampliação das suas instalações. Quanto ao porto de Moçâmedes, encontra-se ainda longe do aproveitamento normal das suas instalações, tanto mais que o minério de ferro passou a ser carregado pelas novas instalações do Saco do Giraul.

Os restantes portos (Cabinda, Porto Amboim, Porto Alexandre, etc.) movimentam, no seu conjunto, uma percentagem quase igual à de Moçâmedes.

O movimento dos principais portos foi, em 1965 e 1966, o seguinte:

Portos	Toneladas		Passageiros	
	1965	1966	1965	1966
Luanda	1 413 000	1 217 000	32 560	32 411
Lobito	1 520 000	1 669 000	14 523	13 395
Moçâmedes . .	231 000	310 000	1 992	2 167
Cabinda	110 000	127 000	365	314
Total . .	3 274 000	3 323 000	49 440	48 287

Passar-se-á, em seguida, ao exame das condições actuais de cada um dos portos da província:

Porto de Luanda

290. O Porto de Luanda encontra-se dentro de uma baía protegida por uma restinga de areia, dispondo actualmente de 1260 m de cais acostável, assim distribuídos:

100 m de cais de cabotagem à profundidade de 5,5 m;
1000 m de cais de longo curso à profundidade de 10,5 m;
160 m de cais de longo curso à profundidade de 11,5 m.

Possui ainda um antigo cais em fundos de 3 m, com 330 m de comprimento, para a pesca, e uma ponte-cais.

O porto de Luanda pode receber sete navios de longo curso de tamanho médio.

As áreas cobertas totalizam 29 500 m²; os terraplenos pavimentados ocupam 78 000 m², sendo 24 000 m² utilizados para depósitos a descoberto das mercadorias e os restantes 54 000 m² simples arruamentos.

Recentemente ganharam-se ao mar 210 000 m² de terraplenos, que serão ocupados com armazéns, outros edifícios destinados a facilidades portuárias, arruamentos e espaços livres para armazenamento a descoberto.

O cais que constituía o travessão encontra-se deficientemente equipado para a movimentação vertical e horizontal das cargas.

Com a entrada em exploração do novo cais (410 m, a 10,5 m de profundidade, já incluídos na relação anterior) o factor equipamento mecânico assume maior relevância, pois se verifica que passará a haver necessidade de mais 21 guindastes eléctricos, 28 tractores de cais e 21 empilhadores.

Na panorâmica do porto de Luanda não pode deixar de se referir a inadequada utilização que está sendo dada a um dos postos de acostagem e seu respectivo equipamento, já que, em virtude de a tonelagem de minérios exportados pelo porto não justificar ainda a construção de instalações próprias, a sua movimentação é feita nas instalações de carga geral.

291. O movimento de carga geral verificado entre 1959 e 1965 traduz-se nos números seguintes:

Movimentação de carga geral no porto de Luanda

Milhares de toneladas

Anos	Exportação	Importação	Totais
1959	140	248	388
1960	192	328	520
1961	188	289	477
1962	233	249	482
1963	226	257	483
1964	260	290	550
1965	309	322	631

Na coluna relativa à exportação foram excluídos o petróleo em rama e os minérios, pelo facto de o primeiro se movimentar em instalações próprias da Petrangol e os minérios necessitarem de uma análise especial.

Tem-se observado uma certa regularidade no crescimento do tráfego do porto de Luanda, cujo valor médio de crescimento é da ordem de 9,6 por cento, embora, pelos últimos quatro anos, pudesse ser deduzida uma taxa de crescimento mais elevada (12,6 por cento). Se a referida taxa média de 9,6 por cento for projectada no período da vigência do III Plano de Fomento, verifica-se que, em 1973, o porto movimentará, exclusivamente em carga geral, 1 300 000 t.

O rendimento que se tem atingido nos cais em exploração, considerando só carga geral, é de 850 tm/ano, número este que excede os valores médios correntes. Nesta base, verifica-se que em 1973 serão necessários nove postos de acostagem para um crescimento de 9,6 por cento. Se for considerado o rendimento médio correntemente adoptado de 600 tm/ano, serão necessários doze postos de acostagem, com um crescimento médio de 9,6 por cento.

O porto dispõe actualmente de oito postos de acostagem, um dos quais com profundidade de 5,50 m.

292. Pelo que respeita à cabotagem, o mapa que se segue traduz a carga movimentada, em milhares de toneladas, entre os anos de 1955 e 1965:

Carga de cabotagem no porto de Luanda:

	Milhares de toneladas
1955	76
1956	84
1957	94
1958	120
1959	89
1960	91
1961	113
1962	180
1963	207
1964	205
1965	204

Para o movimento actual de 204 000 t, em relação aos cais destinados à cabotagem (100 m à profundidade de 5,50 m), o rendimento é de 2040 tm/ano, explicável pela ocupação permanente do cais e pela realização de operações de carga e descarga de barcos de cabotagem atracados nos espaços sobrantes das zonas do cais de longo curso.

No que se refere a infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento das indústrias de pesca, faltam obras acostáveis especializadas, suficientes e eficientes.

293. O porto de Luanda tem já um movimento de pesca bastante grande, o que justifica a construção de infra-estruturas próprias e adequadas.

Movimento de pescado em milhares de toneladas

Anos	Peixe fresco	Peixe para industrializar	Total
1959	7,5	16,7	24,2
1960	8,2	18,9	27,1
1961	8	22,2	30,2
1962	8,2	21,3	29,5
1963	7,9	24,1	32
1964	9,5	48,7	58,2
1965	9,2	38,4	47,6

Prevê-se que em 1973 haverá que movimentar no porto de pesca um total de 113 000 t, assim distribuídas:

Peixe para consumo em fresco — 13 000 t;
Peixe para industrialização — 100 000 t.

Porto do Lobito

294. Lobito é o principal porto da província e um dos melhores da costa ocidental da África.

Como Luanda, beneficia da existência de uma restinga de areia, mas, contràriamente ao que acontece naquele porto, esta restinga cresce em direcção à costa, tendendo a fechar a baía.

O porto possui dois cais acostáveis, dispostos em L e destinados à navegação de longo curso, com uma extensão de 1122 m em fundos de 10,5 m. No topo do cais norte existe uma estacada com 150 m de comprimento em fundos de 3 m destinada à cabotagem. Para fundeadouro de navios a baía dispõe de 4,5 km² de área, com profundidades que variam entre 11 m e 34 m.

O porto do Lobito pode receber sete navios de tamanho médio, ou seja o mesmo número que Luanda, embora tenha menos 138 m de cais.

Dispondo actualmente de 24 guindastes eléctricos, o porto do Lobito encontra-se relativamente bem equipado.

Na movimentação horizontal de mercadorias, o porto possui actualmente 19 empilhadores, 9 tractores e 6 auto-*trucks*, estando em *deficit* em relação a uma proporção normal relativa ao número de guindastes. Deveria

passar a ter, portanto, como mínimo, mais 15 auto-*trucks* ou tractores, bem como igual número de empilhadores. Como óptimo, necessitaria de mais 23 unidades, quer de tractores ou auto-*trucks*, quer de empilhadores.

295. Quanto à movimentação de cargas através do porto, o Lobito conta com instalações mecânicas que facilitam o tráfego e lhe dão possibilidades de obter elevados rendimentos globais por metro linear de cais.

Movimento de carga geral no porto do Lobito

Milhares de toneladas

Anos	Importação (1)	Exportação (2)	Total (3 = 2 + 1)	Carga em trânsito manuseada como carga geral (4)	Total geral (7 = 3 + 4)
1959	189	565	754	501	1 255
1960	171	285	456	651	1 107
1961	183	332	515	425	940
1962	146	266	412	416	828
1963	188	208	396	433	829
1964	186	266	452	383	835
1965	185	253	438	375	813

A movimentação de mercadorias nacionais nos últimos cinco anos mostra uma tendência para descer, bem como a da exportação nacional. Sòmente a da importação nacional apresenta tendência para se manter uniforme.

Procurando o desenvolvimento previsto nas tendências atrás descritas, determinou-se que a tonelagem a movimentar em 1968, como carga geral (subtraindo a quantidade de milho que se prevê seja exportada pelo Lobito como granel), atingiria valores da ordem das 875 000 t.

O valor assim estimado mostra-nos que até 1968 o porto do Lobito não necessitará de ampliação, mesmo considerando a ocupação pelos navios à carga de granéis.

Partindo do valor estimado para 1968 — 875 000 t — e fazendo a projecção para 1973, estimou-se que a tonelagem a movimentar como carga geral em 1973 será da ordem de 1 215 000 t. Mesmo este volume de tráfego não obrigará ainda à construção de novos cais no porto do Lobito, porque, tendo em atenção o tempo de estacionamento dos navios à carga de granéis, tem-se um rendimento de cais de 940 tm/ano, que se considera suportável, se entretanto o porto for dotado do equipamento necessário.

Carga movimentada em cabotagem pelo porto do Lobito:

	Milhares de toneladas
1955	83
1956	100
1957	95
1958	99
1959	71
1960	84
1961	96
1962	126
1963	158
1964	159
1965	130

296. Nota-se certa irregularidade na movimentação das cargas por cabotagem entre 1955 e 1965, podendo atribuir-se a quebra de movimento no período a partir de 1963 à concorrência da camionagem, que, em muito maior escala, atingiu aquele porto através das rodovias, que a partir de Luanda se dirigem ao seu *hinterland*.

Porto de Moçâmedes

297. O porto de Moçâmedes é, de entre os portos com obras fixas definitivas para receber o longo curso e a cabotagem, aquele que se encontra mais a sul da província.

O *hinterland* próximo do porto é constituído por uma zona desértica de poucas possibilidades económicas no concernente à produção de cargas a transportar e à absorção de mercadorias. A partir de Sá da Bandeira entra-se na zona planáltica, de desenvolvimento incipiente, mas de grandes potencialidades.

O porto de Moçâmedes está instalado numa baía completamente aberta. Deste facto resulta que a ondulação pode penetrar no seu interior, provocando, em certos dias, agitação junto às obras portuárias, que são atingidas por ondas de curto e longo período.

A modificação deste estado de coisas através da realização de obras de protecção adequadas apresenta grandes dificuldades de ordem técnica e executiva.

Actualmente este porto possui os seguintes cais:

480 m à profundidade de 10,5 m;
130 m à profundidade de 6,10 m;
265 m à profundidade de 3 m.

As obras acima descritas destinam-se à movimentação de carga geral de longo curso e cabotagem. Para a exportação dos minérios provenientes de Cassinga, foi executada uma obra acostável especial em fundos de 16 m, capaz de receber os grandes mineraleiros necessários ao transporte de uma tonelagem que se prevê de 5 milhões de toneladas/ano numa 1.ª fase.

Carga geral movimentada no porto de Moçâmedes

Milhares de toneladas

	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Exportação . .	14,1	24,3	39,4	93,8	86,8	355,5	177,5
Importação . .	30,9	24,7	23,3	16,3	17,7	15,7	29,2
Soma . .	45	49	62,7	110,1	104,5	371,2	206,7
Tráfego de milho	1	10,4	21,3	31,4	25	27,4	54

298. Nos últimos anos (com excepção de 1965), o movimento da carga geral aumentou de forma apreciável. Há que ter em linha de conta, porém, que o tráfego actualmente feito pelas instalações de carga geral virá a conhecer um substancial decréscimo, devido à instalação do novo cais de minério, decréscimo que não deverá muito provàvelmente vir a ser compensado pelo crescimento do volume de exportação do milho.

Nos últimos anos a exportação de minérios atingiu os seguintes números:

	Milhares de toneladas
1962	44,7
1963	46,3
1964	309,9
1965	91,6

Por outro lado, as exportações de produtos de pesca por Moçâmedes serão reduzidas ao fabrico local logo que Porto Alexandre venha a ser dotado de ponte-cais.

Carga movimentada em cabotagem no porto de Moçâmedes:

	Milhares de toneladas
1956	34
1957	37
1958	46
1959	39
1960	32
1961	27
1962	41
1963	42
1964	46
1965	53

299. O movimento de cabotagem pelo porto de Moçâmedes não oferece para já quaisquer problemas, não só porque ele poderá ter tendência a diminuir — como acontece relativamente aos outros portos da província —, mas também porque, ainda que o contrário sucedesse, Moçâmedes dispõe de cais largamente suficientes e, quando muito, seria então necessário adquirir algum equipamento.

Porto de Cabinda

300. Os transportes marítimos e aéreos assumem particular importância no que respeita a Cabinda, dada a separação geográfica existente entre o distrito e o resto da província. Esta circunstância confere especial relevo aos problemas portuários daquele território. Nele se encontram as baías de Lândana, Malembo e Cabinda, todas possuindo fundeadouros para navegação de longo curso, no entanto sem condições de abrigo suficientes. Nas baías de Lândana e Cabinda existem pequenas obras acostáveis, apenas acessíveis a alguma navegação de cabotagem.

As possibilidades da instalação de um cais de longo curso têm sido activamente estudadas, dado que o potencial económico do distrito não poderá ser devidamente aproveitado enquanto não for construído um porto de

longo curso que o ponha em contacto fácil, seguro e regular com os mercados consumidores da sua produção em perspectiva.

Cabotagem movimentada no porto de Cabinda:

	Milhares de toneladas
1960	27,3
1961	25
1962	30,6
1963	32,1
1964	52,9
1965	53,2

301. Verifica-se, pois, um crescimento contínuo. O facto de as obras actualmente existentes servirem simultâneamente a cabotagem e o longo curso (este através da barcagem) tornou premente a sua ampliação, levada a cabo na vigência do Plano Intercalar de Fomento. Logo que estejam construídas as obras de longo curso, a ponte-cais existente poderá movimentar, em cabotagem, 85 000 t.

Porto Alexandre

302. Porto Alexandre é uma cidade com uma população crescente e activa, que se dedica quase exclusivamente à pesca e às indústrias correlativas.

Está situada na orla do deserto de Namibe, que se prolonga para o interior e para o sul numas centenas de quilómetros. Ao norte, a cerca de 100 km e ligado por estrada asfaltada, encontra-se o porto de Moçâmedes.

Depois de executadas as pequenas obras necessárias, Porto Alexandre poderá ser considerado como porto misto de pesca e longo curso, dada a circunstância extremamente favorável de os fundos apropriados se encontrarem a duas ou três dezenas de metros da praia.

303. Além dos portos acima referidos, encaram-se ainda os investimentos necessários aos portos de Zaire, Porto Amboim, Baía dos Tigres, Ambriz, Ambrizete, Novo Redondo, Benguela, Baía Farta e Baía dos Elefantes, em relação aos quais se prevê a realização de estudos ou pequenas obras.

d) Transportes fluviais

304. Não são muitos os rios de Angola que oferecem possibilidades de aproveitamento como vias de comunicação.

Entre eles merecem referência o rio Chiloango, que é navegável para embarcações de pequeno calado (2 a 3

pés), num pequeno troço de uma centena de quilómetros, a montante de Lândana, onde desagua. O troço final, junto à foz, tem profundidades que permitiriam instalar um porto interior para o longo curso se fosse econòmicamente aconselhável e tècnicamente seguro eliminar a barra que o separa de iguais profundidades na baía.

O rio Zaire só é navegável pelo longo curso até Nóqui, onde foi construída uma ponte-cais, em exploração, capaz de dar acostagem a navios de tamanho médio nas épocas de cheias e a navios de cabotagem nas estiagens.

305. A navegabilidade do rio Cuanza a jusante de Cambambe é um facto comprovado, só tendo como óbice a barra existente na foz. Este problema será, porventura, resolúvel, ligando o rio, por meio de um canal, à baía que nasce no Farol das Palmeirinhas. Porém, tal empreendimento pressupõe a fixação de indústrias ou explorações de minérios, bem como a intensificação da ocupação agro-pecuária das margens, de modo a originarem um tráfego fluvial volumoso e constante.

306. O rio Cunene apresenta também possibilidades de aproveitamento, como via navegável, entre o Mulondo e Calueque, no percurso de cerca de 150 km, após a regularização dos respectivos caudais.

A navegabilidade dos rios Cubango, Cuito, Longa, Lungué-Bungo, Cuando e Zambeze tem sido prospectada, encontrando-se o primeiro em exploração — precária, no entanto.

Carenagem

307. Os maiores planos inclinados existentes na província são os da Sorefame, no Lobito, que estão normalmente ocupados na construção de barcos. Esta empresa dispõe de dois planos inclinados com 700 t de capacidade e, recentemente, construiu outro para 500 t. Existem ainda dois em Luanda, de fraca capacidade e em mau estado.

Outros planos inclinados existem espalhados pela costa, mas trabalhando normalmente em cascos de madeira com uma capacidade inferior a 100 t.

Esta escassez de meios de alagem impõe que se construa, com a possível brevidade, pelo menos um plano inclinado (ou doca seca) para navios de 2000 a 3000 t.

e) Transportes aéreos

308. A província possui já uma das melhores infra-estruturas aeronáuticas de toda a África. Concebida

inicialmente no sentido de, sem prejuízo das indispensáveis condições de segurança, a curto prazo, servir às necessidades mais prementes dos principais núcleos populacionais, tem ela vindo a ser ininterruptamente melhorada, preocupação que se mantém viva através do propósito de a completar, sobretudo pela construção e beneficiação de aerogares com vista a instalar definitivamente — e em condições de proporcionar o melhor rendimento técnico operacional — alguns serviços até agora em fase de exploração provisória.

309. Em 1961 foi definida uma linha de actuação provincial, que se pode resumir nos dois seguintes pontos:

1) Ampliação de estruturas existentes ou construção de novas, com vista à materialização de um dispositivo aeronáutico capaz de suportar a operação das aeronaves civis;
2) Fomento aeronáutico provincial pela criação e desenvolvimento de aeroclubes, escolas de instrução aeronáutica, empresas de táxis aéreos e cursos de formação e especialização aeronáutica.

310. Os aeroportos internacionais abertos à exploração de todas as aeronaves nacionais e internacionais, nos termos dos artigos 5.°, 6.° e 68.° da Convenção de Chicago, são os de Luanda e Nova Lisboa.

Como aeródromos principais, servindo as capitais de distrito ou pontos de maior tráfego das carreiras internas regulares, tem-se: Cabinda, S. Salvador, Malanje, Henrique de Carvalho, Novo Redondo, Luso, Serpa Pinto, Lobito, Carmona, Salazar, Benguela, Silva Porto e Sá da Bandeira.

Quanto aos aeródromos secundários, que são os utilizados nas carreiras internas regulares, mas não englobados nas classificações anteriores, e ainda outros onde se verifica maior tráfego aéreo de aviões de empresas de táxis aéreos, aeroclubes e outros, mencionam-se os seguintes: Santo António do Zaire, Negage, Ambrizete, Maquela, Cela, Porto Amboim, Pereira de Eça, Sanza Pombo, Camaxilo, Cacolo, Camabatela, Ambriz, Toto, Damba, Portugália, Roçadas, Teixeira de Sousa, Caconda e Cazombo.

Os aeródromos e pistas de recurso, que são em número aproximado de três centenas, são utilizáveis por pequenos aviões.

Existem já na província vinte aeroclubes (aos quais foram distribuídos pelos Serviços de Aeronáutica Civil quinze aviões *Auster 160*) e encontram-se devidamente estruturadas cinco empresas de táxis aéreos, as quais cobrem dez distritos.

311. O tráfego aéreo das carreiras privativas da província tem vindo a aumentar de forma considerável nos últimos anos, como se pode verificar no quadro seguinte:

Evolução do tráfego aéreo nas carreiras privativas da província

Anos	Passageiros	Mercadorias e correio transportado — Quilogramas
1959	39 493	208 087
1960	41 458	251 896
1961	50 894	311 198
1962	62 020	493 896
1963	69 764	3 793 258
1964	84 287	4 331 784
1965	90 362	4 673 556

O contacto da província com o exterior é feito, sobretudo, através do aeroporto de Luanda, que em 1962 foi dotado de mais uma pista, de 3700 m, para os aviões a jacto tipos *DC 8* e *Boeing 707*. Além dos da T. A. P., escalam o mesmo aeroporto aviões de várias empresas estrangeiras.

Evolução do tráfego aéreo de/e para o exterior da província

Anos	Aeronaves	Passageiros	Mercadorias — Quilogramas
1961	1 549	32 802	474 815
1962	1 456	25 653	240 311
1963	1 832	32 041	344 500
1964	2 600	58 252	444 819
1965	2 930	41 887	434 335

Quanto ao movimento de receitas, o Aeroporto de Craveiro Lopes ocupou, em 1965, o 2.º lugar da rede nacional, com um montante de cobrança no valor de 12 122 contos.

312. Importa realçar a acção desenvolvida pela D. T. A., que mantém carreiras regulares — no total de 44 — para os diversos pontos da província.

O tráfego por ela desenvolvido nas carreiras regulares é servido por uma frota composta por um *Beechcraft D 18 S*, sete *Douglas DC 3* e dois *Fokker Friendship 27*, prevendo-se a entrada em serviço de mais um aparelho deste tipo.

313. Em 1961, ano em que foi definida a actual política aérea provincial, a infra-estrutura aérea era constituída por: uma pista de 2250 m, com estacionamento e acessos pavimentados em rocha asfáltica, permitindo a operação de aviões *DC 6* (em Luanda); outra de 2000 m, com estacionamento e acessos em rocha asfáltica, permitindo a operação de aviões *DC 4* e, eventualmente, *DC 6* (no Luso); mais 5 pistas de dimensões diversas (entre 900 e 1500 m), permitindo o acesso de aviões *DC 3* (Novo Redondo, Porto Amboim, Moçâmedes, Sá da Bandeira e Cabinda); mais 21 pistas de terra, em geral mal construídas e orientadas, com comprimentos variando entre 850 e 1200 m, permitindo a operação de *Beechcraft* e, em alguns casos, de *DC 3*, e, por último, cerca de uma centena de pistas de recurso em terreno natural. Quanto a ajudas-rádio, energia eléctrica e sinalização luminosa, telecomunicações, *contrôle*, serviço de protecção e apoio às aeronaves em terra, só o aeroporto de Luanda se encontrava apetrechado, embora em condições deficientes. A mencionar ainda, quanto a ajudas-rádio, Luso, Carmona, Camabatela, Portugália, Toto e Henrique de Carvalho.

Na província existiam então 12 aeroclubes com 29 aviões, um empresa de transportes aéreos — a D. T. A. — com 10 aviões (*DC 3* e *Beechcraft*) e duas empresas de táxis aéreos com 4 aviões, embora só uma estivesse em actividade normal.

f) Telecomunicações

314. Os correios, telégrafos e telefones dispõem já de uma rede de VHF que, na sua maior parte, tem capacidade para 48 canais telefónicos e que, dada a existência de uma reserva passiva, poderá ser aumentada para sensivelmente o dobro.

Entendeu-se que não seria económica nem vantajosa a substituição da actual rede por outra de UHF ou SHF, nem a instalação de uma ligação troposférica entre Luanda e Nova Lisboa, como inicialmente considerado.

Apesar de todas as ampliações ou transformações efectuadas, não tem sido possível, neste sector, um desenvol-

vimento que permita um grau operacional correspondente à completa satisfação das crescentes necessidades de um território em franco desenvolvimento — fenómeno, aliás, natural nas regiões em condições semelhantes às que se verificam em Angola. O recurso a soluções óptimas que o extraordinário incremento das telecomunicações tem algumas vezes permitido a países ou grupos de países de grande desenvolvimento técnico não constituirá por agora a solução ideal para o problema angolano, pois que obrigaria a elevados investimentos de duvidosa rentabilidade e que só se justificariam por razões políticas, que, a apresentarem-se, carecerão de cuidada análise, dadas as implicações de coordenação que acarretariam.

Em 1964 foram executados os seguintes empreendimentos: ampliação da estação telefónica interurbana de Luanda, estações telefónicas automáticas de Nova Lisboa, Benguela e Pereira de Eça e rede telefónica desta localidade. Em 1965 adquiriram-se cabos para as centrais automáticas de Benguela, Lobito e Catumbela; procedeu-se à montagem de acessórios das centrais de Nova Lisboa, Lobito e Catumbela; instalaram-se 400 novos números na estação satélite do Bungo, em Luanda, e procedeu-se ainda à instalação de centrais automáticas em Nova Lisboa, Benguela, Lobito e Catumbela.

Pelo que respeita ao apoio à navegação, é necessário proceder à remodelação do equipamento das estações radioeléctricas de Cabinda, Santo António do Zaire, Luanda, Novo Redondo, Lobito, Moçâmedes e Baía dos Tigres, abertas à exploração há cerca de 20 anos. A oportunidade de passarem estas estações a ser exploradas pelos serviços de marinha convirá que seja encarada.

315. Encontra-se concluída a rede primária de VHF, que estabelece a ligação entre Luanda, Salazar, Carmona, Malanje, Cela, Nova Lisboa, Lobito, Benguela e Sá da Bandeira. Além desta, encontra-se também já concluída a rede secundária de VHF nos circuitos entre:

a) Luanda-Barra do Dande-Caxito-Mabubas-Ambriz-Ambrizete;

b) Lobito-Egito-Novo Redondo-Porto Amboim-Gabela.

Prevê-se a execução de dois circuitos desta rede secundária, um entre Nova Lisboa-Silva Porto-General Machado e outro entre Sá da Bandeira-Moçâmedes.

A rede HF em SSB tem já montada a ligação entre Luanda e o Luso e estão em montagem os circuitos entre Luanda-S. Salvador e Luanda-Serpa Pinto.

Em 1965 continuou-se a construção do edifício da central de Nova Lisboa, concluiu-se o da central automática de Benguela e iniciou-se o da central do Lobito e o da estação telégrafo-postal e central automática da Catumbela.

g) Meteorologia

316. O levantamento geomagnético de Angola está a ser feito, desde 1965, com uma rede de malha de 75 km. Foram já ocupadas 90 estações, faltando ocupar 115.

O Centro Geofísico de Luanda, que dispõe de dois pavilhões para magnetismo, um pavilhão de sismologia, um pavilhão de radioactividade do ar e um para radiação solar, tem já prestado a sua colaboração em estudos ao nível internacional, havendo, no entanto, que proceder à sua ampliação.

Por intermédio do sistema de telecomunicações, tem-se procedido à recepção e emissão de informações meteorológicas de base para o interior da província, informações meteorológicas para a exploração aeronáutica, etc.; no entanto, as condições de recepção não são as melhores.

Com vista à protecção aeronáutica, estão já montadas e em funcionamento algumas estações da rede sinóptica internacional, mas em número ainda insuficiente.

2. Objectivos

2.1. Transportes rodoviários

317. No III Plano de Fomento pretende-se prosseguir os programas de realizações já em curso de execução, beneficiando zonas da província ainda não dotadas da desejável estrutura rodoviária.

Assim, proceder-se-á:

a) A construção do troço entre o rio Cuango e Henrique de Carvalho (para conclusão da estrada Luanda-Henrique de Carvalho); do lanço Tchiompolala-Ochicango (para ligação de Sá da Bandeira à África do Sul); da estrada Silva Porto-Luso (como continuação da estrada Lobito-Silva Porto); do troço Matala-Serpa Pinto (no seguimento da estrada de Sá da Bandeira a Matala), e do lanço Munhino (proximidades) a Sá da Bandeira, integrado na estrada Moçâmedes-Serpa Pinto;

b) Ao lançamento de novos troços para servir os territórios do Este da província, satisfazer as ne-

cessidades do Norte e atender a objectivos diversos de interesse económico, turístico e outros.

No planeamento feito só foram consideradas rodovias com pavimento definitivo, por se entender que os planos de fomento não devem suportar encargos com obras provisórias, pelo menos neste sector.

2.2. Caminhos de ferro

318. O programa proposto contém apenas os investimentos considerados prioritários.

Quanto aos caminhos de ferro de Luanda e Moçâmedes, considera-se urgente melhorar as suas condições de exploração, de modo a torná-las mais eficientes e económicas, e nesse sentido convergem os empreendimentos propostos.

Para o caminho de ferro de Benguela, além de outros melhoramentos importantes, prevê-se a construção da variante do Cubal, que em muito virá melhorar as suas condições de exploração e a sua capacidade de tráfego.

2.3. Portos, transportes marítimos e fluviais

319. Os objectivos a atingir durante o III Plano visam:

Melhorar o aproveitamento das infra-estruturas existentes;

Construir outras instalações com vista a acompanhar a evolução do tráfego e a estimular o desenvolvimento da província.

2.4. Infra-estruturas e fomento aeronáutico e transportes aéreos

320. São objectivos do III Plano de Fomento, relativamente a cada um dos subsectores já diferenciados, os seguintes:

a) Infra-estrutura aeronáutica

Conseguir o total apetrechamento dos aeroportos internacionais e a satisfação dos compromissos internacionais assumidos;

Melhorar, tanto quanto possível, a rede de aeródromos do dispositivo provincial principal, de modo que as aeronaves disponham de condições de operação mais seguras e eficientes;

Melhorar a rede de aeródromos provinciais secundários, satisfazendo simultâneamente as necessidades de defesa e o desenvolvimento económico-social das diversas regiões;

Melhorar a rede de aeródromos e pistas de recurso, de acordo com as necessidades militares surgidas e o desenvolvimento económico e social das regiões;

Melhorar as condições em que se processam a direcção, inspecção, coordenação e *contrôlc* de todas as actividades aeronáuticas.

b) Fomento aeronáutico

Intensificar a preparação de técnicos de aeronáutica, dentro de todas as especialidades que a mesma encerra, a preparação de pilotos das diversas especialidades e a criação de escolas de pilotagem, pára-quedismo, voo sem motor, aeromodelismo, etc.;

Criar novas oficinas aeronáuticas e remodelar as existentes, por forma a satisfazerem totalmente as necessidades da D. T. A., bem como as da Força Aérea;

Ampliação de áreas operacionais e criação de condições para a melhoria dos serviços da D. T. A.

c) Transportes aéreos

1) Transporte aéreo regular

Organizar o transporte aéreo regular de acordo com os seguintes objectivos:

Quanto à rede:

Estabelecimento em Nova Lisboa de uma base secundária com meios necessários à manutenção dos aviões que nela estacionam;

Reestruturar e ampliar as ligações internas.

Quanto aos meios:

Iniciar a substituição dos aviões *DC 3*, já obsoletos, por material mais moderno, seguro e adequado às correntes de tráfego existentes.

2) Transporte aéreo não regular

Impulsionar a acção das pequenas empresas de transporte aéreo (actuais táxis aéreos) por forma a completarem a rede de transporte aeronáutico da província.

321. Podem sintetizar-se os seguintes objectivos fundamentais:

Estabelecimento de um esquema de identificação de uma maior rede de novas centrais telefónicas automáticas;

Estabelecimento de um grupo de centros fixos de assistência à navegação marítima;

A normal interligação perfeita e adequada de todos os centros fixos pelo sistema de altas frequências de VHF;

Comparticipação, na actual rede de comunicações pelo sistema convencional em HF, de um sistema em SSB ou BLU;

Estabilização do futuro sistema telegráfico *telex* na província e previsíveis ampliações;

Estabelecimento de um lote de peças de reserva destinadas à manutenção dos quatro sistemas de comunicações;

Programação de edificações imprescindíveis à recepção e instalação dos equipamentos a adquirir com a aplicação directa nos vários sistemas em uso nos serviços;

Quanto à radiodifusão, considera-se, com base nos elementos obtidos nos quatro anos de trabalho efectivo do Plano de Radiodifusão de Angola, como objectivos a atingir, os seguintes:

Cobertura, como recurso mais consentâneo com as possibilidades económicas e distribuição da população, de todo o território de Angola em ondas decamétricas;

Cobertura dos territórios vizinhos, em ondas decamétricas, às horas que forem julgadas convenientes;

Cobertura, em ondas hectométricas e FM, por meio de repetidores ou regionais de pequena potência, das áreas mais densamente povoadas.

Estando já assente a instalação de novos emissores de 100 kW e antenas, ficar-se-á a dispor dos meios necessários a esta emissão; haverá que instalar eventualmente outras antenas para fins ainda não previstos.

A ligação de Luanda com os repetidores ou regionais deverá ser assegurada, sempre que possível, por feixes hertzianos (VHF, SHF, UHF) e, quando as condições económicas o

não permitirem, pelo recurso à captação das emissões dos outros emissores, com receptores especiais.

2.6. Meteorologia

322. Os objectivos fundamentais a visar neste campo são:

Aperto da malha no levantamento geomagnético;
Ampliação do Centro Geofísico de Luanda e da rede de estações solarigráficas e de postos climatológicos;
Ampliação e melhoria da rede sinóptica internacional e do serviço de apoio aos transportes aéreos.

3. Investimentos

3.1. Transportes rodoviários

323. São os seguintes os empreendimentos considerados com vista aos objectivos anteriormente referidos:

a) Empreitadas em curso

Lanços rio Cuango-Quióvua-Xinde e Cuango-Henrique de Carvalho

324. Ambos estes troços, que totalizam 192 km, se integram no grande eixo rodoviário Luanda-Salazar-Malanje-Henrique de Carvalho, que se estende no sentido oeste-leste e que ficará com o comprimento total de 899 km.

Esta estrada começou a construir-se em Dezembro de 1965 e deverá ficar concluída em fins de 1969.

Lanço Tchiompolala-Ochicango

325. Este lanço, com 190 km, integra-se no grande eixo norte-sul — Maquela-Carmona-Salazar-Dondo-Quibala-Nova Lisboa-Sá da Bandeira-Pereira de Eça. Com a sua conclusão, que se deverá verificar em 1969, ficará sòmente por construir o lanço Maquela-Carmona, para que o eixo se concretize.

b) Obras novas

Silva Porto-Luso

326. Situa-se este lanço, com 370 km, no prolongamento da estrada Lobito-Silva Porto, que deverá ficar concluída em meados de 1968. Com a sua construção fechar-se-á a grande malha que tem os seus vértices em

Luanda, Henrique de Carvalho, Luso e Lobito. O troço em causa integra-se no eixo oeste-leste — Lobito-Alto Hama-Silva Porto-Luso-fronteira — e permite a ligação, por asfalto, de algumas capitais de distrito entre si. Atravessa uma região agrìcolamente rica, que, embora servida por caminho de ferro, necessita de uma estrada em boas condições de circulação para transporte dos seus produtos a curtas distâncias.

Lanço Catengue-Cacula

327. A construção deste lanço, com 180 km, permitirá a ligação de duas sedes de distrito (Benguela e Sá da Bandeira), atravessando regiões de grandes possibilidades agrícolas, com especial relevo para o tabaco.

As populações fixadas nas zonas que esta estrada serve estão a dedicar-se, cada vez mais, àquela cultura, aproveitando as boas condições que o solo para tal lhes oferece. Os tabacos de Lola e Quilengues começam já a ter fama mundial.

Lanço rio Loge-Ambrizete-S. Salvador

328. A sua construção vai permitir que mais uma capital de distrito (S. Salvador) fique ligada por asfalto a Luanda.

Espera-se com este lanço de 300 km contribuir decisivamente para a recuperação da hoje decadente zona de Ambrizete. Com a actual organização administrativa da província, o distrito do Zaire constitui uma entidade administrativa e económica totalmente distinta da do distrito do Uíge e cuja economia se encontra ligada à da capital da província.

Lanço Matala-Serpa Pinto

329. Este troço, com 320 km, é a continuação natural da ligação Sá da Bandeira-Matala, que está em curso e deverá ficar concluída no fim de 1968.

Com a sua construção, mais uma capital de distrito ficará ligada por asfalto à capital da província e mais um grande passo se terá dado para a concretização do eixo oeste-este — Moçâmedes-Sá da Bandeira-Serpa Pinto-N'Riquinha.

Lanço Munhino (proximidades)-Sá da Bandeira

330. Este lanço, com 80 km, integra-se na ligação Moçâmedes-Serpa Pinto, já em curso, e que, no fim de 1967,

deverá atingir as proximidades de Munhino. Através dele mais uma capital de distrito ficará ligada à capital da província. No seu traçado e no aspecto técnico é de salientar a dificílima descida da Leba, cujo estudo está a ser feito por engenheiros nacionais utilizando as mais modernas técnicas.

Lanço Luso-Lucusse-Caripande

331. Esta ligação, com 340 km, completa o eixo oeste-leste — Lobito-Alto Hama-Silva Porto-Luso-fronteira com a Zâmbia —, que se reveste de grande interesse económico e social, pela ocupação que promoverá de regiões susceptíveis de atrair importantes contingentes da população.

Lanço Serpa Pinto-N'Riquinha

332. Continuando a estrada Moçâmedes-Sá da Bandeira-Serpa Pinto, este troço, de 570 km, estabelecerá ligação com a fronteira da Zâmbia e servirá regiões a que se atribuem grandes possibilidades pecuárias.

Lanço Lucusse-Gago Coutinho-N'Riquinha

333. Este lanço liga entre si as duas estradas anteriormente referidas. Desenvolve-se totalmente, numa extensão de 42 km, ao longo da fronteira com a Zâmbia e integra-se no eixo norte-sul, mais próximo da fronteira — Portugália-Henrique de Carvalho-Luso-Gago Coutinho-N'Riquinha-Luiana.

Lanço Catengue-M. Machado-Caala

334. Com 180 km, atravessa regiões de grande densidade populacional e de notável riqueza agrícola; não obstante, dada a sua proximidade com o caminho de ferro de Benguela e com o troço da estrada Lobito-Teixeira da Silva, que lhe são paralelas, a sua construção deve classificar-se entre os empreendimentos de segunda prioridade.

Lanço Nova Lisboa-Bela Vista

335. Embora encurtando a distância entre Silva Porto-Nova Lisboa para 59 km, este empreendimento deve também considerar-se de segunda prioridade, já que o seu

papel se destina a assegurar transportes já efectuados pelo caminho de ferro e estradas existentes.

Lanço Silva Porto-Serpa Pinto

336. É a ligação entre duas sedes de distrito e o fecho de uma grande malha rodoviária. Tem 300 km de extensão. Integra-se no grande eixo norte-sul — Sacandica--Sanza Pombo-Malanje-Silva Porto-Serpa Pinto-Cuangar.

Lanço Casa da Telha-Santo António do Zaire

337. Via da comunicação costeira, com 150 km, integrada no eixo norte-sul — Sazaire-Ambrizete-Luanda-Novo Redondo-Lobito-Moçâmedes-Foz do Cunene. Atravessa regiões ricas em palmar e com algum algodão.

Lanço S. Salvador-Maquela

338. Com 100 km de comprimento, integra-se no eixo oeste-leste, que, junto à fronteira norte, ligará Sazaire a S. Salvador e a Sacandica.

Lanço Lombe-Duque de Bragança

339. Esta via, com 70 km, tem grande interesse sob o aspecto económico e turístico. A região que atravessa, de grande densidade populacional, é muito fértil, destacando-se, no aspecto agrícola, o milho e o tabaco.

Estradas de Cabinda

340. Concluída a ligação Guilherme Capelo (Lândana)--Cabinda-Iema, prevê-se a pavimentação asfáltica dos lanços Lândana-Dinge-Buco Zau e Cabinda-Tando Zinze-Tibi-Buco Zau.

Com estes empreendimentos pretende-se atingir Buco Zau (partindo de Cabinda) por duas vias, uma acompanhando em parte a fronteira com a República Democrática do Congo e outra através de Dinge e Lândana. Dado que se vai iniciar imediatamente o lanço Buco Zau-Belize--Miconje, os lanços anteriores revestem-se do maior interesse, uma vez que, conjuntamente com este, permitirão um rápido escoamento das madeiras do Maiombe, em condições de poderem competir com os preços dos territórios vizinhos.

O ramal Sassa Zau que também se vai construir no decurso do III Plano, tem bastante interesse porque vai

ligar o rio Chiloango, até onde é navegável, com a estrada Guilherme Capelo-Cabinda.

Para uma melhor cobertura rodoviária do distrito, prevê-se também a construção do troço Lândana-Massabi.

Lanço Serpa Pinto (quilómetro 10)-Caiundo

341. Este lanço dá continuidade ao lanço Silva Porto-Serpa Pinto, integrando-se no grande eixo norte-sul, prevendo-se a ligação, no futuro, com o Sudoeste Africano. Esta via permitirá não só uma melhor ocupação do território, como também fomentar o desenvolvimento das potencialidades da zona, havendo para já a assinalar as perspectivas no campo da pecuária.

Lanço Negage-Quimbele

342. Este lanço integra-se parcialmente no grande eixo norte-sul (Sacandica-Sanza Pombo-Malanje-Serpa Pinto). É uma via de penetração no Nordeste da província, que, aliás, já foi iniciada em 1967.

Lanços Massano de Amorim-Alto Hama e Chinguar-Silva Porto

343. Estes lanços, cuja conclusão se prevê em meados de 1968, completam a estrada Lobito-Silva Porto, a qual se integra no grande eixo oeste-leste (Lobito-Silva Porto-Luso-fronteira com a Zâmbia).

Estrada barra do Cuanza-Novo Redondo

344. Trata-se de um empreendimento de certo interesse, visto ir encurtar em cerca de 200 km a ligação entre os dois maiores centros populacionais da província (Luanda-Lobito-Benguela). Prevê-se que a sua construção seja por intermédio de financiamento estrangeiro e os encargos com o seu pagamento serão suportados mediante o estabelecimento de portagens.

Lanço Zenza do Itombe-Salazar e ramais de penetração nas zonas cafeícolas do Cuanza Norte

345. O lanço Zenza-Salazar encurta em cerca de 55 km a actual ligação, tendo a vantagem de se aproximar das zonas produtoras de café, pois serve de apoio à construção de ramais que penetrarão francamente em tais zonas.

3.2. Caminhos de ferro

a) Caminho de ferro de Luanda

346. Os empreendimentos propostos para este caminho de ferro destinam-se a melhorar as suas condições de exploração e são os seguintes:

Melhoramentos da via

Variantes e rectificação do traçado

Em continuação do empreendimento anteriormente iniciado, há que melhorar os troços entre Quizenga e Lucala e entre Luinha e Beira Alta. Para o efeito, torna-se necessário construir duas variantes, com as extensões de, respectivamente, cerca de 27 km e 12 km, e fazer outras pequenas rectificações; obter-se-á assim uma uniformidade de tracção entre Cacuso e Luanda, que se traduzirá em substancial benefício para a exploração, pela economia e maior rapidez nos transportes.

Reconstrução e reparação de obras de arte

Algumas obras de arte, de construção antiga e projectadas para cargas muito menores que as actuais, não oferecem já as devidas condições de segurança, necessitando umas de profundas reparações e outras de serem substituídas.

Balastragem

Há necessidade urgente, não só por razões de segurança da circulação, mas ainda por razões de conservação do material de via, de tracção e circulante, de concluir a balastragem do caminho de ferro numa extensão de cerca de 165 km de via.

Renovação da via

Torna-se necessário renovar todo o material de via desde Luanda a Lucala, podendo parte do material retirado e ainda aproveitável ser utilizado na renovação além Lucala e em linhas secundárias e desvios.

Edifícios

Na sequência de empreendimentos anteriores, torna-se necessário construir novas estações em Salazar, Lucala e Malanje. Com efeito, foram já construídas as variantes

e terraplenagens das novas plataformas para as referidas estações, e em Salazar e Malanje encontram-se já concluídos os novos cais de mercadorias, que não estão ao serviço por se encontrarem distantes das actuais estações, que há muito não satisfazem as necessidades.

Além disso, é necessário construir outras pequenas estações e instalações para o pessoal.

Equipamento

Aquisição de locomotivas, locotractores e conversão vapor/*Diesel*.

Sob esta rubrica incluem-se os encargos resultantes da aquisição com pagamentos diferidos de dez locomotivas *Diesel*-eléctricas e de locotractores de manobras.

Aquisição de carruagens

É indispensável aumentar o parque de carruagens de 2.ª classe, pelo que é necessária e urgente a aquisição de, pelo menos, quatro carruagens deste tipo. Em face da grande afluência de passageiros de 3.ª classe ùltimamente verificada, afluência que tende a aumentar, será necessária a urgente aquisição de cinco carruagens de 3.ª classe.

Vagões

Tendo em conta o previsível aumento de tráfego e a satisfação das necessidades que já actualmente se fazem sentir, torna-se necessária a aquisição de 50 vagões abertos de bordas baixas e de 50 vagões fechados.

É indispensável também a aquisição de equipamento diverso, nomeadamente o destinado à melhoria das telecomunicações e à mecanização da conservação da via.

b) Caminho de ferro do Amboim

347. A tendência para o agravamento apresentada pela situação financeira da empresa exploradora deste caminho de ferro torna difícil prever os investimentos a fazer durante a vigência do III Plano de Fomento. Em qualquer caso, haverá que considerar investimentos, com vista a manter esta linha em condições eficientes de serviço.

c) Caminho de ferro de Benguela

348. A Companhia do Caminho de Ferro de Benguela além dos empreendimentos e investimentos já estimados

para a vigência do III Plano de Fomento, prevê, em função da evolução do tráfego e das disponibilidades financeiras, os seguintes como obras e aquisições:

	Contos
Edifícios	21 300
Material circulante	82 000
Via	422 000
Diversos	22 700

d) Caminho de ferro de Moçâmedes

349. Encontram-se em curso obras de monta no caminho de ferro com a finalidade de permitir a exportação de, pelo menos, 5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Estas obras deverão terminar no decurso do III Plano de Fomento e são financiadas pelo empreendimento mineiro de Cassinga.

No entanto, outros melhoramentos são necessários para se garantir a eficiente exploração, independentemente do transporte de minérios, melhoramentos estes a financiar pelas verbas do III Plano de Fomento e que a seguir se indicam:

Melhoramentos da via

Ligações à variante norte da Chela

Pelo Projecto Mineiro de Cassinga será executada a variante norte da serra da Chela, sensìvelmente entre os actuais quilómetros 165 e 333. Para manter, a partir dessa variante, o acesso ferroviário a Sá da Bandeira, haverá que estabelecer as ligações ao novo traçado do lado de Moçâmedes, cerca do apeadeiro da Quinlemba, numa extensão de 10 km, e do lado de Serpa Pinto, depois da passagem da ponte sobre o rio Caculovar, num percurso de 5 km.

Renovação de travessas

A via vai ser muito melhorada — incluindo a substituição do material actualmente em uso — até ao quilómetro 525 pelo empreendimento mineiro de Cassinga. Quanto ao troço entre os quilómetros 525 e 755 (actualmente término), verifica-se a deterioração de grande número de travessas de madeira, que urge substituir.

Balastragem

Torna-se urgente, para maior economia da exploração e maior segurança, completar a balastragem, a brita, do

troço em que tal balastragem ainda não existe (entre os quilómetros 525 e 589) e reforçar e completar a balastragem entre os quilómetros 0 e 165.

Equipamento

Locomotivas e automotoras

Pelo Projecto Mineiro de Cassinga vão ser adquiridas as locomotivas *Diesel* necessárias ao transporte do minério de ferro. Convirá, pois, adquirir as locomotivas necessárias para as restantes necessidades da exploração. Tais locomotivas deverão ser também *Diesel*, para evitar o uso simultâneo de dois tipos (vapor e *Diesel*), que seria antieconómico. Estima-se como necessária, para o efeito, a aquisição de cinco locomotivas, sendo prioritária a aquisição, dentro da vigência do III Plano de Fomento, de três. Prevê-se ainda a aquisição de três automotoras, para atender ao crescente tráfego de passageiros.

Carruagens e vagões

Em razão do aumento de tráfego de passageiros, afigura-se necessária a aquisição urgente de, pelo menos, uma carruagem de 2.ª classe.

O aumento de tráfego resultante do Projecto Mineiro de Cassinga exigirá constante actuação ao longo da linha, e, para isso, torna-se indispensável apetrechar a exploração com os necessários meios. Para tal, propõe-se a aquisição de duas carruagens de serviço.

Investimentos do Projecto Mineiro de Cassinga

Esses investimentos não terminam em 1967, pois haverá, pelo menos, que contar com a construção da grande variante norte da serra da Chela. Este empreendimento é inscrito «por memória», visto estar incluído nos investimentos considerados no capítulo das indústrias extractivas.

3.3. Portos, transportes marítimos e fluviais

Luanda

Obras exteriores

350. Para o período do Plano há a considerar os trabalhos para a consolidação da «ilha» de Luanda, já iniciados, a fim de manter as condições de abrigo do porto.

Há ainda que substituir o ramo de ligação entre a «ilha» e o continente, actualmente designado por «ponte», por uma verdadeira obra de arte que permita restabelecer condições hidráulicas destruídas pela construção do aterro.

Obras interiores

Longo curso e cabotagem

Tendo em vista os condicionamentos actuais, considera-se prudente estabelecer o seguinte programa de actuação para o período do III Plano de Fomento:

a) Construção de 385 m de cais para carga geral, desde já tidos por necessários a curto prazo, dotando-os com as indispensáveis instalações em terra e equipamento;

b) Inscrição de verba para estudos de desenvolvimento do porto, atentas as necessidades que efectivamente venham a demonstrar-se, nomeadamente as respeitantes à movimentação de minérios (de ferro e de alumínio), à cabotagem e à pesca;

c) Consideração «por memória» dos restantes empreendimentos propostos pela província, já que a sua realização pode vir eventualmente a justificar-se por força dos estudos referidos em *b*);

d) Conclusão das instalações em terra, complementares dos cais terminados em 1966;

e) Aquisição e montagem do equipamento tornado necessário em razão da construção desses mesmos cais e da substituição do já existente, por inadequado e obsoleto.

Lobito

Obras exteriores

351. Para evitar o contínuo crescimento da restinga, que ameaça fechar o porto, está em construção, como já foi referido, um campo de esporões, que terá de ser continuado.

Obras interiores

Longo curso e cabotagem

As instalações de acostagem do porto do Lobito são actualmente suficientes para o movimento que lhes é imposto. Admite-se, no entanto, que a partir de 1969 venha a verificar-se a necessidade de as ampliar, pelo que

se recomenda sejam levados a efeito os estudos necessários a um completo conhecimento da situação. Naturalmente, todos os futuros empreendimentos haverão de ficar dependentes dos resultados de tais estudos.

Quanto a instalações em terra e equipamento, considerou-se justificada a conclusão do apetrechamento iniciado ao abrigo do Plano Intercalar.

A necessidade de tudo o mais que se deseja haverá de ser confirmada pelos estudos que acima se preconizam.

Moçâmedes

352. Já que as obras relativas ao movimento mineiro deste porto não constituirão encargos do III Plano de Fomento, Moçâmedes encarar-se-á aqui, com exclusão dos efeitos directos que as exportações de Cassinga sobre ele produzirão.

Assim sendo, pode dizer-se que o porto dispõe de superabundância de cais, pelo que nenhumas obras deste tipo haverá que executar entre 1968–1973. Em tais condições, os investimentos que se prevêem terão apenas em vista completar empreendimentos já iniciados no Plano Intercalar, havendo que, como para os outros portos, prever a verba para estudos a levar a cabo no período do III Plano de Fomento.

Cabinda

353. O distrito de Cabinda justifica e necessita de um porto de longo curso, que haverá de ser construído no período do III Plano de Fomento.

Há, no entanto, ainda problemas a resolver quanto à sua localização e quanto a outros pontos de importância, pelo que é necessário aguardar decisão superior.

A construção de um porto de acostagem para fosfatos rodeia-se ainda de incertezas, que só estudos adequados removerão, isto até porque a exportação de tais produtos poderá influenciar grandemente a solução que venha a adoptar-se para o porto do distrito, no qual as respectivas instalações hão-de ficar incluídas.

Porto Alexandre

354. As condições actuais deste porto indicam a necessidade de nele estabelecer, desde já, obras acostáveis — uma ponte-cais de longo curso para o serviço da pesca, integrável num eventual e futuro porto comercial, cuja construção haverá de ficar dependente de estudos integrados no planeamento portuário da província agora em elaboração.

Lândana

355. Torna-se necessária a defesa contra a erosão da costa em que se encontra enraizada a ponte-cais. Para o efeito, foi construído um campo de esporões, cuja conservação há que prever.

Zaire

356. Impõe-se construir o canal do Zaire, a fim de servir uma pequena base naval, que, mediante a construção de infra-estruturas necessárias, tem em vista a atracação de patrulhas e lanchas de fiscalização. Admite-se ainda a possibilidade de o canal ser utilizado por navios maiores, que passariam assim a dispor de um fundeadouro interior.

Por outro lado, poderá vir a ser utilizado por navios de cabotagem, o que permite encarar a possibilidade de se escoarem os produtos agrícolas e minerais que venham a ser explorados.

Baía dos Tigres

357. Prevendo-se que a movimentação dos produtos deste centro pesqueiro seja feita através de uma cabotagem que os concentre em Porto Alexandre, qualquer acção deve aguardar a definição da política a adoptar quanto a este último porto.

Outros portos

358. Há que prever a realização de estudos em alguns dos outros portos secundários, na medida das necessidades.

Transportes fluviais

359. Inscrevendo, embora, verba para estudos, obras e instalações de meios vários, há que prever a necessidade de ajustamentos, sobretudo em razão de actividades que virão a desenvolver os recém-criados serviços hidráulicos da província.

Carenagem

360. Os poucos meios de alagem existentes na província impõem a construção, no Lobito, com a possível brevidade, de, pelo menos, mais um plano inclinado e uma doca seca para navios de 2000 a 3000 t.

3.4. Infra-estrutura e fomento aeronáutico e transporte aéreo

Órgãos de direcção, coordenação, apoio e instrução

361. Pretende-se apetrechar o Centro de Contrôle Regional (Luanda) com a instalação de circuitos teleimpressores e A. T. C., adquirindo também mobiliário e equipamento. Deste modo, satisfazendo os compromissos internacionais, conseguir-se-ia melhor e maior eficiência operacional, sob os aspectos aeronáuticos e meteorológicos, nas ligações radioeléctricas entre Luanda e Kinshasa, Brazzaville, Salisbúria, Lisboa e Nova Lisboa.

De acordo com os objectivos propostos para o III Plano, e com vista a suprir a grande falta de técnicos nas diferentes especialidades aeronáuticas, projecta-se a realização de cursos de preparação aeronáutica.

a) Aeroportos internacionais

Aeroporto de Luanda

362. Projecta-se a ampliação e o melhoramento da aerogare, com vista a proporcionar melhores condições aos passageiros em trânsito. Dadas as exigências do grande tráfego interno e internacional, prevêem-se ainda os seguintes empreendimentos: conclusão dos trabalhos de drenagem nas áreas adjacentes à pista, completamento da estação de serviço de incêndio, melhoramento da vedação periférica e construção de caminhos de ronda, aquisição e instalação de uma ajuda-rádio I. L. S. e melhoria dos sistemas de comunicações, aquisição de equipamento de desobstrução de áreas operacionais e construção de parques e armazéns.

Aeródromo de Nova Lisboa

363. A fim de satisfazer as necessidades mínimas dos passageiros, empresas aéreas e serviços de aeronáutica e meteorológico, projecta-se a construção da aerogare e torre de *contrôle*. Encara-se ainda a materialização dos seguintes empreendimentos: construção da 2.ª fase da central eléctrica, remodelação e instalação de telecomunicações e *contrôle* no edifício da aerogare, melhoramento da vedação periférica e construção do caminho de ronda, aquisição de viaturas e beneficiação do actual hangar.

b) Aeródromos do dispositivo provincial principal

364. Prevê-se a construção de novos aeródromos em Moçâmedes, S. Salvador e Lobito, em substituição dos

actuais, já insuficientes para as necessidades do momento e, ainda mais, para as que se prevêem num futuro próximo.

De forma a satisfazer aos imperativos de defesa e necessidades civis, prevêem-se grandes reparações no aeródromo de Cabinda, prolongamento da pista do aeródromo do Luso e pavimentação das áreas operacionais do aeródromo de Serpa Pinto, facilitando a utilização destes últimos pelos aviões *DC 6*. Há ainda a considerar melhoramentos na área operacional do aeroporto de Novo Redondo e no de Silva Porto.

Quanto à construção, melhoramento e apetrechamento de aerogares, torres de *contrôle* e abrigos para passageiros, projectam-se obras nos aeródromos de Malanje, Novo Redondo, Carmona, Benguela, Moçâmedes, S. Salvador, Henrique de Carvalho, Silva Porto, Sá da Bandeira e Serpa Pinto.

Prevêem-se investimentos em instalações e melhoramentos respeitantes a telecomunicações e ajudas-rádio nos aeródromos de Cabinda, Malanje, Novo Redondo, Carmona, Benguela, Moçâmedes, S. Salvador e Silva Porto; em obras de vedação e caminhos de ronda nos aeródromos de Malanje, Carmona, Benguela, Moçâmedes e S. Salvador; em energia e sinalização nos aeródromos de Novo Redondo, Benguela, Moçâmedes e Serpa Pinto; e em aquisição de viaturas para todos os aeródromos indicados.

c) Aeródromos do dispositivo provincial secundário

365. Para satisfação das necessidades operacionais da D. T. A., encara-se o tratamento superficial das áreas operacionais nos aeródromos de Pereira de Eça, Roçadas e outros.

Prevê-se ainda a construção e melhoramento de abrigos para passageiros em quase todos os aeródromos da classe considerada.

Projecta-se também a instalação de telecomunicações e *contrôle* em Portugália, a construção e instalação de uma central eléctrica e radiofarol em Santo António do Zaire, a execução de obras anexas no mesmo aeródromo e a aquisição de viaturas para quase todos os aeródromos.

d) Aeródromos de recurso

366. Para além de dispositivos, principal e secundário, é indispensável dispor de recursos para a criação e manutenção de pistas e aeródromos de recurso, cuja necessidade, imprevisível de momento, pode surgir.

e) Transportes aéreos

367. Está programada a aquisição de três aviões para a rede de transportes provinciais, de sobresselentes iniciais e ferramenta especial para os mesmos, bem como a construção e apetrechamento de uma oficina de electrónicos, de uma oficina especial de motores de turbina, e ainda a aquisição e montagem de um banco de ensaios de motores de turbina.

3.5. Telecomunicações

368. Para a realização dos objectivos atrás enunciados, será necessária, durante o período do III Plano de Fomento, a execução dos empreendimentos que adiante se enumeram.

a) Sistema telefónico

369. Pretende-se levar a cabo a ampliação das estações de Luanda, Nova Lisboa, Benguela e Lobito, bem como a criação de quatro novas satélites em Luanda e a criação de novas centrais automáticas em Cabinda, Carmona, Malanje, Salazar, Novo Redondo, Porto Amboim, Silva Porto, Luso, Moçâmedes, Sá da Bandeira, Gabela, Cela, Mariano Machado, Cubal e Robert Williams. Estas realizações proporcionarão a instalação, como capacidade inicial, de 29 000 números, dos quais 16 000 em Luanda.

Impõe-se também a ampliação das estações interurbanas de Luanda, Nova Lisboa, Benguela e Lobito e a instalação dos PAXS para terminais de VHF, a que correspondem as redes telefónicas de Vila Nova, Bela Vista, Chinguar, Vouga, Nova Sintra, barra do Dande, Caxito, Mabubas, Ambriz, Ambrizete, Zaire, Quibala e Calulo, com capacidade para 400 a 2000 números.

Há igualmente que proceder à aquisição de telefones com marcador.

Com vista a uma limitação dos períodos de conversação, o que terá a dupla vantagem do descongestionamento do tráfego e de maior rendimento do sistema, prevê-se a montagem de um sistema de temporização de chamadas.

Como consequência da instalação de centrais, e uma vez que as redes completam aquelas, há que proceder à aquisição (incluindo acessórios) e montagem de redes novas em cabo, bem como de cabos carregados para VHF, e de cabos de junção carregados para a estação principal de Luanda.

A aquisição de um relógio falante permitirá aos utentes das redes telefónicas a consulta da hora certa, o que se traduzirá na arrecadação de consideráveis receitas.

b) Estações costeiras

370. Como já foi dito, o crescente movimento de tráfego marítimo impõe a necessidade de se apetrecharem convenientemente as estações de apoio à navegação, uma vez que o material em uso está em precárias condições. Porém, e pelas razões já expostas, apenas se consideram prioritárias as estações de Luanda, Lobito e Cabinda, às quais, no entanto, se imporá juntar a da Baía dos Tigres.

c) Sistema VHF

371. A instalação de novas centrais telefónicas e a ampliação das existentes obriga, lògicamente, a que se reconsidere a necessidade urgente da sua interligação, utilizando-se diversos sistemas e tendo em conta a economia, qualidade e rapidez das ligações. Também dentro em pouco serão montadas as centrais *telex*, que igualmente necessitam de interligação. Tanto para a interligação de umas como de outras, pensa-se em utilizar o sistema VHF, não só pela qualidade de transmissão, como pelo número de canais disponíveis.

Consideram-se, pois, necessárias as ampliações de canais telefónicos e telegráficos e a ligação Nova Lisboa-General Machado. A ampliação de canais telefónicos proporcionará um aumento de 48 canais, e a de canais telegráficos, um aumento de 41 canais.

A ligação Nova Lisboa-General Machado utilizará um sistema de doze canais telefónicos e oito telegráficos principais, servindo Nova Lisboa, Bela Vista, Chinguar, Vouga, Silva Porto, Nova Sintra e General Machado.

Considera-se ainda a ligação de Sá da Bandeira-Moçâmedes, com 12 canais.

d) Sistema HF (BLU)

372. Embora considerado, pela qualidade de emissão, um sistema subsidiário, a transmissão por BLU será o elo de ligação entre as pequenas localidades e os grandes centros populacionais onde não é possível usar VHF. Será, portanto, uma rede do maior interesse sob os aspectos administrativos de segurança estratégica da província. Compreende a aquisição de emissores de seis canais pré-sintonizados de 100 W, providos de amplificadores linea-

res de 400 a 1000 W, destinados aos centros de distribuição das redes:

Zona norte: Luanda, Cabinda, S. Salvador, Henrique de Carvalho, Malanje e Carmona.

Zona sul: Nova Lisboa, Lobito, Benguela, Silva Porto, Luso, Novo Redondo, Moçâmedes, Sá da Bandeira e Serpa Pinto.

e) Sistema «telex»

373. Este sistema automático, um dos mais evoluídos do sector telegráfico, vai pela primeira vez fazer parte do sistema estrutural do conjunto da rede de comunicações dos CTT.

O empreendimento envolve a seguinte rede de estações e respectivas capacidades:

Uma central automática e uma central internacional em Luanda — 225 assinantes.

Uma central automática em Nova Lisboa — 165 assinantes.

Nove estações de concentradores, iguais, para Carmona, Salazar, Malanje, Cela, Lobito, Benguela, Moçâmedes, Sá da Bandeira e Silva Porto — 32 assinantes cada uma.

f) Peças de reserva

374. Impõe-se a existência de um número mínimo de peças de reserva susceptível de assegurar uma exploração regular.

g) Edifícios

375. Será necessário construírem-se edifícios para as centrais automáticas das satélites de Luanda, Cabinda, Salazar, Porto Amboim, Silva Porto, Luso, Serpa Pinto, Gabela, Cela, Mariano Machado, Cubal, Roberto Williams, Sá da Bandeira e Novo Redondo. Há ainda que construir os edifícios das estações repetidoras e terminais de VHF de Luanda e das ligações Nova Lisboa-General Machado, Sá da Bandeira-Moçâmedes, Luanda-Lobito e Nova Lisboa-Robert Williams.

h) Radiodifusão

376. Para a prossecução dos objectivos já enunciados, é necessário que se realizem os seguintes empreendimentos:

Instalação dos emissores regionais das zonas norte e leste, que se julga dever implantar em Cabinda, S. Sal-

vador, Henrique de Carvalho, Luso e Serpa Pinto. Estes centros deverão dispor de emissores de ondas médias de 5 ou 10 kW (com excepção de S. Salvador, cujo caso deverá ser estudado posteriormente, dada a sua especial posição) e de emissores de FM de média potência, além de pequenos estúdios com facilidades para transmissão local de programas e reprodução de bobinas gravadas nos estúdios centrais. Além disso, deverão dispor de um sistema de recepção especial para captar os programas de outros centros (particularmente de Luanda), para os retransmitir.

Instalação da rede de FM paralela com a rede de VHF primária dos CTT (cerca de 25 retransmissores de pequena potência — 100 a 250 W — e de média potência — 100 a 250 W). Dela beneficiarão os distritos de Carmona, Salazar, Malanje, Novo Redondo, Nova Lisboa, Silva Porto, Benguela e Sá da Bandeira.

Criação do centro de programas de Luanda, iniciado ainda no Plano Intercalar. A falta deste centro, há muito sentida, muito mais se acentuou com as primeiras realizações levadas a cabo pelo Plano de Radiodifusão de Angola. Nele se deverão preparar todos os programas radiofónicos a transmitir de Luanda ou a fornecer aos regionais e outras estações de radiodifusão.

Instalação do centro de recepção e medida, do maior interesse para o desenvolvimento de planos futuros.

3.6. Meteorologia

377. De acordo com os objectivos propostos, há que proceder aos seguintes empreendimentos:

Conclusão do levantamento geomagnético, incluindo trabalhos complementares de gravimetria e de geoelectricidade;

Desenvolvimento do Centro Geofísico de Luanda (em Belas): construção de edificações, arruamentos, muro de vedação e arborização do terreno e aquisição e instalação de material para apetrechamento do Centro de Geofísica de Luanda (em Belas) e para ampliação da rede solarigráfica;

Construção de infra-estruturas para instalação de estações meteorológicas (já existentes e a montar) da rede sinóptica internacional; aquisição e instalação de material para ampliação das redes de estabelecimentos meteorológicos, incluindo material para o trabalho de observações de interesse para o Decénio Hidrológico Internacional, e um sistema de telecópia (dois emissores e dois receptores) e meios de telecomunicações para as estações meteo-

rológicas da rede sinóptica internacional; e instalações para o desenvolvimento da rede aerológica — equipamento a adquirir e a instalar em Luanda, Moçâmedes e Luso;

Aquisição e aluguer de material mecanográfico para processamento e cálculo de apuramento;

Estudos hidrometeorológicos e preparação do atlas climo-hidrológico de Angola — encargos com pessoal e material.

Transportes e comunicações

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Transportes rodoviários	*1 888 400*
Empreitadas em curso	190 000
Obras novas	1 698 400
Caminhos de ferro	*817 600*
Caminho de ferro de Luanda	196 000
Caminho de ferro de Amboim	3 600
Caminho de ferro de Benguela	548 000
Caminho de ferro de Moçâmedes	70 000
Portos e navegação	*539 400*
Portos	493 400
Luanda	206 100
Lobito	60 200
Moçâmedes	17 000
Cabinda	86 400
Porto Alexandre	33 100
Lândana	600
Estudos	90 000
Transportes fluviais	10 000
Carenagem	36 000
Transportes aéreos e aeroportos	*278 500*
Órgãos de direcção, coordenação e apoio, inspecção e instrução	28 400
Aeroportos internacionais (Luanda e Nova Lisboa)	29 200
Aeródromos de dispositivo provincial principal	86 600
Aeródromos de dispositivo provincial secundário	14 200
Aeródromos de recurso	16 600
Transportes aéreos	103 500

Empreendimentos	Contos
Telecomunicações	*221 900*
Sistema telefónico	100 000
Apetrechamento das estações costeiras de Luanda e Lobito	4 000
Sistema VHF (ampliação de canais telefónicos e telegráficos)	39 000
Sistema HF (BLU)	25 800
Sistema *telex* (equipamento vário)	5 000
Peças de reserva para todo o equipamento	1 500
Edifícios (para centrais automáticas e repetidores e terminais VHF)	9 000
Emissores regionais das zonas norte e leste	9 000
Rede de FM paralela com a rede de VHF primária dos CTT	6 000
Centro de programas de Luanda	17 600
Centro de recepção e medida	5 000
Meteorologia	*33 000*
Total	**3 778 800**

IX) Turismo

1. Evolução recente e problemas actuais

378. Apresentam-se em Angola possibilidades apreciáveis de desenvolvimento turístico concentradas em zonas com interesse apenas potencial, mas que noutros casos pode já ser considerado como realidade, embora ainda em fase incipiente. Entre estas poderão incluir-se as zonas de turismo de Luanda, Lobito-Benguela, Sá da Bandeira e Nova Lisboa. Entre as primeiras, as de Cabinda, Novo Redondo, Moçâmedes, Malanje. Moxico, Bié e Cuando Cubango. Os factores de atracção são essencialmente dois: a caça e a pesca desportiva.

379. Existem actualmente em Angola os parques nacionais da Quiçama, da Cameia (distrito do Luso), de Iona (distrito de Moçâmedes), de Bicuar e da Mupa, cuja área, no seu conjunto, abrange cerca de 5 milhões de hectares; as reservas naturais integrais do Luando e da Cangandala, num total de 888 000 ha; as reservas parciais de Milando e Moçâmedes, num total de mais de 2 milhões de hectares, e as coutadas públicas do Ambriz, Longa-Mavinga, Luengué, do Luiana e do Mucusso, num total de mais de 9 milhões de hectares.

Os parques nacionais da Quiçama e da Cameia estão apetrechados com acampamentos para visitantes.

380. A existência abundante de peixe-prata nas águas de Angola representa, por si só, elemento bastante para atrair turistas, não só de África, como de outros continentes. Tal atracção poderá ser substancialmente ampliada desde que sejam definidas as zonas e épocas de frequência de outras espécies: atum, albacora e patudo, espadins e veleiros.

De um modo geral, todas estas espécies existem ao longo de toda a costa de Angola. As águas de Moçâmedes, pelo seu enrocamento e limpidez, apresentam condições ideais para a caça submarina e fotografia subaquática.

Seria igualmente de interesse ensaiar o povoamento de espécies, tais como o peixe-tigre e o adrigã, em albufeiras e lagos do interior.

381. O equipamento hoteleiro era em meados de 1966 o seguinte:

	Hotéis				Número de quartos	Número de camas
	Número	Classes				
		1.ª	2.ª	3.ª		
Benguela	4	–	1	3	135	178
Cabinda	1	–	1	–	26	43
Carmona	1	–	–	1	29	40
Dondo	1	–	1	–	20	25
Gabela	1	–	–	1	32	40
Ganda	2	–	–	2	30	50
Henrique de Carvalho	1	–	–	1	40	50
Lobito	5	2	2	1	173	199
Luanda	13	5	1	7	533	697
Luso	1	–	1	–	52	124
Malanje	1	–	1	–	50	80
Moçâmedes	2	–	1	1	59	90
Nova Lisboa	4	–	1	3	102	156
Novo Redondo	1	–	1	–	17	34
Sá da Bandeira	4	2	1	1	167	212
Silva Porto	2	–	1	1	85	122
Totais	44	9	13	22	1 550	2 140

Os hotéis de 1.ª classe, ùnicamente existentes em Luanda, Sá da Bandeira e Lobito, têm uma capacidade de utilização que se pode classificar de boa. Em Luanda a taxa média de ocupação anual deve oscilar por volta dos 95 por cento, descendo ligeiramente nas outras duas cidades.

382. A situação actual da indústria hoteleira de Angola é difícil no que respeita a pessoal especializado. A falta de profissionais qualificados constitui séria dificuldade para o exercício da hotelaria portuguesa. Dada a dificuldade de recrutar pessoal habilitado no continente, onde se luta com problema semelhante, não se oferece outra forma de enfrentar a falta de pessoal especializado senão a de intensificar a formação profissional na indústria hoteleira através de escolas hoteleiras, das quais a primeira, em Luanda, ensaia os seus primeiros passos.

2. Objectivos

383. Considera-se que haverá fundamentalmente que promover o desenvolvimento da actividade turística em três zonas prioritárias, que são zonas potenciais de atracção do turismo interno (em especial de fluxos de origem metropolitana) e internacional, principalmente da África do Sul, Sudoeste Africano e Rodésia:

Região em forma de pentágono irregular, com vértices na barra do Dande, Duque de Bragança, Malanje, Santa Comba e Novo Redondo;

Região triangular, cuja base se supõe compreendida entre as pontas do Diabo e Grossa e o vértice em Folgares;

Região triangular, cuja base se estende do Farol das Salinas ao Lobito, com vértice em Nova Lisboa.

3. Investimentos

3.1. Caça

384. A necessidade de melhorar as reservas e coutadas existentes, pelas razões que já ficaram expostas, implica que sejam construídos, nalgumas delas, alojamentos, picadas, bebedouros e abastecimentos de águas.

3.2. Hotelaria

385. Prevê-se a construção de um hotel de luxo em Luanda, destinado a servir o turismo internacional, com cerca de 100 quartos, e uma pousada na barra do Cuanza, restaurante e ancoradouro (para apoio à pesca desportiva). Estes dois empreendimentos deverão ser da iniciativa do sector privado.

Prevê-se ainda a construção de três hotéis de turismo destinados a servir o turismo internacional e interno. Parte do investimento será assegurado pelo Estado.

3.3. Centro de preparação hoteleira e de turismo

386. A falta de preparação do pessoal hoteleiro exige que se dê especial atenção a este empreendimento, aproveitando a experiência já adquirida com a escola hoteleira e beneficiando da colaboração e apoio técnico dos serviços de turismo nacionais.

3.4. Estudos e publicidade

387. Conforme já foi salientado, impõe-se que se proceda a um estudo que estabeleça a forma de utilização mais racional das potencialidades existentes e a uma racional informação através da imagem e da rádio.

Turismo

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Caça (melhoramentos em algumas reservas) . . .	5 500
Hotelaria	72 500
Centro de preparação hoteleira e de turismo . . .	20 000
Estudos e publicidade	15 000
Total	113 000

X) Educação e investigação

1. Educação

1. Evolução recente e problemas actuais

388. A análise das realizações no campo da educação faz ressaltar, com clareza, o grande esforço realizado e os resultados notáveis que já foi possível alcançar. De facto, a escolaridade tem crescido em proporção muito rápida em todos os graus de ensino, com as implicações daí resultantes.

a) Ensino infantil

389. Limitado à frequência de crianças dos 3 aos 6 anos de idade, não pôde ainda fornecer solução totalmente satisfatória este grau de ensino, em virtude da necessidade de dar prioridade ao ensino primário. São, no entanto, de assinalar os já apreciáveis progressos, como mostra o quadro seguinte.

Freqüência no ensino infantil de 1958 a 1965

Anos	Estabelecimentos	Professores	Alunos
1958–1959	5	10	378
1963–1964	18	38	1 030
1964–1965 (*a*)	20	45	1 172

(*a*) Com referência a 31 de Dezembro de 1964.

b) Ensino primário

390. A partir de 1964–1965, todo o ensino primário foi remodelado, constituindo-se quatro classes, precedidas de uma classe pré-primária (5 anos). A frequência é obrigatória para os alunos de ambos os sexos, de idades entre os 6 e os 12 anos.

Frequência do ensino primário de 1960 a 1965

	Escolas			Professores			Alunos	Alunos de escolas oficiais	Percentagem de alunos frequentando as escolas oficiais
	Oficiais	Particulares	Total	Oficiais	Particulares	Total			
1955	981	302	1 283	1 445	666	2 111	66 944	47 070	70,3
1960-1961	1 388	623	2 011	2 092	798	2 890	105 781	71 906	68
1961-1962	1 442	589	2 031	2 346	797	3 143	112 326	77 596	69,1
1962-1963	1 582	747	2 329	2 351	1 005	3 356	123 641	85 061	68,8
1963-1964	1 697	663	2 360	2 766	1 040	3 806	153 088	111 207	72,6
1964-1965 (*a*)	2 036	459	2 495	3 259	1 038	4 297	191 693	148 597	77,5

(*a*) Com referência a 31 de Dezembro de 1964.

Num período de dez anos, a evolução sofrida neste sector do ensino foi de vulto. O número de escolas, de professores e de alunos aumentou, respectivamente, de 94,5, 103,6 e 186,3 por cento.

A população escolarizável foi estimada (dos 6 aos 12 anos), respectivamente, para 1950 e 1960, em 708 277 e 852 095 indivíduos, a que correspondem taxas de escolarização indicadas no quadro seguinte, em confronto com as perspectivas para o período do III Plano de Fomento.

Perspectivas de escolarização até 1973

	1960	1964	1965	1967	1973
População escolarizável (6 aos 12 anos)	852 095	909 509	923 882	952 636	1 038 038
População escolarizada (6 aos 12 anos)	105 781	191 693	221 262	282 000	462 000
Taxa de escolarização (percentagens)	*12,4*	*21,1*	*23,9*	*29,6*	*44,5*

c) Magistério primário e habilitação de professores de posto

391. As três escolas de magistério primário existentes na província tiveram o seguinte movimento em 1963–1964 e 1964–1965:

	1963–1964	1964–1965
Professores	28	24
Alunos	96	208

No que se refere às escolas de habilitação de professores de posto — existem quatro femininas, uma mista e uma masculina —, houve uma frequência de 470 alunos em 1963–1964 e de 548 alunos em 1964–1965. Nestes mesmos dois anos, concluíram os seus cursos, com aproveitamento, 909 indivíduos. De notar que ao iniciar-se o ano lectivo de 1965–1966 havia já em exercício de funções 1685 monitores, dos quais 597 apenas estavam habilitados a ministrar o ensino na classe pré-primária.

d) Ensino de artes e ofícios

392. Actualmente funcionam 34 escolas de artes e ofícios — 4 oficiais e 30 a cargo das missões, mas subsidiadas pelo Estado —, absorvendo 100 professores e 2094 alunos.

e) Ensino liceal

393. Até meados do decénio de 1950–1960 existiam na província dois liceus oficiais e dezoito colégios particulares ministrando ensino liceal. Desenvolveu-se a seguir uma evolução nitidamente dinâmica.

Contando com a frequência do ensino liceal particular, é de prever, com base na evolução verificada desde 1955 a 1965, que a frequência atinja, em 1973, 26 510 alunos.

Se considerarmos a provável evolução do ensino oficial, teremos que essa frequência atingiria, no mesmo ano, o número de 9400 alunos.

Frequência no ensino liceal de 1960 a 1966

Anos	Estabelecimentos			Professores			Alunos — Total	Alunos de estabelecimentos oficiais — Total	Percentagem de alunos frequentando estabelecimentos oficiais
	Oficiais	Particulares	Total	Oficiais	Particulares	Total			
1955	2	18	20	47	145	192	3 120	1 510	48,4
1960–1961	5	35	40	138	244	382	7 486	3 959	52,9
1961–1962	7	37	44	173	254	427	8 417	4 917	58,4
1962–1963	9	37	46	210	266	476	9 700	5 955	61,4
1963–1964	9	36	45	258	298	556	11 447	7 500	65,5
1964–1965	9	42	51	265	313	578	12 335	7 856	63,7
1965–1966	9	45	54	289	–	–	16 881	8 712	51,6

Anos	Ensino	
	Oficial	Total
1967–1968	9 400	18 000
1972–1973	13 700	26 500

Embora, como já ficou dito, o ensino liceal tenha sofrido grande incremento nos últimos anos, enferma ainda de deficiências que urge minorar ou eliminar, entre as quais se devem salientar deficiência de pessoal docente habilitado e de instalações.

Presentemente, funcionam nove liceus em Angola, alguns em regime de desdobramento, por a sua capacidade não comportar a respectiva frequência em regime normal.

f) Ensino técnico

394. Terá de ser dada atenção especial às necessidades crescentes de mão-de-obra qualificada, muito particularmente no caso de Angola, pois a insuficiência qualitativa dos recursos humanos disponíveis é de tal modo que, a não ser adoptada uma política de rápida e generalizada formação de trabalhadores qualificados, ficará sèriamente comprometido o êxito de boa parte dos empreendimentos a realizar.

Reveste-se, pois, de enorme preponderância o papel a desempenhar pelo técnico profissional, tanto no campo industrial como no agrícola e comercial.

Não obstante o esforço que tem vindo a ser realizado em prol do ensino técnico, não tem sido possível a satisfação integral das necessidades da província. Assim, enquanto o número de alunos anualmente diplomados nos cursos industriais não atingiu ainda o milhar, o número de novos empregos, nas indústrias instaladas e a instalar, cresce já ao ritmo de mais de 3000 por ano.

Mais grave é a situação no sector da agricultura, onde existe uma única escola de regentes agrícolas, que por si só não permite a formação dos técnicos de nível médio indispensáveis.

No ensino secundário industrial e comercial, anota-se que, durante o quinquénio de 1960–1965, o acréscimo de escolas e de professores pouco excedeu os 100 por cento, enquanto o de alunos foi superior a 160 por cento.

g) Ensino médio industrial, comercial e agrícola

395. A partir do ano lectivo de 1963–1964, a província passou a dispor de dois institutos comerciais e dois industriais. Verifica-se que a frequência respectiva tem vindo a aumentar num ritmo muito rápido, passando de 48 alunos em 1961–1962 para 410 em 1964–1965.

Quanto ao ensino agrícola, observa-se que a única escola de regentes agrícolas existente é insuficiente para as necessidades da província. O número de alunos nesta escola passou de 21 em 1956–1957 para 212 em 1964–1965.

h) Ensino superior

396. O ensino universitário iniciou-se em 1963–1964 com o 1.º ano dos seguintes cursos: Engenharia Civil (em Luanda); Engenharia Mecânica (em Luanda); Engenharia Electrotécnica (em Luanda); Engenharia de Minas (em Luanda); Engenharia Químico-Industrial (em Luanda); Médico-Cirúrgico (em Luanda); Medicina Veterinária (em Luanda, actualmente em Nova Lisboa); Agronomia e Silvicultura (em Luanda, actualmente em Nova Lisboa); Ciências Pedagógicas (em Luanda e Sá da Bandeira, actualmente em Sá da Bandeira).

Actualmente existe também em funcionamento o curso de professores adjuntos do 8.º e 11.º grupos do ensino técnico profissional em Sá da Bandeira.

2. Objectivos

397. Os objectivos a visar são:

2.1. No que se refere ao ensino primário

1.º Escolaridade em massa no grau primário, através das várias categorias de agentes docentes;
2.º Instalação progressiva de escolas de preparação de agentes docentes que, em prazo relativamente curto, possam contribuir para melhorar a cobertura escolar da província;
3.º Criação de escolas de artes e ofícios para formação complementar do ensino primário, espalhadas pelas povoações mais importantes que não sejam sedes de distritos.

O programa destinado à realização de tais objectivos corresponderá a:

a) Instalação de 742 postos escolares e 158 escolas primárias com quatro salas de aula cada uma.

Tais edifícios permitiriam a admissão de 109 920 alunos. A este número haveria que adicionar cerca de 60 000 alunos, correspondentes ao ensino ministrado nas missões e nas escolas das unidades militares.

Atendendo a que foi estimado em 1 038 038 o número de indivíduos dos 6 aos 12 anos existentes em 1973, a taxa de escolarização correspondente será de 44,5 por cento;

b) Formação de mais 4800 professores. As estimativas feitas, admitindo a proporção de 1 professor para 40 alunos e a taxa de escolarização de 37 por cento, indicam que se torna necessário o total de 10 200 professores. Dado que já existem 5400 professores, tornar-se-iam assim necessários mais 4800.

Só há, porém, possibilidades de serem formados 3000 professores, sendo 2400 provenientes das três escolas do magistério existentes e de mais três cuja construção é proposta e 600 provenientes de escolas de professores de posto. O *deficit* existente será preenchido pelos monitores escolares, cuja formação se preconiza em ritmo acelerado;

c) Criação de 117 escolas de artes e ofícios, o que permitirá a absorção de, aproximadamente, 9400 indivíduos.

A preparação do pessoal docente conseguir-se-ia mediante a criação, junto de cada escola industrial, de cursos especiais de mestrança com a duração de um a dois anos, de modo a poderem preencher-se os lugares de mestre de ofício.

2.2. No que se refere ao ensino liceal

O objectivo a atingir consiste em facultar o ingresso, no ensino oficial, do maior número possível de indivíduos. Sendo assim, julga-se indispensável a construção de liceus com capacidade para, pelo menos, 7000 alunos.

Além disso, haverá que melhorar as condições de trabalho, visto que o elemento docente em serviço na província não satisfaz quantitativamente às exigências do ensino, pelo que se impõe a ampliação dos quadros e a melhoria da preparação pedagógica dos professores e de remuneração.

2.3. Quanto ao ensino técnico

A carência de trabalhadores qualificados impõe que o programa a estabelecer tenha em vista dois objectivos fundamentais:

a) Expansão do ensino técnico tradicional, especialmente do elementar e secundário agrícola;
b) Instituição nas escolas técnicas de cursos de formação profissional acelerada.

Intimamente ligado com o incremento que se pensa venha a sofrer o sector da pesca durante o III Plano de Fomento, é proposta a construção de uma escola de pesca em Moçâmedes, destinada à preparação de indivíduos qualificados.

Pensa-se que o número de alunos do ensino técnico possa atingir, atendendo ao ritmo actual e às novas escolas a construir, os 24 000 indivíduos em 1973.

Estes, juntamente com os 26 000 do ensino liceal, dar-nos-ão uma frequência, no ensino secundário, de cerca de 50 000 alunos em 1973.

Como realizações complementares no sector do ensino, importa considerar-se a necessidade de estabelecer lares para estudantes que, por motivo do prosseguimento dos seus estudos, se têm de separar do lar familiar, e de auxiliar os que carecem de ajuda económica, além do interesse de criar clubes de juventude, de molde a proporcionar ao jovem um ambiente são, onde possa recrear-se através de actividades culturais e gimnodesportivas.

2.4. Relativamente ao ensino superior

Como objectivos, preconizam-se os seguintes:

a) A instalação dos Estudos Gerais em edifícios especialmente concebidos para as funções que lhes são assinaladas;
b) Esforço no sentido de alcançar os efectivos do pessoal docente dos Estudos Gerais.

3. Medidas de política

398. A fim de garantir a viabilidade dos objectivos propostos, há que atender à necessidade da adopção de diversas providências de carácter legislativo, nomeadamente:

Regulamentação e planificação dos cursos de formação profissional acelerada a criar;
Regulamentação do ensino a ministrar na escola de pesca.

4. Investimentos

399. Em face dos objectivos que atrás ficaram definidos, torna-se necessário que seja dada realização aos empreendimentos a seguir enunciados.

a) Ensino primário

400. Para as construções escolares necessárias prevêem-se os seguintes tipos de edifícios:

Edifícios para escolas primárias com quatro salas de aula;
Edifícios para escolas de ambiência rural com uma sala de aula e residência para professor;
Edifícios para escolas do magistério com doze salas;
Edifícios para escolas de habilitação de professores de posto com oito salas de aula, dormitório, refeitório, granja, igreja e residências para professores;
Edifícios para escolas de artes e ofícios com oito salas, dormitório, refeitório, granja, igreja e residências para professores.

Postos escolares

Prevê-se a construção de postos escolares em diferentes distritos.

Escolas do magistério primário

E necessária a construção de edifícios para escolas do magistério, mas deve salientar-se que três deles se destinam a alojar alunos de outras tantas escolas que actualmente funcionam nas sedes das associações de classe em Luanda, Silva Porto e Sá da Bandeira.

Escolas de habilitação de professores de posto

Prevê-se a construção de escolas deste tipo em diversas partes da província.

Escolas de artes e ofícios

Prevê-se a construção de escolas deste tipo distribuídas pelos diferentes distritos.

b) Ensino liceal

401. O programa previsto inclui a construção e apetrechamento de liceus distribuídos pelas cidades de Carmona, Luanda, Luso, Silva Porto, Salazar, Novo Redondo e Cabinda.

c) Ensino técnico

Secundário industrial e comercial

402. Está prevista a construção de escolas industriais e comerciais, uma escola técnica elementar e uma escola industrial.

Secundário agrícola

Prevê-se a construção e apetrechamento das seguintes escolas:

Uma escola prática de agricultura;
Três escolas elementares de agricultura.

Escolas de pesca

Prevê-se a construção de uma escola de pesca em Moçâmedes.

Médio industrial, comercial e agrícola

Neste grau de ensino prevê-se a construção e respectivo apetrechamento de:

Um instituto industrial;
Um instituto comercial;
Uma escola de regentes agrícolas.

d) Ensino superior

403. Os Estudos Gerais devem ser instalados em edifícios funcionais especialmente concebidos.

Considerando-se que as instalações representam uma primeira prioridade, foi-lhe consignada a maior percentagem da verba destinada a este grau de ensino e prevista, na distribuição anual, concentração de verbas nos dois primeiros anos do Plano.

Para as instalações e apetrechamento dos cursos de Ciências Pedagógicas, de professor adjunto do 8.º e 11.º grupos do ensino técnico profissional, Médico-Cirúrgico, de Engenharia, de Agronomia e Silvicultura e de Medicina Veterinária, é de considerar a necessária dotação.

e) Problemas da juventude

404. Prevê-se a construção de lares e pousadas para estudantes e a criação de clubes de juventude de estabelecimentos de ensino secundário.

2. Investigação ligada ao ensino

Estudos Gerais Universitários

405. Tradicionalmente ligadas, investigação científica e ensino superior constituem duas actividades interdependentes e, num sentido, indissociáveis. Se é possível admitir, sobretudo nos domínios da aplicação e da tecnologia, instituições dedicadas exclusivamente à investigação científica sem quaisquer funções docentes (embora quase sempre articuladas mais ou menos directamente com o ensino), parece inconcebível uma Universidade estática e passiva, limitada a ensinar tardiamente aquilo que os outros descobriram.

Os Estudos Gerais Universitários, parte própria da Universidade portuguesa, não podiam alhear-se deste princípio fundamental. Assim o entendeu o legislador, que no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 44 530 e no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 45 180 prevê a integração dos organismos de investigação científica com sede nas respectivas províncias; assim o entenderam o Senado Universitário e os Governos Central e provincial, ao aproximar diversos cursos das instituições responsáveis pela investigação nos domínios correspondentes.

406. Os Estudos Gerais Universitários cobrem todos os tipos de investigação, mas é sobretudo no sentido da pesquisa fundamental que se exercerá a sua actividade.

No entanto, os Estudos Gerais Universitários encontram-se ainda na fase de organização. Não é, pois, realista pretender estruturar desde já um pormenorizado plano de investigações, mesmo para o prazo relativamente próximo abrangido pelo III Plano de Fomento.

Julgou-se antes mais razoável procurar obter as condições mínimas de trabalho e realizar progressivamente os projectos que se revelarem praticáveis com os meios próprios disponíveis e os recursos de outros organismos de investigação.

407. No que diz respeito a instalações e apetrechamento técnico na generalidade, o previsto para o ensino será utilizável pelos investigadores, sem excluir a hipótese de que, em alguns casos, possa ser necessário recorrer a meios autónomos para a investigação.

408. Cabe ao corpo docente a realização das funções normais de pesquisa. No entanto, em muitas situações tornar-se-á indispensável contratar além dos quadros, subsidiar e, inclusive, proceder à preparação do pessoal exigido por determinadas tarefas especializadas.

Assim, foram consideradas numa única rubrica, intitulada «Apoio à investigação», essas situações particulares em matéria de instalações, apetrechamento e, sobretudo, preparação e manutenção de pessoal especializado.

3. Investigação não ligada ao ensino

1. Evolução recente e problemas actuais

a) Cartografia geral, especial e carta geológica

409. As tarefas cometidas aos Serviços Geológicos e Cadastrais de Angola durante o II Plano de Fomento e o Plano Intercalar de Fomento consistiram essencialmente na construção da carta da província, à escala de 1:100 000, a oeste do meridiano 18° (E. G.). A parte leste do mesmo meridiano foi adjudicada a duas empresas particulares, sob a supervisão da Junta de Investigações do Ultramar.

No fim da campanha em curso todas as folhas a leste do meridiano 15° (E. G.) e a norte do paralelo 9° S. terão os trabalhos completamente realizados.

No início do III Plano de Fomento poderá dispor-se do apoio fotogramétrico para a elaboração de, pelo menos, metade das folhas a oeste do meridiano 15° (E. G.) e norte do paralelo 8° S.

Tendo como base as folhas do Leste de Angola, à escala de 1:100 000, foram construídas todas as folhas possíveis à escala de 1:250 000. Por redução fotográfica desta, obtiveram-se folhas à escala de 1:500 000. Também se fez uma provisória da carta da província à escala de 1:1 000 000, 1:2 000 000 e outras escalas menores.

Presentemente, está executada a carta geológica de 192 000 km² (cerca de 15,3 por cento do território), estando em estudo a possibilidade de colaboração na execução de trabalhos futuros por conta de empresas privadas.

Nos últimos três anos, os trabalhos executados envolveram a utilização sistemática de métodos específicos de prospecção (geológicos, geoquímicos e geofísicos).

b) Hidrologia, hidrometria, hidrografia e navegação fluvial

410. A actividade do sector hidrológico tem visado o alargamento e adensamento da rede de observações, bem como a melhoria do nível técnico dos observadores. Foram feitas observações hidrométricas e meteorológicas e incrementada a ocupação hidrográfica de diversos rios.

No rio Cuito-Cuanavale identificaram-se cerca de 1000 km com possibilidades de utilização. O Cuito é va-

lioso como estrada natural, uma vez que é a única via de comunicação ao longo de todo o seu vale. Após a execução de diversas obras, tiveram início carreiras experimentais.

Na escala 1:20 000 foi apresentado o reconhecimento do rio Cuito desde Cuito-Cuanavale à foz do Hanha, numa extensão de 850 km.

No rio Cubango efectuou-se a limpeza e regularização do leito e outras obras necessárias à manutenção das carreiras existentes.

Também se fez o reconhecimento hidrográfico do rio Longa, num percurso de 200 km, navegável desde Calando até Cuito-Cuanavale, pràticamente durante todo o ano.

No Cunene foi realizado o reconhecimento de 300 km, entre Folgares e o Calueque. Fez-se a ocupação hidrográfica deste rio, mediante a instalação de postos limnigráficos e limnimétricos e estações de medição de caudais, o mesmo se verificando no Cuando, Cubango e Cuangar.

De igual modo foram efectuados reconhecimentos nas bacias do Colui e Cuvelais.

d) Investigação aplicada à agricultura

Carta dos solos

411. Com base na observação de perfis típicos, sondagens e descrição de itinerários, e recorrendo a processos de generalização apoiados nas inter-relações solo-litologia-clima-vegetação, continuou a Missão de Pedologia de Angola e Moçambique os seus trabalhos com vista à total cobertura pedológica do território.

Instituto de Investigação Agronómica

412. O Instituto de Investigação Agronómica iniciou as actividades em Janeiro de 1962, tendo sido necessário seleccionar os projectos de trabalhos que passaram a constituir as suas linhas fundamentais de actuação.

Além de diversos estudos referentes a várias culturas especializadas, estudos florestais, agro-pecuários, de genética e melhoramento, de zoologia apícola, fitopatologia, botânica, etc., há que salientar a comparticipação do Instituto em jornadas silvo-agronómicas e reuniões internacionais.

Sendo de longo prazo a maioria dos projectos em estudo e dada a necessidade imediata da conclusão de alguns trabalhos, seria de toda a conveniência que o Instituto de Investigação Agronómica de Angola pudesse contar com os meios materiais e humanos para conseguir ultimar determinados estudos no mais curto prazo de tempo.

413. O Instituto de Investigação Veterinária de Angola tem produzido trabalho de validade indiscutível, cujos reflexos se patenteiam, em alguns casos de forma exuberante, no fomento da actividade agro-pecuária da província.

É igualmente notória a transformação que se vem verificando no campo da saúde pública veterinária e no da tecnologia dos produtos e subprodutos de origem animal.

e) Estudos de biologia piscatória e pesca experimental

414. O Centro de Estudos Tecnológicos e de Análises do Instituto das Indústrias de Pesca de Angola foi inaugurado em Maio de 1966, com o equipamento requerido e com o pessoal necessário. Foram-lhe fixadas como tarefas principais o aproveitamento do peixe de anhara, a secagem artificial de peixe e o acompanhamento da investigação mundial no que respeita à farinha de peixe para o consumo humano.

Deverá também procurar resolver os problemas específicos da indústria, dando-lhes o apoio técnico necessário.

Instalado em edifício provisòriamente adaptado às necessidades imediatas, foi para ele transferido o pessoal que vinha prestando serviço no Laboratório Regional de Luanda, da Direcção dos Serviços de Veterinária, e que tinha a seu cargo as análises de rotina dos produtos.

No que respeita a Benguela e Moçâmedes, procurar-se-á no ano corrente dotar os respectivos laboratórios regionais com o equipamento indispensável e recrutar as unidades técnicas necessárias.

415. Pela Portaria n.º 21 916, de 16 de Março de 1966, foram criados o Centro de Biologia Aquática Tropical e o Centro de Bioceanologia e de Pescas do Ultramar — que coordena a acção da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Angola —, os quais substituem, respectivamente, a Missão de Biologia Marítima e o Centro de Biologia Piscatória. Este Centro, que começou a ser dotado com verbas do II Plano de Fomento em 1960, desenvolveu a sua acção no campo da investigação fundamental e aplicada, salientando-se, pela sua importância: o estudo intensivo do método de alagem mecânica de redes de cerco; a prospecção de algas marinhas e estudo do plâncton da costa de Angola; ensaios de pesca com auxílio de luzes artificiais; prospecção e estudo de métodos de pesca do camarão ao longo da costa de Angola, da

lagosta na Baía Farta e da pesca do atum com redes de cerco.

A execução destes estudos é fundamental como ponto de partida de tão necessário fomento da actividade pesqueira da província.

Durante o período de execução do Plano Intercalar foi adquirido o navio bioidrográfico *Goa*, que se destina a apoiar a investigação a levar a cabo pela Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Angola.

f) Laboratório de Engenharia de Angola

416. A existência do Laboratório de Engenharia de Angola vem tornando possível a diversos organismos responder, com maior eficiência, às solicitações que lhe são feitas, por lhes fornecer os necessários meios científicos de trabalho.

A actuação do Laboratório de Engenharia de Angola tem sido fundamentalmente orientada no âmbito da engenharia civil, dado o enorme incremento do ritmo de construção.

Salienta-se ainda a acção levada a efeito nos campos do conhecimento científico do território (estudo das condições de fundação das principais cidades de Angola, das possibilidades dos solos principais, estudos de habitabilidade, etc.), da investigação científica (estudo do comportamento físico-químico dos solos argilosos total e parcialmente saturados), da indústria transformadora (de materiais de construção), dos transportes rodoviários, caminhos de ferro, pontes e aeródromos (execução de estudos de base, ensaios de materiais e assistência técnica) e da habitação, onde a colaboração vai do projecto à execução directa (no programa de reordenamento urbano).

O Laboratório de Engenharia de Angola disporá em breve de terreno para as suas instalações, de nove pavilhões, logradouros, postos de transformação e câmaras de saturação. No capítulo de apetrechamento, existe equipamento para ensaios e análises de fundações, estradas e materiais de construção, estruturas, química e geologia.

No campo da investigação, no âmbito da engenharia civil, em Angola a orientação julgada mais conveniente é a de estudar os problemas específicos da província e aplicar os conhecimentos científicos gerais, se se pretender competir na investigação com os grandes centros científicos.

g) Instituto de Investigação Científica

417. Data de 1957 a sua instalação na província. É organismo polivalente, distribuindo as suas actividades no campo das ciências biológicas, geográfico-geológicas e humanas.

Foram nele integrados os Museus de Angola e da Huíla, o Arquivo Histórico e a Biblioteca.

Com excepção do edifício de ciências naturais do Museu de Angola, aliás já insuficiente, o Instituto não possui instalações apropriadas às suas necessidades.

O Instituto de Investigação Científica de Angola atingiu já uma projecção relevante, de que são indicadores o volume do seu intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras e os trabalhos já publicados.

h) Instituto de Investigação Médica

418. O Instituto de Investigação Médica de Angola não pôde até agora ainda dispor dos elementos de trabalho necessários à ampla acção que se pretendia, pelo que a sua acção não atinge o desenvolvimento desejável.

i) Estudos de base

419. Nesta rubrica inserem-se, além das operações estatísticas de base e dos investimentos necessários ao equipamento dos serviços de estatística, a realização de estudos económicos com vista à obtenção de elementos essenciais ao planeamento (designadamente o apoio à Missão de Estudos do Rendimento Nacional do Ultramar) e outros no âmbito da Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica de Angola.

Continua a verificar-se a situação menos satisfatória no que se refere à documentação estatística, de modo a permitir alicerçar devidamente os estudos técnico-económicos necessários.

A recente integração dos serviços de estatística da província no Serviço Nacional de Estatística contribuirá para resolver estas dificuldades e deficiências.

j) Documentação

420. Existem centros de documentação e informação científicas e técnicas junto dos Institutos de Investigação Agronómica, Científica, Médica e Veterinária e do Laboratório de Engenharia de Angola, sendo indispensável coordená-los entre si e com os organismos homólogos de outros territórios nacionais.

2. Objectivos

a) Cartografia geral, especial e carta geológica

421. Como objectivos para o III Plano enunciaram-se neste aspecto: a conclusão das cartas da província à escala de 1:100 000 e à escala de 1:250 000, com excepção da parte sul do paralelo 12° S. e a leste do meridiano 18° (E. G.), e a construção de cartas parciais de interesse cadastral das áreas da província mais densamente povoadas.

Na vigência do III Plano, procurar-se-á atingir a recolha dos elementos geológicos relativos à prospecção para, pelo menos, 50 por cento do território da província.

b) Estudo sobre hidrologia, hidrometria, hidrografia e navegação fluvial

422. Há que proceder à conclusão da ocupação hidrológica da província e à intensificação e aumento da densidade de ocupação já existente.

c) Investigação aplicável à agricultura

423. Com vista a uma selecção das áreas ou regiões que mereçam estudos mais pormenorizados, deverão prosseguir os trabalhos no sentido de completar a cobertura pedológica total do território — o que se espera atingir ainda no decurso do III Plano de Fomento —, e a revisão de folhas já publicadas, de forma a conseguir-se a necessária uniformidade de critérios.

d) Instituto de Investigação Agronómica de Angola

424. Criado em 1961, o Instituto iniciou as suas actividades em 1962, segundo um esquema estabelecido de acordo com critérios de prioridade definidos, em função das necessidades mais instantes da agricultura de Angola.

Nesta orientação, as actividades do Instituto desenvolveram-se, com relevância especial, nos âmbitos seguintes:

1) Solos

Cartografia dos solos, estudos da fertilidade, estudos do fósforo, matéria orgânica, azoto e enxofre do solo;

Determinação das disponibilidades hídricas;

Escolha de núcleos de solos com interesse para o povoamento agrário;
Análise bromatológica de forragens.

2) Agronomia

Experimentação na fazenda da Cela;
Estudos de introdução e adaptação de espécies florestais;
Estudos apícolas;
Estudos de forragens e de alimentação de gado bovino;
Melhoramento genético e cultural do cafeeiro;
Ensaios de variedades fruteiras (laranjeiras, bananeiras, etc.).

3) Biologia agrícola

Estudo da fertilidade dos solos;
Cartografia da vegetação;
Melhoramentos do trigo, do milho e da palmeira-do-azeite;
Inventariação das doenças e pragas das principais culturas.

Há, além disso, que salientar a comparticipação em jornadas silvo-agrícolas e em reuniões internacionais.

e) Instituto de Investigação Veterinária

425. O trabalho a realizar por cada um dos departamentos deste Instituto deverá ser orientado fundamentalmente pelos seguintes objectivos:

No campo da patologia, prioridade à produção de imunígeos e de alérgenos e à realização de análises com fins de diagnóstico;

Procurar-se-á pôr a funcionar os laboratórios regionais em regime de pleno trabalho, em íntima ligação com os departamentos centrais de patologia e tecnologia;

Procurar-se-á ainda melhorar as condições de prospecção das diferentes entidades mórbidas grassantes na província, de forma a permitir o estabelecimento da carta nosológica de Angola;

No que respeita à tecnologia, instalar um serviço laboratorial eficaz, com capacidade para apoiar as necessidades crescentes da tecnologia dos produtos de origem animal, e conseguir a sua padronização;

Quanto à zootecnia, intensificar os estudos sobre nutrição animal, dando prioridade à continuação dos trabalhos já em curso nos diferentes estabelecimentos zootécnicos;

Quanto ao sector da fauna selvagem, iniciar prospecções da patologia comparada, em particular, de raiva, febre aftosa catarral maligna, peste suína africana e doenças parasitárias.

f) Estudo de biologia piscatória e pesca experimental

426. Os objectivos da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pesca de Angola podem sintetizar-se, com vista à orientação das expedições de captura, estabelecendo locais e épocas próprias, nos seguintes:

Definição das características e dimensões dos mananciais que constituem as populações existentes;
Determinação do limite de capturas que corresponda à maximização da rentabilidade;
Informação sobre a época de arribação, localização das melhores concentrações de peixe, rumo que seguem, profundidade a que se encontram e volume provável das capturas;
Demarcação de novas áreas de pesca, extensão das actuais e introdução de novos tipos de pesca ainda não explorados;
Melhoramento de eficiência das artes, engenhos e barcos utilizados localmente.

g) Laboratório de Engenharia de Angola

427. Os objectivos em vista podem resumir-se do seguinte modo:

Apoio laboratorial às obras de engenharia civil;
Investigação, nomeadamente na geotecnia de estradas e pavimentos, em edifícios e habitações, em obras de retenção de águas.

h) Instituto de Investigação Científica

428. No domínio do III Plano, visa-se a dotação deste Instituto com vista a instalações que permitam o funcionamento em condições adequadas aos seus serviços e a ampliação das suas actividades de investigação.

i) Instituto de Investigação Médica

429. A linha de rumo fundamental do Instituto deverá ser a de contribuir para o esclarecimento dos problemas médico-sanitários mais prementes, tendo em vista dar

sólida base científica à acção de combate a realizar pela Direcção Provincial dos Serviços de Saúde e Assistência e seus órgãos especializados.

3. Investimentos

a) Cartografia geral, especial e carta geológica

430. Os investimentos incluídos no Plano são os seguintes:

1) Execução das operações de apoio geodésico, topográfico e fotogramétrico e respectivo cálculo. Esta rubrica inclui aquisição de materiais de laboratório e consumo corrente, reparações, subsídios, etc.

2) Equipamento e apetrechamento das brigadas de campo e voo. Esta rubrica inclui a aquisição de um novo avião e respectivo equipamento, sobresselentes, material técnico e de acampamento (telurómetros, equipamento de poligonação, material de sinalização, torres *bilby*, hélios, etc.) e viaturas.

3) Instalações de gabinete e arquivos fotográficos e de restituição. Entre outro material, será incluído um estereocomparador para triangulação planimétrica em *Ecomat II* e perfurador de cartões, um *Coordimat* para prospecção automática de pontos com servomotores, um *Ecomat II*, contador e registador automático de coordenadas, um *Planimat D-1*, restituidor de precisão de 2.ª ordem, um *Planimat D-LLL* e um profilómetro com comando automático para perfis. Inclui ainda a construção de edifícios para instalação das oficinas, depósitos de material de consumo, técnico, fotográfico e cartográfico.

4) Equipamento para desenho, montagem e impressão de folhas. Esta rubrica inclui a aquisição de um restituidor plano para fotografia aérea com foco automático e motor de rotação, uma prensa para impressão por contacto de fotografia aérea e um furador para acerto de películas.

431. Para a realização da carta geológica está previsto o seguinte programa:

Aquisição de aparelhagem de análise físico-química e fotográfica, de amostras geológicas e geoquímicas, de material de acampamento, viaturas, diverso material de campanha e gabinete;

Recrutamento de, pelo menos, dois especialistas de grande experiência;

Preparação intensiva de alguns técnicos dos S. G. M., mediante cursos ou estágios de aperfeiçoamento em organismos especializados;

Recrutamento de 20 técnicos de formação universitária;

Recrutamento e preparação de 50 auxiliares técnicos e de 25 auxiliares de gabinete;

Recrutamento de motoristas e pessoal jornaleiro.

b) Estudos sobre hidrologia, hidrografia e navegação fluvial

432. Não é possível concretizar desde já os investimentos a realizar no período de 1968–1973. Por isso se pode indicar apenas uma estimativa de custos.

c) Investigação aplicável à agricultura

Carta geral dos solos

433. Conforme decorre dos objectivos já expressos, a verba a incluir na rubrica «Carta geral dos solos» é destinada a:

Intensificação dos trabalhos a cargo da Missão de Pedologia de Angola e Moçambique, visando a realização da carta dos solos e a revisão das folhas já publicadas;

Estudos de base a cargo do Centro de Estudos de Pedologia Tropical para apoio aos trabalhos de cartografia geral dos solos, incluindo colaboração nos trabalhos de campo e de laboratório.

Instituto de Investigação Agronómica

434. É o seguinte o programa de empreendimentos para este Instituto no que se refere a instalações:

No grupo «Fertilidade e zonagem», pretende-se proceder à construção de uma bateria de lesímetros, de baterias triplas de evapotranspirómetros, à ampliação do departamento de solos e química e à instalação de parques de meteorologia agrícola.

Está prevista a construção de laboratórios e estufas para o futuro departamento de sanidade vegetal.

No grupo «Melhoramentos», está considerada a construção de um armazém no Centro de Estudos da Chianga e de instalações, em Salazar e Novo Redondo, para os estudos de melhoramentos da palmeira dendém, e, em Oeiras, junto do Centro de Estudos das Ferrugens do Cafeeiro, para o estudo da resistência do cafeeiro ao fungo *Colletotrinchum coffeanum*.

No grupo «Estudos agronómicos e agro-pecuários», proceder-se-á ao estabelecimento de fazendas experimentais

nos distritos de Huambo, Malanje, Huíla e Cuando Cubango, à criação de centros de estudos na zona do Cavaco e entre Cafu e Roçadas e a instalações destinadas a um laboratório de tecnologia da madeira.

Quanto ao apetrechamento no grupo «Fertilidade e zonagem», há que adquirir equipamento científico de base destinado às divisões de química e física dos solos, de fitoquímica, de fisiologia vegetal, de climatologia e de botânica e ecologia.

No grupo «Sanidade vegetal», há que proceder à aquisição de equipamento científico para as divisões de zoologia agrícola e de fitopatologia.

No grupo «Melhoramentos», há que adquirir equipamento científico destinado à divisão de genética e melhoramento.

No grupo «Estudos agronómicos e agro-pecuários», há que proceder à aquisição de material vivo para a divisão de estudos agro-pecuários e à aquisição de equipamento destinado às fazendas experimentais e aos novos e actuais centros de estudos.

No grupo «Estudos florestais, apícolas e piscícolas», haverá que adquirir equipamento científico para o laboratório de tecnologia de madeiras.

Haverá também que adquirir equipamento para a divisão de biometria.

Instituto de Investigação Veterinária

435. O Instituto de Investigação Veterinária de Angola dispõe de instalações de base aptas para conter a maioria dos sectores que tem em funcionamento. No entanto, alguns dos seus departamentos precisam de ser transformados e reinstalados isoladamente. Assim, haverá que proceder à construção de um pavilhão de zootecnia, de um pavilhão de tecnologia animal, de uma enfermaria e isolamentos, de um pavilhão de anatomia patológica, necropsias e forno crematório, de um pavilhão para a produção da vacina antivariólica humana, de um pavilhão para estudo e combate às doenças produzidas por carraças, de uma instalação para uma central de liofilização, asfaltagem de arruamentos para evitar levantamentos de poeiras, construção de dependências para os laboratórios regionais de Luanda, Benguela e Moçâmedes, adaptação do aviário de Malanje a um centro de estudos dos problemas zootécnicos, transformação do posto de Cavaco num centro de estudos de apoio às regiões de Benguela, Lobito e Catumbela, e pequenas transformações e melhoramentos nas instalações das Estações Zootécnicas Central e do

Sul e nos postos zootécnicos de Quilengues, Cunene, Lungo e Caracul.

A maior parte da aparelhagem de laboratório dos departamentos centrais, em virtude dos muitos anos de uso intensivo, precisa de ser substituída por outra mais moderna que permita executar, de forma mais perfeita e com melhor rendimento, os diferentes trabalhos de investigação e de rotina.

Os laboratórios regionais ou estão insuficientemente dotados de material para cobrir a gama de solicitações nos vários ramos da sua esfera de acção ou, nalguns casos, nunca foram apetrechados, por falta de técnicos especializados para o seu funcionamento.

Há, pois, que contar com o apetrechamento dos serviços que se pretende criar e dos que se necessita ampliar.

Há também que dotar o Instituto com um laboratório móvel, com autonomia funcional de, pelo menos, uma semana, e com quatro laboratórios móveis ligeiros, com menos exigências técnicas de apetrechamento, para apoiar trabalhos de rotina de prospecção e de ensaios terapêuticos, feitos a partir dos laboratórios centrais e regionais.

Há ainda que dotar cada um dos centros de estudos com, pelo menos, meios de transporte ligeiro e pesado.

Há, finalmente, que substituir maquinaria agrícola há muitos anos em uso nos estabelecimentos zootécnicos.

Estreitamente ligado ao apoio à investigação está o problema de pessoal. Na verdade, a carência de pessoal qualificado é uma das mais sérias preocupações, não só do Instituto de Investigação Veterinária de Angola, como de todos os outros organismos de investigação. Tais dificuldades poderão ser resolvidas através de:

Recurso a elementos qualificados, nacionais e estrangeiros, convidando-os por espaços de tempo variáveis e remunerando-os condignamente, em troca da elaboração de relatórios ou realização de cursos e conferências de interesse primordial;

Promoção de estágios dos técnicos superiores nos centros de estudos nacionais e estrangeiros, com duração de 2 a 12 meses, para especialização nos assuntos de maior importância e urgência;

Concessão de bolsas de estudo ao pessoal técnico auxiliar mais qualificado e que dê garantias de bom aproveitamento futuro na instituição;

Promoção de colaboração entre os técnicos do Instituto e os da carreira académica universitária na resolução dos problemas que carecem de esclarecimento, considerando estes últimos como colaboradores remunerados;

Abertura de acesso franco aos laboratórios do Instituto de Investigação Veterinária de Angola, aos alunos dos anos mais adiantados do ensino da Medicina Veterinária, de forma a despertar-lhes o interesse pela investigação;

Criação de prémios escolares para alunos do curso superior veterinário e remuneração dos trabalhos com real interesse produzidos na Universidade, sobre o avanço da ciência veterinária, em especial, no âmbito das actividades do Instituto;

Organização de cursos pós-universitários e seminários de especialização, cuidadosamente planificados e tendentes a despertar vocações que possam ser aproveitadas futuramente pelo Instituto.

d) Estudos de biologia piscatória e pesca experimental

Instituto das Indústrias da Pesca

436. No seguimento do programa iniciado no decurso do II Plano de Fomento, deverá terminar, durante a vigência do III Plano, o apetrechamento do sector no que respeita ao equipamento para apoio tecnológico do pescado.

Assim, tendo sido inaugurado o centro de estudos tecnológicos e de análises com o equipamento indispensável, logo ficou definida a necessidade de, em devido tempo, se instalarem os serviços em edifício próprio. Haverá também que considerar o apetrechamento do laboratório regional de Luanda.

Da mesma maneira, tendo já sido adquirido parte do material necessário aos laboratórios regionais de Benguela e Moçâmedes, haverá que providenciar no sentido de se arranjar instalação adequada em Benguela, já que em Moçâmedes se poderá adaptar uma parte dos armazéns aí construídos para o efeito.

Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pesca de Angola e Centro de Biologia Aquática Tropical

437. Os programas a empreender pela Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pesca de Angola durante o sexénio de 1968–1973 são os seguintes:

Programas de dinâmica das populações (P. D. P.), que visam o estudo das variações dos parâmetros biométricos das populações exploradas, através da análise bioestatística das capturas, a definição das características e dimensões dos mananciais que constituem as populações existentes e a determina-

ção do limite de capturas que corresponde à maximização de rentabilidade;

Programa de pesca exploratória e experimental (P. P. E. E.), que visa a demarcação de novas áreas de pesca e extensão das actuais;

Programa de bioceanologia de pescas (P. B. P.), que visa a determinação das variações oceanográficas que permitam a previsão das deslocações das frentes térmicas, da formação de domos, de localização de zonas de maior produtividade primária do meio marinho, das épocas e áreas de reprodução, bem como definição dos factores que condicionam a distribuição e concentração dos cardumes e rotas de imigração;

Programa de táctica de pesca (P. T. P.), que tem por objectivo a informação, à indústria respectiva, sobre a época de arribação, localização das melhores concentrações de peixe, rumo que segue, profundidade e provável volume das capturas;

Programa de tecnologia de artes e barcos de pesca (P. T. A. B. P.), que tem em vista melhorar a eficiência das artes, engenhos e barcos utilizados;

Programas de culturas em áreas protegidas (P. C. A. P.), que visa a propagação de moluscos, crustáceos e peixe em zonas interiores e baías abrigadas.

e) Laboratório de Engenharia de Angola

438. No capítulo «Instalações», há que adquirir uma área de 1,5 ha para ampliação das instalações actuais e construir um pavilhão geral de ensaios mecânicos.

No capítulo «Apetrechamento», há que proceder à substituição de aparelhagem de análise térmica diferencial, ao reforço da aparelhagem de ensaios toraxiais, à aquisição de sondas, etc. Dentro da aparelhagem de grande custo salienta-se: prensa de 500 t para ensaios de elementos de construção, prensa de ensaios dinâmicos, espectrografia de raios X e espectrógrafo da absorção atómica. Haverá ainda que proceder à aquisição de medidores-registadores de tensões e de deformações de pavimentos, medidor-registador de ondulação de pavimentos, aparelhagem física dos solos, etc. Por último, resta considerar a aquisição de viaturas e material de campanhas, sem os quais não se conseguirá manter em funcionamento as brigadas de campo.

Na rubrica «Apoio à investigação», incluem-se estágios, visitas de estudo e doutoramentos de pessoal, vencimentos de pessoal colaborador e eventual, subsídios ou prémios a investigadores e despesas com trabalhos de investigação.

f) Instituto de Investigação Científica

439. Durante o período de execução do III Plano de Fomento pensa-se executar as seguintes obras: sede do Instituto, em Luanda, Centro de Estudos de Sá da Bandeira, Museu da Huíla, Arquivo Histórico de Angola, ampliação do Museu de Angola, com a criação das secções de Ciências Naturais e de Ciências Humanas e Biblioteca Nacional, e a aquisição de material necessário ao funcionamento de alguns dos edifícios mencionados.

Para apoio à investigação é necessário considerar os encargos com pessoal, nomeadamente:

Pessoal contratado fora do quadro;
Subsídios a pessoal científico colaborador;
Bolsas de estudo e subsídios de viagem para preparação de pessoal científico e técnico auxiliar;
Colaboração com Universidades na preparação de pessoal.

g) Estudos de base

440. Está prevista durante a vigência do III Plano a realização de operações estatísticas de base e, além disso, proceder aos estudos económicos indispensáveis aos ajustamentos anuais que certamente serão feitos àquele Plano, bem como à sua revisão trienal e ao arranque dos estudos de desenvolvimento regional indispensáveis a uma programação.

Igualmente se prevê o apoio que será necessário dar à Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da província e impõe-se também completar e desenvolver os estudos sobre a contabilidade económica da província, que têm vindo a ser efectuados pela Missão de Estudos do Rendimento Nacional do Ultramar.

No âmbito dos estudos de carácter social, proceder-se-á à realização de inquéritos e estudos, nomeadamente nos sectores do desemprego, subemprego, trabalho especializado, trabalho rural e mercado de trabalho e política de mão-de-obra, do planeamento da instalação de novos povoadores, do ordenamento agrário e da promoção económico-social das populações rurais já instaladas.

h) Documentação

441. As funções de coordenação de documentação científica, técnica e económica exigem instalação de serviços com dimensão adequada, de modo a permitir a eficiência funcional.

Por outro lado, torna-se necessário prever o reforço das verbas destinadas à manutenção dos centros de documentação já existentes.

Educação e investigação

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Educação	*700 000*
Ensino primário	386 700
Ensino liceal	90 000
Ensino técnico	186 000
Ensino superior	21 800
Problemas da juventude	15 500
Investigação ligada ao ensino	*5 000*
Estudos Gerais Universitários	5 000
Investigação não ligada ao ensino	*652 900*
Cartografia geral	229 000
Cartografia geral e especial	90 000
Carta geológica	139 000
Hidrologia	24 000
Investigação ligada à agricultura	104 000
Carta de solos	9 000
Investigação agrícola	51 200
Investigação veterinária	43 800
Estudos de biologia piscatória e pesca experimental	150 000
Instituto das Indústrias de Pesca	18 000
Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pesca de Angola e Centro de Biologia Tropical	132 000
Laboratório de Engenharia de Angola	32 200
Instituto de Investigação Científica	24 000
Instituto de Investigação Médica	12 000
Documentação científica	21 000
Estudos de base	56 700
Total	**1 357 900**

XI) Habitação e urbanização

1. Evolução recente e problemas actuais

442. O problema da habitação na província assume aspectos particulares, conforme o sector de incidência é rural, suburbano e urbano.

443. A zona circular que envolve as principais vilas e cidades de Angola, com seus bairros de habitações provisórias, constitui problema dos mais sérios e delicados,

que merece tratamento próprio, distinto do do urbano, porquanto se trata de populações que, não vivendo já em economia monetária pura, para ela caminham. Os seus elementos são fundamentalmente trabalhadores não especializados e semiespecializados, ainda ligados, em muitos aspectos, à vida tradicional, mas dependentes econòmicamente do salário.

O programa de desenvolvimento destas zonas suburbanas deverá ser global, no sentido de proporcionar a formação profissional, a colocação acessível, o aproveitamento dos recursos locais através do fomento do artesanato e da pequena indústria, dos ofícios, da agricultura e da pecuária intensiva, etc. O elemento enraizador deste programa deve ser justamente a casa construída em moldes definitivos.

Os métodos a adoptar no sector da habitação são, em vasta medida, os indicados para as zonas rurais, uns e outros fazendo largo apelo às técnicas do desenvolvimento comunitário. Contudo, a forma de actuação terá de ser, nos dois casos, diferente, porquanto se trata de tipos populacionais com diversa caracterização. Terá de recorrer-se mais fortemente ao crédito, à organização de equipas de mão-de-obra especializada (que poderão constituir núcleos de aperfeiçoamento profissional), a maior ajuda técnica, etc.

444. O empolamento nos centros urbanos das actividades económicas e administrativas exerce uma grande atracção nas populações rurais em crise, as quais aspiram o acesso a nível de vida superior. Daí surge a proliferação dos bairros suburbanos, em Angola conhecidos por «musseques».

O crescimento dos aglomerados urbanos, resultante do desenvolvimento económico, tem assim impulsionado a expansão das necessidades em matéria de habitação.

Se a iniciativa privada tem respondido a estas necessidades na medida em que pode dispor de terrenos e urbanização assegurada e em que as expectativas de rendimento são suficientemente atractivas para o capital, em Angola, como em quase todo o mundo, o ritmo de construção, apesar do elevado ritmo de expansão nos investimentos imobiliários, não tem sido, porém, suficiente em relação às necessidades habitacionais, registando-se tendência para considerar apenas o sector da população capaz de pagar rendas altas.

Para mais, a acção das cooperativas de habitação em Angola tem visado e atingido, fundamentalmente, as classes médias, sem reflexos sensíveis, portanto, sobre a situação habitacional das classes econòmicamente débeis.

445. Relativamente à intervenção pública na resolução do problema, as possibilidades são escassas, quer por falta de terrenos, como acontece em Luanda, quer por limitações de carácter financeiro.

2. Objectivos

446. Em resumo, o problema da habitação, nas várias zonas, consubstancia-se nos seguintes objectivos a alcançar:

a) Nas zonas rurais, melhorar a habitação tradicional, dando-se prioridade às áreas em que for possível desenvolver uma acção de desenvolvimento comunitário tipo adaptado;

b) Nas zonas suburbanas, o programa de actuação deve abranger o conjunto de meios necessários: equipamento para o fabrico de materiais e, para as construções, equipas de trabalho que constituam núcleos de formação e aperfeiçoamento profissional no sector da construção civil;

c) Nas zonas urbanas a existência de escalões sociais em que as comunidades urbanas se estruturam exige que toda a planificação tenha em conta tais escalões e que deva ser basilar a preocupação de os fazer integrar e conviver numa comunidade harmónica.

No delineamento de uma programação, a longo prazo, no sector da urbanização e, portanto, no da habitação, há também a considerar: a evolução demográfica global e as migrações internas de mão-de-obra, que importa prever com a possível exactidão, nos aspectos de volume e de direcção.

447. Entre as entidades que podem ser chamadas a colaborar nesta acção figura o Fundo de Melhoramentos Locais, pelo qual podem ser concedidas comparticipações para diversos empreendimentos, entre os quais a construção de habitações populares. A comparticipação do Fundo de Melhoramentos Locais para a construção de habitações deste tipo poderá atingir o máximo de 75 por cento do valor das obras, exigindo-se o reembolso apenas de 75 por cento da verba comparticipada, no prazo de quinze anos, sem qualquer juro.

O Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social poderá vir a desempenhar também valioso papel na solução do problema habitacional das classes trabalhadoras, possibilitando a ampliação do fomento da habitação económica através de empréstimos reembolsáveis.

Entretanto, o Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social caminha já nesta linha de rumo, concedendo pequenos empréstimos aos interessados (normalmente em materiais) e o apoio técnico e social que se mostre necessário, assim como ajuda para fabrico de materiais que possam ser obtidos directamente pelos interessados nas zonas onde decorre a acção.

O Fundo de Casas para Funcionários também assegura o financiamento da construção de habitações em todo o território da província, ainda que a sua acção se tenha vindo a limitar às áreas onde se põem problemas especiais.

É de assinalar existirem sob a administração da Comissão Administrativa do Fundo de Bairros Populares de Angola cerca de 60 bairros populares, com mais de 5000 habitações. Em Luanda foram construídos dois bairros de realojamento — Prenda e Rangel — com perto de 800 fogos cada um.

448. Não está ainda esclarecido se os grandes imóveis colectivos, construídos para as populações de fracas posses, são preferíveis às construções unifamiliares. Há que atender, entre outros factores, ao custo da construção em altura e aos acabamentos necessários para dar aos prédios colectivos as suficientes condições de isolamento, conforto e higiene.

Isto não significa que, em casos específicos, não exista vantagem nos grandes imóveis habitacionais colectivos, que, contudo, para oferecerem condições de conforto e habitabilidade, terão forçosamente de ser de mais elevado custo.

O núcleo urbano elementar a considerar deverá abranger 50 a 150 famílias, vivendo numa área cujas distâncias lineares não excedam os 800 m, ou seja o escalão denominado «bairro».

Estas unidades primárias integram-se em escalão superior, «unidade de vizinhança», com cerca de 1500 famílias, tendo a uni-las elementos que as caracterizam espiritual e administrativamente em relação aos restantes escalões do mesmo tipo que completam a urbe. Cada unidade de vizinhança deve ser, em muitos aspectos, auto-suficiente e ter os seus serviços próprios.

Neste esquema, cada bairro deverá ser dotado de equipamento social privativo, constituído por escolas primárias, balneários, sanitários, postos de assistência médico-sanitários, onde se possa cumulativamente fazer alguma assistência social. Cada unidade de vizinhança deverá ser dotada, por sua vez, de mercados, correios, zonas comerciais privativas, espaços livres públicos, etc., complementando os elementos que constituem o equipamento social dos bairros a integrar.

449. Os objectivos a atingir no III Plano de Fomento são, pois, fundamentalmente:

a) Estruturação de uma política habitacional de reordenamento urbano;

b) Realização de um programa de empreendimentos prioritários de reconhecido interesse social, através de um esquema de investimento assegurado pelas entidades públicas e instituições de previdência social. As finalidades de tal programa seriam: reordenar as zonas habitacionais conhecidas por «muceques» e reduzir a actual carência de casas definitivas para as classes modestas.

Medidas de política

450. Seria necessário que, entretanto, fossem adoptadas as seguintes medidas:

1) *Estabelecimento de planos de urbanização para os principais núcleos urbanos da província.* — O trabalho a efectuar é premente, visto que as construções clandestinas surgem, por toda a parte, em terrenos ocupados irregularmente;

2) *Aquisição de terrenos.* — O Estado tem de obter os terrenos necessários para resolver o problema habitacional de classes econòmicamente débeis e para dotar as populações com equipamentos sociais; assim, é indispensável que em todos os forais novos e na expansão dos actuais o Estado reserve para si os terrenos que considera indispensáveis para os efeitos indicados;

3) *Financiamento de construção de habitações económicas.* — Torna-se indispensável coordenar e reforçar, através das instituições de crédito e de previdência, recursos financeiros disponíveis para o financiamento a ritmo acelerado da construção de bairros populares e de habitações para as classes sociais econòmicamente mais débeis.

3. Investimentos

3.1. Reordenamento urbano

451. Prevê-se o reordenamento das zonas habitacionais mais conhecidas por «muceques», dando às populações casas com um mínimo de conforto e dignidade, dotando os respectivos núcleos com o equipamento social indispen-

sável e libertando os terrenos onde hoje se situam para construção de bairros de reordenamento e realojamento em Luanda, Lobito, Benguela, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Malanje e Moçâmedes.

3.2 Construção de casas para funcionários

452. No Norte e Leste da província, onde se pretende um esforço em infra-estruturas básicas, a falta de casas para funcionários é um dos motivos impeditivos de preenchimento dos quadros. Será, portanto, nelas que incidirá o esforço inicial.

Prevê-se nos distritos de Cabinda, Zaire, Uíge, Lunda, Moxico e Cuando Cubango a construção de alojamentos para 120 famílias.

3.3. Execução dos anteprojectos de habitações para trabalhadores

3.4. Fomento e apoio à autoconstrução, habitação melhorada ou de transição

453. Como medida de promoção económica e social, há que simplificar o processo de construção, evitando todas as exigências desnecessárias, para construção nas zonas urbanas, suburbanas das cidades, vilas e povoações. Nas áreas dos postos, concelhos ou distritos destas zonas residenciais surgirão construções simples, na linha de evolução das casas tradicionais, mas agora definitivas e com um mínimo de condições higiénicas, que possam ser feitas pelo sistema de entreajuda apenas com pequenos empréstimos reembolsáveis e ajuda técnica de organismos próprios.

No investimento estão inscritas verbas para a construção de bairros para trabalhadores, integrando Casas dos Pescadores e outros serviços sociais. Tais empreendimentos justificam-se no contexto de formação económica e social dos trabalhadores, de um modo geral, e ainda pelo facto de se verificar que o pescador português, quando não se lhe favorece habitação para instalação das famílias, sente-se apenas temporàriamente ligado à terra em que trabalha, e, ao mais ligeiro contratempo, regressa à origem.

3.5. Urbanização

454. Nos seis anos há que habilitar algumas câmaras municipais, nomeadamente a de Luanda, com os meios necessários à resolução dos seus problemas fundamentais: rede de esgotos e abastecimento de água.

Habitação e urbanização

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Bairros de reordenamento e realojamento em blocos definitivos em Luanda	81 900
Bairros de reordenamento e realojamento do Lobito	17 100
Bairros de reordenamento da Massangarala, Benguela	17 500
Bairros de reordenamento e realojamento de Nova Lisboa	17 400
Bairros de reordenamento e realojamento de Sá da Bandeira	9 200
Bairros de reordenamento e realojamento de Malanje	9 100
Bairros de reordenamento e realojamento de Moçâmedes	5 500
Bairros populares de Cabinda	6 000
Casa para funcionários nos distritos de Cabinda, Zaire, Uíge, Lunda, Moxico, Cuando Cubango, Luanda e outros	21 000
Execução de anteprojectos de habitação	500
Apoio à autoconstrução	20 000
Abastecimentos de água e rede de esgotos urbanos	170 000
Total	375 200

XII) Saúde

1. Evolução recente e problemas actuais

1. Saúde

455. À excepção da assistência médica dispensada pelas empresas aos trabalhadores e seus familiares, pelos sindicatos e organismos autónomos aos seus associados e empregados e pelas missões religiosas nas suas áreas de influência, toda a restante assistência curativa e preventiva cabe aos Serviços de Saúde e Assistência da província, cuja orgânica foi profundamente remodelada em 1964, desde os quadros orgânicos à criação de novos serviços.

Para este efeito, está o território dividido em delegacias de saúde, correspondentes, na generalidade, aos concelhos e circunscrições administrativas, agrupadas em distritos sanitários coincidentes com os distritos administrativos. Por sua vez, as delegacias de saúde integram um certo número de postos sanitários, correspondentes também em regra aos postos administrativos.

Funcionam ainda, em certas regedorias ordenadas, postos sanitários de assistência rural, a cargo de agentes

sanitários de assistência rural, orientados sobretudo para as práticas de medicina preventiva.

456. Dos serviços especializados estão em funcionamento a Missão de Combate às Tripanossomíases e os Serviços de Combate à Tuberculose e à Lepra.

457. A assistência médica é assegurada, através de hospitais centrais, regionais, sub-regionais e rurais, a toda a população da província. Nas formações sanitárias periféricas — hospitais rurais e postos sanitários —, à medicina curativa alia-se a medicina preventiva.

Ao nível distrital, muito embora sob chefia única — chefe da Repartição Distrital de Saúde e Assistência —, já se verifica uma distinção nítida entre os organismos destinados à assistência clínica — hospitais regionais ou centrais — e aqueles através dos quais se processam as actividades de natureza preventiva, constituídos pelas delegacias de saúde e pelas brigadas ou serviços que nelas se apoiam.

No quadro seguinte verifica-se ter havido um aumento de dez delegacias de saúde entre 1962 e 1966.

Divisão sanitária em 1962 e 1966

Designação dos organismos	1962	1966	Diferenças
Repartições distritais	15	15	0
Delegacias de saúde	87	97	+ 10
Postos sanitários	207	262	+ 55

458. Por sua vez, as instalações sanitárias evoluíram entre os anos de 1962 e 1965, de acordo com o quadro seguinte:

Instalações sanitárias do Estado

Designação das instalações	1962	1965
Hospitais centrais	(a) 2	(a) 2
Hospitais regionais	13	13
Hospitais sub-regionais	2	3
Hospitais rurais	52	56
Maternidades	35	35
Dispensários de assistência materno-infantil	8	12
Dispensários antituberculosos . .	6	6
Dispensários de higiene social . .	1	2
Leprosarias	7	7
Clínicas psiquiátricas	1	–

(a) Hospitais Centrais de Nova Lisboa e Luanda, sendo este constituído pelos Hospitais de D. Maria Pia e de S. Paulo.

Sendo o hospital rural a instalação tipo de delegacia de saúde, não há coincidência entre os respectivos números porque as delegacias de saúde das sedes dos distritos e de alguns aglomerados urbanos mais importantes (Lobito) têm instalações adequadas apenas ao exercício das práticas de saúde pública.

Algumas das delegacias de saúde rurais ainda não dispõem de instalações próprias que possam ser classificadas como hospitais rurais. As dotações orçamentais e os meios do III Plano de Fomento permitirão, até ao fim do sexénio, que todas as delegacias de saúde rurais fiquem dispondo das instalações necessárias.

No número de maternidades indicadas estão incluídas, não só as maternidades instaladas em edifícios próprios, como também os pavilhões a tal fim destinados nos hospitais regionais, sub-regionais e rurais.

459. Ao conjunto dos estabelecimentos assistenciais do Estado há que adicionar os do sector privado, a cargo das missões religiosas, das empresas particulares, destinados aos seus trabalhadores e familiares, e ainda dos sindicatos e outras associações de classe, para os seus associados.

No quadro seguinte discriminam-se as várias categorias das instalações existentes e o seu número:

Estabelecimentos de assistência do sector privado

1965

Designação dos estabelecimentos	Total
Hospitais de todos os tipos	78
Maternidades	22
Postos sanitários e de socorros	581
Dispensários materno-infantis	4
Leprosarias	12

Quanto ao número de leitos oferecidos, o sector privado não só dispõe de um maior número em valor absoluto, como a sua evolução se tem processado a um ritmo maior do que o do sector público:

Número de leitos hospitalares

Anos	Sector oficial	Sector privado	Total
1962	4 299	6 981	11 280
1964	4 572	7 371	11 943
1965	4 645	–	–

460. Considerando, no seu conjunto, o número de leitos hospitalares do sector público e do sector privado, dispunha a província em 1964 de 11 943 leitos hospitalares, ou sejam 2,34 leitos por 1000 habitantes. Com as construções e ampliações em curso e com as que se prevêem no III Plano de Fomento, apenas no sector público deverá atingir-se no fim do sexénio uma percentagem de 3 leitos por 1000 habitantes, média considerada como suficiente pela comissão de peritos da Organização Mundial da Saúde.

461. A análise dos elementos sobre a nosonecrologia do território põe bem em evidência:

1.º A grande predominância das doenças infecciosas e parasitárias, que constituem um quarto de todas as causas mórbidas registadas;
2.º Que a mortalidade é devida, sobretudo, a estas doenças, às do aparelho digestivo (em especial diarreia infantil) e a outras causas mal definidas. No seu conjunto, constituem mais de três quartos das causas de morte.

Os elementos estatísticos relativos às causas das doenças não caracterizam completamente a situação sanitária dos territórios porque pecam bastante por defeito.

Finalmente, devem referir-se as situações que felizmente não se registam, mas que podem constituir perigo para o território — é o caso da peste ao sul, da varíola ao norte e a leste e da bilharziose manzoni a leste e a sul.

A tripanossomíase constitui outro caso deste tipo, que se diferencia dos anteriores por já ter sido reduzida ao nível de *contrôle* no seio do próprio território.

462. Sob o ponto de vista nutricial, os elementos colhidos de 1957 a 1961 põem em evidência que, de um modo geral, a alimentação angolana é suficiente em calorias e ferro, mas insuficiente em cálcio. Quanto aos restantes nutrientes, as carências e suficiências dispersam-se em zonas, algumas vezes bastante irregulares.

As proteínas animais abundam em toda a zona litoral e nas zonas de pesca marítima; são suficientes nas zonas pastoris do Sul; escasseiam na quase totalidade dos planaltos centrais, com excepção de zonas muito circunscritas, ricas em espécies piscícolas de água doce.

463. A montagem de um departamento especializado para diagnóstico e tratamento precoce do cancro justifica-se em Angola não só porque a afecção apresenta incidência crescente no território, mas também porque a

falta de recursos locais apropriados força a enviar para fora da província uma grande parte de indivíduos, o que, para os econòmicamente débeis, cria problemas de solução difícil.

464. Além da actividade dos serviços de saúde no campo da medicina curativa, importa assinalar a sua acção no domínio da medicina preventiva. Esta respeita particularmente aos serviços autónomos especializados (combate à tuberculose, combate à lepra e combate às tripanossomíases) e aos que actuam no âmbito especializado, como a assistência materno-infantil. Importa também assinalar a actividade preventiva que decorre nas delegacias de saúde, que, embora atendam também doentes, têm uma acção especialmente orientada para as funções administrativa e preventiva.

2. Assistência

465. A assistência social desenvolve-se pela actuação dos Serviços de Saúde e Assistência e do Instituto de Assistência Social.

O Instituto de Assistência Social corresponde à concentração, num só organismo, daquelas actividades, que, na metrópole, se dividem pelo Instituto de Assistência à Família, pelo Instituto de Assistência aos Menores e pelo Instituto de Assistência aos Inválidos.

A assistência materno-infantil está essencialmente confiada a estabelecimentos dos próprios Serviços de Saúde e Assistência.

Projecta-se, para breve, a instalação de um serviço especializado de medicina física e de reabilitação de diminuídos físicos e sensoriais.

A panorâmica dos estabelecimentos assistenciais hoje integrados no Instituto de Assistência Social de Angola, ou dele dependentes, é a seguinte:

a) Assistência na invalidez: Beiral de Luanda, Hospício do Cacuaco, Beiral de Benguela, Beiral do Lobito, Hospício de S. Filipe, Mansão dos Velhos Colonos, Hospício do Cangalo, Beiral de Novo Redondo, Obra de Assistência a Inválidos e Indigentes de Novo Redondo, Beiral de Nova Lisboa, Beiral de Sá da Bandeira, Beiral de Malanje, Beiral de Moçâmedes, Beiral do Luso e Beiral de Carmona.

Esta utensilagem respeita a dez distritos, sendo de registar que no do Zaire, onde não existem estabelecimentos desta natureza, a mis-

são católica masculina sustenta um
internato para velhos e inválidos e que a
católica feminina, apoiada pelo Instituto
sistência Social de Angola, alimenta um
de anciãs sem recursos.

b) Assistência a menores: Casa Pia de Luanda
dos Rapazes da Mufla (para indivíduos
masculino), Instituto Feminino de D. F
Silva Carvalho e Instituto de Artur d
(para raparigas).

c) Assistência à criança: duas creches e três
infantis, em Luanda; «Ninho dos Pequ
no Bié, em Malanje e em Carmona;,cre
Moçâmedes, e creches e jardim infa
S. Salvador.

d) Assistência pós-escolar a raparigas: Lar
parigas, em Sá da Bandeira.

Além disto, o Instituto de Assistência Social de
apoia financeiramente muitas outras instituições
ciais particulares.

2. Objectivos

1. Saúde

466. Julga-se dever dar prioridade, nas activi
desenvolver no domínio do III Plano de Fomento,
panhas sanitárias contra as endemias reinantes, q
dinamização dos serviços especializados já existent
tensão da sua acção, quer pela criação de novos
já previstos e pela constituição de brigadas ou
móveis para o combate de outras endemias que
tuem ameaça permanente ao território.

Haverá que promover não só o espessamento
sanitária da província, com a criação de novas de
de saúde e postos sanitários, mas também a co
e equipamento das instalações. Assim, será con
a construção de novos dispensários antitubercul
assistência materno-infantil, e nas zonas suburb
algumas cidades serão construídos dispensários
lentes em coordenação com o seu reordenamento
com a dupla finalidade de prestação de cuidados
e aplicação das várias técnicas da medicina pre

Por outro lado, haverá que oferecer maior nú
leitos hospitalares e elevar o nível técnico e funci
estabelecimentos existentes. Atingir o nível de tr
por 1000 habitantes, que a Organização Mundial d
preconiza, será a meta que se propõe atingir até

Na sequência das obras de construção previstas, necessário se torna também o respectivo apetrechamento.

A falta de pessoal constitui um problema de cuja solução depende a exequibilidade do Plano, e que, portanto, terá de ser objecto de medidas adequadas.

467. Resumindo: poder-se-ão sintetizar os principais objectivos a atingir pela execução dos projectos a incluir no III Plano de Fomento, como segue:

1.º Intensificação da luta contra as endemias reinantes de maior incidência na morbilidade e mortalidade da província, através de campanhas sanitárias a lançar nas áreas rurais e urbanas ordenadas;

2.º Extensão e dinamização dos serviços especializados existentes, de maneira a cobrir-se, dentro dos seus planos de acção, todas as áreas da província de população estável, ou, pelo menos, aquelas em que se verifique uma maior incidência da doença;

3.º Intensificação da assistência materno-infantil com base nos dispensários e maternidades existentes e a construir;

4.º Estruturação e dinamização do serviço de saúde mental;

5.º Completamento da cobertura hospitalar da província do sector público, pela construção de novas instalações e ampliação das existentes, até se atingir, com a adição do sector privado, uma média de três leitos hospitalares por 1000 habitantes;

6.º Equipar e apetrechar as instalações hospitalares existentes e a construir;

7.º Promover a formação, especialização e recrutamento do pessoal técnico dos vários níveis, sem o que nenhum dos projectos enunciados será exequível;

8.º Dotar as formações sanitárias e os serviços especializados com meios de deslocação rápidos.

2. Assistência

468. Os objectivos a atingir dentro da vigência do III Plano de Fomento são:

1.º Generalização dos centros coordenadores de assistência aos principais centros urbanos e intensificação da actividade já desenvolvida pelos centros existentes;

2.º Evolução dos beirais para centros multivalentes de assistência social.

Os centros coordenadores de assistência são serviços de assistência polivalentes mantidos pelo Instituto de Assistência Social de Angola, cuja acção se tem feito sentir junto das populações da cidade de Luanda, funcionando já três centros para os bairros excêntricos e populosos de S. Paulo (n.º 1), Sambizanga-Lixeira e Mota (n.º 2) e Cazenga (n.º 3), estando em plena actividade de formação o do bairro Prenda.

Para o III Plano está previsto que seja intensificada a acção assinalada aos ditos centros, visando os seguintes objectivos:

Triagem das carências sociais e resolução dos problemas de assistência social, individual ou familiar;
Protecção à criança, através de assistência e actividades educativas adequadas;
Educação da mulher, da rapariga, de jovens e adultos e ainda actividades com interesse para a sua formação;
Intensificação do convívio entre os vários grupos constitutivos da população.

Os beirais são, não só estabelecimentos de internamento, mas também elementos multivalentes funcionais de assistência.

Esta polivalência tem de acentuar-se nos aspectos de acção complementar da assistência sanitária (agasalho de indivíduos que buscam a consulta hospitalar ou que recebem alta nos hospitais), de descentralização da assistência sanitária (abarcando postos destinados às populações carecidas), de apoio às instituições de assistência não oficial (possibilidades de eliminação da multiplicidade de cozinhas e de maior colaboração no sentido de economizar recursos).

3. Investimentos

469. Os investimentos previstos são os seguintes:

1. Saúde

1. Construção e equipamento

Conclusão de obras em curso

470. De entre as obras iniciadas no domínio do Plano Intercalar, julga-se que transitarão para o domínio do III Plano de Fomento as seguintes:

a) Lar para enfermeiras, em Luanda, com conclusão prevista para 1968;
b) Maternidade de Luanda, cuja conclusão se prevê para 1969;

c) Hospital-Sanatório de Luanda, cuja conclusão se prevê para 1968;

d) Hospital Central de Sá da Bandeira, cuja construção se deverá estender até 1970;

e) Depósito central de medicamentos e laboratório farmacotécnico, que só deve ficar concluído em 1968;

f) Prevê-se ainda necessário assegurar, durante os seis anos, os meios necessários para a conclusão de hospitais rurais, postos sanitários e obras complementares em outras instalações.

Obras novas

471. Dentro do critério de dar prioridade às campanhas de saúde pública, houve que programar a construção de instalações destinadas ao seu apoio logístico e a construção de algumas instalações hospitalares de necessidade premente. Por outro lado, há que fazer um sério esforço no sentido de dotar as formações sanitárias existentes, sobretudo nas áreas rurais, de residências para o pessoal médico, de enfermagem e auxiliar que nelas trabalha, como meio de atracção das respectivas carreiras profissionais, para as quais cada vez há menos candidatos. É de notar que a maior parte das obras agora propostas já o haviam sido para o Plano Intercalar, não tendo sido realizadas por insuficiência de recursos, o que mais evidencia a sua necessidade.

São os seguintes os programas das obras novas a considerar durante o sexénio:

a) Dispensários antituberculosos de Silva Porto, Luso e Carmona, necessários para a assistência ambulatória e para apoio às campanhas de vacinação e radiorrastreio;

b) Enfermarias-abrigo para tuberculosos em Nova Lisboa e Malanje, com capacidade, respectivamente, de 200 e 100 camas, que proporcionarão a hospitalização dos casos contagiosos;

c) Dispensários de assistência materno-infantil em Malanje e Silva Porto;

d) Maternidades em Nova Lisboa, Cabinda, Henrique de Carvalho, Malanje e Moçâmedes, uma vez que os respectivos hospitais apresentam condições muito precárias; a de Nova Lisboa deverá ter capacidade para 100 camas, as de Malanje e Moçâmedes, capacidade para 50 camas e as restantes capacidade para 30 camas;

e) Dispensário de higiene mental em Nova Lisboa, o que permitirá um começo de descentralização da assistência psiquiátrica;

f) Pavilhão hospitalar para doentes mentais de ambos os sexos em Nova Lisboa, complemento indispensável do dispensário de higiene mental;

g) Dispensários polivalentes em Luanda, Nova Lisboa, Benguela, Lobito, Moçâmedes, Sá da Bandeira e Malanje, relacionando-se a sua localização nestas cidades com os projectos de reordenamento urbano: serão unidades indispensáveis, particularmente nas cidades de maior densidade populacional, como extensão da assistência dispensada nas consultas externas dos hospitais e do apoio às campanhas sanitárias a conduzir pelas delegacias de saúde;

h) Edifícios para a instalação das delegacias das sedes de distrito e das repartições distritais de saúde e assistência nas cidades de Luso, Benguela, Moçâmedes, Sá da Bandeira, Nova Lisboa, Silva Porto e Novo Redondo; tais instalações, com o seu parque sanitário e oficinas anexas destinadas à conservação do material utilizado, servirão igualmente de apoio logístico às campanhas sanitárias de âmbito distrital;

i) Hospital pediátrico em Luanda, com vista à resolução do problema da hospitalização de crianças;

j) Construção de hospitais rurais em Santo António do Zaire, Negage, Caombo, Quela, Forte República, Cassongue, Norton de Matos, Caluquembe, Artur de Paiva, Vila Nova e Nova Sintra; embora não fiquem ainda dotados de instalações adequadas todas as delegacias de saúde — o hospital rural é a instalação tipo de delegacia —, as que se incluem são as de necessidade mais premente;

l) Construção de postos sanitários rurais e outras instalações sanitárias, segundo programas anuais a estabelecer, impostos pela necessidade de se ampliar a rede de postos sanitários rurais, tendo por vezes anexas pequenas enfermarias e maternidades rurais e, bem assim, construções de outros tipos destinadas a servirem de base logística às campanhas sanitárias previstas;

m) Hospital regional de Benguela: as instalações existentes, já muito antigas, não consentem qualquer beneficiação ou ampliação económica-

mente viável, pelo que se entendeu optar pela construção, em 1977, de um novo hospital com a capacidade de 250 camas e serviços das especialidades;

n) Residências para o pessoal médico, de enfermagem e técnico auxiliar.

Ampliação e remodelação de instalações hospitalares

472. As obras a considerar são as seguintes:

a) Ampliação e remodelação do Hospital Central de Maria Pia: com quase 100 anos de existência, carece urgentemente aquele hospital de ser ampliado e remodelado de acordo com a sua condição de hospital central da capital da província;

Na alternativa de, após os estudos em curso, se optar pela manutenção do Hospital de Maria Pia na sua forma actual e consequente construção de um outro hospital com uma capacidade de 400 a 500 camas, poder-se-á utilizar, para esse efeito, com os reajustamentos necessários, o investimento que se prevê para a sua ampliação;

b) Adaptação do hospital de S. Paulo para hospital escolar;

c) Ampliação e remodelação dos hospitais regionais de Malanje, Henrique de Carvalho, Luso, Carmona, Moçâmedes e Cabinda e sub-regional da Gabela; para o de Malanje prevê-se a construção de um novo corpo no seu topo nascente, para instalação das consultas externas, banco de urgência, serviço de radiologia e agentes físicos, bloco operatório, farmácia, laboratório de análises clínicas e centro de hemoterapia; para os do Luso, Carmona, Moçâmedes e Cabinda prevê-se a construção de pavilhões para internamento de infecto-contagiosos; para o de Henrique de Carvalho será construído um pavilhão destinado ao serviço de radiologia e agentes físicos; para o da Gabela haverá que proceder a profundas alterações de modo a torná-lo funcionalmente aceitável;

d) Ampliação de hospitais rurais e postos sanitários: há necessidade de ampliar os hospitais de Vila Roçadas, João de Almeida, Vila Arriaga, Paiva Couceiro, Cacuso e Golungo Alto; por outro lado, há necessidade de ampliar com enfermarias alguns dos postos sanitários existentes.

Extensão do combate à tuberculose

473. Os serviços actualmente prestados são-no ainda em zonas muito limitadas e têm-se caracterizado pela sua acção fixa. Por isso pretende-se:

Dinamização dos serviços através de brigadas móveis de vacinação pelo B. C. G. e do radiorrastreio;

Criação de formações fixas ao nível de distritos, segundo uma ordem de prioridade definida pela estratégia da implantação e pela grandeza das taxas distritais de incidência e mortalidade por tuberculose;

Extensão do esquema assistencial a toda a população acessível;

Prospecção da tuberculose, que necessita ser complementada por instalações de internamento e esquemas de tratamento ambulatório. do que resulta a necessidade de instalações sanatoriais para os casos recuperáveis, e do tipo enfermaria-hospício para os irrecuperáveis.

Será, portanto, necessário, para este conjunto de actividades, proceder à construção de instalações adequadas e ao seu equipamento, à aquisição de aparelhagem técnica, ao recrutamento de pessoal, etc.

Extensão do combate à lepra

474. Existem serviços de combate à lepra organizados desde 1960, embora de acção ainda limitada a uma parte do território.

O tratamento faz-se quer nas formações sanitárias da rede geral, quer por circuitos móveis, mantendo-se assim o doente vigiado e tratado no seu meio familiar e social. Adopta-se a forma de concentrar os doentes (em aldeias ou hospitais-granja), de modo a torná-los acessíveis a uma terapêutica e vigilância regulares.

O programa a desenvolver consiste em estender esta acção a todo o território provincial, em fases sucessivas, de que as primeiras serão iniciadas ainda dentro do Plano Intercalar.

Deste modo, atendendo às limitações impostas pelas disponibilidades de pessoal especializado, particularmente de nível superior, consideram-se, de início, três centros, que atingirão não só os distritos onde se localizam, mas também os limítrofes mais próximos: Luanda (Cuanza Norte, Uíge, Zaire, Malanje, Lunda e Cabinda), Nova Lisboa (Huambo, Moxico, Benguela, Cuanza Sul e Bié)

e Sá da Bandeira (Huíla, Cuando Cubango e Moçâmedes). O esquema previsto assentará essencialmente numa acção móvel através de brigadas de prospecção e circuitos de tratamento e vigilância, actividades terapêuticas nas formações sanitárias da rede geral e em concentrações estratégicas de doentes.

Combate às tripanossomíases

475. Entre as actividades sanitárias de âmbito preventivo, o combate às tripanossomíases humanas ocupa lugar de prioridade.

No Norte tem sido utilizada a prospecção sistemática e em profundidade dos casos, o seu tratamento e aplicação, em profundidade também, da quimioprofilaxia pela pentamidina. Haverá, pois, que dar especial atenção à prospecção e quimioprofilaxia nos moldes em que vêm sendo efectuadas, a fim de que se não venham a perder os resultados já obtidos. Para isso, conta-se com parte das verbas inscritas nas rubricas «Construção e equipamento» e «Pessoal».

Por outro lado, o combate ao insecto vector começou a ser encarado, mais recentemente, em zonas limitadas do Centro e Sudoeste da província.

Há possibilidade, pela derruba florestal planificada, de deter a progressão da mosca ao longo dos vales dos rios Cubango e Cuito, em largas zonas do Sudoeste angolano. Será também necessário proceder-se ao estudo destas zonas sob o ponto de vista entomológico, no sentido de se estabelecerem indicações precisas de actuação.

Em consequência, será necessário o recrutamento de pessoal especializado, sobretudo técnicos de entomologia, a preparação do que for possível e o equipamento e apetrechamento das estruturas básicas de apoio.

Combate ao paludismo

476. Esta endemia merece saliência especial, não só pela sua relevante importância, como pela dificuldade da sua erradicação, mercê da extensão do território e da distribuição frequentemente instável da população.

As armas a usar serão a aplicação de insecticidas de acção residual, a quimioprofilaxia em massa e as campanhas antimosquito, a empregar simultâneamente em todos os pontos onde for possível chegar. As fases em que se prevê processar o programa de combate ao paludismo em Angola podem resumir-se como segue:

Elaboração do cadastro provincial dos aglomerados onde é possível fazer luta antimalária;

Preparação das unidades de infra-estruturas, agentes sanitários de assistência rural, agentes polivalentes urbanos, agentes de combate ao paludismo, microscopistas, etc., e estrutura intermediária (inspectores sanitários e inspectores de malariologia);
Estudo malariométrico preliminar;
Montagem da logística de apoio (viaturas, pulverizadores, insecticidas, material de laboratório, etc.);
Regulamentação funcional;
Elaboração de planos zonais de actuação em pormenor;
Execução.

3. Assistência sanitária

Assistência materno-infantil

477. É esta uma das actividades da saúde pública onde mais influem factores circunstanciais do meio, e de tal modo que leva os peritos a desaconselhar a criação de serviços especializados neste campo enquanto os territórios não estiverem desembaraçados das grandes doenças transmissíveis — paludismo, verminose, tuberculose, etc.

Pensa-se que o programa deverá atender, numa 1.ª fase, sobretudo ao problema das maternidades urbanas e rurais, seu apetrechamento, provimento em pessoal e accionamento, sem perder de vista a necessidade de uma acção educativa nos meios menos evoluídos.

Reconhece-se, todavia, que em alguns centros urbanos será útil o funcionamento de instituições especialmente adaptadas à modalidade preventiva (centros materno-infantis).

Por outro lado, entre os centros existentes alguns há que funcionam de maneira pouco satisfatória, em virtude de deficiências de instalações, havendo, por conseguinte, todo o interesse em ampliá-los e adaptá-los melhor à função a que se destinam. Está neste caso, por exemplo, o centro do Luso.

Assim, nestes centros, nos dispensários polivalentes, nas formações sanitárias da rede geral, nas próprias maternidades e nos postos de assistência rural, se completará a 1.ª fase desta modalidade de assistência, à qual, por enquanto, não parece indicado dar maior amplitude.

Higiene rural

478. A promoção da higiene rural implica a utilização de uma larga gama de medidas, nomeadamente o saneamento do meio, profilaxia (vacinas, aplicação de insecticidas, isolamento e vigilância sanitária, etc.), educação sanitária (motivação, aconselhamento, repartição, etc.).

produção alimentar orientada (culturas específicas, horticultura, piscicultura, etc.).

Não parece ser possível atingir estes fins sem unidades de infra-estruturas especialmente preparadas para exercer funções pela sua natureza incorporadas na vida comunal.

Os Serviços de Saúde e Assistência prepararam e apetrecharam, em 1963, 167 unidades deste tipo, que foram designadas como agentes sanitários de assistência rural.

Contudo, a experiência veio demonstrar que os agentes não seriam eficazes se não tivessem uma supervisão e apoio logístico através de uma estrutura intermediária conveniente (enfermeiros gerais, enfermeiros de saúde pública, inspectores sanitários).

Nos aglomerados rurais maiores torna-se necessária uma unidade mais evoluída, como o enfermeiro de saúde pública.

Higiene urbana

479. A indisciplina urbanística dos bairros periféricos das cidades maiores, com deficientes condições, constituem um cinturão de salubridade insatisfatória, sem a supressão do qual as condições sanitárias das próprias cidades não poderão melhorar.

A capacidade de atendimento de doentes pelos hospitais urbanos será sempre ultrapassada, como está acontecendo já, a despeito de sucessivas ampliações, se não for possível disciplinar o crescimento dos aglomerados periurbanos.

Daqui a grande importância dos empreendimentos no âmbito da habitação e urbanização, aos quais se pretende prestar todo o possível apoio através do dispensário polivalente, unidade mista de medicina curativa e preventiva. Neles serão os enfermos atendidos em primeiro escalão, enviando-se aos hospitais sòmente os que necessitem de exames complementares ou de internamento. Daqui também irradiarão todas as actividades de saúde pública (assistência materno-infantil, educação sanitária, etc.), que constituem a medicina preventiva e social. A limitada área geográfica e humana de actuação descongestionará os serviços dos hospitais e delegacias urbanas.

Saúde escolar

480. A protecção da população das escolas não será totalmente eficiente enquanto o escolar não encontrar no meio onde vive a maior parte do dia as condições que lhe permitam colher o benefício daquela actividade. E, ocupando este grupo populacional situação de relevo, imperativo se torna dedicar-lhe especial atenção.

Dada a dificuldade de dispor de todos os meios necessários para uma cobertura integral, considera-se preferível iniciar a actuação neste campo por um esforço concentrado nos principais centros urbanos. Prevê-se, pois, por ordem de prioridade, a extensão de actividades às cidades de Luanda, Benguela, Sá da Bandeira, Nova Lisboa, Moçâmedes e Malanje.

Saúde mental

481. A natureza dos problemas de saúde mental implica que se considere, em sucessivos escalões, a profilaxia, o atendimento dos doentes clínicamente recuperáveis e os cuidados a dispensar aos irrecuperáveis. Em grande parte, foi a não consideração da primeira e terceira situações que progressivamente tem levado as instalações de Luanda, e que são as únicas da província, à saturação.

Embora se não possa pensar em cobrir a totalidade do território, será de toda a conveniência descentralizar esta modalidade de assistência, pelo que se pensa, de início, também em Nova Lisboa.

Nesta conformidade, além das realizações já incluídas em «Construção e equipamento», consideram-se ainda necessárias:

Ampliação das instalações de doentes recuperáveis, em Luanda;
Construção e instalação de uma colónia para psicopatas clínicamente irrecuperáveis, em Luanda;
Instalação de uma colónia de ergoterapia para recuperação, em Luanda.

4. Preparação, actualização e aperfeiçoamento de pessoal

482. Este é o capítulo que mais influência terá no sucesso de todos os restantes. Na verdade, muito pouco poderá ser feito sem a existência, em número suficiente, de pessoal devidamente habilitado.

Os quadros actuais são exíguos, mas, mesmo assim, sempre com vagas, principalmente nos lugares que exigem maiores habilitações profissionais e literárias; há falta de candidatos nas novas carreiras profissionais.

As soluções possíveis para o provimento dos quadros seriam: o aumento de remunerações, quer por reclassificação ou pagamento de horas extraordinárias, quer ainda por gratificações ou aumento da comparticipação nos honorários por serviços prestados aos doentes particulares; uma maior propaganda antecedendo o recrutamento;

aprovação para o recrutamento do pessoal superior simultâneamente na metrópole e na província; garantia de direito a habitação gratuita ou de renda simbólica e de possível estabilidade nas colocações; e, finalmente, concessão de bolsas de estudo para formação profissional nos ramos em que se verifique carência.

Mas, mesmo conseguindo-se o preenchimento da totalidade das vagas, seria ainda insuficiente o pessoal, pelo que haveria que proceder-se ao alargamento dos quadros existentes. Este alargamento poderá conseguir-se:

Pelo aumento das dotações do orçamento ordinário;
Pela inscrição de uma verba global do III Plano de Fomento que permita, a título transitório, o recrutamento além dos quadros das unidades de pessoal indispensável;
Pela inscrição de uma verba anual, em cada ano da vigência do Plano de Fomento, para formação, especialização e cursos da actualização para o pessoal existente ou a admitir.

483. Para além das dificuldades sentidas, não apenas em Angola, mas, de um modo geral, em todo o mundo, em matéria de recrutamento de pessoal médico e paramédico, e cuja solução se terá de pôr em plano de acção ultrapassando o âmbito específico deste sector, há que considerar os investimentos necessários para garantir a preparação do pessoal paramédico exigido pela expansão dos serviços e a actualização e aperfeiçoamento do pessoal dos vários escalões, através de bolsas de estudo, de estágios, de cursos, etc.

2. Assistência

1. Centros coordenadores de assistência

484. Integrando trabalhadores sociais qualificados e ainda apoiados por estagiários do Instituto de Educação e Serviço Social de Pio XII, estes centros multifuncionais de assistência directa e de promoção social constituem eficientes instrumentos de descentralização da assistência social.

Os centros penetraram nos meios modestos e «abriram» populações para uma colaboração confiante e interessada, entregando-se ao Instituto de Assistência Social a tarefa de apoio caracterizadamente assistencial. Paralelamente, fizeram-se funcionar actividades recreativas com crianças das escolas (fora dos períodos escolares), manifestações práticas de interesse social dirigidas às massas, «salas de estudo», cursos intensivos de preparação doméstica, mani-

festações lúdicas para jovens e reuniões de convivência para adultos.

É dentro desta estrutura que se justifica a criação de novos centros em todas as outras capitais de distrito.

2. Evolução dos beirais para centros multifuncionais de assistência social

485. De certo modo, os estabelecimentos de internamento destinados à invalidez melhor ficariam entregues à assistência de natureza não oficial, embora subsidiados, quando necessário. Os beirais deverão rumar para uma função social mais dinâmica, sobretudo tendo em conta a necessidade de apoio aos estabelecimentos de assistência sanitária e às instituições de assistência não oficial (confecção de refeições, por exemplo), sem prejuízo de um mínimo de internamentos acidentais e passageiros.

Dentro desta linha de orientação, há a intenção de contemplar os seguintes beirais: Benguela, Lobito, Novo Redondo, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Moçâmedes, Luso, Carmona, Bié, e a Obra de Assistência aos Indigentes em Novo Redondo.

Saúde e assistência

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Saúde	*458 800*
Conclusão de obras em curso	44 000
Obras novas	140 000
Ampliação e remodelação de instalações hospitalares	107 800
Extensão do combate à tuberculose	20 000
Extensão do combate à lepra	16 000
Combate às tripanossomíases	34 000
Combate ao paludismo	20 000
Extensão da assistência materno-infantil	6 000
Apoio sanitário às zonas rurais ordenadas	15 000
Apoio sanitário às zonas urbanas ordenadas	6 000
Saúde escolar	6 000
Saúde mental	12 000
Preparação, actualização e aperfeiçoamento de pessoal	12 000
Aquisição de viaturas	20 000
Assistência	*21 400*
Centros coordenadores de assistência	14 400
Evolução dos beirais para centros multifuncionais de assistência	7 000
Total	**480 200**

Programa de Investimentos

Resumo por sectores

Sectores	Contos
Agricultura, silvicultura e pecuária	2 040 500
Pesca	529 000
Indústrias extractivas e transformadoras	14 960 100
Indústrias de construção e obras públicas	—
Melhoramentos rurais	371 300
Energia	1 238 200
Circuitos de distribuição	139 300
Transportes, comunicações e meteorologia	3 778 800
Turismo	113 000
Educação e investigação	1 357 900
Habitação e urbanização	375 200
Saúde	480 200
Total	25 383 500

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Caracterização sumária da economia. Evolução recente, situação actual e perspectivas

5. Perspectivas de desenvolvimento . . . . . .
1. Caracterização global da economia . . . . . .
2. Evolução demográfica . . . . . .
3. Evolução do produto, rendimento e despesa interna .
4. Relações económicas com o exterior . . . . . .

CAPÍTULO II

Objectivos

1. Objectivos gerais . . . . . .
2. Projecções . . . . . .

CAPÍTULO III

Financiamento

1. Administração Central . . . . . .
2. Administração provincial . . . . . .
3. Instituições de crédito . . . . . .
4. Particulares e empresas . . . . . .
5. Fontes externas . . . . . .

CAPÍTULO IV

Descrição dos programas de investimentos

I) Agricultura, silvicultura e pecuária . . . . .
1. Evolução recente e problemas actuais . . . . . .
2. Objectivos . . . . . .
3. Descrição dos investimentos . . . . . .

Pág.

II) Pesca 97

1. Evolução recente e problemas actuais 97
2. Objectivos 105
3. Investimentos 106

III) Indústrias extractivas e transformadoras . . 112

1. Indústria extractiva 112

1. Evolução recente e problemas actuais 112
2. Objectivos 119
3. Investimentos 119

2. Indústria transformadora 128

1. Evolução recente, situação actual e perspectivas . . . 128
2. Objectivos 132
3. Investimentos 133

IV) Indústrias de construção e obras públicas . . 141

1. Evolução recente e problemas actuais 141
2. Objectivos 142
3. Investimentos e medidas 142

V) Melhoramentos rurais 143

1. Evolução recente e problemas actuais 143
2. Objectivos 143
3. Investimentos 144

VI) Energia 147

1. Evolução recente e problemas actuais 147
2. Objectivos 155
3. Investimentos 155

VII) Circuitos de distribuição 162

1. Evolução recente e problemas actuais 162
2. Objectivos 168
3. Investimentos 169

VIII) Transportes e comunicações 171

1. Evolução recente e problemas actuais 171
2. Objectivos 191
3. Investimentos 195

IX) Turismo 214

1. Evolução recente e problemas actuais 214
2. Objectivos 216
3. Investimentos 216

X) Educação e investigação 217

1. Educação 217

1. Evolução recente e problemas actuais 217
2. Objectivos 225
3. Medidas de política 227
4. Investimentos 228

Pág.

2. Investigação ligada ao ensino 230
3. Investigação não ligada ao ensino . . 231

1. Evolução recente e problemas actuais 231
2. Objectivos 236
3. Investimentos 239

XI) Habitação e urbanização 246

1. Evolução recente e problemas actuais 246
2. Objectivos 248
3. Investimentos 250

XII) Saúde 252

1. Evolução recente e problemas actuais 252
2. Objectivos 257
3. Investimentos 259

Programa de investimentos 270